



**ESTADO DO PARANÁ**



Folha 1

**Órgão Cadastro:** SEED/NRE TOO  
**Em:** 20/01/2022 14:28



**Protocolo:**  
**18.546.745-7**

**Interessado 1:** ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
**Interessado 2:** -  
**Assunto:** AREA DE ENSINO **Cidade:** QUATRO PONTES / PR  
**Palavras-chave:** SOLICITACAO  
**Nº/Ano:** -  
**Detalhamento:** PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Código TTD:** -

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Conselho Escolar da Escola Municipal Dona Leopoldina  
Educação Infantil e Ensino Fundamental

ATA 19.01.2022

## APRESENTAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PPP PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

1

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de 2022, à partir das 19:00 h, e tendo em vista a atual situação de pandemia em virtude do Covid 19, sendo necessário e recomendado o distanciamento social, e por este motivo são seguidas as orientações da OMS, Ministério da Saúde e órgãos Estadual e Municipal de Saúde, reuniram-se de forma on-line através do Grupo de Whsatsapp do Conselho Escolar da Escola Municipal Dona Leopoldina, e através da plataforma zoom – Meeting ID: 753 5204 8586, os membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Dona Leopoldina, nomeados através da Portaria nº 184/2021, de 09/04/2021, sendo participantes ativos: Leila Cristina Daronch Adams, Daniele Cristina Fröhlich Steinmacher, Ruth dos Reis Juwer, Nivalda F. Paulo, Paula Becker, Aline Rossi, Eliani Braun, Alessandra Garcia, Mylena Thomas, Norberto Engelsing e Adriana Leobet Bregoli. A presente reunião foi convocada no mesmo dia da reunião, no turno matutino, através do canal de comunicação on-line whatsapp, solicitando aos participantes a possibilidade de participarem durante o período vespertino, através da leitura dos conteúdos e aprovação ou não dos mesmos, e a noite da reunião on-line através do aplicativo zoom, sendo a seguinte pauta: análise da Reformulação do PPP da Escola Municipal Dona Leopoldina. A Sra. Adriana L. Bregoli abriu a reunião as 19:00 h e explicou que toda a alteração no PPP da Escola deve ser apresentada em reunião específica para esse fim, com os membros do Conselho Escolar, para aprovação ou não dos itens alterados, acrescidos ou excluídos. Foi repassada a palavra para a Diretora Paula Becker, que agradeceu a todos e comentou sobre as alterações do PPP. Em seguida foi repassada a palavra para a Supervisora Ruth dos Reis Juwer, que deu seguimento, fazendo uma rápida explanação do que era o PPP e de imediato anexou o Check list do PPP, o qual contém um resumo de todas as alterações para o ano de 2022. Explicou que a primeira alteração é o item 12.1 – Avaliação no Ensino fundamental, e que após consulta com a Secretaria Municipal de Educação e os docentes da escola, foi decidido que para o ano de 2022 as avaliações do Ensino Fundamental serão organizadas de forma trimestral, pois anteriormente eram bimestrais. Também foram excluídas as fichas avaliativas do 2º ao 5º ano, tendo em vista que não são mais aplicadas nas avaliações, e por fim, foi atualizado o item 6.3.1 – Corpo Administrativo, com a nova direção e equipe pedagógica para os anos de 2022 e 2023. O Check list será anexado a esta ata, como parte do conteúdo da reunião. A Sra. Eliani Braun comentou que as mudanças beneficiarão tanto alunos como professores e pais. Como não houve mais nenhuma manifestação, foi solicitado aos participantes que votassem sim nas alterações, com Ok, ou aprovado para o PPP. Anexos a esta ata estão os prints da reunião on line, comprovando a presença e participação dos conselheiros e a efetivação dos objetivos da reunião, proporcionando ampla participação de todos.

Rua Cruz Alta, 609 – Centro – CEP: 85.940-000 Quatro Pontes – PR  
FONE: (45) 99984-0440 e (45) 3279-8122

*Mylena*  
*Norberto*



[illegible][illegible]

L. E. M. Regão		1ª TURMA	2ª TURMA	3ª TURMA
OBTENÇÃO DE VARIÁVEIS INDEPENDENTES NOS DIFERENTES EXPERIMENTOS EM CADA SÉRIE DE VARIÁVEIS				
DIAGNÓSTICO VERDADEIRO, FALSO E GRUPO (PARA) SÍNDROME DE KAPLAN				
PERÍODO DE OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICAS, GRUPO DE INTERVENÇÃO E CADA SÉRIE DE VARIÁVEIS				
	1ª TURMA	2ª TURMA	3ª TURMA	
FALHAS				
Linha de observação				

A Deliberação nº 571/2005 - CEE, assegura que as disciplinas de Educação Física e de Artes adotam procedimentos avaliativos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno. Dessa forma, foi elaborada, para cada turma, a partir do Currículo Básico do ANOP, lista específica em que constam critérios a serem observados e avaliados durante o ano letivo. Para a turma de 1ª e 2ª ano, a avaliação no Relatório Descritivo dos alunos para o 1º ano está expressa no Anexo B, Descrição, para o 2º, 3º, e 4º anos são anexadas ao Livro de Registro da turma.

➡ **ITEM 5.3.1- CORPO ADMINISTRATIVO**  
 Incluir todas as atribuições no Corpo Administrativo – Equipe Pedagógica

### 6.3.1 - Corpo Administrativo

[illegible]

Nutricionista	Jussara Gheller	Graduação em Nutrição
Secretária	Alessandra Canne Garris	Graduação em Ciências Biológicas

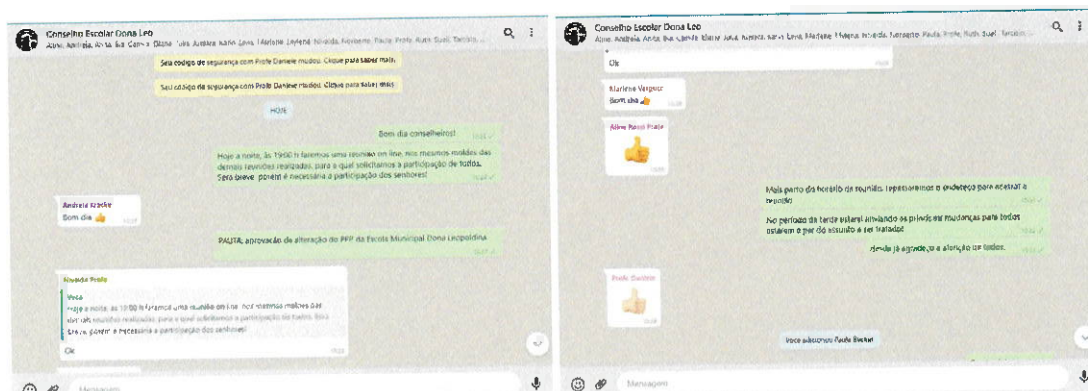
→ Fichas avaliativas do 2º ao 5º ano  
Foram excluídas as Fichas Avaliativas do 2º ao 5º ano – os alunos são avaliados a partir de Nota

**Excluído:**  
Alunos matriculados de 21 ao 28 anos – os alunos são avaliados a partir de Nota

ANO/Turma: 2º Ano	Turma:	Turno:	Disciplina:	Aluno:
Alunos	<p>Descreva o sistema de navegação GPS, sua função e como ele é utilizado no transporte moderno.</p> <p>Explique a importância da sustentabilidade no planejamento urbano e dê exemplos de práticas sustentáveis que podem ser adotadas.</p> <p>Descreva o processo de fabricação de um produto eletrônico, desde a concepção até a distribuição.</p> <p>Comparem a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Analise o impacto ambiental da mineração e proponha medidas para mitigar os danos.</p>	<p>Descreva a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Explique a importância da sustentabilidade no planejamento urbano e dê exemplos de práticas sustentáveis que podem ser adotadas.</p> <p>Descreva o processo de fabricação de um produto eletrônico, desde a concepção até a distribuição.</p> <p>Comparem a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Analise o impacto ambiental da mineração e proponha medidas para mitigar os danos.</p>	<p>Descreva a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Explique a importância da sustentabilidade no planejamento urbano e dê exemplos de práticas sustentáveis que podem ser adotadas.</p> <p>Descreva o processo de fabricação de um produto eletrônico, desde a concepção até a distribuição.</p> <p>Comparem a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Analise o impacto ambiental da mineração e proponha medidas para mitigar os danos.</p>	<p>Descreva a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Explique a importância da sustentabilidade no planejamento urbano e dê exemplos de práticas sustentáveis que podem ser adotadas.</p> <p>Descreva o processo de fabricação de um produto eletrônico, desde a concepção até a distribuição.</p> <p>Comparem a estrutura física e econômica de uma cidade planejada com a de uma cidade não planejada.</p> <p>Analise o impacto ambiental da mineração e proponha medidas para mitigar os danos.</p>
				NOTA

[illegible][illegible]

Ano/Turma: 5º ano	Turno:	Bimestre:	Ano:
Alunos	<p>Realizar habilidades previstas no currículo.</p> <p>Avaliar o progresso pessoal, considerando as dificuldades relatadas durante as atividades.</p> <p>Compreender e explicar situações locais.</p> <p>Desenvolver atitudes de respeito e cooperação com o professor e colegas em sala de aula.</p> <p>Avaliar interesse no trabalho das atividades propostas.</p>	NOTA	



Norbertu

Alessandro

Platen

Mylenar

James  
Danielle

Rua Cruz Alta, 609 – Centro – CEP: 85.940-000 Quatro Pontes – PR  
FONE: (45) 99984-0440 e (45) 3279-8122

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/01/2022 14:39. As assinaturas deste documento constam às fls. 5a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **9c61078b3a36b4a12e3a41ff9662187f**.





Documento: **ATACONSELHOESCOLAR.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Flavio Luis Gomes de Oliveira** em 11/04/2022 11:42.

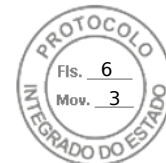
Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 24/03/2022 15:08.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/01/2022 14:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**9c61078b3a36b4a12e3a41ff9662187f**.



Escola Municipal Dona Leopoldina  
Educação Infantil e Ensino Fundamental

CHECKLIST<sup>2</sup>(LISTA DE VERIFICAÇÃO) DO PPP  
ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA

1. Identificação

NRE	TOLEDO					
Município	QUATRO PONTES					
Instituição	ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA					
Especificidade	( ) campo	( <input checked="" type="checkbox"/> ) urbana	( ) indígena	( ) quilombola	( ) ilhas	
	( ) itinerantes	( ) familiares				

Marque com um X nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil	X	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	X	
EF Anos finais (6º ao 9º ano)		X
EF Anos finais (6º ao 9º ano) em Tempo Integral		X
Ensino Médio		X
Ensino Médio em Tempo Integral		X
Ed. Especial	X	
EJA	X	
Ed. Profissional (Cursos)		X

Etapas	Organização (ano ou ciclo)	Avaliação(bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular(por disciplina ou área do conhecimento)
Educação Infantil	Ano	Semestral	Área de Conhecimento
EF Anos Iniciais	Ano	Trimestral	Disciplina
EF Anos finais	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-
Educação Especial	Ano	Trimestral	Disciplina
EJA	Ano	Bimestral	Disciplina
Educação Profissional (Cursos)	-	-	-

<sup>2</sup>Integra a Declaração de Legalidade emitida pelas instituições públicas estaduais. Opcional para as Municipais e Privadas.

Avenida Água Verde, 2140 | Vila Izabel | Curitiba/PR | CEP 80240.900 | Brasil | Fone:41 3340.1500www.educacao.pr.gov.br

Turnos	Quantidade de turmas	Quantidade de estudantes
Manhã	11	190
Tarde	11	200
Noturno	1	03

## 2. Elementos situacionais(diagnóstico)

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	x	
O histórico da instituição	x	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	x	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	x	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)	x	
Dados do rendimento escolar de 2018		x
O mapa de frequência de 2018		x

## 3. Elementos conceituais

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
Sujeito	x	
Sociedade	x	
Educação	x	
Processo ensino-aprendizagem	x	
Avaliação da aprendizagem	x	
Premissas da escola (item 2.2)	x	

## 4. Elementos Operacionais

### 4.1. Plano de ação

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PLANO DE AÇÃO

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações:		
Objetivos	x	
Metas/prazo	x	
Responsáveis	x	
4.1.2 Elementos Comuns (exemplos):		
Acompanhamento da hora-atividade	x	



Articulação/comunicação e engajamento com as famílias e comunidade	x	
Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades	x	
Organização do conselho de classe (antes, durante e depois);	x	
Avaliação e recuperação de estudos	x	
Processos de classificação e reclassificação	x	
Estágio obrigatório e não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010 e Instrução Normativa nº 28/2010 SUED/SEED.		x

#### 4.2. Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da Educação Infantil, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das crianças	x	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	x	
Avaliação	x	
Referências	x	
Transição da Educação Infantil para o Ensino fundamental	x	

Marque sim ou não para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do Ensino Fundamental:

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná.	x	
Estratégias de ensino	x	
Avaliação	x	
Referências	x	
Transição do 5º para o 6º ano e do 9º para o 1º ano do Ensino Médio;	x	

## OBSERVAÇÕES E RESSALVAS:

Seguem as alterações e inclusões feitas neste PPP.



### ITEM 12.2 – AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Foram feitas alterações na Avaliação do Ensino Fundamental, passando de bimestral para Trimestral

## 12.2. Avaliação no Ensino Fundamental

O Conselho Estadual de Educação do estado do Paraná deliberou no ano de 1999, através da Deliberação 007/99, Normas gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio:

Art. 1.º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1.º - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2.º - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3.º - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo.

Art. 2.º - Os critérios de avaliação, de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devem constar do Regimento Escolar, obedecida a legislação existente.

Parágrafo Único - Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular do estabelecimento de ensino.

Art. 3.º - A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

§1.º - A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados.

§ 2.º - O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independente do respectivo tratamento metodológico.

§ 3.º - É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Art. 4.º - A avaliação deve utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos de ensino, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art. 5.º - Na avaliação do aproveitamento escolar, deverão preponderar os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinariedade dos conteúdos Parágrafo único. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Art. 6.º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1.º - A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino e da aprendizagem, bem como à orientação do currículo.

§2.º - Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomado na sua melhor forma.

§3.º - Os resultados obtidos durante o período letivo preponderarão sobre os da prova final, caso esta conste do regimento.

Art. 7.º- Caberá ao órgão indicado pelo Regimento Escolar o acompanhamento do processo de avaliação da série, ciclo, grau ou período, devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem.

§ 1.º - O órgão será composto, obrigatoriamente, pelos Professores, pelo Diretor e pelos profissionais de supervisão e orientação educacional.

§ 2.º - É recomendável a participação de um representante dos alunos.

§ 3.º - A individualidade do aluno e o seu domínio dos conteúdos necessários deverão ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação.

Art. 8.º - A avaliação do ensino da Educação Física e de Arte, deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno.

Parágrafo único. A aprendizagem de que trata este artigo deverá levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas.

Art. 9.º - A avaliação deverá ser registrada em documentos próprios, a fim de serem asseguradas a regularidade e a autenticidade da vida escolar do aluno.

Art. 10 - O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente poderá obter a aprovação mediante recuperação de estudos, proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

Art. 11 - A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

§ 1.º - O processo de recuperação deverá ser descrito no regimento escolar.

§ 2.º - as propostas de recuperação deverão receber das mantenedoras as condições necessárias para sua execução.

Art. 12 - O estabelecimento de ensino deverá proporcionar recuperação de estudos, preferencialmente concomitante ao período letivo, assegurando as condições pedagógicas definidas no Artigo 1.º desta Deliberação.

Parágrafo Único - Entende-se por período letivo a carga mínima anual de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado às provas finais.

Art. 13 - A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos. Parágrafo Único – A recuperação de estudos realizada durante o ano letivo será considerada para efeito de documentação escolar.

Art. 14 - A recuperação, após o encerramento do período letivo, destina-se a corrigir as deficiências que ainda persistam, apesar dos estudos de recuperação realizados durante o período letivo.

Parágrafo Único - A época da recuperação de estudos, após o período letivo regular, será prevista no calendário escolar do estabelecimento.

Art. 15 - A recuperação de estudos, após o período letivo, destina-se a alunos: a) com frequência mínima de 75% do total das horas letivas; b) com resultados de aprendizagem abaixo dos parâmetros estabelecidos pela escola.

Art. 16- Os resultados da recuperação deverão incorporar-se aos das avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar.

Parágrafo Único - A proporcionalidade ou a integração entre os resultados da avaliação e da recuperação deverá ser estabelecida no Regimento Escolar (Deliberação 007/99)

Para se ter uma avaliação de qualidade os professores precisam discutir, planejar, elaborar, relacionar propósitos comuns, criando espaço para que a aprendizagem aconteça e caminhe com o aluno no processo de novas descobertas. Considerando que a formação do cidadão deve ser garantida através da apropriação de conteúdos estruturantes, propostas nas áreas do conhecimento e em cada uma das disciplinas que são avaliados.

Porém, ressaltamos aí, que se faz necessário também que o aluno esteja comprometido com o estudo e a escola, não esperando a avaliação tradicional (avaliação de uns poucos momentos/provas) para mostrar conhecimento, e sim, se preocupar com a avaliação diária, contínua, ou seja, em todas as atividades propostas e desenvolvidas, que o professor deve fazer baseado no interesse, comprometimento, participação e capacidade de entender e compreender, fazendo o seu melhor.

Cabe, portanto ao professor:

- Definir os componentes avaliativos (quais instrumentos) na sua área ou disciplina, como, por unidade de estudo, projeto ou trimestre, conforme proposta de trabalho/plano de trabalho docente;
- Diversificar as atividades avaliativas atendendo, assim, também a diversificação de habilidades e interesses dos alunos;
- Proporcionar momentos de revisão de conteúdos antes das avaliações/provas, bem como, na devolução das mesmas e outras atividades, fazendo um Feedback/realimentação, efetuando assim reforço pedagógico necessário;
- Devolver todas as atividades avaliativas, corrigidas com as devidas observações, contemplando o resultado obtido, compreendendo os seus acertos, erros e equívocos, em tempo hábil (é de direito do aluno receber suas avaliações, seja provas ou trabalhos), orientando que a família tome ciência do rendimento/desempenho;
- Proporcionar momentos de reflexão e análise para suas turmas;
- Informar sobre os resultados obtidos, inclusive revertidos em notas, para cada vez mais construir uma autonomia crítica na produção de novos conhecimentos;
- Ouvir e adaptar aspectos positivos das suas aulas, detectando as possíveis falhas do educador e educandos, fazendo dos “erros” momentos de crescimento, oportunizando a auto avaliação e aprendizagem, culminando com um contrato didático para o trimestre seguinte;
- Registrar com controle rigoroso valores/notas e parecer descritivo conforme o caso, para fins de acompanhamento e informação, no Livro Diário de Classe Online, bem como, as oportunidades de recuperação optadas e realizadas.

A periodicidade escolar adotada pela Escola Municipal Dona Leopoldina do 1º ao 5º ano é o TRIMESTRAL.

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental será diagnóstica, contínua, cumulativa com a apropriação do conhecimento e registrada em PARECER DESCRITIVO, abordando todos os aspectos do desenvolvimento da criança, realizado de forma TRIMESTRAL, envolvendo todas as disciplinas da Matriz Curricular – Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Os processos avaliativos não interferem na progressão do aluno, desde que haja frequência mínima de 75% do total de dias letivos.



Do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental o sistema de avaliação adotado é o TRIMESTRAL; as disciplinas da Matriz Curricular – Base Nacional Comum e Parte Diversificada são de frequência obrigatória para o aluno; com registro de nota; é objeto de objeto de reprovação; utiliza-se a média aritmética com peso 10,0(dez vírgula zero), com os seguintes instrumentos de avaliação: avaliações (provas escritas ou orais), as quais terão no total valor 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (uma) prova e 01( uma) recuperação de prova por trimestre para disciplinas com até três aulas semanais e no mínimo 02 (duas)provas e 01 (uma) recuperação de prova para disciplinas com mais de três aulas semanais. E trabalho(s) diversificado(s): (pesquisas, exercícios, relatórios, apresentações, etc.), o(s) qual (is) terão no total valor de 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatório aplicar no mínimo 01 (um) trabalho e 01 (uma ) recuperação de trabalho por trimestre para disciplinas com até três aulas semanais , e no mínimo 01(um) trabalho e 01 (uma ) recuperação de trabalho para disciplinas com mais de três aulas semanais. Ao final do trimestre o educador irá somar todas as notas das avaliações/trabalhos aplicados e dividir pela quantidade dessas avaliações. Conforme quadro:

Língua Portuguesa/ Matemática (5 aulas semanais)

Avaliação 1	Avaliação 2	Recuperação Av1+ Av2	Trabalho	Recuperação Trabalho
10.0	10.0	10.0	10.0	10.0

História / Geografia / ciências / Educação física / Arte / Inglês / Informática  
(Até 3 aulas semanais)

Avaliação	Recuperação da Avaliação	Trabalho	Recuperação Trabalho
10.0	10.0	10.0	10.0

É vetada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

A promoção dos alunos (a partir do 2º ano) se dará através do resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, conforme critérios e formas contratadas entre os interessados, baseada na fórmula:

$$MF = \frac{1^\circ \text{ trimestre} + 2^\circ \text{ trimestre} + 3^\circ \text{ trimestre}}{3} = \text{ou maior que } 6,0.$$

Considerando para efeito de promoção, todos os resultados obtidos durante o período letivo anual, bem como, apresentar frequência igual ou superior a 75% da carga horária prevista no Calendário Escolar e amparada pela LDB, Lei n.º 9394/96.

A avaliação da aprendizagem deverá ser feita, principalmente, com base em aspectos qualitativos (desempenho em sala de aula). Os aspectos quantitativos (notas de provas) assumem um valor secundário para promoção de nível.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida, conforme a matriz curricular, sendo avaliados presencialmente ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas ou orais, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Para fins de promoção ou certificação serão utilizados vários instrumentos avaliativos adotados durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá preferencialmente na presença do professor.

Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), de acordo com a Resolução n.º 794/04 – SEED.

Paralelamente ao processo de ensino e de aprendizagem todos os alunos, independente do resultado atingido, terão direito à recuperação de estudos. Na recuperação os conteúdos serão retomados e os encaminhamentos metodológicos modificados para, assim, assegurar a possibilidade de aprendizagem.

A média final para promoção corresponderá ao somatório das notas trimestrais devendo os mesmos atingirem a nota mínima de 6,0 (seis vírgula zero).

Os resultados das avaliações e recuperações dos educandos serão registrados no Livro Diário de Classe Online, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando.

Aluno portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelas habilidades que é capaz de desenvolver.

Alunos deverão ser avaliados por diferentes instrumentos avaliativos segundo o entendimento do professor da disciplina.

A cada trimestre o docente deverá usar, no mínimo, dois instrumentos avaliativos para as disciplinas com até três aulas semanais e, no mínimo, quatro instrumentos avaliativos para as disciplinas com mais de três aulas semanais, podendo ser: provas com e sem consulta no material didático, pesquisas, dramatizações, apresentação oral, cartazes, maquetes, portfólio, desenhos, debate, relatórios, resumos, dentre outros.

O Ensino Religioso a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental, como componente curricular, é de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, não há menção de nota e não é alvo de retenção de aluno.

A Disciplina Língua Estrangeira Moderna Inglês, por sua vez, há menção de nota a partir do 2º ano, sem caráter classificatório.

I. Parecer Descritivo do 1º ano do Ensino Fundamental:

<b>PARECER DESCRITIVO</b> <b>1º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
 <b>ESCOLA ML</b> <b>EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL</b> <small>Decreto de criação nº305/78 de 01/03/1962</small> <b>POLDINA</b>	Aluno (a): _____  Turma: _____ Turno: _____  Professor (a): _____  Ano: _____		
[S] Sim    [P] Parcialmente    [N] Não			
LÍNGUA PORTUGUESA			
LEITURA	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Participa dos momentos de leitura/escuta com atenção e formula perguntas.			
Compreende textos lidos pelo professor de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.			
Relaciona e compreende frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temas lidos pelo professor ou outro leitor experiente.			
Faz tentativas de leitura de textos de diferentes gêneros: poemas, cantigas, tirinhas, dentre outros apresentados pelo professor.			
Antecipa sentidos e ativa conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos pelo professor.			
ORALIDADE	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Participa das interações orais em sala de aula, argumentando, sugerindo e respeitando cada momento de fala.			
Produz intervenções orais em situações públicas: exposição oral, contação de histórias, cantigas, poemas.			
Identifica semelhanças sonoras em sílabas e em rimas.			
ESCRITA	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Reconhece e escreve o seu nome completo.			
Reconhece e nomeia as letras do alfabeto, diferenciando-as de números e outros símbolos.			
Reconhece a ordem alfabética e seus usos em diferentes gêneros.			
Faz tentativas de escrita atendendo a diferentes finalidades de acordo com a sua hipótese de escrita.			

<b>NÚMEROS E OPERAÇÕES</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Identifica números nos diferentes contextos e em diferentes funções: placa de carro, número de telefone, quantidade de elementos, medidas, etc.			
Elabora, compara, confronta e valida hipóteses sobre as escritas e leituras numéricas, analisando a posição e quantidade de algarismos e estabelecendo relações entre a linguagem escrita (representação simbólica) e oral.			
Estabelece relações de semelhança e de ordem, utilizando critérios diversificados (desenhos, algarismos) e materiais manipuláveis para classificar, seriar e ordenar coleções.			
Resolve e elabora situações problemas que envolvam os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades.			
<b>ESPAÇO E FORMA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Desenvolve noções de tamanho, de lateralidade, de localização, de direcionamento, de sentido (por exemplo: dentro, fora, vizinhança, fronteira, atrás, na frente, em cima, embaixo, à direita, à esquerda, entre e no meio).			
Identifica, nomeia e representa as formas geométricas básicas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo.			
<b>GRANDEZAS/MEDIDAS/TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Identifica e ordena unidades de tempo, usando expressões como: antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã, dentre outras.			
Compara tamanho, distância, largura, altura, comprimento, espessura e identifica: maior, menor, igual, mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, etc.			
Identifica informações relacionadas à matemática apresentadas em diferentes suportes textuais (anúncios, gráficos, tabelas, propagandas, etc.)			
<b>HISTÓRIA/GEOGRAFIA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Conhece sua história como individual inserido em sociedade, em um tempo e um espaço, numa família e em uma escola.			
Identifica e expressa através da oralidade e diferentes registros as características/condições dos grupos de convívio, atualmente e no passado.			
Identifica semelhanças e diferenças a partir dos lugares em que vive, percebendo a ação transformadora do ser humano pelo trabalho e a utilização de recursos naturais ao longo do tempo.			
Desenvolve noções de localização espacial (dentro e fora, ao lado, entre), temporal (ontem, hoje, amanhã, manhã, tarde, noite, dia/noite, semana, mês, ano) e linguagem cartográfica (orientação, escala, cores, legendas).			



<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Percebe o que os ambientes (ar, água, solo, luz e calor do sol, plantas e animais) têm em comum e suas relações de interdependência.			
Estabelece relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e necessidades vitais.			
Reconhece as partes do corpo e a importância do cuidado com a alimentação, higiene, repouso, lazer e atividade física.			
Compreende as relações entre ciência, sociedade, tecnologia e meio ambiente, utilizando informações e experimentos para construção do conhecimento sobre o universo.			
Demonstra atitudes de valorização e de respeito pelo meio ambiente nos diferentes espaços de convivência: sala de aula, escola, casa, comunidade.			
Contribui para a conservação e a manutenção do ambiente imediato em que vive valorizando os recursos naturais.			
<b>ARTE</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Participa das atividades que envolvem a musicalidade, artes visuais, a dança e o teatro, expressando-se de forma clara, prazerosa e espontânea.			
Reconhece e utiliza os elementos que constituem as linguagens artísticas, expressando-se de forma variada suas ideias, pensamentos e sensações, com habilidade e destreza.			
Respeita, convive e valoriza a sua produção artística, dos colegas e de artistas, em diferentes ambientes.			
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Desenvolve movimentos básicos de locomoção			
Desenvolve movimentos básicos de manipulação			
Desenvolve movimentos básicos estabilização			
Se expressa corporalmente através de atividades rítmicas e expressivas, realizando a imitação e representação de sentimentos.			
Identifica os contrastes, direções e lateralidade.			
Demonstra conhecimento sobre partes do próprio corpo, bem como no corpo do outro.			
Compreende as atividades propostas.			
Demonstra atitudes de respeito com o professor e colegas.			
Coopera com o professor e colegas durante a organização e realização das atividades			
Apresenta interesse na execução das atividades propostas.			

L. E. M. Inglês		1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Identifica os vocábulos referentes aos tópicos desenvolvidos em cada unidade.				
Demonstra sensibilidade, ritmo e gosto pelas atividades musicais.				
Participa ativamente das atividades lúdicas; gosta de brincar/interagir com os outros.				
	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	
FALTAS				
Ass. pais/responsáveis				

A Deliberação n. 07/1999 – CEE, assegura que as disciplinas de Educação Física e de Arte adotem procedimentos avaliativos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno. Dessa forma, foi elaborada, para cada turma, a partir do Currículo Básico da AMOP, fichas específicas as quais constam critérios a serem observados e avaliados durante as aulas. Para as turmas de Infantil 4 e 5 são anexadas ao Relatório Descritivo dos alunos, para o 1º ano está inserida no Parecer Descritivo, para o 2º, 3º, 4º e 5º anos são anexadas ao Livro Registro de Classe do docente.



#### ITEM 6.3.1 – CORPO ADMINISTRATIVO

Foram feitas atualizações no Corpo Administrativo – Equipe Pedagógica

#### 6.3.1 - Corpo Administrativo

FUNÇÃO	NOME	FORMAÇÃO
Diretora	Paula Rejane Fulber Becker	Magistério, Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional.
Supervisora Pedagógica	Ruth dos Reis Juwer	Magistério/História /Pedagogia, Pós-Graduação em Ed.Infantil e Alfabetização, EM Psicopedagogia Institucional e em Ed.Especial inclusiva arte/inclusiva.
Supervisora Pedagógica	Claudete Montipó	Pedagogia Pós-Graduação em Ed. Infantil e Alfabetização
Coordenação Pedagógica-	Leila Cristina Daronch Adams	Magistério, Graduação em Letras e Pós-Graduação em Gestão Escolar.
Orientação Educacional	Dirlei Scherer Sand	Pedagogia Pós-Graduação em Educação Infantil e Alfabetização Pós-graduação em Educação Especial e educação Inclusiva

Nutricionista	Jussara Gheller	Graduação em Nutrição
Secretária	Alessandra Carine Garcia.	Graduação em Ciências Biológicas.



### Fichas avaliativas do 2º ao 5º ano

Foram excluídas as Fichas Avaliativas do 2º ao 5º ano – os alunos são avaliados a partir de Nota

#### Excluído:

Fichas avaliativas do 2º ao 5º ano – os alunos são avaliados a partir de Nota

Ano/Turma: 2º Ano		Turma:	Turno:	Bimestre:	Ano:							
	Alunos	Demonstra domínio de manipulação dos materiais utilizados nas aulas	Demonstra domínio nas habilidades de locomoção desenvolvidas nas aulas.	Demonstra domínio nas habilidades de estabilização desenvolvidas nas aulas.	Consegue distinguir direita e esquerda e sua dominância.	Apresenta noções de espaço e tempo.	Se expressa corporalmente através de atividades rítmicas e expressivas, realizando imitação, representação de sentimentos, emoções e sensações.	Compreende e /ou resolve situações problemas	Demonstra atitudes de respeito para com o professor e colegas em relação as suas diferenças.	Coopera com o professor e colegas durante a organização e realização das atividades	Apresenta interesse na execução das atividades propostas.	NOTA

Ano/Turma:3 ano      Turno: Bimestre:Ano:											
											</

Ano/Turma: 4º ano		Turno:	Bimestre:			Ano:
Alunos	Executa habilidades motoras combinadas.	Apresenta respostas motoras adequadas as diferentes situações durante as atividades.	Compreende e / ou resolve situações problemas	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com o professor e colegas em relação as suas diferenças.	Apresenta interesse na execução das atividades propostas.	NOTA

Ano/Turma: 5º ano		Turno:	Bimestre:			Ano:
Alunos	Executa habilidades motoras combinadas.	Apresenta respostas motoras adequadas as diferentes situações durante as atividades.	Compreende e / ou resolve situações problemas	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com o professor e colegas em relação as suas diferenças.	Apresenta interesse na execução das atividades propostas.	NOTA



Documento: **CHECKLISTPPPESCOLADONALEOPOLDINA19.01.2022.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 24/03/2022 15:05.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/01/2022 14:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura>** com o código:  
**5274254d2f0ba8a241c3dc8d2993c638**.



MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



**DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE N° 01/2022 EMITIDA PELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
DE QUATRO PONTES**

**ASSUNTO:** Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico

A **Escola Municipal Dona Leopoldina** apresenta o **Projeto Político-Pedagógico** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Quatro Pontes emite a presente Declaração<sup>3</sup> que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político-Pedagógico** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político-Pedagógico** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Quatro Pontes, 20 de janeiro de 2022.

**ARACELI BASSO TAUCHERT**

Secretaria Municipal de Educação de Quatro Pontes  
Assinatura e carimbo (do Secretário Municipal de Educação)

Araceli Basso Taichert  
Secretária Mun. de  
Educação, Cultura e Esportes  
CPF 035.661.409-37

<sup>3</sup>A Declaração de Legalidade deverá ser acompanhada pela Ata de Aprovação emitida pelo Conselho Escolar e Checklist. O Checklist é opcional para as instituições de ensino municipais.

Avenida Água Verde, 2140 | Vila Izabel | Curitiba/PR | CEP 80240.900 | Brasil | Fone:41  
3340.1500www.educacao.pr.gov.br

Documento: **DECLARACAODELEGALIDADEPPSMED.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 24/03/2022 15:05.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/01/2022 14:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura>** com o código:  
**ecff267b37c455927d3d41f7df6ff4a1**.



# ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

RUA CRUZ ALTA, 609 - FONE: (45) 3279-8122

## PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO



QUATRO PONTES – PR

2022-2023



## Sumário Toc82797717

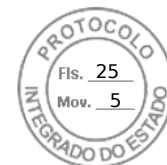
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....</b>	<b>9</b>
<b>III – HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....</b>	<b>9</b>
<b>IV –NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS .....</b>	<b>10</b>
<b>V - CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMAS .....</b>	<b>11</b>
<b>VI. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>14</b>
6.1. Descrição da sociedade brasileira, do estado e do município .....	14
6.2. Vínculos funcionais, distribuição de funções e nível de formação do corpo docente, administrativo e serviços gerais .....	15
6.3 – Relação de recursos humanos .....	15
6.3.1 - Corpo administrativo .....	15
6.3.2 - Corpo docente.....	16
6.3.3 – Funcionários.....	20
<b>VII - RESULTADOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>20</b>
7.1. ORGANOGRAMA .....	21
<b>VIII - RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS .....</b>	<b>22</b>
8.1– ADMINISTRATIVO.....	22
8.1.2 - EDUCAÇÃO INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL.....	23
8.1.3 - INVENTÁRIO DO MOBILIÁRIO .....	24
8.1.3.1 - SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	24
8.1.3.2 - SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPARTILHADAS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL: .....	24
8.1.3.3 - SALA DA CLASSE ESPECIAL:.....	24
8.1.3.4 - SALA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:.....	25
8.1.3.5 - SALAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
8.1.3.6 - SALA NUTRICIONISTA .....	26
8.1.3.7 - BIBLIOTECA.....	26
8.1.3.8 - SALA DA DIREÇÃO.....	27
8.1.3.9 - SALA DA EQUIPE PEDAGÓGICA .....	27
8.1.3.10 - SALA DE RECURSOS: .....	28
8.1.3.11 - SALA DO REFORÇO:.....	28
8.1.3.12 - SECRETARIA.....	28
8.1.3.13 - SALA DOS PROFESSORES.....	29

8.1.3.14 - SALA DE INFORMÁTICA .....	29
8.1.3.15 - SALA DE PLANEJAMENTO: .....	30
8.1.3.16 - COZINHA .....	30
8.1.3.17 - LAVANDERIA (ADMINISTRATIVO): .....	31
8.1.3.18 - SAGUÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	32
8.1.3.19 - SALA DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS: .....	32
8.1.3.20 - ALMOXARIFADO: .....	33
8.1.3.21 - LAVANDERIA: .....	33
8.1.3.22 - REFEITÓRIO .....	33

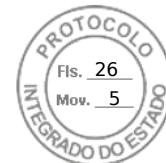
## **IX. OBJETIVOS, FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS ..... 34**

9.1. OBJETIVOS GERAIS .....	34
9.2. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	35
9.3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	38
9.3.1. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS .....	39
9.3.2. PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS.....	49
9.3.4. PRESSUPOSTOS LEGAIS .....	81
9.5. CONCEPÇÕES INERENTES À EDUCAÇÃO INFANTIL E AO ENSINO FUNDAMENTAL .....	102
9.5.1. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....	102
9.5.2. CONCEPÇÃO DE HOMEM .....	111
9.5.3. CONCEPÇÃO DE MUNDO .....	111
9.5.4. CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE .....	112
9.5.5. CONCEPÇÃO DE ESCOLA .....	114
9.5.6. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	114
9.5.7. CONCEPÇÃO DE CULTURA.....	115
9.5.8. CONCEPÇÃO DE TRABALHO.....	115
9.5.9. CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA .....	118
9.5.10. CONCEPÇÃO DE CIDADANIA .....	119
9.5.11. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO.....	120
9.5.12. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM .....	122
9.5.13. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO .....	125
9.5.14. CONCEPÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS.....	131
9.5.15. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE .....	131
9.5.16. CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	134
9.5.17. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA ARTICULADO À CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	136
9.5.18. CONCEPÇÃO DE LÚDICO .....	137
9.5.19. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	139
9.5.20. CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL .....	141

9.5.21. CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR.....	143
9.5.22. A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL GARANTINDO ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE .....	144
9.5.23. ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DO EDUCAR, CUIDAR E O BRINCAR .....	147
9.5.23.1. EDUCAR.....	147
9.5.23.2. CUIDAR.....	148
9.5.23.3. BRINCAR .....	150
9.5.24. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEUS COLEGIADOS .....	153
9.5.25. HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL .....	154
<b>X. CURRÍCULO.....</b>	<b>159</b>
10.1. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	159
10.2. FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO .....	159
10.3 - MATRIZ CURRICULAR .....	160
10.3.1 - MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	160
10.3.2. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	161
10.3.2.1. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º ANOS .....	162
10.3.2.2. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – 3º, 4º E 5º ANOS.....	162
10.3.2.3. MATRIZ CURRICULAR DA EJA FASE I .....	163
10.4. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	163
10.5. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I..	164
10.5.1. EIXOS ARTICULADORES DO CURRÍCULO: CULTURA, TRABALHO E TEMPO.....	164
10.5.2. CONTEÚDOS, ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO .....	167
10.5.2.1. LÍNGUA PORTUGUESA .....	167
10.5.2.2 - ARTE .....	189
10.5.2.4. ENSINO RELIGIOSO .....	203
10.5.2.5. MATEMÁTICA .....	208
10.5.2.6. ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA.....	221
10.5.2.6.1. HISTÓRIA .....	221
10.5.2.6.2 GEOGRAFIA .....	229
10.5.2.6.3. CIÊNCIAS .....	241
10.5.2.6.3.1 - EDUCAÇÃO PARA COM O MEIO AMBIENTE.....	244
<b>XI. CONTEÚDOS SOCIOEDUCACIONAIS .....</b>	<b>258</b>
11.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	260
11.2. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AFRO DESCENDÊNCIA E INDÍGENA .....	261
11.3. GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA .....	264
11.4. PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS .....	266
11.5. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NA ESCOLA .....	268



11.6. HISTÓRIA DO PARANÁ .....	269
11.7. MÚSICA.....	270
11.8. SEXUALIDADE HUMANA .....	270
11.9. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	271
11.10. EDUCAÇÃO FISCAL E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	272
<b>XII. AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS).....</b>	<b>272</b>
12.1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	272
12.2. AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	275
12.3. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	287
<b>XIII. RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS .....</b>	<b>288</b>
13.1 - REFORÇO ESCOLAR .....	290
<b>XIV – PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>292</b>
14.1. CLASSIFICAÇÃO.....	292
14.2. RECLASSIFICAÇÃO.....	293
14.3. ADAPTAÇÃO/APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	294
14.4. REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL .....	294
14.5. CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS PARA EJA.....	294
<b>XV – ATUAÇÃO DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS .....</b>	<b>296</b>
15.1 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS-APMF.....	296
15.2 - CONSELHO DE CLASSE .....	297
15.2.1. CONSELHO DE CLASSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	299
15.2.2. CONSELHO DE CLASSE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EJA.....	300
15.3 - CONSELHO ESCOLAR.....	300
<b>XVI. PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO E TRANSIÇÃO .....</b>	<b>301</b>
16.1. ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL.....	301
16.2. ARTICULAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS INICIAIS COM OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	301
<b>XVII – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE .....</b>	<b>302</b>
<b>XVIII. PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE.....</b>	<b>303</b>
<b>XIX – PROPOSTA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>305</b>
<b>XX – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>307</b>
<b>XXI – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA .....</b>	<b>309</b>
<b>XXII - PROPOSTA PEDAGÓGICA DO RECREIO INTERATIVO .....</b>	<b>310</b>



<b>XXIII – PROGRAMAS E PROJETOS.....</b>	<b>312</b>
23. 2. PROGRAMA COOPERJOVEM.....	313
23.3. PROJETO CONHECENDO O MUNICÍPIO .....	315
23.4. PROJETO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	316
23.5. JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDE NA ESCOLA.....	321
23.6. PROERD - PROGRAMA DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA.....	322
23.7. PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS - SEBRAE .....	322
23.8 – PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS PARA A PROVA HÁBIL E BRASIL .....	324
<b>XXIV – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>325</b>
<b>XXV - PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA.....</b>	<b>325</b>
.....	328
<b>XXVI – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – PPC .....</b>	<b>329</b>
<b>XXIV - REFERÊNCIAS .....</b>	<b>333</b>



## INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo projeto vem do *latim projectu*, participípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para adiante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira, 1975).

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar Significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa tente a determinada ruptura. As promessas tomam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994)

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico vai além de um simples agrupamento de plano de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani 1983, p.93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no

sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Nesse sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que "não é descritiva ou constantiva, mas é constitutiva" (Marques, 1990). Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

A finalidade desse documento é o de validar as ações de uma escola comprometida com a formação do cidadão, levando-nos a refletir sobre a realidade, tomarmos consciência do que já somos tendo a coragem de assumir a parcela de responsabilidade por aquilo que ainda não somos, enquanto seres humanos pertencentes a uma sociedade.

Dentro da legalidade, a elaboração do Projeto Político Pedagógico está amparada pela LDB 9394/1996 especificamente nos artigos 12,13 e 14, os quais serão descritos abaixo:

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico na escola. (Brasil, 1996)

## II – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental, localiza-se na Rua Cruz Alta, 609 – Quatro Pontes – Paraná  
Telefone (45) 3279-8122 – Cel.(45)999840440 E-mail:  
escoladonaleopoldina@hotmail.com

A Instituição atende nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo que seu horário de funcionamento é das 7h30 às 11h30, das 13h30 às 17h30 e EJA das 18h30 às 22h30.

## III – HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental teve seu início com a denominação de Grupo Escolar Dona Leopoldina, na data de 01 de março de 1962, pelo decreto 035/78. Foi fundada por iniciativa de alguns moradores da Sede Distrital de Quatro Pontes, na época pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, onde contou com 25 sócios e uma área de 10.000m<sup>2</sup>, sendo 912,76m<sup>2</sup> de área construída.

Funcionou no início com duas salas de aula e uma pequena secretaria em madeira, sob a direção do Sr. Albino Bohn e sua esposa.

Na data de 19 de fevereiro de 1982, sob a Resolução 513/82, a Escola passou a denominar-se Escola Municipal Dona Leopoldina – Ensino de 1º Grau.

O Curso de Educação Infantil foi autorizado pela Resolução 371/96, em decorrência do Art. 1º desta mesma Resolução, o estabelecimento passou a denominar-se: Escola Municipal Dona Leopoldina – Ensino Pré-escolar e de 1º grau.

Segundo a LDB 9394/96, a Deliberação 003/98 e a Resolução 3120/98, do D.O. 5332 de 11 de setembro de 1998, atualmente o estabelecimento funciona com a denominação: Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação

Infantil e Ensino Fundamental, onde atualmente estudam 103 alunos da Educação Infantil, divididos em 2 turnos e 6 turmas. Como também 215 alunos de 1º a 5º ano, divididos em 2 turnos e 12 turmas, EJA com 03 alunos em 1 turma classificados por fase, Sala de Recursos funcionando em 2 turnos com 2 turmas e Classe Especial com 1 turma com 3 alunos no matutino. Como na tabela seguinte:

SÉRIE	Nº ALUNOS MATUTINO	Nº ALUNOS VESPERTINO	Nº ALUNOS NOTURNO
Infantil 4	34	19	
Infantil 5	34	16	
1º ano	17	16	
2º ano	17	30	
3º ano	17	35	
4º ano	22	25	
5º ano	17	18	
Classe Especial	03	-	
Sala de Recursos	03	03	
EJA	-	-	03

#### IV –NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS

- Educação Infantil – Infantil 4 e Infantil 5
- Anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
- Sala de Reforço Escolar
- EJA Fase I – 4 Etapas/Períodos
- Educação Especial:
  - Classe Especial
  - Sala de Recursos Multifuncional Séries Iniciais

## V - CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMAS

Na Educação Infantil as turmas são organizadas respeitando as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas singularidades, bem como os espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos existentes na escola, tendo como parâmetro a seguinte relação professor/criança: criança de quatro e cinco anos de idade – até vinte crianças por professor (segundo a Deliberação 02/2014 – CEE). Quando ultrapassa, em até 20%, a proporção aluno por professor, exclusivamente nas turmas de Infantil 4 e Infantil 5, abre-se demanda de um estagiário (aluno de Formação de Docentes ou acadêmico de Pedagogia) como auxiliar. Atualmente totalizam seis turmas de Educação Infantil, sendo duas turmas no período matutino e uma no vespertino de Infantil 4 (alunos com faixa etária entre quatro e cinco anos de idade) e duas turmas matutina e uma vespertina de Infantil 5 (alunos com faixa etária entre cinco e seis anos de idade);

Para matrícula de ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental, segue a legislação vigente. O 1º ano do Ensino Fundamental é atendido com uma turma de manhã e outra à tarde; os alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental são atendidos em três turmas: turma “A”, no turno matutino e turma “B” e “C” no vespertino; atendemos uma turma de 3º ano no turno matutino e duas no turno vespertino; os discentes do 4º ano são organizados em duas turmas, uma em cada turno diurno; o 5º ano é atendido em uma turma no turno matutino e uma turma no período vespertino, Classe Especial atendida uma turma no período matutino. O atendimento na Sala de Reforço acontece nos dois turnos, para os alunos com defasagem de conteúdos e dificuldades de aprendizagem (em contraturno).

No período noturno é atendida a turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Fundamental – Fase I, num total de 3 alunos matriculados.

A Educação Infantil tem 104 alunos matriculados e os anos iniciais do Ensino Fundamental 214 alunos, e Classe Especial 03 alunos, distribuídos de acordo com a tabela a seguir:



## Educação Infantil – Matutino

Turma	Número de alunos
Infantil 4 “A”	17
Infantil 4 “B”	17
Infantil 5 “A”	15
Infantil 5 “B”	19

## Educação Infantil - Vespertino

Turma	Número de alunos
Infantil 4 “C”	19
Infantil 5 “C”	17

## Ensino Fundamental – matutino

Turmas	Número de alunos
1º ANO “A”	17
2º ANO “A”	17
3º ANO “A”	17
4º ANO “A”	22
5º ANO “A”	17

## Ensino Fundamental - vespertino

Turmas	Número de alunos
1º ANO “B”	16
2º ANO “B”	15
2º ANO “C”	15
3º ANO “B”	17
3º ANO “C”	18
4º ANO “B”	25
5º ANO “B”	18

**Classe Especial – DI**

Turno	Número de alunos
Matutino	03

**Sala de Recursos multifuncional**

Turno	Número de alunos
Matutino	03
Vespertino	03

**Sala de Reforço (em contraturno)**

Turno	Número de alunos
Matutino	07
Vespertino	10

**EJA – Educação de Jovens e Adultos**

Turno	Número de alunos
Noturno	03

Todas as turmas são atendidas de segunda a sexta-feira, das 7h 30min às 11h 30min, das 13h 30min às 17h 30min (com recreio escolar de 15min em cada turno) e no período noturno das 18h30min às 22h30min com cinco aulas diárias, cada aula tem a duração de quarenta e cinco minutos. De acordo com o Calendário Escolar, são previstos os mínimos 200 dias letivos de atividades com os alunos, além de dias destinados à formação continuada como Semana Pedagógica, reunião pedagógica e dias para planejamento e Conselho de Classe. Desta forma contemplamos, no mínimo, às oitocentas horas de aula, com alunos, no ano letivo.

Os alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental ocupam o mesmo prédio escolar. Porém a Educação Infantil tem mobiliário (mesas, carteiras), parque de lazer, brinquedos e materiais pedagógicos adequados a estatura corporal e etapa de desenvolvimento.

## VI. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

### 6.1. DESCRIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO

A Lei Federal nº 9394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, estabelece que a “Educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Estabelecendo-se um paralelo entre a análise da conjuntura mundial e a conjuntura brasileira, podemos dizer, em linhas gerais que: neste início de milênio, a sociedade brasileira vive um momento de rápidas transformações econômicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que os avanços na cultura e na educação transcorrem de forma bastante lenta. Em função de uma economia dependente, não se desenvolveu uma cultura e um sistema educacional que pudessem fortalecer a economia, fazendo-a caminhar para a auto-suficiência.

Ao lado de uma enorme ampliação dos recursos de comunicação e informação especialmente nos grandes centros, a solidariedade é pouco vivida nas comunidades, assim como são pouco cultivados os bens culturais locais. Por outro lado, a degradação dos ambientes intensamente urbanizados, nos quais se insere a maior parte da população brasileira e nos quais a fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida estão facilmente presentes. É preciso questionar a posição que está reservada aos jovens na escola, nos grupos comunitários, na Nação.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva.

Com princípios da política pública adotada e já amplamente divulgada estão: a Educação como direito de todos os cidadãos, a valorização do professor e de todos os profissionais da educação; o trabalho coletivo e a gestão

democrática em todos os níveis institucionais; e o atendimento às diferenças e a diversidade cultural.

A escola é constituída de uma Equipe Pedagógica formada pela Direção, Supervisão, Orientação e Coordenação Pedagógica, que respondem respectivamente pela parte administrativa e assessoramento pedagógico interno da escola. A equipe pedagógica que acompanha o desenvolvimento do aluno, auxiliando o professor no trabalho paralelo de orientação, recuperação de conteúdos e atividades diversificadas. O município oferece também aos professores formação continuada e aos alunos vários projetos de cunho pedagógico.

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

No município de Quatro Pontes há em torno de 32 professores atuando na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental que atuam diretamente na escola Municipal Dona Leopoldina.

## **6.2. VÍNCULOS FUNCIONAIS, DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES E NÍVEL DE FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE, ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS GERAIS**

Todos os funcionários da escola possuem qualificação para a sua função:

### **6.3 – RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

#### **6.3.1 - CORPO ADMINISTRATIVO**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Diretora	Paula Rejane Fulber Becker	Magistério, Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Supervisora Pedagógica	Ruth dos Reis Juwer	Magistério/História /Pedagogia, Pós-Graduação em Ed.Infantil e Alfabetização, EM Psicopedagogia Institucional e em Ed.Especial inclusiva arte/inclusiva.
Supervisora Pedagógica	Claudete Montipó	Pedagogia Pós-Graduação em Ed. Infantil e Alfabetização
Coordenação Pedagógica-	Leila Cristina Daronch Adams	Magistério, Graduação em Letras e Pós-Graduação em Gestão Escolar.
Orientação Educacional	Dirlei Scherer Sand	Pedagogia Pós-Graduação em Educação Infantil e Alfabetização Pós-graduação em Educação Especial e educação Inclusiva
Nutricionista	Jussara Gheller	Graduação em Nutrição
Secretária	Alessandra Carine Garcia.	Graduação em Ciências Biológicas.

### 6.3.2 - CORPO DOCENTE

FUNÇÃO	NOME	FORMAÇÃO
Infantil 4 A	Camila Geovana Stankowiche de Souza	Magistério, Graduação em Pedagogia.
Infantil 4 B	Nivalda Ferreira de Souza Paulo	Magistério-Complementação pedagógica em Serviço Social.
Infantil 4 C	Nivalda Ferreira de Souza Paulo	Magistério-Complementação pedagógica em Serviço Social.
Infantil 5 A	Juçara DeimlingFeldhaus	História. Pós-Graduação em Educação Especial



Infantil 5 B	Vera Beatriz dos Santos Meie	Magistério, Pedagogia - Pós em Arte e em Educação e Terapia.
Infantil 5 C	Daniele Cristina FrohlichKappes	Pedagogia, Pós-graduação em Educação Especial com ênfase em deficiência intelectual
1º ano A	MaiaraGerhardt	Letras Português/Espanhol + Pedagogia, Pós Em Psicopedagogia
1º ano B	Aline Marcela Rossi	Magistério-Pedagogia. Pós em Educação Infantil
2º ano A	Mylena Fernanda Thomas	Pedagogia. Pós em Distúrbios de Aprendizagem
2º ano B	Débora Simone Geib	Pedagogia. Pós-Graduação em Educação Infantil, Gestão Escolar e Coaching Educacional
2º ano C	MylenaFernanda Thomas	Pedagogia. Pós em Distúrbios de Aprendizagem
3º ano A	Paula Cristina BoufleuherVergutz	Magistério + Letras Português/Alemão, Pós graduação em Gestão Escolar
3º ano B	Denise Regina Laismann	Pedagogia e Letras – Português e Espanhol. Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica
3º ano C	Cristiane Bernadete OsorioSchallenberger	Letras/Português/Espanhol.- Pedagogia. Pós em Coordenação Escolar.

4º ano A	Paula Cristina EmmelNied	Pedagogia e Educação Física. Pós graduação em Educação Física e em Educação Infantil e anos iniciais
4º ano B	Denise TatianiDorfschmidt	Pedagogia. Administração em Agronegócio.
5º ano A	Leticia Ester Brauweres	Pedagogia.
5º ano B	Edivanete de Luna Sbardelatti	Pedagogia-Pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Pós em Ed. Especial com ênfase em DI.
Classe Especial	Edivanete de Luna Sbardelatti	Pedagogia-Pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Pós em Ed. Especial com ênfase em DI.
EJA	Regiandra Larissa Neumeister de Cristo Leite	Letras-Português/Inglês e Pedagogia. Pós-Graduação em Língua Inglesa, Educação Especial Inclusiva, Educação Infantil-Práticas Lúdicas e em Educação de Jovens e Adultos.
Arte matutino	Daniele Cristina FrohlichKappes	Pedagogia, Pós graduação em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual

Arte vespertino	Indianara Lovane Petersen	História e Pedagogia-Pós- Graduação em Gestão Pública e Atendimento Educativo Especializado e Pós graduação em Metodologia do Ensino da Arte.
Inglês matutino	Neliane Carmem GiacominiNied	Magistério, Pedagogia. Pós- Graduação em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação Especial.
Inglês vespertino	Leticia Ester Brauweres	Graduação em Pedagogia.
Ed. Física	Carla Daiana da Silva	Ciências Biológicas e Pedagogia
Educação Ambiental- Matutino.	Nadine Tamires Boll	Graduação em Pedagogia.
Educação Ambiental- Vespertino.	Leila Aparecida S. Lizzoni	Pedagogia-Pós em gestão e práticas pedagógicas e neuropsicopedagogia.
Informática matutino	Aline Marcela Rossi	Magistério-Pedagogia. Pós em Ed. Infantil
Informática vesperino	Regis Luciane Lovatto	Magistério-Matemática –Pós em educação no campo e Educação Especial c/ ênfase no espectro autista
Sala de Recursos	Dirlei Scherer Sand	Magistério. Pedagogia – Pós em Educação Infantil e séries iniciais e em Educação Especial
Reforço -	Miriam Maristela	Magistério. História,

matutino.	GrebinStenzel	Pedagogia. Pós em Gestão Escolar, Psicopedagogia e Educação Especial
Reforço – vespertino.	Roseli Siebert Rösler	Magistério. História – Pós graduação em Educação infantil e alfabetização.
PAE	Adriane Lucia Senger	Pedagogia. Pós Graduação em Neuropsicopedagogia e em Alfabetização e Letramento

### 6.3.3 – FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO	NOME	FORMAÇÃO
Zeladora	IlaineWeimer	Ensino Médio
Merendeira	Soeli M <sup>a</sup> KnebelVergutz	Ensino Médio
Zeladora	Juliana Dani	Ensino Médio
Zeladora	Marlene C. N. Vergutz	Ensino Médio
Zeladora	Maria E. W. Thomas	Ensino Médio incompleto
	Iris Vergutz	Ensino Médio
Manutenção	Norberto F.Engelsing	Ensino Médio

## VII - RESULTADOS EDUCACIONAIS

De acordo com dados estatísticos do SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar), o ano de 2019 teve registro de 94 matrículas na Educação

Infantil, tendo a taxa de aprovação de 100%, ou seja, todos os alunos foram aprovados. Deste número de matrículas, 9 foram transferidos, tendo percentual de 9,57. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental I (de 1º ao 5º ano) tiveram registro de 240 matrículas, destas, 215 alunos foram aprovados, perfazendo um total de 85,71%, 6 alunos aprovados por conselho de classe, tendo percentual de 2,79, 2 alunos reprovados, tendo percentual de 0,92 e 23 alunos foram transferidos, tendo percentual de 9,58. O EJA (Educação de Jovens e Adultos) teve registro de 7 matrículas (somando-se dois semestres), 6 alunos foram aprovados e 1 aluno desistente. De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Escola Municipal Dona Leopoldina teve seu índice de IDEB no ano de 2019 em 7.1, maior que nos anos de 2017 que foi de 6.9 e em 2015 que foi de 6.5.

### 7.1. Organograma

Tanto os fundamentos epistemológicos quanto os princípios pedagógicos implicam novos papéis para alunos e professores. O caráter democratizador, mediador, transformador e globalizador da escola passa pelo professor. Com efeito, a validade da fundamentação epistemológica e a aplicabilidade dos princípios pedagógicos dependem da postura do professor, constituído em mediador na interação dos alunos entre si, o meio social, os objetos e os instrumentos do conhecimento. Para exercer o papel de mediador, é necessário ter conhecimento do aluno e do objeto de ensino.

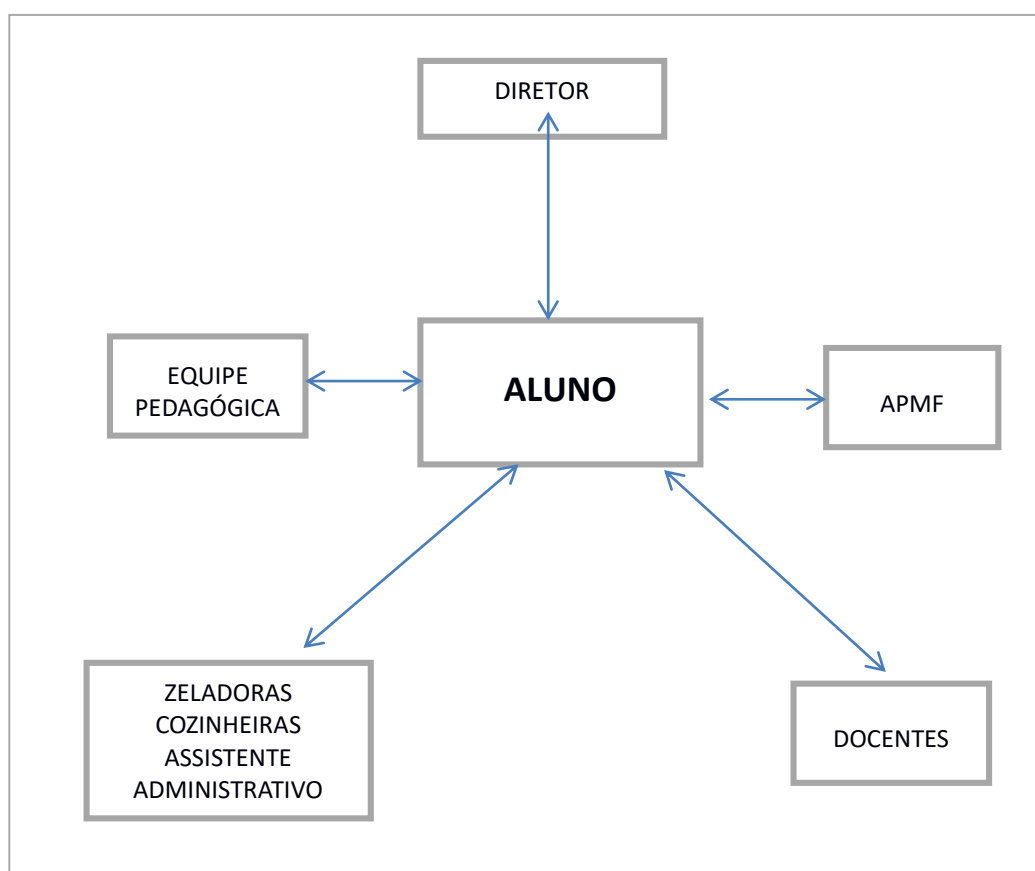
Planejar este processo é uma enorme responsabilidade. Pretender desenvolver atividades pedagógicas sem levar em consideração o nível conceitual do aluno e seu estado de espírito é temerário. Da mesma forma, insistir em ensinar para o aluno aquilo que ele já sabe, é tedioso. Aqui está a sabedoria do trabalho docente e curricular.

Esta visão não está relegando o professor à segundo plano. Muito pelo contrário. Seu papel se fortalece. Ele é o planejador, o condutor do processo de aprendizagem, o grande incentivador e administrador da curiosidade de crianças e jovens.



Por seu intermédio, o aluno encontrará na escola as ferramentas e os métodos da sistematização do conhecimento, aumentando a responsabilidade e a importância do professor.

O aluno é sujeito do processo de ensino-aprendizagem que ocorre dentro da escola. Cabe ao professor promover meios pedagógicos que permitam ao educando desenvolver competências e habilidades para que esse processo se efetive.



## VIII - RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS

### 8.1– Administrativo

A Área Administrativa da Escola Municipal Dona Leopoldina, inaugurada em 1999, com 392m<sup>2</sup>, num investimento de R\$117.121,00, foi construída com o intuito de contribuir para a perfeita realização dos trabalhos da área administrativa da escola contando com as seguintes dependências:

- Sala dos professores;
- Secretaria;
- Lavanderia;
- Sala de direção e coordenação;
- Sala de informática;
- Sala de planejamento;
- Banheiros (01feminino, 01masculino);
- 01 sala de recursos multifuncional;

### 8.1.2 - Educação Infantil/ Ensino Fundamental

Atualmente, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental utilizam as seguintes dependências da escola:

- 10 salas de aula;
- 01 sala de Educação Física;
- 01 sala com laboratório de Matemática e Ciências;
- 01 almoxarifado;
- 01 lavanderia;
- 02 conjuntos de banheiros para alunos (masculino e feminino).

OBS: cedidos ao Colégio Estadual Quatro Pontes: 01 sala de aula; 01 cozinha; Banheiros femininos e masculinos. Cedidos ao CMEI Cantinho Feliz: 04 salas de aula, 2 conjuntos de banheiros infantis masculino e feminino, 01 cozinha e 01 banheiro para funcionários.

A escola conta também com um Ginásio de Esportes, situado ao lado da Escola Municipal Dona Leopoldina, o que é utilizado para a realização de atividades esportivas, como aulas de Educação Física, treinamentos, formação de equipes culturais como danças, teatros e apresentações diversas.

A Prefeitura Municipal de Quatro Pontes é a entidade mantenedora da Escola Municipal, e para tanto repassa à escola todo o material utilizado na manutenção da limpeza e conservação da estrutura física do prédio, realizando reformas e mudanças quando necessário.

Todo o quadro de docentes da Escola, possuem notebook cedido (empréstimo) pela Prefeitura Municipal para uso nas atividades laborais.

### **8.1.3 - Inventário do Mobiliário**

#### **8.1.3.1 - Salas de aula do Ensino Fundamental**

- Carteiras (108);
- Cadeiras (100);
- Mesas de professor (05);
- Armários (13);
- Cadeiras estofadas (08);
- Relógios (05);
- Ar condicionado (05);
- Projetor multimídia (05);
- Bebedouro (05).

#### **8.1.3.2 - Salas de aula do Ensino Fundamental compartilhadas com a Educação Infantil:**

- Mesas/carteiras (38);
- Cadeiras (36);
- Mesa do professor (02);
- Espelho (01);
- Cadeira estofada (02);
- Relógio (02);
- Ar condicionado (02);
- Projetor Multimídia (02);
- Armário (05);
- Prateleira em madeira (02);
- Bebedouro (02).

#### **8.1.3.3 - Sala da Classe Especial:**

- Mesa do professor (02);
- Cadeiras (05);
- Carteiras (03);

- Ar condicionado (01);
- Armário em MDF (02);
- Notebooks (02).

#### **8.1.3.4 - Sala de Educação Física:**

- Mesa do professor (01);
- Cadeira estofada (01);
- Par de suporte para salto de altura (01);
- Colchões (05);
- Plinto com seis gavetas (01);
- Armário (02);
- Tabelas de basquete (02);
- Pneus (03);
- Arcos pequenos para futebol (02);
- Pares de tacos de bet's (10);
- Pares de pernas de pau (12);
- Ar condicionados (01).
- Palhaço tiro ao alvo (01);
- Peças figuras geométricas com suporte (08);
- Suporte para base baixa (02);
- Suporte para base média e alta. (02);
- Tábua de equilíbrio (01);
- Escada (01);
- Banco sueco (01);
- Armário madeira 02 portas e 06 gavetas (01);
- Balança higrométrica (01);
- Rede de vôlei (01);
- Jogos badminton (06)
- Colchonetes (30);
- Espelho grande (02)
- Bebedouro (01)

#### **8.1.3.5 - Salas de Educação Infantil**

- Mesinhas (39);
- Cadeiras (37);
- Mesas do professor (03);
- Espelhos (02);
- Cadeiras estofadas (02);
- Relógios (02);
- Ar condicionado (02);
- Projetor multimídia (02);
- Armário (04);
- Prateleira em madeira (02);
- Bebedouro (02).

#### **8.1.3.6 - Sala Nutricionista**

- Balança digital e biométrica (01);
- Balança digital (alimentos) (01);
- Armário 2 portas de madeira (01);
- Mesas (02);
- Cadeiras (04);
- Ar condicionado (01);
- Telefone(01);
- Carteira (01);
- Congelador (01);
- Arquivo (02);

#### **8.1.3.7 - Biblioteca**

- Mesas (06);
- Cadeiras estofadas (18);
- Cômoda (02);
- Estantes de madeira (13);

- Escrivaninha (01);
- Porta revista (02);
- Armário (03);
- Computador (02);
- Impressora (01);
- Cadeira giratória (02);
- Carteiras (04);
- Aparelho de som pequeno (02);
- Ar condicionado (02);
- Arquivo (02).

#### **8.1.3.8 - Sala da Direção**

- Escrivaninha (01);
- Cadeira giratória (01);
- Cadeiras estofadas (02);
- Armário com 12 portas (01);
- Telefone (01);
- Ar condicionado (1);
- Carteira (01).

#### **8.1.3.9 - Sala da Equipe Pedagógica**

- Escrivaninhas (08);
- Ar condicionado (01);
- Armário com 04 portas (01);
- Armário com 02 portas de madeira (01);
- Estante de madeira (01);
- Cadeiras estofadas (07);
- Carteira (01);
- Computador (01);
- Impressora (03);



- Telefone (01);
- Arquivos (02).

#### **8.1.3.10 - Sala de Recursos:**

- Cadeiras estofadas (07);
- Mesa do professor (01);
- Armário (02);
- Mesa alfabetizadora (01);
- Mesa grande para computador (02);
- Quadro branco (01);

#### **8.1.3.11 - Sala do reforço:**

- Mesa (01);
- Carteiras (06)
- Escrivania (01);
- Cadeiras giratórias (01);
- Cadeiras estofadas (06);
- Estante de madeira (01);
- Porta revistas (01);
- Estante de ferro (02);
- Armário (02);
- Ar condicionado (01).

#### **8.1.3.12 - Secretaria**

- Computador (02);
- Impressoras (02);
- Scanner (01);
- Cadeira giratória (01);
- Balcão (01);
- Arquivos em aço (12);

- Escrivaninhas (02);
- Ar condicionado (01);
- Carteira (01);
- Ventiladores de teto (02);
- Xerocadora (01);
- Telefone (01);
- Relógio de parede (01);
- Fichário de mesa (01);
- Encadernadora (01).
- Guilhotina. (01);

#### **8.1.3.13 - Sala dos professores**

- Mesa de jantar com 18 cadeiras;
- Armário de MDF 04 portas e 12 gavetas (03);
- Mural (02);
- Aparelho de som (01);
- Ventiladores de teto (02).
- Ponto digital (01)
- Mesas de madeira (01);
- Ar condicionado (01);
- Jogo de sofá (01)
- Geladeira (01);
- Mesa em MDF para 3 computadores de mesa.

#### **8.1.3.14 - Sala de informática**

- Computadores (28);
- Impressora (01);
- Ar condicionado (01);
- Cadeiras giratórias (30);
- Escrivaninha (01);

- Armário (01);
- Relógio (01);
- Projetor Multimídia (01);
- Carteiras (02).

#### **8.1.3.15 - Sala de planejamento:**

- Mesa dupla para computadores (03);
- Cadeiras (08);
- Carteira (01);
- Mesa (1);
- Ar condicionado (01);
- Computador (02);
- Impressora (01);
- Ventiladores de teto (02).

#### **8.1.3.16 - Cozinha**

- Balcão de concreto com pia 02 bocas (01);
- Geladeira (02);
- Congelador (04);
- Fogão de quatro bocas industrial (01);
- Fornos elétricos (01);
- Forno elétrico industrial;
- Mesas (01);
- Botijão de gás 13Kg (05);
- Botijão de gás 45Kg (01);
- Liquidificador (1);
- Liquidificador industrial (01);
- Batedeira (1);
- Batedeira planetária (01);
- Balança digital para alimentos (01);

- Aparelho de som (01);
- Multiprocessador (01);
- Armário de fórmica com 8 portas e 8 gavetas (01);
- Térmicas 1.8 litros (08);
- Térmicas 1 litro (01);
- Térmicas de 3.5 litros (04);
- Ventiladores de teto (01);
- Relógio de parede (1);
- Filtro de água (1);
- Torneira elétrica (1);
- Térmica 5 litros (02);
- Térmica 25 litros (01);
- Térmica 20 litros (01);
- Térmica 10 litros (01);
- Térmica 2 litros (01);
- Cadeiras (02);
- Micro-ondas (01);
- Condicionador de ar (1);
- Caixa térmica 50l (1);
- Caixa térmica 30l (1);
- Centrífuga de frutas (1);
- Espremedor de frutas industrial (1);
- Forno a gás (1);

#### **8.1.3.17 - Lavanderia (administrativo):**

- Tanque (01);
- Varal suspenso (1);
- Lavadora de alta pressão (1);
- Estante em aço (3).

### 8.1.3.18 - Saguão do Ensino Fundamental

- Mesa infantil (04);
- Mesa (1);
- Cadeira infantil (16);
- Biombos (02);
- Bebedouro adaptado (01)
- Mesa de tênis de mesa (01);
- Mesa de futebol de botão (1);
- Quadros negros (01);
- Mesa de pebolim (01);
- Kit lixeiras de metal (01);
- Kit lixeiras de plástico (1);
- Porta bandeira (01);
- Relógio de parede (01);
- Ventilador (01);
- Televisor (1);

### 8.1.3.19 -Sala de matemática e ciências:

- Balcão com pia (01);
- Estantes de madeira (07);
- Armário de madeira 4 portas e 12 gavetas (01);
- Armário de alumínio 2 portas (01);
- Mesas (02);
- Cadeiras (16);
- Binóculo (01);
- Microscópio (01);
- Globo terrestre (03);
- Telescópio (3).

**8.1.3.20 - Almoxarifado:**

- Estante de alumínio (06);
- Estante de madeira (02);
- Armário de madeira (03);
- Escada de alumínio (01);
- Máquina de alta pressão (02);
- Soprador (01);
- Caixa de ferramentas (01);
- Carteiras;
- Cadeiras;

**8.1.3.21 - Lavanderia:**

- Armário (02);
- Estante de aço (02);
- Estante de madeira (01);
- Máquina de lavar roupa (01);
- Tanque 2 bocas (01)
- Centrifuga (01).
- Máquina 12kg automática (01);
- Armário de madeira (01);
- Mesa (01);
- Cadeiras (04);
- Varais suspensos (03);

**8.1.3.22 - Refeitório**

- Conjuntos de mesas com bancos e rodinhas (09);
- Mesa para servir o lanche (01);
- Bancos de concreto (04);
- Carrinho para transportar lanche (01).



## **IX. OBJETIVOS, FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS**

### **9.1. Objetivos Gerais**

A escola de qualidade tem por função desenvolver relações interpessoais que conduzem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos. Tem a função de formar o cidadão, assegurando ao estudante o acesso e a apropriação do conhecimento sistematizado, mediante a instauração de um ambiente propício as aprendizagens significativas e as práticas de convivência democrática. A escola precisa estar voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de seus alunos, pais, comunidade e sociedade, como organização de partes interdependentes que se relacionam em busca de objetivos comuns. A escola deve assumir que a qualidade é construída de maneira decisiva no seu interior, por seus integrantes, e assume um compromisso claro e inequívoco de desempenho superior junto à Comunidade a que serve.

Portanto a escola deve construir um clima escolar que favoreça o processo de ensino – aprendizagem e que define e organiza processos que conduzem ao alcance de seus objetivos. Sabemos que é por meio da participação de todos os aprendizes que interagem entre si que se realiza o processo de construção do conhecimento, cabendo a escola formar o sujeito, capaz de, em diferentes situações interagir com as pessoas e resolver problemas da vida cotidiana assumindo o seu verdadeiro papel.

Para tanto a escola precisa construir/instruir de forma coletiva, alternativas que possibilitem a concretização desta função, pois a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 22 dispõe que “educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A educação básica deve preconizar a possibilidade de acesso ao conhecimento científico, cultural e socialmente construído pela humanidade, para todos, possibilitando ainda, diferentes formas, tempos e espaços de aprendizagem. Deve garantir ao estudante a permanência na escola e sua

promoção escolar, com condições necessárias ao seu desenvolvimento. Valorizar a individualidade, partindo da compreensão das possibilidades de cada um, levando em consideração que a heterogeneidade marca a espécie humana e entendendo que existem diferentes ritmos e processos particularizados de aprendizagem e de convivência.

## **9.2. Objetivos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos**

Seguindo as prerrogativas do Art. 15 da Deliberação 02/2014 – CEE, as instituições que ofertam Educação Infantil devem:

ter como objetivo garantir às crianças acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças e:

- I - propiciar oportunidades para apropriação de conhecimentos e valores pela e com a criança;
- II - proporcionar o contato com as múltiplas linguagens de forma significativa, sem sobreposição do domínio do código escrito sobre as demais atividades;
- III - conceber o jogo e o brinquedo como formas de aprendizagem a serem utilizadas com a criança;
- IV - estimular a observação, o respeito e a preservação da natureza, despertando atitudes de cuidado com o meio ambiente e o interesse para protegê-lo e melhorá-lo;
- V - incentivar o conhecimento sobre a biodiversidade, a sustentabilidade da vida na Terra e o não desperdício dos recursos naturais, conforme a Deliberação específica de Educação Ambiental do CEE/PR;
- VI - promover ações de respeito à cidadania e ao bem comum;
- VII - valorizar a criatividade e a imaginação;
- VIII - estimular a autonomia, a curiosidade, o senso crítico e o valor estético e cultural, possibilitando a elaboração de hipóteses e a construção da independência;
- IX - garantir a articulação das características da população a ser atendida com o fazer pedagógico, prevendo mecanismos de interação entre família, escola e comunidade, com respeito à diversidade étnico-cultural, de forma a assegurar o direito da criança ao desenvolvimento de sua identidade e cidadania;
- X - incentivar o processo de participação coletiva da comunidade e dos segmentos que compõem a instituição, aprovada pelo Conselho Escolar e materializada no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar da instituição. (DELIBERAÇÃO 02/2014 CEE).

Na Educação Infantil ainda, segundo a Resolução 05/2009 em seu Art. 8º explicita:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; 2 IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade; V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição; VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (Resolução 05/2009 CNE/CEB)

Objetivos esperados para o Ensino Fundamental, além dos que já foram citados anteriormente, o pleno desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização.

Como objetivos para o Ensino Fundamental pode-se citar também:

- Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem para a conquista de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores.

- Fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca;

- Respeito às diversidades culturais, regionais, étnicos, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, onde a educação possa atuar, decisivamente no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade dos direitos entre os cidadãos, baseando nos princípios democráticos.

- Reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, proporcionando a interação com seus pares, com o brincar e as brincadeiras.

- Reconhecer que as aprendizagens são constituídas na interação entre os processos de conhecimento, linguagem e afetivos, ou seja, das diversas experiências de vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo que devem contribuir para a construção de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de construção de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual.

O papel fundamental da construção curricular para a formação dos educandos desta modalidade de ensino é fornecer subsídios para que se afirmem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos. Tendo em vista esta função, a educação deve voltar-se a uma formação na qual os educandos possam: aprender permanentemente; refletir de modo crítico; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos (KUENZER, 2000, p. 40).

### 9.3. Fundamentos Teóricos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Os fundamentos do Ensino Fundamental se pautam na Resolução 07/2010 CNE, segundo o qual o Ensino Fundamental é um direito público de toda a população brasileira e dever do Estado em ofertá-lo a todos de forma gratuita, de qualidade e sem seleção. A Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto oferta esse ensino assegurando a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, sem distinção e/ou discriminação.

A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

§ 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série.

Além do descrito acima, os fundamentos teóricos tanto do Ensino Fundamental quanto da Educação Infantil também têm como referência o Currículo da AMOP, no qual são apresentados os pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais.

Segundo o Currículo Básico para a Escola Pública Municipal do Oeste do Paraná, os pressupostos filosóficos dizem respeito à concepção de homem e de

sociedade e à compreensão de educação, e são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos expressam um modo de pensar o fazer da educação, para consolidar os pressupostos filosóficos. Assim, dizem respeito ao método, aos conteúdos e às práticas escolares cotidianas. Os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão sustentação à operacionalização da proposta curricular.

### 9.3.1. Pressupostos Filosóficos

A educação se constitui em um dos principais bens da humanidade. Por ela, as gerações vão legando, umas às outras, as experiências, os conhecimentos e a cultura acumulada ao longo da história, permitindo tanto o acesso ao saber sistematizado, quanto a produção de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. Contudo, por ser histórica, a educação não se faz sempre da mesma forma em todas as épocas e em todas as sociedades. Faz-se educação de acordo com as condições possíveis em cada momento do processo de desenvolvimento social, histórico, cultural e econômico, ou seja, isso pressupõe pensá-la e fazê-la em uma perspectiva político-pedagógica.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática<sup>1</sup> de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas. Em função da importância desse bem, a educação escolar não pode ser tratada como algo comum, mas deve ser sustentada por uma linha de pensamento coesa e consistente e que dê conta de formar o ser humano em sua

<sup>1</sup> “Faz-se necessário que esta prática seja fundamentada teoricamente, pois se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática dissociada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer. É preciso unificá-las na práxis” (SAVIANI, 2003, p. 41-42).



plenitude, integralidade, ou seja, uma formação omnilateral<sup>2</sup>. Por isso, não basta que os professores tenham apenas clareza dos conteúdos a serem trabalhados, mas, principalmente, que saibam como abordá-los filosoficamente e pedagogicamente (método e metodologia<sup>3</sup>) para que professores e alunos, em suas práticas sociais, saibam utilizá-los para a busca constante de sua autonomia.

Neste sentido, partimos do princípio de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, ou seja, as ideias, as representações. A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo processo de vida real. Assim, de acordo com os fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, a presente Proposta Pedagógica Curricular parte de determinados princípios.

O primeiro é que são os homens que fazem a história diante de determinadas necessidades e condições materiais, quais sejam: sociais, políticas, econômicas e culturais. O segundo é que toda a base da sociedade está fundada no trabalho. O terceiro é que a realidade não é estática, pois se encontra em constante movimento. Esses três princípios marcam a vida do homem e estabelecem seus limites e suas possibilidades, ou seja, evidenciam como, em cada momento histórico, os homens se organizam para produzir a sua existência.

Assim sendo, a primeira premissa é a de que os homens, para fazer história, precisam estar vivos, e o primeiro ato histórico é o de produzirem a sua própria vida pelo trabalho. Ao produzirem a sua existência, produzem também os meios para realização desse trabalho. Como o homem não vive só, construiu relações sociais com outros, aprendendo, com isso, as primeiras normas de relacionamento e instituindo, paulatinamente, as ciências políticas. Juntos conheceram e modificaram a natureza, dominando-a e estabelecendo com ela uma relação profunda.

---

<sup>2</sup> Segundo Frigotto (2012), “Omnilateral é um termo que vem do *latim* e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’”. O autor ainda destaca que Educação omnilateral significa “a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos [...]” (FRIGOTTO, 2012, p. 265)

<sup>3</sup> A definição de método e metodologia está explicitada nos pressupostos pedagógicos deste currículo.

Se o pressuposto fundamental de toda a matéria viva, e em especial do ser humano, é estar vivo, ele precisa satisfazer algumas necessidades básicas, tais como comer, vestir, beber, morar, dentre outras coisas. Todavia, não consegue essas coisas da mesma forma que os outros seres vivos; o homem precisa trabalhar, e o faz sobre os meios de produção, isto é, sobre a terra, o capital, as fábricas, a matéria-prima, dentre outras formas. Ao fazê-lo, não o faz sempre da mesma forma, mas de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais, de acordo com o grau de desenvolvimento cognitivo, da ciência e da habilidade técnica. Além disso, a produção dos bens necessários à sobrevivência não ocorre de forma individual, pois não consegue-se produzir sozinho e isolado todos os bens de que são necessários à vida, mas se faz socialmente.

De acordo com Marx (1963), os homens se definem pelo trabalho<sup>4</sup>. Nessa perspectiva, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que interagem com o meio e com os outros homens, transforma-se e produzem-se como homem humanizado<sup>5</sup>. Essa relação é dialética por caracterizar-se como um movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças.

Segundo Oliveira, Almeida e Arnoni (2007), as leis da dialética são: i) passagem da quantidade à qualidade: ao mudarem, as coisas não fazem isso sempre no mesmo ritmo, o qual pode ser: lentos, acelerado, saltos ou modificações radicais; ii) interpenetração dos contrários: tudo tem a ver com tudo, pois os diversos aspectos da realidade se entrelaçam em diferentes níveis e um depende do outro, as coisas não podem ser compreendidas isoladamente; iii) negação da negação: está relacionada ao movimento, isto é, toda afirmação

<sup>4</sup> “Diferentemente do mundo inorgânico e orgânico, o ser humano tem que adaptar a natureza às suas necessidades, produzindo e reproduzindo seus meios de existência. É esse agir sobre a natureza e sobre o mundo social que Lukács (1984) chama de trabalho. Por essa razão, de acordo com o autor, todo agir humano tem no trabalho seu protótipo, quer dizer, o trabalho é a primeira relação social, é uma prática exclusiva do ser humano. É o trabalho que faz o ser social emergir do ser natural – orgânico e inorgânico – e assumir sua especificidade social, sempre mais ampla no curso da história” (MORAES, 2009, p. 597).

<sup>5</sup> É preciso distinguir o processo de hominização (evolução biológica do homem) do processo de humanização que ocorre com a apropriação da cultura.

engendra a sua negação, que também não prevalece como tal, sendo que ambas serão superadas pela síntese, que, por sua vez, acaba sendo a negação da negação.

Para compreensão das leis da dialética, faz-se necessário compreender as três categorias. A primeira é o Movimento: na primeira lei, a ênfase é dada na mudança quantitativa ou qualitativa, sendo que qualquer mudança resulta do movimento. Na segunda, o movimento está tanto na negação mútua que se estabelece entre os termos da relação quanto na possibilidade de completar-se; por fim, o movimento está presente na negação da tese pela antítese e dessa pela síntese.

A segunda categoria é a Totalidade<sup>6</sup>: na lógica dialética, o todo é mais que a soma das partes que o constituem, o todo e as partes não são fixos, estão em movimento. Eles se modificam de acordo com as relações que estabelecem entre si. Essas relações são de tensão porque expressam a relação mútua entre eles, que são opostos e, por isso, ao mesmo tempo em que se negam, se completam; ou seja, sem a visão do todo não se compreende as partes. No trabalho, por exemplo, 10 pessoas bem entrosadas produzem mais do que a soma das produções individuais de cada uma delas, isoladamente considerada (KONDER, 2005).

A terceira categoria é a Contradição: também está expressa nas leis da dialética, e a sua base é a negação mútua, isto é, a contradição só ocorre quando dois termos, opostos entre si, estabelecem relação. Essa pode ser entre opostos não antagônicos (Ex. homem-mulher, professor-alunos etc.) ou opostos antagônicos (Ex. Capital-Trabalho). Quando a contradição ocorre entre opostos não antagônicos, um explica o outro e ambos se completam; por outro lado, quando ocorre entre opostos antagônicos, é necessário que seja superada.

Na lógica dialética, o movimento, a contradição e a superação não podem ser entendidas de forma linear, mas somente em espiral dialético, uma vez que não tem fim nem começo, ou seja, é permanente. Esses princípios

<sup>6</sup> De acordo com Konder (2005), para que se possa encaminhar uma solução para os problemas, é preciso ter uma visão de conjunto, pois é a partir disso que torna-se possível avaliar a dimensão de cada elemento, pois a verdade é o todo. Portanto, necessita-se de um conhecimento totalizante, pois a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que se tem dela e, embora sempre tenha algo que escapa às sínteses, essa é a visão de conjunto que nos permite descobrir a estrutura da realidade, ou seja, como a sociedade funciona.

marcam a vida dos homens e estabelecem limites e possibilidades de superação. São distintas, mas não se dissociam; são interdependentes e intercomplementares.

Quando se fala que a realidade não é sempre a mesma, refere-se ao fato de que realidade e homens se constituem como processo, que é movimento. Nesse processo, os homens, ao trabalharem a natureza para viver, são produzidos pelo meio em que vivem e trabalham. Na medida em que vão sendo produzidos, os homens vão se sensibilizando, conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas, reelaboradas e transmitidas reciprocamente, portanto, é impossível dissociar os homens do trabalho e da natureza cuja relação é condição existencial. É por meio do trabalho<sup>7</sup> que o ser humano se humaniza, pois, na medida em que intervém no mundo para garantir sua sobrevivência, o homem cria sua própria vida e, conseqüentemente, sua história.

A categoria trabalho é compreendida aqui, como sendo a atividade consciente e planejada pela qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens capazes de satisfazer as suas necessidades, cria as bases de sua realidade sociocultural e produz-se a si mesmo, desenvolvendo as capacidades superiores que o diferenciam dos outros animais. Se os homens fazem a história diante de determinadas necessidades e condições sociais, pode-se afirmar que o processo histórico é constituído de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, não se fazendo de forma linear e homogênea. Ao contrário, realiza-se por meio da luta pela sobrevivência, permeado por interesses sociais, econômicos, culturais e políticos divergentes, contraditórios e/ou antagônicos.

Em decorrência de o conhecimento ser um produto histórico-social, um bem necessário e fundamental à produção da sobrevivência, seu processo de transmissão e de apropriação tem sido marcado por diferentes interesses sociais, sendo transformados em propriedade privada<sup>8</sup>. Como consequência, a

<sup>7</sup> O trabalho, em uma forma social genérica, é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1963, p. 149), isto é, é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana.

<sup>8</sup> “Note-se que estamos fazendo referência a um complexo processo que envolve a questão do controle, pelas classes dominantes, de quanto do conhecimento possa e deva ser difundido,

nem todos os homens está posta a possibilidade de aprender a argumentar com base em fatos, dados e conhecimentos, para formular e defender ideias, pontos de vista e tomadas de decisões que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Essa situação impõe a necessidade de a educação escolar trabalhar com um nível de conhecimento científico, artístico, filosófico, de forma metódica e sistemática, que se institua como um instrumento a serviço da transformação intencional sobre o mundo.

Nessa sociedade marcada pela propriedade privada dos meios de produção, cabe a nós, na condição de professores, fazer da escolarização um instrumento de problematização, de socialização e de apropriação do conhecimento, contribuindo para a crítica<sup>9</sup> social e para o desenvolvimento de meios de transformação da realidade<sup>10</sup>. A partir da divisão da sociedade, as classes economicamente dominantes também se apresentam dominantes quanto à valorização do conhecimento voltado à produção utilitária e ao domínio ideológico. Por essa razão, escamoteiam as contradições e os antagonismos sociais e apresentam os seus interesses parciais e de classes, como expressão natural do interesse universal.

---

para quem e sob quais formas, de maneira a manter a população em níveis de consciência que permitam sua manipulação ideológica e, ao mesmo tempo, que essa população disponha de ferramentas intelectuais mínimas indispensáveis ao processo de sua adaptação à vida social. [...] De um lado, é preciso manter a população em níveis intelectuais que permitam o controle de suas necessidades e aspirações e, por outro lado, é preciso fornecer a uma parcela dessa população, uma educação de um nível intelectual mais elevado e mais complexo, que permita a reprodução da força de trabalho, além, é claro, da necessidade de formação altamente qualificada das elites intelectuais que têm a tarefa de tentar gerenciar o processo econômico e político do capitalismo contemporâneo" (DUARTE, 2007, p. 7).

<sup>9</sup> Para Moraes (2009), "Ao contrário das receitas para o futuro, que nada mais fazem do que perenizar o presente, é a análise crítica do existente que pode revelar os possíveis futuros que ele encerra" (MORAES, 2009, p. 603).

<sup>10</sup> "A opção está posta: escolhermos uma teoria que contribua para perenizar o presente e administrar o existente, como as várias versões da epistemologia da prática, particularmente na educação, ou uma teoria que proceda à análise crítica do existente, que informe a prática científica consciente de si mesma, pois é o processo histórico-crítico do conhecimento científico que nos ensina (como seres sociais) a capacidade emancipatória da teoria, que nos torna conscientes de nosso papel de educadores que não ignoram que a transmissão do conhecimento e da verdade dos acontecimentos é um instrumento de luta e tem a função de ser mediação na apreensão e generalização de conhecimentos sobre a realidade objetiva, sob a perspectiva do domínio sobre a realidade segundo as exigências humanas" (MORAES, 2009, p. 603-604).

Apesar de atribuírem à escola a responsabilidade pela solução de praticamente todos os problemas sociais, e de fazerem dela a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso social dos indivíduos, ela é mais determinada do que determinante social. Apesar de muitos problemas se fazerem sentir no interior da escola, ela não é absoluta, não é autônoma. Ela é “parte” da sociedade e não a própria sociedade; é um dos espaços educativos privilegiados que a compõe. Ela se constitui em um espaço de contradição e atua no âmbito da educação formal, tanto como agente para a transformação quanto para a conservação social. É fundamental que a escola não deixe de socializar os conhecimentos historicamente construídos/acumulados sobre o mundo físico, social, cultural, tecnológico e os conteúdos relevantes.

Para Saviani (2003), “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (Ciência) [...]”. Assim, para o mesmo autor “trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório”, ou seja, trabalhar o clássico, “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”. Ele acrescenta, ainda, que “clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003, p. 22-23), porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável à emancipação<sup>11</sup> e humanização<sup>12</sup>.

Em consonância com a concepção que fundamenta a presente Proposta Pedagógica Curricular, o objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do ser humano, uma vez que conhecer, nessa perspectiva, implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é

<sup>11</sup> “O conceito de emancipação humana se refere a uma emancipação real (MARX, 2009), agregando em si todas as expectativas de emancipação possíveis à humanidade. Nesta perspectiva compreende-se que a humanidade já possui o nível de desenvolvimento necessário para lutar por uma sociedade na qual não haja desigualdade, opressão, exploração, vislumbrando-se uma emancipação plena, que integra e supera todas as propostas de emancipação já idealizadas/realizadas. Desde o livre acesso a todos os bens produzidos pela humanidade até uma relação subjetiva autônoma e consciente com o mundo, a emancipação humana, por ser total e radical, só pode efetivar-se, portanto, quando para todos, sem exceção” (LIMA; SILVA, 2018, p. 8).

<sup>12</sup> Para Klein (2002), “O processo de humanização, efetivamente, se dá pela radical e inteira socialização do indivíduo. É abrindo mão de qualquer traço de individualidade própria, natural, para fazer-se indivíduo na e pela sociedade, que os homens se realizam enquanto tais, ascendendo da condição de meros animais à condição humana. A existência do indivíduo e de todos os seus traços individuais é, pois, condicionada pelas marcas da humanização, de civilização, que a sociedade lhe imprime” (KLEIN, 2002, p. 86).



compreender as disputas entre os fundamentos que orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo em âmbito mundial.

Os organismos internacionais<sup>13</sup>, por exemplo, “determinam” as regras para os países de capitalismo dependente, para que organizem os conhecimentos necessários para o bom funcionamento do mercado e da sociedade de consumo. No âmbito da educação, qual seria a instituição que deveria dizer quais conhecimentos devem ser trabalhados para elevação da condição humana? Quem deve fazer isso são os trabalhadores organizados, pois são eles que produzem tudo o que é necessário para a sociedade. Nesse contexto, cabe à classe trabalhadora, na qual se incluem os professores, criar instrumentos para se opor à ordem existente, lutando por uma educação que não se resuma aos interesses da produção capitalista, mas que seja libertadora<sup>14</sup> do homem, em caráter universal.

Ao contrário do que dizem alguns ideólogos, a educação escolar não se resume à prática, logo, é imprescindível alçar níveis de compreensão mais elaborados sobre a prática para dela extrair seus condicionantes, como condição *sinequa non* para a superação do costumeiro reducionismo que impera ao associar-se a prática à sua dimensão imediata e utilitária, conforme expresso por Vázquez (2011):

O homem comum e corrente se encontra em uma relação direta e imediata com as coisas – relação que não pode deixar de ser consciente -, mas nela a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio, para que se apresente diante dela em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento. A consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir como veremos – uma teoria práxis. (VÁZQUEZ, 2011, p. 34).

<sup>13</sup> A título de exemplo, pode-se citar: Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

<sup>14</sup> “Quando um indivíduo utiliza conhecimentos históricos para buscar compreender sua situação como membro de uma classe social, está ultrapassando (tendencialmente) a consciência de classe em-si e está buscando a consciência de classe para-si” (DUARTE, 2007, p. 64).



O autor alerta que “O ponto de vista de consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista e com o dos economistas burgueses. Para a consciência comum, o prático é o produtivo, e produtivo, por sua vez, sob o prisma dessa produção capitalista, é o que produz um novo valor ou mais valia” (VÀZQUEZ, 2011,p. 35).

Ao enunciar os limites da consciência comum, associada à relação direta com as coisas imediatas, em um plano ateu, o pesquisador evidencia que as significações dos atos de produção e consumo humanos carecem de sentidos e significados sociais e históricos, os quais são passíveis de serem compreendidos e captados da forma como entendemos ser necessária tão somente quando permeados de significados. Segundo Vázquez (2011),

Esta significação só pode ser apreendida por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social, na qual se integrem e se perfilhem suas formas específicas (o trabalho, a arte, a política, a medicina, a educação, etc.), assim como suas manifestações particulares nas atividades dos indivíduos ou grupos humanos simultaneamente em seus diferentes produtos. Essa consciência é a que historicamente se foi elevando por meio de um longo processo que é a prova histórica do pensamento humano, como condicionado pela história inteira do homem como ser ativo e prático, a partir de uma consciência ingênua ou empírica da práxis até uma consciência filosófica que capta sua verdade – uma verdade que nunca é absoluta. (VÀZQUEZ, 2011, p. 38).

Não se pode perder de vista a insistência do autor em destacar que a imersão em atividades práticas que atendem à satisfação das necessidades cotidianas não é suficiente para a superação dos limites por elas impostos, incidindo em severas dificuldades em compreender o quanto a atividade prática necessita da teoria. Prosseguindo em sua argumentação, o pesquisador referencia:

Esta consciência filosófica não é alcançada casualmente em virtude de um desenvolvimento imanente, interno do pensamento humano. Ela só é alcançada historicamente – isto é, uma fase histórica determinada – quando a própria práxis, isto é, a atividade prática material, chegou em seu desenvolvimento a um ponto em que o homem já não pode continuar atuando e transformando de forma criadora – isto é, revolucionariamente – o mundo – como realidade humana e social -, sem cobrar uma verdadeira consciência da práxis. Esta consciência é exigida pela própria história da práxis real ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, mas apenas pode ser obtida, por sua vez,

quando já amadurecemos ao longo da história das ideias, as premissas teóricas necessárias. (VÁZQUEZ, 2011, p. 38 - 39).

Isso significa que não pode-se descuidar dos pressupostos que embasam teoricamente a prática educacional. Portanto, adotando-se esses princípios, busca-se desmistificar as relações sócio-históricas, as ideologias<sup>15</sup> e as representações de mundo presentes na realidade e no currículo escolar, de modo a relacionar ciência, técnica e política.

Na educação, segundo Moraes (2009), a teoria

[...] pode nos ajudar a desnudar a lógica do discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a sua centralidade, elabora a pragmática construção de um novo vocabulário que ressignifica conceitos, categorias e termos, de modo a torná-los condizentes com os emergentes paradigmas que referenciam as pesquisas, reformas, planos e propostas para a educação brasileira e latino-americana. (MORAES, 2009, p. 587).

Sendo assim, quando destaca-se que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação<sup>16</sup> e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> “[...] a ideologia das classes dominantes, mesmo quando se apresenta como um conhecimento objetivo, neutro, não-ideológico, científico, está comprometida com a mistificação da realidade, com a não objetividade do conhecimento, com o escamoteamento da verdade” (DUARTE, 2006, p. 25-26).

<sup>16</sup> “[...] ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade. [...] Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “auto-alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo). Mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação)” (BOTTOMORE, 2001, p. 5).

<sup>17</sup> “Compreender que a educação não pode ser responsabilizada pela emancipação humana significa entender, também, que sem esta a perspectiva de mudança se distancia. Não é a educação a força motriz da história, mas a própria humanidade – humanidade que é formada em diversas esferas, dentre essas, o processo educacional. Assim, a especificidade da formação humana a ser realizada na educação escolar encontra sua brecha subversiva devido à sua autonomia relativa somada à sua função ontológica” (LIMA; SILVA, 2018, p. 20).

### 9.3.2. Pressupostos Psicológicos

A educação formal se constitui de processos educativos sistematizados, sendo assim, exige clareza e conhecimentos acerca da formação e do desenvolvimento daqueles a quem se destina. Nesse sentido, o presente pressuposto se constitui como uma das abstrações teóricas que objetivam orientar o trabalho educativo, com vistas à formação humana por meio do ensino.

Mediante um conjunto de conceitos produzidos historicamente, a ciência psicológica, ao discutir o desenvolvimento, procura explicitar questões, tais como: Quem é o ser humano? Como ele se forma humano? Como as crianças aprendem? Qual a importância das práticas educativas no desenvolvimento humano? A inteligência e a personalidade humana nascem com as pessoas ou a inteligência e a personalidade humana são apropriadas ao longo da vida?

Embora se saiba que muitos estudos e discussões já tenham sido feitos sobre essas temáticas e que o desenvolvimento humano ocorre na base de condições biológicas e sociais, o que ainda permanece evidente, sobretudo no âmbito da educação escolar, são os limites impostos por determinados modelos teóricos que privilegiam ora determinantes biológicos<sup>18</sup> ora determinantes sociais<sup>19</sup>, conforme assinalam Martins e Arce (2010).

Visando a uma superação desses limites, na busca de uma educação efetivamente humanizadora, a concepção de desenvolvimento a ser considerada no presente PPC, encontra-se fundamentada na escola de Vigotski, uma teoria psicológica histórico-cultural que possibilita uma visão dialética do desenvolvimento humano. Considerando que uma compreensão dialética realiza-se à luz de princípios orientadores da captação do real, entre os quais se destacam o princípio da totalidade, do movimento e da contradição, na ausência da qual não há movimento, conforme elucidado nos pressupostos filosóficos e reafirmado por Martins (2013), o estudo da psicologia do homem requer um

<sup>18</sup> Essas concepções partem do pressuposto que as propriedades básicas do ser humano já se encontram garantidas no nascimento, dependentes, portanto, de fatores hereditários e maturacionais. Nessa visão, o desenvolvimento torna-se pré-requisito da aprendizagem.

<sup>19</sup> Nesses modelos, a constituição das características humanas depende, prioritariamente, do ambiente. As experiências seriam determinantes do desenvolvimento, que, nessa visão, encontra-se identificado com a instalação de comportamentos adequados aos estímulos externos.

entendimento para além das *diferenças naturais e biologizantes*, haja vista que o indivíduo resultado de uma evolução complexa.

Na psicologia histórico-cultural, o homem é apresentado como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano. Nas palavras de Leontiev (1978), “[...] tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. [...] só apropriando-se delas no decurso da sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

A correta interpretação dessas premissas implica em presumir que o tempo histórico é determinante na constituição do psiquismo, dessa forma, esse não pode ser reconhecido apenas como um *espaço de duração*, que possibilitaria a maturação das estruturas psíquicas do homem. Segundo Leontiev (1978), o tempo humano deve ser entendido como processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, que se efetiva na atividade produtiva, criadora e transformadora, realizada e vivenciada por cada ser humano durante a sua existência.

Nessa compreensão, o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico<sup>20</sup>, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014). Essa afirmação requer que se considere que o processo de constituição histórica do gênero humano, aliado ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, se dá sob a base do trabalho, a atividade vital humana. Com fins de compreensão, nesta seção são retomados os pressupostos filosóficos para se discutir as características históricas/ontológicas<sup>21</sup> de tal atividade, assim como os seus fundamentos centrais e as importantes transformações psíquicas que opera.

<sup>20</sup> Em sentido amplo, o termo história ou histórico inclui o processo de evolução dos seres vivos, a história da humanidade por suas formações sociais específicas e a história do desenvolvimento pessoal de um dado indivíduo.

<sup>21</sup> A ontologia do ser social é um termo que identifica a obra de Georg Lukács. O longo processo evolutivo do ser inorgânico produziu o aparecimento do ser orgânico, ou seja, da vida, e, a partir da evolução da vida, emergiu o ser humano como ser social e a esfera da vida em sociedade. Entende-se que esse processo evolutivo é caracterizado por saltos ontológicos, ou seja, pelo surgimento de uma nova esfera do ser gerado ao longo do processo histórico (DUARTE, 1996). Dessa forma, o estudo histórico ontológico do ser social torna-se

Lessa e Tonet (2008), alicerçados em Lukács (1966), explicam que a reprodução social humana difere da reprodução biológica, embora haja uma ineliminável conexão do ser social com sua base biológica. Sendo o homem um ser de natureza social, é premente a necessidade de se entender a prioridade da reprodução material da vida na processualidade social, visto que os homens para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza, sem a qual a sua existência e a reprodução da sociedade seriam impossíveis.

Diferente dos animais, o homem age no sentido de produzir os meios de satisfação de suas necessidades mais básicas. É no decorrer das atividades realizadas e concretizadas na vida material e objetiva que o ser humano se apropria da natureza e a modifica, cria instrumentos e meios de produção, organiza-se em grupo, desenvolve a linguagem.

De acordo com Duarte (1996), nesse processo de suprir as suas necessidades mais básicas, o homem acaba por gerar necessidades de caráter superior, resultando, assim, na construção de objetos materiais e não materiais que vão se constituindo enquanto cultura humana. Esse movimento configura um salto ontológico, na medida em que, se antes, esse ser, por estar fundado biologicamente, agia imediatamente, sem a necessidade de uma consciência mediadora, o SER SOCIAL, ao intervir na natureza, necessita de atos mediadores conscientes para, em geral poder, funcionar, como indicam Cantarelli, Facci e Campos (2017). A transformação da natureza pelo homem implica que a sua ação e seu resultado sejam projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e é justamente a capacidade de idear, antes de objetivar que estabelece a diferença do homem em relação à natureza, bem como a evolução humana, conforme evidencia Lessa e Tonet (2008).

Segundo os autores, a prévia-ideação é sempre uma resposta concreta, entre outras possibilidades, a uma necessidade concreta, significando que ela tem um fundamento material último. Ao projetar na consciência o resultado almejado, o indivíduo age objetivamente.

---

imprescindível, na medida em que evidencia a gênese fundante do ser social, o trabalho, e possibilita compreender a práxis social que assegura ao indivíduo sua humanidade.

Desse modo, a atividade vital humana é considerada ação material consciente e objetiva, ou seja, é práxis. Martins (2001) salienta que a práxis manifesta-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual o homem transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade. Disso decorre a afirmação de que a gênese da categoria trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera do ser, a gênese do psiquismo humano.

Dando continuidade à análise, ressalta-se dois aspectos fundamentais no processo de constituição da humanidade que surgem a partir do trabalho e que contribuem para o entendimento do desenvolvimento humano dentro dessa perspectiva teórica e as suas implicações educativas: a edificação das relações sociais e a constituição da linguagem.

De acordo com Duarte (1996), a atividade humana, desde o seu início, é realizada de forma coletiva. Isso significa que, além da produção de instrumentos, ocorre, também, a edificação de relações sociais em função das diferentes necessidades de organização dos indivíduos dentro das atividades necessárias à manutenção de suas vidas. Ao se realizar uma atividade que apresenta como uma de suas características, o fato de se dar de forma coletiva, emerge a necessidade de comunicação entre os indivíduos que a realizam, tendo em vista a execução bem sucedida de tal atividade e a consequente satisfação das necessidades que a incitaram. Sob o amparo da atividade especificamente humana, ocorre o desenvolvimento da linguagem.

O autor explicita que, como resultados dessa interação ativa do ser humano com a realidade, tanto a construção dos instrumentos quanto o desenvolvimento da comunicação e as relações sociais estabelecidas vão assumindo uma existência objetiva, independente (uma dimensão genérica). A esse processo dá-se o nome de “objetivação”, na qual a atividade humana engendra produtos materiais e imateriais, carregados de significados sociais referentes à própria atividade humana, produtos que serão apropriados e objetivados por outros indivíduos, possibilitando a constituição de suas faculdades especificamente humanas. Esses objetos tornam-se objetos culturais, ganhando uma função específica e fundamental dentro do desenvolvimento histórico e social da humanidade.



Com intuito de uma maior compreensão, retoma-se que os atos humanos (material/intelectual), por seus importantes resultados, são guardados e acumulados na “consciência comunitária” em uma forma de “hereditariedade social” dos saberes adquiridos, para serem transmitidos. Assim, como explicita Leontiev (1978), cada geração começa a sua vida em um mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desse mundo, participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social, desenvolvendo as aptidões especificamente humanas cristalizadas e encarnadas nesse mundo.

Duarte (1996) demarca que as características do gênero humano não são transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, por meio do processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. Como afirma Leontiev (1978), “O que a natureza lhe dá (ser humano) quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Em seus escritos, Leontiev (1978) ressalta que, como unidade dialética, a objetivação da cultura humana se dá sempre com relação à apropriação, pelos indivíduos, de tais objetivações. Para entender esse processo, é importante destacar algumas características. A primeira delas é que, “Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto” (LEONTIEV, 1978, p. 268). É nessa relação ativa que as características dos objetos e dos fenômenos começam a fazer parte da individualidade humana. Outra característica a ser considerada no tocante ao processo de apropriação, é que esse nunca se dá de modo isolado, em uma simples aquisição individual, isolada e espontânea pelos indivíduos, das objetivações materiais e imateriais presentes na cultura humana. De acordo com Leontiev (1978), “Para que essas objetivações tornem-se suas próprias aptidões a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Tal processo, portanto,



deve ser considerado enquanto um processo educativo” (LEONTIEV, 1978, p. 272). Em outras palavras, o processo de apropriação é mediado e subjugado ao ensino, mediatizado por outros seres humanos conforme reafirma Martins (2016) em seus estudos.

Como terceira característica, destaca-se que o processo de apropriação pelos indivíduos das objetivações culturais humanas é responsável pelo desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Ou seja, as funções psíquicas de caráter superior (especificamente humanas) se apresentam como resultado do processo de objetivação dos indivíduos por meio das apropriações vivenciadas a partir da mediação das relações sociais, da linguagem (signos)<sup>22</sup> e da atividade especificamente humana. Resultam das transformações condicionadas pela atividade que sustenta a relação do indivíduo com seu entorno físico e social, assim como argumenta Martins (2016).

Sintetizando o processo de apropriação/objetivação, conceitualmente pode-se dizer que Vigotski (1984), ao afirmar pioneiramente a natureza social do psiquismo, propôs a indissolúvel unidade entre atividade individual externa e interna. Alicerçada no autor, Martins (2001) explicita que a atividade individual externa, ou social, desenvolve-se na base de processos coletivos ou intersíquicos, a partir dos quais deriva a atividade individual ou os processos intrapsíquicos. Assim sendo, o desenvolvimento é resultado de uma longa série de eventos nos quais, continuamente, os processos externos vão se firmando como processos internos e vice-versa.

A dinâmica do movimento no qual os processos intersíquicos transmutam-se em processos intrapsíquicos foi denominada por Vigotski (1984) de internalização. Essa, por sua vez, ocorre por meio da apropriação de signos, graças aos quais o homem pode criar modelos mentais (ideias) dos objetos da realidade, atuando com e a partir deles, no planejamento e na coordenação da própria atividade. Como a internalização não é um processo

---

<sup>22</sup> Vigotski assinala que o ato especificamente humano apresenta-se na qualidade de ato instrumental, uma vez que entre a resposta da pessoa e o estímulo do ambiente interpõe-se os signos. Considerados meios auxiliares para solução de tarefas psicológicas, exigem adaptação dos comportamentos a eles, promovendo, assim, uma transformação psíquica estrutural (MARTINS, 2016).

mecânico, apenas a aprendizagem possibilita a reconfiguração de um dado externo como interno.

De acordo com Martins (2010), sobre a base das internalizações estruturam-se as funções psicológicas<sup>23</sup> tipicamente humanas (superiores), isto é, a percepção, a memória, a linguagem, o pensamento, a emoção/sentimento, o raciocínio, a imaginação. Todos esses processos se formam nos diversos tipos de atividades vividas pelo indivíduo, e pelas quais ele se apropria da vasta experiência social, convertendo os objetivos externos (objetivações) em dados constituintes de sua subjetividade (apropriação).

Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais<sup>24</sup> ou dominantes.

Segundo Leontiev (2006), para que uma atividade seja considerada a principal em determinado período de desenvolvimento, ela precisa apresentar três atributos fundamentais:

Ela é a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. [...] 2. A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo, são inicialmente moldados no brinquedo e os processos de pensamento abstrato, nos estudos. 3. A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em um certo período de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2006, p. 64).

<sup>23</sup> Recomenda-se a leitura da tese de livre-docência da professora Lígia Márcia Martins: **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico- cultural e da pedagogia histórico-crítica. Bauru, 2011. O escrito apresenta “o estudo do conceito funções psíquicas superiores em Vigotski”.

<sup>24</sup> É importante esclarecer que a atividade principal não é aquela que mais ocorre no dia a dia da criança, mas aquela em que ocorrem as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade dos indivíduos, em certo estágio de seu desenvolvimento (LEONTIEV, 2006).

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, na criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006).

Para entender a periodização do desenvolvimento infantil e as atividades principais que guiam cada período<sup>25</sup>, tem-se respaldo nos estudos de Facci (2006). A comunicação emocional se constitui pela relação emocional direta dos bebês com os adultos, sendo base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. Facci (2006) afirma que envolve a “assimilação de tarefas e motivos da atividade humana e normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações, como o choro, por exemplo” (FACCI, 2006, p. 13).

Na atividade objetal manipulatória - primeira infância -, a comunicação emocional dá lugar a uma colaboração prática por intermédio da linguagem, considerando que as aquisições do primeiro ano de vida da criança são fundamentais para a relação destas com o meio e com suas atividades: a marcha e a aquisição da linguagem. De acordo com a autora, “a atividade principal passa a ser a objetal-instrumental, na qual tem lugar a assimilação dos procedimentos elaborados socialmente [...] com os objetos e, para que ocorra essa assimilação, é necessário que os adultos mostrem essas ações às crianças” (FACCI, 2006, p. 14). As ações das crianças com os objetos e seus modos de uso têm uma implicação social, sendo os adultos responsáveis por transmitir a história e a função de cada objeto à criança. A relação com os objetos é fundamental para que se possa desenvolver o jogo protagonizado ou brincadeira de papéis sociais que constitui o próximo período do desenvolvimento.

No jogo de papéis sociais, as brincadeiras não são instintivas, o que determina o seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo. Facci (2006), com base em Elkonin, afirma que o jogo permite que “a criança modele as relações entre as pessoas. O jogo é influenciado pelas atividades humanas e

---

<sup>25</sup> Para maiores elucidações, consultar o esquema representativo da periodização do desenvolvimento humano elaborado pelo Dr. Angelo Abrantes, docente do Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências, Unesp/Bauru.

pelos relações entre as pessoas e o conteúdo fundamental é o homem” (FACCI, 2006, p.15). Nesse sentido, o jogo tem grande influência no desenvolvimento psíquico da criança e na formação de sua personalidade.

A evolução do jogo prepara para um novo período, em que a atividade principal passa a ser o estudo. Para a autora supracitada, o ensino escolar deve “introduzir os educandos na atividade do estudo de forma que se aproprie dos conhecimentos científicos”. Sobre as bases do estudo surgem a “consciência e o pensamento teórico e se desenvolvem, entre outras funções, as capacidades de reflexão, análise e planificação mental” (FACCI, 2006, p. 16).

A comunicação íntima pessoal é uma atividade marcada pela posição que o jovem ocupa diante das questões que a realidade impõe. Ocorre nesse período um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os conceitos, os quais possibilitam a formação da consciência social e do conhecimento da ciência, da arte, das diversas esferas da vida cultural e do pensamento abstrato.

A próxima etapa refere-se à atividade profissional/de estudo em que o jovem começa a ocupar um novo lugar na sociedade por meio da sua inserção no trabalho e no aprofundamento dos estudos. De acordo com Facci (2006), “na idade escolar avançada a atividade de estudo passa a ser utilizada como meio para a orientação e preparação profissional, ocorrendo o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora” (FACCI, 2006, p.17).

Elkonin (2009) ressalta que cada momento do desenvolvimento consiste em dois períodos ligados entre si. Inicia-se com o período em que predomina a assimilação dos objetos, dos motivos e das normas da atividade. Essa etapa prepara para a passagem ao segundo período, em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação com o objeto e a formação de possibilidades técnicas e operacionais<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Entre um período e outro existem as denominadas crises. Na compreensão de Facci (2006), essas crises se dão quando a criança, em seu desenvolvimento, “começa a se dar conta de que o lugar que ocupava no mundo das relações humanas que a cercava não corresponde às suas potencialidades e se esforça para modificá-lo, surgindo uma contradição explícita entre esses dois fatores [...]. A atividade principal em determinado momento passa a um segundo plano, e uma nova atividade principal surge, dando início a um novo estágio de desenvolvimento” (FACCI, 2006, p. 18).

Os estudos de Facci (2006), fundamentados em Elkonin e Vigotski, contribuem para entender que o ser humano está em constante processo de desenvolvimento.

A atividade dominante, portanto, é, pelo mecanismo da apropriação, aquela cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança, possibilitando a superação das funções elementares na constituição das funções psíquicas superiores, bem como na sua personalidade em um dado período do seu desenvolvimento, conforme evidencia Cantarelli (2014), ao discutir a atividade e a formação da personalidade. Essas estão especificamente associadas a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos, a seguir consideradas.

Com relação às emoções, Leontiev (1969) ressalta que:

[...] são as vivências afetivas mais simples relacionadas com a satisfação ou a insatisfação das necessidades orgânicas, como, por exemplo, a necessidade de comida [...]. Também se incluem dentro das emoções, as reações afetivas relacionadas com a sensação. Umas cores, sons, odores e etc. são agradáveis, enquanto outras, pelo contrário, são desagradáveis. Esta reação afetiva é o *tono emocional das sensações*. Tais sensações têm grande importância na vida do homem, já que este correntemente reage ante os objetos e fenômenos em seu conjunto e não somente ante as qualidades isoladas deles. (LEONTIEV, 1969, p. 358).

Alicerçada em Leontiev, Cantarelli (2014) explicita que as emoções não são específicas dos seres humanos, e as de caráter mais simples são encontradas também nos animais. Todavia, as emoções humanas, incluindo as mais elementares, diferenciam-se fundamentalmente das emoções dos animais porque são as de um ser social. O homem satisfaz as suas necessidades, incluindo as mais elementares, de acordo com as exigências sociais. Isso significa que os estados emocionais do homem têm uma história de desenvolvimento, visto que, em decorrência da complexificação da atividade humana, essas foram se tornando cada vez mais especializadas, diferenciando-se e constituindo os sentimentos.

Os sentimentos, ao contrário das emoções, estão relacionados às necessidades que apareceram com o desenvolvimento histórico da humanidade, quais sejam, as necessidades morais, estéticas e intelectuais, e são

denominados de sentimentos superiores. Para Leontiev (1969), “A aparição dos sentimentos depende das condições em que vive o homem e, sobretudo, das necessidades ligadas às relações entre as pessoas; a necessidade de ter relações sociais, de cumprir as exigências da sociedade, etc. Os sentimentos estão ligados inseparavelmente das necessidades culturais ou espirituais” (LEONTIEV, 1969 p. 359).

O pesquisador assinala que as necessidades estimulam a atividade e a dirigem, e só cumprem essa função se sua raiz estiver fincada na realidade, constituindo-se como necessidades objetivas, construídas no bojo das relações sociais e no contato com os objetos produzidos pela cultura. Para o autor, também os sentimentos humanos devem ser entendidos nessa perspectiva, questão importante que se insere na educação, principalmente quando se considera que trabalho educativo e seus desdobramentos são constituintes da subjetividade humana.

As assertivas anteriores nos impulsionam a considerar os conteúdos internos que são gestados na e pela atividade principal da criança e que lançam desafios sobre todas as suas funções psíquicas, visto que o desenvolvimento desses conteúdos encontra-se vinculado às atividades que lhe são proporcionadas e disponibilizadas pela educação.

Segundo Martins (2010), por essa via, a criança vai individualizando as habilidades psicointelectivas e afetivas condensadas nos produtos da cultura humana, sejam elas referentes ao manuseio de instrumentos, ao universo de significações ou às normas de comportamento próprias às funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, conferindo unidade ao seu comportamento.

Ressalta-se que, embora os períodos de desenvolvimento tenham um lugar determinado no tempo, os seus limites dependem do seu conteúdo. Pode haver, dessa forma, diferentes períodos em uma mesma idade, visto que são as condições históricas (conteúdos) que determinam qual atividade se torna dominante para a criança em dado momento do seu desenvolvimento, conforme argumenta Cantarelli (2014). Nesse sentido, as situações de desenvolvimento não são sempre as mesmas para um dado indivíduo ou para diferentes indivíduos representantes de classes sociais desiguais, o que reafirma a importância de uma educação escolar de qualidade.



Tendo como unidade de análise a atividade humana, foram apresentados os princípios básicos orientadores do desenvolvimento numa perspectiva Histórico-Cultural. Salienta-se que Vigotski e seus colaboradores identificam o desenvolvimento do psiquismo humano com a formação das funções psíquicas superiores, apontando que nem toda atividade promove o desenvolvimento, assim como não são quaisquer ações e conteúdos que corroboram para a formação dos comportamentos complexos, ancorados nos processos funcionais superiores, questões essas ampliadas por Martins (2013). Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico demanda ações educativas intencionalmente orientadas para esse fim, por meio de um ensino sistematicamente orientado à transmissão dos conceitos científicos.

Com intuito de uma melhor reflexão acerca das implicações pedagógicas decorrentes dessas afirmações, discute-se na sequência o papel da linguagem e do pensamento na formação de conceitos e o desenvolvimento qualitativo do psiquismo humano. A interação do sujeito com o social, inicialmente, é mediada pelo uso de instrumentos, e passa, gradativamente, a ser mediada pelo uso de signos. Essa transposição do concreto ao abstrato é um passo significativo no desenvolvimento humano porque possibilita ao sujeito a utilização do pensamento como estratégia/meio para a apropriação do conhecimento e para a troca de experiências. A compreensão de que os objetos podem representar ou assumir outro significado e outro sentido é um momento importante para o processo de desenvolvimento humano. O pensamento, mediado pelo uso de signos, que são elementos que representam ou expressam objetos, eventos e situações, é fator fundamental para o desenvolvimento dos conceitos que se iniciam na infância e que se efetivam ao longo da vida.

Cabe ressaltar que a elaboração conceitual é constituída por um processo que vai da agregação de ideias desordenadas do pensamento até a sua elaboração conceitual, ou seja, a abstração. Em todo o processo de desenvolvimento de conceitos, a interação verbal com outras pessoas possibilita à criança exercitar o pensamento. Vigotski (1989) afirma que o desenvolvimento da linguagem assume importância na interação criança-criança, criança-adulto, aluno-professor. E com relação aos conceitos, o referido autor destaca que um conceito se forma “mediante uma operação intelectual em que todas as funções



psíquicas participam de uma combinação específica. Essa operação é dirigida pelo uso das palavras como meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los por meio de um signo”.(VIGOTSKI, 1991, p. 79).

Linguagem e pensamento tornam-se os elos de um processo que promove o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, que se revelam, em especial, na capacidade de memorizar, de abstrair, de raciocinar logicamente, de prestar atenção intencionalmente, de comparar e de diferenciar. Essas funções se apoiam cada vez mais na própria linguagem, desvinculando-se da referência aos objetos concretos imediatos. E, à medida que a criança vai tomando consciência das operações mentais que realiza, classificando-as como sendo lembrança ou imaginação, por exemplo, torna-se capaz de dominá-las.

Em outras palavras, a apropriação de um sistema linguístico reorganiza todos os processos mentais infantis. Nesse desenvolvimento, a linguagem opera na estrutura original, considerada elementar. A complexificação da estrutura se dá pela diferenciação e especialização dos seus elementos constitutivos (funções), determinando novas formas de correlação entre si, ou, nexos internos, na constituição de um “sistema psíquico consciente”.

Vigotski (2001) assinala que o significado da palavra, que em seu aspecto psicológico é uma generalização, constitui um ato de pensamento assim explicado:

[...] constitui um ato de pensamento, no estrito sentido do termo. Mas, ao mesmo tempo, o significado é parte integrante da palavra, pertence ao domínio da linguagem em igual medida que ao pensamento. Sem significado a palavra não o é, mas sim, um som vazio, deixando de pertencer ao domínio da linguagem. Em sua natureza, o significado pode ser considerado igualmente como um fenômeno da linguagem e do pensamento. Não cabe dizer do significado da palavra o que dizíamos antes com respeito aos seus elementos tomados em separado. O que é linguagem ou pensamento? É um e o outro ao mesmo tempo, porque se trata de uma unidade de pensamento linguístico [...]. (VIGOTSKI, 2001, p. 21).

Buscando compreender um pouco mais esses processos, reitera-se que a intervinculação entre pensamento e linguagem é atribuída à necessidade do intercâmbio com os indivíduos e à relação interpessoal, a qual interfere diretamente na formação do pensamento verbal. A relação entre a fala

externa/verbalizada e o pensamento modifica-se ao longo do desenvolvimento da criança. Até por volta dos três anos, a fala acompanha frequentemente o comportamento infantil. A partir de então, gradativamente, dependendo das experiências e das mediações, as crianças já são capazes de antecipar o que irão fazer. Disso decorre que a fala passa a desempenhar funções que são características do pensamento complexo, a de planejar a ação e guiar as atividades humanas, bem como a reelaboração do conhecimento adquirido.

O pensamento, a oralidade, o brinqueado, os gestos, as brincadeiras, o faz de conta, o jogo e o desenho contribuem para a apropriação da linguagem escrita e das outras linguagens. Consequentemente, unem funções psíquicas em novas combinações que, ao se complexificarem, possibilitam a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém.

Como já assinalado, a significação imbrica pensamento e linguagem, mas também razão e afeto. Segundo Martins(2013),

Todo e qualquer sentimento carrega consigo um complexo sistema de ideias por meio dos quais possa se expressar. Portanto, tal como não há ideia sem pensamento não há, igualmente, ideia alheia à relação da pessoa com a realidade. Da mesma forma, não há relação com a realidade que possa ser independente das formas pelas quais ela afeta a pessoa. Assim, toda ideia, diga-se de passagem, conteúdo do pensamento, contém a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que representa. (MARTINS, 2013, p. 57).

Vigotski (1989) explica o desenvolvimento como um processo de internalização de modos culturais de pensar e de agir. Embora aponte diferenças entre aprendizagem e desenvolvimento como dois processos distintos, os considera interdependentes desde o primeiro dia da vida da criança. A aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento, e esse realiza a mesma ação com relação àquela.

A investigação sobre o sentido da interação contribuiu para o entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, que pode ser explicitado pelos conceitos de níveis de desenvolvimento<sup>27</sup>: nível de

---

<sup>27</sup> Os níveis de desenvolvimento levam em conta também a evidência de que a aprendizagem deve ser coerente com o nível de desenvolvimento da criança.

desenvolvimento real (NDR), nível de desenvolvimento proximal (NDP), ou zona de desenvolvimento iminente (ZDI).<sup>28</sup>

O nível de desenvolvimento real revela as funções que já se desenvolveram na criança e que possibilitam a resolução de problemas, individualmente. Refere-se àquilo que a criança, o jovem ou o adulto sabe. O nível de desenvolvimento proximal ou iminente é para Vigotski (1989, p. 97) “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe com a ajuda de alguém. Segundo o autor (1989, p.102), “os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal”, esse entendimento explicita a relevância da função pedagógica.

Para o autor,

[...] o aprendizado orientado para os níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, ao invés disso, vai a reboque desse processo. Assim, a noção de zona de desenvolvimento proximal capacita-nos a propor uma nova fórmula, a de que o “bom aprendizado” é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento. (VIGOTSKI,1989, p. 100).

É pelo trabalho educativo que o professor assume um papel decisivo e organizativo junto ao desenvolvimento infantil, e da qualidade dessa interferência dependerá a qualidade do desenvolvimento. Por essas razões, os processos de educação e ensino, promotores das complexas aprendizagens humanas, assumem enorme importância na psicologia histórico-cultural. Logo, Vigotski(2001) afirma que,

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não

---

<sup>28</sup> Termo proposto por Zoia Prestes em seu livro “Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil”. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VIGOTSKI, 2001, p. 115).

Segundo Martins, Abrantes e Facci (2016), Vigotski, ao afirmar o papel dos signos na transformação qualitativa do psiquismo e que esses precisam ser transmitidos, apresentou o ensino como condição fundante do desenvolvimento. Contudo, é necessário um trabalho educativo comprometido com a promoção do máximo desenvolvimento do indivíduo e um sistema educativo que, de acordo com os autores,

[...] tenha possibilidades concretas de produzir uma *pessoa de pensamentos*, com autonomia intelectual para analisar a realidade valendo-se de instrumentos conceituais em suas formas mais elaboradas; uma *pessoa de sentimentos*, que se forme sensível ao conjunto dos seres humanos e que possua senso de justiça, revoltando-se contra arbitrariedades que se pratique contra qualquer membro do gênero humano. Que culmine na produção de uma *pessoa da práxis*, que compreenda as contradições sociais existentes no processo de produção e reprodução da sociedade, que se engaje na luta pela implementação de uma sociedade livre da dominação e opressão. (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2016, p. 3-4, grifos dos autores).

A partir da discussão acerca dos pressupostos psicológicos, espera-se que os professores possam se apropriar e discutir os processos de desenvolvimento e de aprendizagem e seus desdobramentos no trabalho educativo, de forma a superar concepções de senso comum presentes no cotidiano escolar, com vistas a uma educação verdadeiramente humanizadora.

### 9.3.3. Pressupostos Pedagógicos

Ao se definir pressupostos pedagógicos, é necessário compreender a importância de, *a priori*, definir-se claramente o método que dará sustentação ao trabalho escolar. Método é o conjunto de determinados princípios que permitem, filosófica e cientificamente, apreender a realidade para atuar nela, objetivando a emancipação humana. Metodologia, por sua vez, é compreendida como um conjunto de meios (materiais e procedimentos) que possibilitam a operacionalização do processo. Assim, entende-se que o pressuposto

pedagógico, que está sustentada pela Pedagogia Histórico-Crítica, é o que orienta a metodologia utilizada nos mais diferentes processos pedagógicos e administrativos que organizam o trabalho escolar, tarefa essa que se espera ter sido cumprida ao enunciar os pressupostos filosóficos e psicológicos.

Para que os pressupostos pedagógicos sejam definidos, algumas questões devem ser feitas e respondidas, tais como: O que é educar? Qual o papel da escola e dos diferentes trabalhadores em educação? Tem-se clareza sobre qual método sustenta a compreensão sobre a realidade? Quais relações, no cotidiano da escola, contribuem para um processo educativo que objetive a formação omnilateral? Como formar a consciência crítica? Como organizar e trabalhar os conteúdos para atingir a esses objetivos? Quais conteúdos produzidos socialmente devem se tornar conteúdos escolares? Qual é o objeto central do ensino deste ou daquele conteúdo e quais objetivos serão priorizados? Como, por que e o que avaliar? Por que planejar? Quais as intencionalidades presentes nas ações educativas? Qual a formação necessária aos profissionais da educação? Como organizar o cotidiano escolar tendo em vista a consecução dos objetivos de um projeto educacional emancipatório? Como atuar no sentido de enfrentar a atual fragmentação das ações e programas que incidem no cotidiano do trabalho educativo escolar?

Para buscar indicativos para essas questões, tem-se como princípio que a educação é trabalho, é atividade mediadora no âmbito da prática social e que educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem. Nessa perspectiva, humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, modificando a realidade. Como pontua Saviani (2012), “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). É, portanto, ação mediada, que visa a imprimir o arcabouço cultural em cada indivíduo para que se constitua em si a humanidade coletiva, carregada dos sentidos e dos significados produzidos, de modo que seja possível sua inserção nos diferentes espaços sociais, culturais e científicos.

Assim, uma educação que tenha compromisso com a transformação precisa levar em conta a relação entre a teoria e a prática, por meio da

transmissão e da assimilação dos elementos culturais e científicos que permitam fazer a crítica, bem como buscar possibilidades de transformação das atuais relações sociais que expropriam, da ampla maioria da população, as reais condições de acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade. Para tanto, é preciso recuperar a essencialidade do fazer pedagógico, a partir da compreensão do exposto por Saviani (2012), o qual enfatiza a função social da instituição escolar:

Ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. (SAVIANI, 2012, p. 17).

Ao referir-se ao que é clássico, Saviani (2012), incisivamente, argumenta: “Clássico não se confunde com tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2012, p.13).

É, portanto, objeto do trabalho escolar a socialização do conjunto de conhecimentos científicos, culturais, artísticos, ou seja, aqueles que se firmaram no tempo e que compõem o acervo da humanidade, de modo que sejam efetivamente apropriados em sua totalidade e por todos os alunos. Em razão dessa compreensão, depreendem-se outras significações, dentre elas a de que a educação, como prática social e como ação intencional mediada, exige um planejamento metódico, porque é pautado em um método claramente definido; é rigorosa e reflexiva, por seguir ações e/ou procedimentos que possibilitem a apropriação crítica do conjunto de conhecimentos, com vistas à ruptura com os padrões vigentes da mera reprodução utilitarista de competências. Nessa direção, há, portanto, que se consolidar uma organização da e na instituição escolar que se paute nos princípios defendidos por Saviani (2012), de que:



[...] Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2012, p. 17).

O ato de planejar, nesse contexto, se configura em uma ação política e técnica, visto que, como ação política, o professor procede a análise do conteúdo escolar e do processo educativo em uma perspectiva mais ampla, implicando tomada de decisões sobre para quê e como abordar os conteúdos de ensino. Na qualidade de ação técnica, conhecendo o processo de desenvolvimento humano, compreende suas responsabilidades como mediador e promotor desse desenvolvimento por meio de ações pedagógicas devidamente planejadas, assumindo os compromissos de organizar o processo educativo, considerando a consecução dos objetivos e/ou a sua reorganização. Friza-se, nesse contexto, que essas duas dimensões (política e técnica) são indissociáveis.

O planejamento do processo educativo, em uma perspectiva crítica e transformadora, exige a reflexão sobre as relações de poder que se instituem no interior da escola, explicitando a sua origem, o seu caráter contraditório, identificando de que modo interferem tanto na organização interna quanto nas relações que permeiam o cotidiano da escola e comunidade, bem como as da escola com a mantenedora. Parte-se do princípio fundante que se construam práticas coletivas em um processo reflexivo de tomada de decisões, pautadas no domínio das informações necessárias e em tempo para que as decisões sejam, efetivamente, coletivas e voltadas para os interesses do coletivo. Isso permite que ações mais participativas sejam, gradativamente, construídas, consolidando-se na gestão escolar em uma perspectiva democrática que prime pela participação consciente de todos os envolvidos no processo educativo escolar, mesmo que demarcadas pelos limites impostos pela legislação e/ou normativas.



Nessa direção, entende-se o Projeto Político Pedagógico<sup>29</sup> (PPP, deste ponto em diante) não apenas como um documento, mas como prática, como projeto em movimento, em permanente construção, execução e avaliação. Em um primeiro e mais importante sentido, o PPP se revela como prática reflexiva e coletiva de tomada de decisão, que necessita, concomitantemente, ser sistematizado e organizado para que se constitua também no registro das intencionalidades e das ações coletivas da comunidade escolar, servindo de sustentação a todos os outros planejamentos escolares. Nesse movimento de construção, congrega e explicita os fundamentos e os pressupostos que direcionam as práticas político-pedagógicas da comunidade escolar, indicando quais os princípios que direcionam e mantêm as práticas educativas.

No campo dos pressupostos pedagógicos, há que se deter com afinco na relação ensino e aprendizagem, considerando, sobretudo, o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico, uma vez que, nas palavras de Saviani (2012), “é o fim a atingir que determina os métodos e processos de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 2012, p. 17). E, nesse caso, à instituição escolar compete, segundo o autor, ensinar o conjunto de conhecimentos essenciais à inserção na cultura letrada, na cultura erudita o que exige, para tanto, a incorporação dos rudimentos da leitura e escrita, bem como das demais áreas do universo letrado e das ciências.

O currículo escolar, por sua vez, expressa uma organização por campo de experiências na Educação Infantil e por componente curricular no Ensino Fundamental – Anos Iniciais -, respeitando o objeto de estudo das diferentes áreas. Contudo, busca avançar na superação dos limites que, costumeiramente, se instalam no ato de planejar a ação docente quando pautado por uma visão linear ou fragmentada. É nessa direção que a afirmativa de que “são os fins a

---

<sup>29</sup> No texto *A organização do trabalho pedagógico: dos pressupostos curriculares à organização dos documentos na instituição escolar*, disponível em <http://educaamop.blogspot.com/2017/07/dos-pressupostos-curriculares.html> (acessado em 02/08/18), são estabelecidas relações entre os documentos institucionais que organizam a prática pedagógica e esse serve de subsídio para ampliar a referida compreensão. O texto é resultado provisório das análises e dos estudos necessários à Formação Continuada vinculada à implementação do Currículo Básico para a Escola Pública da região Oeste do Paraná, no ano de 2017.

atingir que determinam os métodos e processos de ensino e aprendizagem” assume especial relevância, pois sem essa clareza, sem essa definição, quaisquer procedimentos e, possivelmente, quaisquer resultados serão aceitos como viáveis e justificados mediante as condições existentes, retirando da instituição escolar parte significativa de sua responsabilidade frente à transmissão-assimilação do saber sistematizado, que é o pressuposto fundamental para que a instituição escolar cumpra com a função social, de contribuir para emancipação humana.

Ao referir-se à organização do processo de ensino e de aprendizagem, é necessário retomar o exposto por Klein (2010):

[...] o conhecimento não está nas coisas e nem nasce espontaneamente na cabeça dos educandos. O conhecimento existe apenas nos homens e nas suas relações. E, portanto, na relação com outros homens, na medida em que incorpora a intrincada rede de relações que constituem uma dada forma humana de ser, que a criança se apropria do conhecimento. Este não é, evidentemente, passível de ser “ditado”, mas também não é algo que se descubra por um golpe incomum de genialidade. (KLEIN, 2010, p. 230).

Com base em Klein (2010), destaca-se que o conhecimento científico é resultante de pesquisa científica produzida nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. Trata-se de um complexo processo de produção, o qual se encontra, via de regra, publicado na forma de síntese e, conforme interesse formativo da sociedade, essas sínteses são apresentadas em um rol de abstrações conceituais, as quais são denominadas como conteúdos escolares. Nesse caso, as sínteses conceituais contêm uma complexidade de relação entre elementos diversos que vão muito além das abstrações contidas na matriz curricular.

O conhecimento científico, sendo produzido nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado. Partindo desse entendimento, compreende-se que a reprodução de conceitos, de regras e de fórmulas não é suficiente para configurar a apreensão do conhecimento científico. Por isso, é necessário que a ação pedagógica, sob a responsabilidade da instituição escolar, esteja planejada de forma a superar

as práticas pedagógicas pautadas em conceitos espontâneos, visando a alcançar novas práticas nas instituições, uma vez que há que se tomar consciência do que é defendido reiteradamente por Martins (2016):

[...] há que se afirmar a escola como *lócus* privilegiado para a transmissão daquilo que realmente promove o desenvolvimento, cientes de que o alcance dos conceitos científicos não restringe apenas aos conteúdos que veiculam em si mesmos, haja vista que esse tipo de ensino opera decisivamente na estrutura psíquica dos indivíduos. O que se apresenta no cerne da qualidade dos conteúdos de ensino outra coisa não é senão a formação da consciência, cujo fundamento, do ponto de vista psicológico, radica na formação dos processos funcionais superiores e, sobretudo, naquilo que conduz ao autocontrole da conduta. Pretender a formação de alunos “críticos”, “participativos”, “cidadãos”, etc; na ausência do ensino de conteúdos sólidos, desenvolvendo, parece-nos um ideal falaz que precisa ser desvelado. (MARTINS, 2016, p. 26).

É, portanto, imprescindível que o trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenha como pressuposto básico a definição dos conteúdos, a forma de trabalhá-los e a escolha dos materiais e dos recursos. O ato intencional de planejar ações de mediação pedagógica requer amplo conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre o núcleo conceitual referente às áreas do conhecimento que pautam a prática pedagógica em sala de aula.

Essa organização extrapola o espaço privilegiado de transmissão e assimilação do conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, ou seja, a aula em si. Ela congrega as concepções sobre o trabalho, o homem, a educação, a sociedade, a escola, a ciência, a tecnologia, o conhecimento, o currículo, o saber, o ensino, a aprendizagem, dentre outras, as quais são definidoras da forma como se lê a realidade social, política e cultural, bem como a forma como se posiciona nessa mesma realidade. Há que se garantir, desse modo, a unidade político-pedagógica, a qual espera-se que esteja prevista no PPP institucional, como resultado de uma construção coletiva e participativa dos sujeitos que constituem a comunidade. Assim é que a organização do trabalho docente, de forma mais implícita, se volta à organização do plano de trabalho docente e do plano de aula e à avaliação do ensino e da aprendizagem, o que exige escolhas metodológicas (procedimentos), as quais, por sua vez, revelam os pressupostos teóricos (método) que os sustentam.

Nessa linha de argumentação, recupera-se a síntese que Martins (2016) apresenta ao referir-se ao método marxiano de construção do conhecimento, o qual pressupõe a “captação empírica e sincrética da realidade como ponto de partida, as mediações abstratas do pensamento como possibilidades para superação dessa condição, tendo em vista a apreensão concreta da realidade como síntese das múltiplas determinações” (MARTINS, 2016, p. 27). Para tanto, há que se ter uma organização do trabalho escolar que supere práticas fragmentadas de ensino, visto que o aporte dos pressupostos da psicologia histórico-cultural exige que, ao considerar o desenvolvimento humano, tenha-se como fundamento que as “funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e as possibilitem” (MARTINS, 2016, p. 19). Assim sendo, no tratamento do conteúdo, em um constante ir e vir, o professor deve precisar a definição conceitual; porém, sempre estabelecendo relação entre ela e outras definições que se apresentarem como necessárias e com o processo histórico-social. Isso implica expressar quais são os fundamentos referenciais do conteúdo, ao mesmo tempo em que busca superá-los, incorporando à discussão o seu significado histórico, social e político, ou seja, estabelecendo as relações entre o conteúdo escolar e a realidade. Contudo, não se trata da realidade imediatamente visível, mas da totalidade que para ser compreendida e apreendida. Assenta-se no planejamento de ações que “visam à conquista das capacidades intelectuais, das operações lógicas do raciocínio, dos sentimentos éticos e estéticos, enfim, de tudo o que garanta ao indivíduo a qualidade de ser humano” (MARTINS, 2013, p. 275).

Nesse aspecto, ao tratar do conteúdo escolar, o professor deve fazer um exercício racional sincrônico (tempo atual) e diacrônico (por meio dos tempos), captando as relações estabelecidas, o seu movimento e as suas contradições. Esse exercício é fundamental para a passagem do concreto-sensorial ao concreto pensado. O concreto sensorial é percebido pelo nosso cérebro por intermédio de uma relação direta de nossos sentidos com o mundo objetivo. Ele é nos apresentado de forma caótica e limitado às nossas apreensões de manifestações exteriores. O concreto, tal como Marx (1987) destaca, trata-se de um concreto idealizado, visto que o “concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 1987,

p. 16). Conforme o autor, o conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes abstraídas e isoladas forem rearticuladas, de modo a compreender a unidade do diverso, e a chegar ao concreto pensado, que é síntese de múltiplas determinações. Assim, as definições permanecem em constante reflexão e só se aproximam do real se forem apreendidas as múltiplas relações que compõem e dão base ao conhecimento.

O movimento entre concreto sensorial, abstração e concreto pensado está constantemente a se refazer, e é nesse movimento que se insere outra organização do ensino, conforme defendida por Saviani (2012)<sup>30</sup>. Como esforço, no sentido de garantir o entendimento de que prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social são momentos apresentados pelo autor na contraposição às pedagogias existentes até então, e, portanto, como método, é imprescindível destacar a lógica dialética presente no movimento de transmissão-assimilação/apropriação do conhecimento científico. Nesse quesito, Martins(2016) reafirma:

Frise-se que os momentos explicitados por Saviani referem-se à organização lógica do ensino e só podem expressar-se no ato de ensinar como momentos distintos, mas interiores uns aos outros. Trata-se de compreender a prática social, quer do ponto de partida, quer do ponto de chegada, como substrato das abstrações do pensamento organizadas como problematização, instrumentalização e catarse, que se manifestam como atos de pensamento a serviço de uma apreensão mediata daquilo que é dado imediatamente à captação sensível. (MARTINS, 2016, p. 27).

Há que se compreender, conforme indicado pela autora, o percurso lógico da aprendizagem, na sua relação com o desenvolvimento humano para

<sup>30</sup> Ao proceder a apresentação dos cinco passos da pedagogia revolucionária denominada, posteriormente, de Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2012) dialoga com a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, evidenciando os limites daquelas. Desse modo, no confronto, vai construindo sua argumentação que só pode ser devidamente compreendida na relação com o todo do texto, em que o percurso histórico, filosófico e pedagógico das concepções teóricas vai sendo minuciosamente apresentado. Para complementar os conhecimentos, é fundamental o estudo da obra completa do autor, intitulada **Escola e Democracia**. Ao propor uma nova organização para o ensino, é fundamental que se destaque que ele não propõe que se engesse essa organização em procedimentos metodológicos estanques, conforme se observar nas palavras do próprio autor, quando se posiciona a respeito disso, confrontando as práticas pedagógicas inerentes às denominadas pedagogia tradicional e nova com aquilo que compreende ser uma nova proposta de organização do ensino. No contexto dessa discussão, ele alerta: “Assim, **se fosse possível traduzir os métodos de ensino que estou propondo na forma de passos** à semelhança dos esquemas de Herbart e de Dewey, [...] eu diria que o primeiro passo seria a prática social” (SAVIANI, 2012, p.70, grifos nossos).

ser possível proceder às inferências necessárias à organização de um ensino que promova desenvolvimento. A autora destaca: “O percurso lógico da aprendizagem segue uma linha de desenvolvimento que caminha do concreto (sensorial, empírico) para o abstrato, do particular para o geral, do cotidiano para o não cotidiano, dos conhecimentos de senso comum para os conhecimentos mais elaborados e complexos. Esse percurso revela-se ‘de baixo para cima’” (MARTINS, 2016, p. 28).

A aprendizagem é um processo mediado por signos (culturais), inserido em contextos sociais carregados de significações, as quais precisam ser transpostas do inter para o intrasubjetivo e cuja qualidade de apropriação depende das condições em que elas ocorrem.

Martins (2016), ao confrontar a lógica da aprendizagem com a lógica do ensino, destaca que “[...] o percurso lógico do ensino carece ocorrer do abstrato para o concreto, do geral para o particular, da síntese como possibilidade para a superação da síncrese, do não cotidiano para o cotidiano, dos conceitos científicos a serem confrontados com os conceitos espontâneos. Logo, esse percurso revela-se “de cima para baixo” (MARTINS, 2016, p. 29). A pesquisadora ainda acrescenta: “Consequentemente, o ensino só pode sustentar-se como objetivação de apropriações já realizadas por quem ensina. Nesse sentido, o percurso lógico do ensino não pode reproduzir o percurso lógico da aprendizagem, pois se assim o for não gerará as contradições necessárias à transformação do sistema representado pela tríade conceitos científicos, conceitos espontâneos e seus objetos” (MARTINS, 2016, p. 29).

Nessa perspectiva, organizar o ensino implica, como tem se destacado nesta seção, um conjunto de saberes que extrapolam a mera definição dos encaminhamentos e recursos didático-pedagógicos, que se objetivam em uma simples organização de atividades que ocupem o tempo escolar. Além disso, torna-se possível inferir que não é possível ensinar aquilo que não se domina, aquilo que não se conhece. É pertinente, ainda, destacar, as palavras de Saviani (2012) quando se refere à função social da escola como instituição responsável pelo acesso ao saber sistematizado, momento em que também apresenta algumas das condições necessárias para o acesso a esse saber:



Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza, e a linguagem da sociedade. Está aí, o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2012, p.14).

Com base nas palavras supracitadas, entende-se que à escola compete, sobretudo, ensinar os rudimentos necessários à instrumentalização primeira, ou seja, ensinar a ler, a escrever, a contar, a socializar o domínio das ciências naturais e sociais, por meio das quais se permitem ampliar as possibilidades de inserção no mundo cultural por meio de domínios mais elevados sobre esses rudimentos. O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de modo que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno. Moura, Sforini e Lopes (2017) definem a atividade de estudo como “aquela atividade cujo produto são transformações no aluno” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82). E, identificam seus componentes como sendo “as tarefas de estudo, as ações de estudo e as ações de controle e avaliação”. De modo que “A tarefa de estudo está associada à motivação do estudo, com a transformação do aluno em sujeito da atividade. Estar em atividade de estudo é que coloca o aluno em ações de estudo. É a realização conjunta do aluno com seus colegas e o professor que vai permitir a realização das ações de controle e avaliação dos resultados de sua atividade de estudo” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82).

Tendo como objetivo promover a aprendizagem de conteúdos relevantes para uma formação emancipadora, a organização do ensino é essencialidade que requer definição clara dos procedimentos metodológicos, pois, segundo os autores explicitam:



Da avaliação do que realiza poderá resultar a necessidade de mudanças na sua forma de atuação, já que no processo de ensino irá perceber como agem os estudantes diante do conteúdo a ser aprendido. É a percepção, pela reflexão, sobre a qualidade da aprendizagem que irá desencadear ou não novas ações do professor para atingir seu objetivo. Desse modo, o controle intencional das ações e operações<sup>31</sup>, como parte do seu plano, permitirá ao professor passar qualitativamente de um nível ao outro da organização da atividade de ensino, segundo as características do pensamento teórico. (MOURA; SFORNI; LOPES, 2017, p. 85).

Nessa direção, às ações de organização do ensino vão exigindo o acompanhamento dos resultados correspondentes no que tange à aprendizagem e à consequente tomada de decisão quanto à necessidade ou não de reorganização dos procedimentos adotados para o ensino dos conteúdos escolares.

Além do domínio conceitual referente ao conteúdo, objeto de ensino, ao professor compete investigar as ações desencadeadoras de aprendizagem, aquelas que produzem a real necessidade de novas elaborações ou novas sínteses resultantes, por exemplo, da necessidade de confrontar informações sobre um mesmo conteúdo ou de núcleos conceituais diferentes. Vale indicar que a prática pedagógica implica, ainda, conhecer os materiais e recursos disponíveis, a fim de saber de que forma será possível conduzir as explicações, elaborações e/ou experimentações que se fizerem necessárias de modo a garantir a apropriação dos conteúdos essenciais que se constituem o objeto de estudo. A organização do ensino, também, é referendada por Libâneo (2016), o qual parte da defesa de um ensino que visa à formação do pensamento teórico e indica pressupostos para elaboração dos planos, os quais, por sua vez,

---

<sup>31</sup> Ressalta-se a necessidade de aporte teórico como apoio à fundamentação de modo a ampliar a compreensão sobre a atividade de ensino e a de estudo. Para tanto, é fundamental que o resultado dos trabalhos de diferentes grupos acadêmicos, os quais têm se dedicado à pesquisa, por intermédio de programas que têm no financiamento público o suporte financeiro, continuem sendo socializados e debatidos em seminários, congressos e publicitados pelos meios eletrônicos e impressos. É nesse diálogo da Universidade com a Educação Básica que tem-se a oportunidade de avançar na compreensão das imbricadas relações entre teoria e prática. Nesse campo em específico, reomenda-se, por ora, o aprofundamento nas leituras dos trabalhos de Moura, Sforni e Lopes (2017); Sforni (2015); Cardoso e Libâneo (2016); Arnoni (2003), os quais apresentam contribuições teóricas imprescindíveis à leitura e à compreensão teórico-metodológico indicados nos diferentes componentes curriculares.

articulam-se ao corpus teórico da ciência a ser ensinada, requerendo do professor, amplo domínio conceitual referente ao objeto de ensino, das ações mentais envolvidas e dos procedimentos e recursos necessários para desencadear as situações de ensino. O autor destaca, dentre outros pontos, a necessidade de

Análise do conteúdo visando à elaboração do núcleo conceitual (núcleo do conceito) da matéria (princípio geral básico, relações gerais básicas), que contém a generalização esperada para que o aluno a interiorize e a utilize para deduzir relações particulares da relação básica identificada. Para isso, busca-se a gênese de desenvolvimento do conteúdo, isto é, o processo histórico de sua constituição, recorrendo aos métodos e procedimentos de investigação próprios desta ciência. (LIBÂNEO, 2016, p. 377).

Em síntese, tem-se a indicação objetiva do percurso do ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula que será viabilizado mediante ações intencionais, rigorosamente organizadas. Cabe destacar que o compromisso de indicar o percurso a ser realizado para garantir a apropriação dos conceitos científicos será cumprido em cada componente curricular, no campo dos encaminhamentos teórico-metodológicos. Nesse sentido, vale ressaltar os limites impostos pelo tempo histórico, o desafio da produção coletiva em que tem-se a opção por metodologias de ensino consideradas mais adequadas ao objeto de ensino do referido componente curricular, mantendo-se o respeito aos pressupostos teóricos já devidamente enunciados.

E, na lógica até aqui apresentada, não cabe enfatizar nenhuma concepção de avaliação que a trate de forma distinta ou separada de todo o percurso. Situada no campo das ações de controle e avaliação, nos e dos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação contribui para que os fins a atingir se efetivem. Ela se reveste implícita no processo educativo com vários atributos: diagnóstica, investigativa, processual, reflexiva, formativa e qualitativa. Diagnóstica e investigativa porque é um processo de reflexão e investigação sistemática, com registros objetivos que permitem analisar e caracterizar o processo educativo, tanto com relação à apropriação do aluno quanto com relação às ações articuladas para que essa apropriação aconteça. É formativa

porque permite a realimentação do processo e, assim, o acompanhamento permanente.

Ademais, não basta apenas diagnosticar; é preciso encaminhar ações que permitam a adequação dos procedimentos utilizados para a consolidação dos objetivos e, conseqüentemente, para a apropriação dos conhecimentos. Há que se compreender que os registros são provisórios e que ela se tornará qualitativa e contínua se os dados registrados forem pautados no pressuposto de analisar a consolidação dos objetivos confrontados permanentemente, expressando a qualidade do processo, e não de um determinado momento desse.

Segundo Janssen (2004), “à razão de ser da avaliação está em acompanhar, interativa e regulativamente, se os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Os processos avaliativos visam aproximar as formas de planejar, de ensinar, de aprender e também de avaliar através da coleta de maior número possível de informações que sejam relevantes para a melhoria da qualidade social do trabalho pedagógico” (JANSSEN, 2004, p. 58). Não se pode perder de vista que toda produção do aluno, inclusive o erro, é uma fonte de informação importante sobre o processo de ensino e de aprendizagem, servindo de ponto de reflexão para a retomada das ações de ensino que se apresentarem como necessárias a fim de garantir as aprendizagens objetivadas.

Considerando-se que é a partir de mediações significativas que se criam novas possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, as quais, por sua vez, exigirão novas mediações, não se pode: a) deter-se em coletar informações sobre momentos específicos da aprendizagem dos alunos; e b) considerar momentos pontuais como a referência maior para análise de um percurso de aprendizagem e desenvolvimento, os quais se revelam sempre em processo. Nas escolas, segundo Rego (2001), costuma-se avaliar o aluno somente no nível de desenvolvimento real, ou seja, avalia-se aquilo que ele sabe no momento em que o instrumento avaliativo é aplicado, que se revela por meio do que ele é capaz de fazer, sem colaboração de outros, como sendo o representativo de seu desenvolvimento.

Nas reflexões sobre a avaliação, entendida como processo que serve para avaliar o ensino e a aprendizagem, defende-se que os resultados devem

servir de suporte para reavaliar percursos de ensino e de aprendizagem, incluindo as diferentes situações que incidem na organização das salas de aula e dos demais espaços educativos da instituição escolar, abarcando inclusive as diferenças para que não se constituam em desigualdades. Há que se considerar a inclusão social e educacional, aspectos que exigem a flexibilização curricular, quer seja com relação ao tempo, à forma, ao conteúdo, ao ensino e aos instrumentos e critérios de avaliação, sem que ocorra a banalização/esvaziamento do conteúdo/conhecimento.

Ao tratar das ações de avaliação, é importante refletir sobre os instrumentos que poderão ser utilizados na relação com o núcleo conceitual das áreas do conhecimento de modo que assegurem situações de análise, de interpretação, de síntese, de memorização de informações e de conceitos relevantes, de reflexão, de aplicação de conhecimentos, dentre outros aspectos. Os instrumentos, quando bem elaborados, podem contribuir para a necessária e coerente interpretação das informações contidas nas atividades avaliativas de modo que, professor e aluno, tomem consciência das suas trajetórias de ensino e de aprendizagem, na relação com o núcleo conceitual a ser apropriado pelos alunos como resultado das atividades desenvolvidas. Assim, criar estratégias próprias de aprendizagem, construindo ações mais autônomas, no sentido da emancipação intelectual e da construção da autocrítica, por parte de todos os envolvidos, passa a ser uma ação consequente/resultante do processo de avaliação.

A reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem, realizadas por parte de todos os envolvidos no processo, aponta para o redimensionamento de práticas pedagógicas que legitimam a função social da instituição escolar como espaço privilegiado de socialização do conhecimento científico e, consequente, do desenvolvimento do pensamento teórico, por intermédio de atos intencionais de ensino e de aprendizagem, os quais legitimam a manutenção da instituição social escolar.

É preciso ampliar o debate sobre aprovação, reprovação, ciclo e/ou contínuos de modo a superar seus limites operacionais e legais, uma vez que, a não retenção é uma ação pedagógica significativa, quando acompanhada de atos de ensino que priorizem a efetiva aprendizagem. O processo educativo,

ao ser metodicamente planejado e avaliado, precisa garantir a consolidação de objetivos, contribuindo para que se estabeleçam relações que instiguem o espírito investigador e que ampliem a exigência com relação ao domínio do conhecimento historicamente acumulado.

Ao tratar da avaliação do processo educativo, não se pode desconsiderar as ações de auto avaliação, por intermédio da previsão da avaliação institucional, a partir da análise dos resultados alcançados nas diferentes práticas desenvolvidas, bem como a análise dos resultados alcançados nas avaliações realizadas pelo sistema educacional. Diferentemente de confrontar índices estatísticos, as ações de controle e auto avaliação aqui concebidas abarcam exercícios de autorreflexão mediatizados pelas concepções que fundamentam essa PPC e rompem com práticas competitivas, visando a retornar ao que está concebido e proposto na relação direta com o que se tem alcançado, mediante as condições existentes, com vistas a reorganizar procedimentos sempre que necessário, bem como fortalecer as ações que alcançam bons resultados. A defesa é a de que cabe à escola cumprir seu papel, possibilitando o acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade por meio do efetivo trabalho escolar, da investigação e da reflexão.

Defende-se, neste documento, o exposto nas diretrizes curriculares, bem como nos acordos internacionais firmados em prol dos interesses da humanidade, os quais apontam para a formação de sujeitos que apresentem domínios nas diferentes áreas do conhecimento, tenham desenvoltura linguística, de raciocínio e criatividade, para que possam resolver situações diferenciadas, para que valorizem a diversidade cultural, para que cuidem da saúde física e emocional; para que se preocupem com o meio ambiente e com o planeta, para que utilizem diferentes linguagens, incluindo a digital para se comunicar e se expressar, e, sobretudo, para que respeitem o diferente, o diverso, valorizem o humano em si e no outro, de modo a melhorar os espaços de convivência. Entende-se que, por ser viável a construção das relações sociais indicadas nos documentos legais e orientadores das práticas formativas, agregada à difusão desses princípios, faz-se necessária a transformação nas relações de produção material da existência humana. Contudo, não compete aguardar mudanças na base material, é necessário que a instituição atue no

campo daquilo que lhe é próprio, ou seja, a socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Para que o trabalho educativo se efetive da maneira indicada nesses pressupostos, as políticas públicas municipais para formação dos profissionais da educação não podem ser compostas de eventos pontuais, nem podem ficar submetidas às mudanças de governo, ou ainda mais grave, submetidas às empresas, às fundações e às corporações que têm adentrado ao espaço escolar, as quais, oferecendo produtos e serviços por meio de parcerias, amarram programas de formação contínua, vinculados aos interesses corporativos, desvirtuando os princípios político-pedagógicos tão arduamente construídos na discussão coletiva dos projetos políticos pedagógicos. A formação precisa ser contínua, garantindo o aprofundamento teórico-metodológico, a unidade e a coerência aos pressupostos teóricos que sustentam as concepções de desenvolvimento humano, de aprendizagem, de ensino, de organização pedagógica, dentre outros.

Nesse sentido, o processo de formação inicial e contínua dos trabalhadores da educação, planejado em curto, médio e longo prazo, tendo em vista a necessidade de uma formação plena, fica vinculado à concepção que contemple a multidimensionalidade do conhecimento e que objetive a humanização do homem na perspectiva de sua emancipação. O Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação, aliado ao plano de governo municipal, pautam o planejamento da formação contínua, contemplando a totalidade dos profissionais da educação, fator que requer estabelecimento de prioridades, e a exclusão programas e projetos que atravessam os fins da instituição escolar, uma vez que a defesa desta PPC parte do entendimento maior de que “Clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir” (SAVIANI, 2012, p. 17). O mapeamento de situações vivenciadas no cotidiano evidencia que há necessidade de empreender esforços no sentido de limpar o espaço escolar daquilo que é secundário, daquilo que não é essencial, que vem atravessando a prática de ensino e, conseqüentemente, a de aprendizagem, impactando nos resultados alcançados, em termos qualitativos.



A formação teórica do professor quer seja na condição inicial ou contínua, parte dos mesmos princípios defendidos para o ensino, primando pelo rigor dos conceitos e pelo rigor metodológico, visando a alçar níveis de compreensão cada vez mais complexos que auxiliem no domínio conceitual e nas relações necessárias que incidam em práticas pedagógicas mais consistentes que auxiliem na transposição da síncrese à síntese, do abstrato ao concreto pensado, na superação dos saberes em nível de senso comum, alçando os patamares da elaboração conceitual sustentado por um domínio consistente. Essa formação a que este documento se refere só ganhará caráter de continuidade se propiciar um processo de aprofundamento epistemológico, cuja previsão deve constar, inclusive, nos Planos Municipais de Educação como resultado da participação efetiva dos trabalhadores no planejamento dessa prática formativa e do seu conteúdo.

Assim, provisoriamente, finalizam-se as reflexões sobre os pressupostos pedagógicos, sendo esses articulados, na sequência, aos legais à medida que esses, também, possibilitam e limitam práticas político-pedagógicas. No campo da gestão da instituição escolar, locus no qual incidem os resultados das decisões políticas dos sistemas, compete, sobretudo, o esforço pela implementação de práticas efetivas de ensino que resultem em aprendizagem. Conhecer o conjunto jurídico que regulamenta e, por vezes, condiciona a ação pedagógica, especialmente para que não se permita que regulamentações específicas e transitórias assumam relevância ou significado que extrapolem sua exiguidade ou pequenez, é sumamente importante. Dessa forma, mesmo que demarcados pelo aparato jurídico de um sistema legal, esta PPC ampara-se na consistência e coerência advindas dos princípios até aqui assumidos, para seguir na organização das propostas pedagógicas curriculares, as quais complementarão este documento curricular para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

#### **9.3.4. Pressupostos Legais**

Para compreender as implicações decorrentes da legislação educacional, é necessário situá-la no contexto das transformações econômicas,



políticas, culturais e geográficas que caracterizam a reorganização do sistema capitalista mundial, intensificada ainda na segunda metade do século passado, e que tem sua defesa associada à indicação de avanços científicos e tecnológicos, à globalização da economia e abertura de novos mercados consumidores. As transformações no modo de organizar a produção econômica, defendidas como prioridades nos programas econômicos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Mundial, influenciam e afetam diretamente a organização das políticas e programas no campo da educação. Esses organismos e os documentos que sustentam os acordos firmados encaram o desemprego, a fome, a pobreza e o aumento das desigualdades como problemas que decorrem dos aspectos culturais, cuja solução estaria na proposição de um projeto de educação voltado para a empregabilidade, concebendo a formação integral em uma perspectiva reducionista, ou seja, apenas articulada às necessidades do mercado de trabalho.

Nesse processo de mudanças, defende-se, no campo discursivo, a reforma do ensino, principalmente nos países em desenvolvimento, implicando mudanças nas políticas educacionais, alterações nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na formação dos profissionais da educação. O Brasil, influenciado por essas políticas internacionais, adotou novas estratégias, entre as quais se destaca a descentralização administrativa e a transferência de atribuições e responsabilidades, antes do Estado, para as instituições de ensino e para os profissionais da educação. No campo das práticas sociais e da implementação das políticas públicas, constata-se que o investimento insuficiente por parte do Estado<sup>32</sup> na educação pública dificulta a efetivação de uma educação de qualidade com perspectiva de inclusão social,

---

<sup>32</sup> A palavra **Estado**, grafada com inicial maiúscula, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Numa nação, o Estado desempenha funções políticas, sociais e econômicas. Também são designadas por Estado, cada uma das divisões político-geográficas de uma república federativa. Estas divisões são autônomas e possuem um governo próprio regido por uma estrutura administrativa local. O Brasil é dividido em 26 Estados e um Distrito Federal. (Disponível em: <https://www.significados.com.br/estado/>. Acesso em: 12 de novembro de 2018, às 9h45).

permanecendo e, até mesmo, agravando os quadros de exclusão ao acesso aos bens culturais produzidos e acumulados pela humanidade.

E com essa clareza, parte-se do princípio de que a legislação educacional e as políticas públicas caracterizam-se pela provisoriedade, a qual é determinada pelas condições históricas nas quais são produzidas, mantendo, ao mesmo tempo, um caráter de permanência, ao estabelecer os direitos básicos de acesso à educação. Pode-se inferir que o aparato legal atua como mecanismo de regulação dos Sistemas de Ensino<sup>33</sup>, bem como pressuposto de garantia do direito de acesso à Educação Básica. Assim, cabe ressaltar que o acervo legal que jurisdiciona a organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições escolares está posto nos dispositivos advindos na forma de Lei, Decreto, Resolução, Parecer, Indicação e/ou Instrução que emanam orientações e princípios que precisam ser considerados no conjunto das práticas curriculares. E é nesse contexto que tais dispositivos serão comiserados, observando-se seus limites e também suas implicações.

Vale ressaltar que as instituições se encontram jurisdicionadas à legislação nacional na forma das leis e decretos aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pela Presidência da República, sendo competência dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação emanar normativas específicas para assuntos educacionais a eles jurisdicionados. Os municípios que não têm seus Conselhos Municipais de Educação constituídos com poderes normativos seguem as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação. O esforço que se empreende é o de garantir a atuação de modo articulado entre as esferas administrativas federal, estadual e municipal, a fim de alçar a organicidade e sistematicidade previstas em lei. Mediante tais considerações, é fundamental empreender esforços para que os desdobramentos jurídicos sejam tomados na integralidade, na organicidade e sistematicidade à luz dos demais pressupostos que organizam esta PPC, de modo a contribuir para o

---

<sup>33</sup> Com base nos dados de adesão a este currículo, em sua fase de sistematização, 52 municípios participaram; desses, somente o município de Toledo tem Sistema Próprio de Ensino municipal constituído como autônomo, pois tem as funções como CME de serem: consultiva, deliberativa, normativa, fiscalizadora e mobilizadora.

fortalecimento do sistema nacional de educação, tarefa essa que compete a todos, indistintamente.

No que tange à legislação nacional, no final da década de 1980, a Educação passou a ser garantida pela Constituição Federal de 1988 – CF/88, como direito público subjetivo, e foi apontada como “direito de todos e dever do Estado e da família” (Art. 205). Ademais, os princípios constitucionais são prerrogativas a serem cumpridas na Educação, em todos os níveis de ensino, primando por: equidade no acesso e na permanência, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade (art.206, I a VII). A Emenda Constitucional nº 59/2009 alterou o artigo 208 e determinou que é obrigação do Estado a oferta do ensino, estabelecendo que: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. A Constituição Federal atribui aos municípios o dever de ofertar, organizar e garantir o acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, e a Constituição do Estado do Paraná<sup>34</sup>, aprovada em 05 de outubro de 1989, em seus artigos de 177 a 189, por sua vez, referenda o previsto na Constituição Federal de 1988 no campo dos direitos sociais no que tange à organização da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, doravante) nº 9.394/96 normatiza, orienta os sistemas de ensino do país e reitera as disposições da Constituição Federal, definindo princípios, normas e critérios para a efetivação do acesso e da permanência da criança, do adolescente, do jovem e do adulto em todos os níveis e modalidades de ensino, vinculando a educação ao mundo do trabalho e à prática social. No Art. 11, estabelece-se que é responsabilidade dos municípios “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às

<sup>34</sup> A Constituição do Estado do Paraná teve seus artigos referentes à educação alterados por força da Emenda Constitucional nº 7 de 24 de abril de 2000 e Emenda Constitucional nº 21 de 02 de agosto de 2008. Sofreu alterações por força da Lei nº 13.625 de 05 de junho de 2002; da Lei nº 15.917 de 12 de agosto de 2008; da Lei nº 15.982 de 24 de dezembro de 2008; da Lei nº 16.193 de 30 de julho de 2009 e da Lei nº 16.889 de 02 de agosto de 2011, conforme registros até esta data.

políticas e planos educacionais da União e dos Estados”, além de “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental [...]”. Ao estabelecer os níveis, etapas e modalidades de ensino, a LDBEN organiza a educação escolar em Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e em Educação Superior. Este documento curricular é direcionado para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Infantil tem “como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Ao ser definida como a primeira etapa da educação básica, a sua oferta é indicada para ser efetivada, conforme expresso no artigo 30 da LDBEN nº 9.394/96, em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”. Quanto ao Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, por sua vez, o artigo 32 destaca os objetivos da formação mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural, e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, art. 32).

No período de 2006 a 2018, as redes municipais conviveram com a problemática do corte etário que impactou na definição da matrícula no Ensino Fundamental ou permanência da criança na Educação Infantil, em função da idade, situação que foi amplamente discutida e caracterizada no contexto educacional. No período desta 4ª revisão curricular, a decisão do Supremo Tribunal foi deferida, após o julgamento conjunto, no dia 01/08/2018, pelo STF, da ADC<sup>35</sup> nº 17 e da ADPF<sup>36</sup> nº 292; em seguida, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE/CEB nº 2, de 13 de

<sup>35</sup> ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.

<sup>36</sup> ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

setembro de 2018, o qual fundamenta as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade, diretrizes essas aprovadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, fixando a data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas. No Paraná, por sua vez, cabe observar ainda as orientações expressas no Parecer Normativo CEE/PR nº 02/2018 – CP do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 28 de setembro de 2018, que reafirma o corte etário, prevendo orientações para o período de transição aos matriculados anteriormente a esta data.

No que diz respeito ao currículo, a LDBEN nº 9394/96 estabelece que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem contemplar uma base nacional comum, composta pelo estudo da “Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil, além de uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Art. 26). A Lei diz respeito às peculiaridades da vida rural e de cada região, afirmando que os conteúdos curriculares, as metodologias de ensino e a organização escolar devem atender às condições e à natureza do trabalho na zona rural (Art. 28). Ao extrair as orientações legais, é certa a indicação de que, além do já exposto, devem constar conhecimentos sobre o ensino da arte, em suas expressões regionais, abarcando as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular; a educação física, integrada à proposta pedagógica da instituição escolar; o ensino da história do Brasil, considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias, sobretudo das matrizes indígena, africana e europeia; ademais, registra-se, ainda, a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, como componente curricular obrigatório na Educação Básica, a qual não está definida em termos de etapa, com destaque para duas horas mensais, devendo integrar ação pedagógica devidamente planejada pela equipe responsável, considerando a adequação do material. Às instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino cabe responder às exigências da

Deliberação nº 07 de 10 de novembro de 2006, a qual institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica, podendo ser ofertada, conforme previsto na legislação de duas formas, como “disciplina de História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuir os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada”. (PARANÁ, 2006).

No que tange à organização curricular, a LDBEN nº 9.394/96 teve seus artigos complementados por outras legislações, as quais indicam ou acrescentam conteúdos que devem ser abordados de forma transversal. Dessa forma, serão nos PPPs, mais especificamente no campo das PPCs, que a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental evidenciarão cumprimento das exigências legais quanto à inserção de temáticas que dizem respeito a assuntos de interesse nacional, estadual, regional e/ou local, articulando-os ao conteúdo dos componentes curriculares sempre que possível, evitando a inserção de projetos de forma aleatória que produzam cortes/interrupções ou sobreposições.

Observa-se no contexto dos estudos destacados até aqui que a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, referenda o estabelecido na LDBEN nº 9.394/96 e em suas alterações, conforme exposto no artigo 8º:

§ 1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital; bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, art. 8).

O que se constatar é que alguns desses temas estão regulamentados por dispositivos legais específicos e outros apenas no que já está indicado no texto da Resolução supracitada, requerendo os mesmos cuidados ao abarcar as referidas temáticas, cumprindo-as no corpo do trabalho com os componentes curriculares. Nesse campo de exigências e referências legais, abre-se para a



indicação mais específica de regulamentações com o intuito de direcionar a organização das disciplinas na sequência dessa proposta:

a) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e a Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que altera alguns de seus artigos. Vale ressaltar que nas instituições estão presentes formas de organização familiar em que a presença do idoso se faz, inclusive como provedor das condições de existência da criança que se encontra matriculada nos Centros de Educação Infantil e/ou escola;

b) Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos artigos encontram-se alterados por inúmeras outras legislações, que tratam de conteúdos pertinentes aos assuntos das configurações familiares, interferências na guarda e/ou educação infantil de crianças, quando há progenitores privados de liberdade, dentre outros aspectos relevantes. Em nota<sup>37</sup>, são indicadas

<sup>37</sup> Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Lei nº 13.715, de 24 de setembro de 2018, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No que tange a alteração do previsto na LDBEN nº 9.394/96 temos a indicação da inclusão do que segue: “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a



algumas das legislações que alteram/complementam o ECA como forma de ressaltar a responsabilidade que se assume frente à implementação dos PPPs e respectivas PPCs considerando que as implicações decorrentes da legislação impactam na organização das famílias, seus direitos e seus deveres e, conseqüentemente, na proteção à infância e à adolescência em relação às quais à instituição escolar é parte constituinte. É imprescindível que o desdobramento jurídico, as alterações e as referidas implicações sejam amplamente conhecidas tanto no espaço da organização administrativa quanto na organização do trabalho pedagógico. Arranjos familiares ao serem efetivados, sobretudo por decisões judiciais, muitas vezes, alteram rotinas e intensificam conflitos nos contextos familiares, colocando as instituições de ensino e as equipes de apoio administrativo e pedagógico na condição de necessitar atuar de modo mais integrado às outras secretarias, inclusive, primando pela proteção aos direitos da infância e da adolescência. O artigo 26 da LDBEN nº9.394/96 foi alterado em sua redação original, por força da Lei nº 13 010, de 2014, e passou a integrar em seu parágrafo 9º a inclusão nos temas transversais, de conteúdos relativos “à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente”, sendo necessário neste campo a consequente preparação dos profissionais da educação para atuar nesta área de prevenção e de intervenção, quando necessário, acionando as demais instituições vinculadas à rede de proteção à criança e ao adolescente;

---

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Neste caso a legislação ampara situações em que as crianças estejam em programas de acolhimento. A Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014, acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Além dessas, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil e que trata dos direitos e deveres na ordem civil e tem artigos alterados por legislações específicas, as quais poderão ser acessadas a partir dela.

c) Educação para o Trânsito, amparada na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro com ênfase nos artigos de 74 a 76;

d) Amparada na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, por intermédio do Parecer CNE/CP nº 14/2012, que fundamenta a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 do CNE/CP estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Nessa temática, é também fundamental considerar os acordos, as agendas<sup>38</sup> e as conferências realizados de modo a atuar na direção de contribuir para a efetivação dos objetivos globais, os quais incidem em compromissos que se alinham à Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>39</sup>, assinada ainda em 1948, cujos princípios ainda são tarefas a serem cumpridas para grande parte da humanidade. Ainda no campo da Educação Ambiental, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 17505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, e ressalta que deve ser promovida de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar de modo permanente em todos os níveis e modalidades do ensino;

e) Educação Alimentar e Nutricional<sup>40</sup>, amparada na Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Nesse campo, há que se intensificar o trabalho preventivo e articulado à saúde pública quando do trato das restrições alimentares, da

<sup>38</sup> Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>

<sup>39</sup> Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm>. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada o principal documento de referência ao exercício da cidadania, criado pela ONU em 1948.

<sup>40</sup> É importante relacionar a essa regulamentação o previsto na Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014, a qual altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica, com base em recomendação médica. Assim, é fundamental conhecer o exposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, uma vez que ela regulamenta o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, incidindo em campos de conteúdo que atravessam o currículo escolar e que são do interesse da comunidade compreender e fiscalizar para que seja viabilizado o efetivo controle social por meio dos conselhos gestores e do acompanhamento da população em geral.

promoção de hábitos de alimentação saudável e da preservação da saúde e da vida humana;

f) Educação em Direitos Humanos fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e na Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O texto do Parecer é claro ao explicitar os princípios da Educação em Direitos Humanos, cuja finalidade encontra-se em “promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamentada nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental, pautada no desafio de promover processos formativos que auxiliem as pessoas a se reconhecerem como pessoas de direitos, em condições de exercê-los, de promovê-los e de respeitá-los enquanto direito do outro. A normativa, por sua vez, imprime a obrigatoriedade de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para que a Educação em Direitos Humanos<sup>41</sup> quer seja pela transversalidade, como um conteúdo, ou de maneira mista, se constitua como conhecimento integrante do currículo e trabalho escolar;

g) Diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. Nesse campo, o arcabouço jurídico sustenta as práticas pedagógicas na instituição escolar por intermédio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; nos seus desdobramentos da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por sua vez, inclui

<sup>41</sup> É preciso também conhecer o disposto no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, por meio do qual foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, cujas diretrizes centram-se no combate às diversas formas de violência, de segregação e de discriminação, enfatizando as responsabilidades sociais frente à construção de práticas democráticas e de valorização à vida humana com dignidade.

no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", em especial nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Cabe enfatizar que no âmbito do Conselho Nacional de Educação é emitido o Parecer CNE/CEB nº3, de 10 de março de 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Outra regulamentação foi por meio da Resolução CNE/CP nº 5, de 22 de junho de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, amparada no texto do Parecer do CNE/CEB nº 13, de 15 de junho de 2012.

Nesse quesito, há que se considerar, ainda, a Resolução CNE/CP nº 3, de 16 de maio de 2012, a qual estabelece Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, de adolescentes e de jovens em situação de itinerância, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14, de 07 de dezembro de 2011, o qual contempla, conforme exposto no texto da regulamentação, os ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros, com implicações na vida legal e pedagógica destes estudantes, incluindo as questões postas pela proximidade com a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O CNE estabelece, ainda, diretrizes à Educação Básica nas escolas do campo por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, amparada no Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001, em um esforço concentrado de respeito às especificidades das comunidades camponesas, de seus direitos sociais, sua organização social, atividades culturais, econômicas e prestação de serviços e por intermédio do Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007 e da Resolução do CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, instituiu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Está previsto, também, o estudo dos símbolos nacionais - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional - como tema transversal exigido pela Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011.

A Lei nº 13.663, de 14 maio de 2018, alterou o art.12 da LDBEN nº 9.394/96 e incluiu “a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino” de modo a combater, “especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” (BRASIL, 2018).

Ao tratar das questões que transversalizam o currículo escolar, a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, reafirma que a base nacional comum e a parte diversificada do currículo “devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010). A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, no artigo 8º, inciso VIII, § 1º, insiste na educação digital como tema transversal a ser trabalhado, sendo fundamental que ela seja utilizada a favor da aprendizagem. Para tanto, o professor deve saber utilizar as ferramentas digitais em benefício da aprendizagem, ensinando os alunos a utilizarem os recursos e as informações disponíveis no mundo digital, de modo responsável e colocando-as a serviço efetivo da aprendizagem. Nessa direção, compete conhecer a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, prevendo responsabilidades tais como as previstas no artigo “Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.” Em decorrência, o Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada com o objetivo de “conjugação esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.” (BRASIL, 2017). Nesse campo, o artigo

22 da Resolução CNE Nº 02/2017 indica que o tema computação será tratado de forma específica pelo CNE.

A Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatiza responsabilidades frente ao combate ao racismo, às discriminações de gênero, sócio-econômicas, étnico-raciais e religiosas, bem como o compromisso com a construção de identidade, como direito fundamental da criança. O texto legal destaca a presença das creches em territórios não urbanos e a necessidade de respeito às identidades das comunidades indígenas e à sua cultura, com as devidas responsabilidades administrativas e pedagógicas de previsão de oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais das comunidades quando as especificidades assim exigirem. No que tange à organização da Educação Infantil, cabe, ainda, destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela já indicada Resolução CNE/CP nº 2/2017, quais sejam: os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, os quais estarão devidamente situados no campo da proposta pedagógica específica à Educação Infantil, direitos esses reforçados pela Deliberação CEE/CP nº 03/18, APROVADO EM 22/11/18

A Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11, de 7, de setembro de 2010, indica a exigência, em seu artigo 16, de que no Ensino Fundamental sejam tratados dos temas saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação fiscal, bem como trabalho ciência e tecnologia. No texto da Resolução nº 02/17 CNE/CP, o artigo 22 destaca que: “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero”. É importante destacar também que o Ensino Fundamental abarca do 1º ao 9º ano e que as diferentes temáticas que devem ser trabalhadas precisam ser distribuídas ao longo dessa etapa da Educação Básica. No artigo 23, a referida resolução destaca que o “Ensino Religioso terá tratamento, como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências humanas, no Ensino Fundamental.” (BRASIL, 2017). O CEE do Paraná, por meio da DELIBERAÇÃO nº 01/06, aprovada em 10/02/06, no art. 2 e respectivos incisos



delibera que: Os conteúdos do ensino religioso oferecido nas escolas subordinam-se aos seguintes pressupostos: a) da concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação; b) da necessária contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade; c) da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético; d) do reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente; e) de que o ensino religioso deve ser focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania. Art. 4º O ensino religioso é de oferta obrigatória por parte do estabelecimento, sendo facultativo ao aluno.

Essas são as orientações legais para organização curricular, inserindo os diversos elementos que precisam ser contemplados. Há, no entanto, que se retomar um dos pontos que incidem nessa organização: a base nacional comum e a parte diversificada. Essa organização reflete na distribuição da carga horária dos componentes curriculares no tempo escolar. A Resolução nº 04/10 CNE/CEB indica:

Art. 17. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto pedagógico, de modo que os estudantes do Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

§ 1º Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com a comunidade em que a escola esteja inserida.

§ 2º A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento. (BRASIL, 2010, n.p.).

Ao organizar a distribuição dos conteúdos no tempo escolar, é necessário respeitar as exigências quanto aos direitos dos sujeitos que aprendem e dos que ensinam, as diretrizes, os conteúdos e as temáticas que transversalizam o ensino, bem como considerar o tempo, o espaço, as condições físicas, materiais e humanas que estão disponíveis para o exercício da docência,



cujo fim é o ensino de modo que ocorra a aprendizagem efetiva. Ao compor a parte diversificada do currículo, o escopo do artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 é enfático ao destacar que ela deve atender às exigências das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos alunos. Assim, a coerência na organização legal, política e pedagógica das matrizes curriculares é ponto fundamental para que a proposta curricular construída coletivamente se efetive em sala de aula.

Vale ressaltar que dois campos expressivos da regulamentação que integram os aspectos legais não se encontram aqui situados; são eles: a educação especial e a educação de jovens e adultos. A educação especial, por se constituir um campo específico neste currículo, terá seus pressupostos legais discutidos quando da sua enunciação. Dessa forma, compete redirecionar-se ao campo de discussão próprio para poder avançar nas reflexões que se fazem necessárias à educação inclusiva. Com relação à Educação de Jovens e Adultos, esta 4ª reorganização curricular não deu conta de abarcar essa produção curricular, ficando ao encargo dos municípios que a ofertam organizar suas propostas pedagógicas curriculares, respeitando os pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos, bem como os pressupostos legais emanados do sistema jurídico que decorre do sistema educacional ao qual se encontra vinculado.

À medida que se investiga o aparato jurídico que organiza os currículos escolares e seus desdobramentos, fica evidente que as competências estabelecidas no corpo da Base Nacional Comum Curricular, aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, fundamentadas no texto do Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017, já se encontram contempladas nos diferentes dispositivos legais, anteriormente aprovados. Assim sendo, a instituição escolar que já cumpria com o previsto na legislação que normatiza e orienta as práticas educativas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessita retomar as dez competências, que são estas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade,

continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Ao realizar um exercício confrontativo, encontrar-se-ão todos os elementos elencados, ora nas diferentes Diretrizes Curriculares, ora nos desdobramentos dos componentes curriculares indicados no texto da LDBEN nº 9.394/96 e demais dispositivos legais que alteraram ou acrescentaram seus artigos, parágrafos ou incisos. Portanto, não há elemento novo colocado nas dez competências. Há trabalho por se fazer no sentido de garantir a organicidade e

a sistematicidade que o sistema nacional de educação exige para que se constitua como sistema. O conhecimento das leis e normas é condição necessária para que os eventos pontuais deixem de adentrar os espaços escolares como novidade e acabem ocupando um espaço privilegiado, retirando da função social da escola um tempo precioso de fazer com que o conjunto de saberes socialmente produzidos se efetive como objeto de ensino (tarefa do professor) e consequente objeto de aprendizagem escolar (tarefa do aluno).

O cumprimento dos dispositivos legais é também condição para que a escola possa posicionar-se frente às propostas que recebe para executar tarefas alheias à sua função social direta e devolva às demais instituições as tarefas que elas desejam realizar ou aquilo que lhes é de competência própria para o cumprimento da responsabilidade social, entendida aqui como uma conduta orientada pela lei, resultando numa opção estratégica da empresa, por motivos relacionados a um desempenho empresarial ótimo e com reflexos sociais, seja ainda em razão dos incentivos fiscais decorrentes desta atuação” (LEWIS, s.d., p. 6). Nesse sentido, um número significativo de ações deve ser desenvolvido pelas empresas e assumido em toda a sua extensão por elas próprias, sem atravessar o cotidiano dos trabalhos escolares, os quais carregam em si as dimensões legal, filosófica, psicológica e pedagógica que se constituem nos argumentos necessários à defesa do tempo e do espaço escolar, como lócus privilegiado de acesso aos conhecimentos essenciais que constituem o acervo histórico, científico e cultural da humanidade, aqueles que se firmaram no tempo como conhecimentos clássicos.

O campo dos pressupostos legais abarca, ainda, a dimensão dos planos, por meio dos quais diretrizes e metas são estabelecidas para um determinado período. Esta 4ª revisão curricular integra a primeira etapa da implementação do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. O plano reforça as diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988, na LDBEN nº 9.394/96 e amplia questões em áreas importantes tais como “o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;” bem como a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à

sustentabilidade socioambiental”, delimitando 20 metas que se desdobram, abarcando os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação nos aspectos políticos, pedagógicos e administrativos. O Paraná, por sua vez, aprovou seu Plano Estadual de Educação, por intermédio da Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015, assim como o município, por força legal, aprovou seu Plano Municipal de Educação. Nesse campo das políticas educacionais, é preciso conhecer, de forma específica, as metas e as respectivas estratégias estabelecidas nos planos Nacional, Estadual e Municipal que afetam direta ou indiretamente a organização do trabalho na secretaria municipal de educação e instituição escolar, de modo que o planejamento local some ao projeto da educação nacional e que os prazos e as metodologias estabelecidos tanto para cumprimento quanto para avaliação do cumprimento das metas e estratégias se efetivem ao longo do percurso com a participação efetiva da sociedade civil.

Quanto ao financiamento, o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB -, normatizado pela Lei nº 11.494/2006, destina recursos públicos para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio. O acompanhamento efetivo da aplicação dos recursos financeiros aos fins a que se destinam torna-se responsabilidade da sociedade, principalmente por meio da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS), no âmbito municipal, e da associação formada por representantes dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar, a qual assume, dentre outras funções, a de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos de modo que se voltem para os fins sociais da instituição escolar.

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB -, que é formado por um conjunto de indicadores, entre os quais se destaca o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB -, o qual combina informações de fluxo e de desempenho do estudante. Esse indicador tem como objetivo verificar a qualidade da educação no país e redefinir políticas públicas. Os resultados do IDEB são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e dispõe a nota que cada estado e município

deverá atingir até 2020. Por meio de instrumentos avaliativos aplicados diretamente aos estudantes e de dados coletados junto às redes as informações, essas informações são analisadas e compõem pareceres que têm auxiliado na definição de políticas e programas que visam a enfrentar áreas críticas. Neste momento da 4ª revisão curricular, as informações são de que ocorrerão mudanças na organização do sistema de avaliação, incluindo-se inclusive a avaliação da Educação Infantil.

É certo que as informações produzidas pelos instrumentos de avaliação de larga escala têm como objetivo avaliar o sistema de modo a auxiliar na redefinição de políticas e programas sociais e educacionais que objetivam a melhoria da qualidade dos resultados alcançados. Assim, nenhuma comparação descontextualizada faz ou fará sentido; é preciso empreender esforços na direção de ações que conduzam aos resultados esperados e/ou objetivados nesta proposta. No período de discussão do Plano Municipal de Educação, bem como na reorganização do PPP, as informações fornecidas pela avaliação do sistema são necessárias como elementos que auxiliam no sentido de direcionar decisões. São informações importantes que não podem ser descartadas, mas confrontadas com todos os elementos que constituem o contexto local, interpretadas de modo que produzam encaminhamentos efetivamente político-pedagógicos.

Aos pressupostos legais cabe, ainda, destacar os elementos que articulam exigências quanto à formação inicial e contínua dos profissionais da educação, conforme previsto nos artigos 61 a 67 da LDBEN nº 9.394/96 e Lei nº 12.014, de 2009, Lei nº 13.415, de 2017, Lei nº 12.056, de 2009, Lei nº 12.796, de 2013, Lei nº 13.478, de 2017, Lei nº 11.301, de 2006, observando que compete a análise do Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado por lei municipal, bem como outras legislações que regulamentem as funções dos servidores públicos que desenvolvem funções administrativas e pedagógicas no campo da instituição escolar. Os trabalhadores necessitam receber formação político-pedagógica coerente com os pressupostos que subsidiam essa Proposta Curricular, considerando que atuam no espaço escolar educativo com função social específica. Nessa relação, encontram-se articuladas a organização e a

distribuição do tempo da hora-atividade dos professores e a forma como ela está regulamentada nos dispositivos legais do município.

Ao sinalizar para o fechamento desses pressupostos, ressalta-se o quanto importante eles são na orientação permanente das práticas escolares, pois amparam e direcionam no sentido de que a instituição tem uma função social a cumprir, socializando os elementos da cultura tão necessários à emancipação humana. Ler, escrever, calcular, dominar os rudimentos das ciências naturais e sociais são elementos fundamentais para inserir cada um e cada uma no universo letrado da cultura produzida pela humanidade ao longo da sua história. A legislação pode amparar àqueles que, historicamente, estiverem à margem do acesso a uma escola de melhor qualidade. É por meio dela que hoje trilhamos essa busca dos fundamentos legais, de modo a evidenciar que a tarefa dessa instituição social, denominada escola, requer que outras políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação, das condições físicas e materiais em que os trabalhos educativos são realizados, dentre outras condições essenciais, também sejam pautas da discussão social mais ampla, incluindo dos gestores públicos.

#### **9.4. Princípios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental**

A Escola Municipal Dona Leopoldina respeita e segue os seguintes princípios para a Educação Infantil:

Princípios Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Para o Ensino Fundamental, a instituição de ensino segue e respeita os princípios:

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de



preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

## **9.5. Concepções Inerentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental**

### **9.5.1. Concepção de Educação Infantil**

O desafio da construção de uma proposta curricular para a Educação Infantil iniciou-se pela necessidade de situar o tempo da infância<sup>42</sup>, o qual extrapola o período de 0 a 6 anos. Ser criança e viver a infância são direitos conquistados, como evidenciados nos pressupostos legais, direitos estes que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais: família, escola e comunidade, entre outros espaços e tempos. Neste documento, porém, fizemos um recorte no tempo de existência humana e, orientados pelos pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais, delimitamos um tempo específico da vivência da infância sem, contudo, deixar de compreendê-la como tempo de vida que adentra o Ensino Fundamental. Isso nos impôs uma responsabilidade ainda maior, no sentido de estabelecer um percurso

---

42 CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, art. 227; LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação, 9394/96); DCNEIs. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1999).



pedagógico que pressupõe continuidade, conforme explicitado por Kramer (2006, p.20), quando afirma que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são indissociáveis e que, em ambos, “temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais”. Assim, antes mesmo de aprofundar as questões referentes à concepção, tornou-se necessário analisar o processo de adultização ao qual as crianças estão submetidas, uma vez que os meios de comunicação, as relações familiares e os processos de formação docente, determinados por condições sociais e econômicas, intensificaram essa condição em determinadas circunstâncias, as quais nos fazem perceber ou não a própria infância. Concordamos com Souza e Vieira (2006), ao afirmarem que:

Entender a infância como uma construção social é compreendê-la marcada por valores, representações, tensões sociais que em determinado momento histórico ofuscam, secundarizam o sujeito criança e/ou infância, assim como em outros potencializam, valorizam, priorizam estes conceitos na pesquisa, nos espaços midiáticos, nas políticas sociais, nos programas pedagógicos, nas revistas, etc (SOUZA e VIEIRA, 2006, p. 2).

Mais do que elencar a infância como um período da existência humana, pela necessidade da construção curricular, queremos contribuir para repensar esse tempo, sem, contudo, desconsiderar o direito primeiro de ser criança. Assim, é preciso situar na história da humanidade como as relações sociais e os interesses predominantes, em cada momento, foram determinando as concepções sobre a infância, uma vez que, os homens, dependendo da forma como se organizavam, foram produzindo os meios de que necessitavam para sobreviver e, nessa luta pela sobrevivência, produziram diferentes relações que, por sua vez, determinaram diferentes necessidades educativas. Nessa perspectiva, a história da infância, entendida como a história do período inicial da vida do homem, evidencia que a trajetória histórica da criança e da infância é marcada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que foram decisivos no aparecimento das instituições destinadas ao atendimento e à educação das crianças.

Do século XII até meados do século XV, a infância era considerada uma fase insignificante, praticamente sem importância. Consequentemente, não se nutria pela criança um sentimento de afetividade, pois ela era considerada um adulto em miniatura. Somente no final do século XVII é que a infância passou a ser compreendida como uma etapa da vida, e é desta ocasião que se têm notícias das primeiras escolas para crianças: as instituições de caridade, cuidadas e mantidas por religiosos que recebiam, então, crianças de todas as camadas sociais. Paralelo a esse acontecimento, a emergência da burguesia como classe social deslocou o valor do homem da linhagem, para o prestígio resultante do seu esforço e capacidade de trabalho. Nesse sentido, a escola passou a ser vista como caminho para a ascensão social, sendo a ela atribuído o “poder” de formar e transformar o indivíduo e a educação passou a ter o objetivo de estimular e intervir no desenvolvimento das crianças, especialmente das classes populares, de forma assistencialista às carências sociais.

O contexto social do século XIX, período em que se consolidou o modo de produção capitalista por meio da industrialização crescente na Europa, lançou a mulher, que até então exercia suas funções quase que exclusivamente no âmbito doméstico, no mercado de trabalho das fábricas, criando a problemática de quem cuidaria das crianças, seus filhos e filhas, até então sob sua responsabilidade. Em meados deste século, na França, as primeiras creches tinham como objetivo, na maioria das vezes, prestar assistência às crianças de baixa renda. Depois, apareceram também os Jardins de Infância, onde as famílias mais abastadas matriculavam seus filhos para que tivessem diversão, adquirissem boas maneiras, fizessem trabalhos manuais e, principalmente, se socializassem.

Ao situar a história da Educação Infantil no Brasil, Oliveira (2002), reafirma que:

Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social,

eram recolhidos nas 'rodas de expostos' existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII (OLIVEIRA, 2002, p. 91).

A autora ressalta que o panorama acima descrito somente se modificou quando a abolição da escravatura no país veio intensificar a migração para as grandes cidades, o que gerou, por um lado, problemas referentes ao destino que seria dado aos filhos dos escravos, os quais já não assumiriam mais a condição de escravos de seus pais, o que colaborou para o aumento do abandono de crianças. Dessa forma, iniciou-se uma busca de iniciativas voltadas para solucionar estes problemas com a criação de creches, de asilos e de internatos, destinados ao atendimento das crianças pobres.

No século XX, nos Estados Unidos, por volta de, presenciou-se a preocupação em atender às crianças de baixa renda, no sentido de evitar os seus repetidos fracassos ao entrarem na escola elementar (equivalente ao Ensino Fundamental). Segundo Abramovay e Kramer (1984, p. 33), "as pré-escolas, nesse período, passaram a significar ensino que antecede ou que prepara para a escola elementar". A pré-escola, portanto, modificou radicalmente os objetivos das escolas maternas americanas e também influenciou a educação infantil de vários países, inclusive a do Brasil, onde, respeitando as características que lhe são próprias, a história da Educação Infantil também seguiu a lógica da história desse nível de ensino no mundo.

Na história da Educação Infantil<sup>43</sup>, dois marcos podem ser considerados como decisivos para o reconhecimento do direito da criança à educação:

1) a "Declaração dos Direitos da Criança", documento produzido pela ONU, em 1959, e complementado pela "Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989", que estabeleceu o direito à proteção, à compreensão, às oportunidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e

---

43 Indicamos ser necessário leituras, estudos e discussões que aprofundem a compreensão referente a história da Educação Infantil, sobretudo a partir de meados do século passado com a intenção de melhor situar quanto aos os sentidos e significados das conferências, declarações e acordos estabelecidos pelas e entre nações no que tange ao enfrentamento das questões mais problemáticas que atingem a parcela da população considerada vulnerável. Não temos nos limites deste documento curricular, condições de situar e analisar ações que mais contribuíram para os avanços alcançados nas políticas de oferta da Educação Infantil. Portanto, indicamos como leitura complementar: KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

social, direito à educação, entre outros; responsabilizando a família, a sociedade e as autoridades pela garantia da efetivação desses direitos, independentemente de raça, cor, sexo, religião, condição social ou outro fator de qualquer natureza;

2) a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, assinada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, por representantes de 155 países, apresentou preocupações e metas a serem atingidas no sentido de ampliar a escolarização e, principalmente, melhorar a sua qualidade. Em relação à aprendizagem, a declaração reforçou que essa começa com o nascimento, o que implica cuidados básicos e investimentos na educação inicial na infância, envolvendo a família, a comunidade e os programas institucionais. Dentre as metas estabelecidas, destacam-se os cuidados básicos com o desenvolvimento infantil, incluindo ações junto às famílias e a comunidade, destinando especial atenção às crianças pobres e portadoras de deficiências.

O que se observou, no entanto, é que a ampliação do atendimento escolar para as camadas populares não foi suficiente para cobrir as demandas nessa área. A Educação Infantil, como um direito da família e da criança, previsto na Constituição Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e nas legislações educacionais específicas, pode ser considerada uma conquista recente na história da educação brasileira, exigindo, ainda, muitos esforços da sociedade para que se efetive na prática.

Indicamos ser necessário leituras, estudos e discussões que aprofundem a compreensão referente a história da Educação Infantil, sobretudo a partir de meados do século passado com a intenção de melhor situar quanto aos os sentidos e significados das conferências, declarações e acordos estabelecidos pelas e entre nações no que tange ao enfrentamento das questões mais problemáticas que atingem a parcela da população considerada vulnerável. Não temos nos limites deste documento curricular, condições de situar e analisar as ações que mais contribuíram para os avanços alcançados nas políticas de oferta da Educação Infantil.

Quando analisamos a legislação educacional, em seu percurso histórico, constatamos que no Brasil, a primeira lei que tratou da Educação Infantil, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4024/61, a qual apenas mencionava essa etapa da escolarização, oferecida em Jardins de Infância ou

em instituições permanentes. Na sequência, a Lei nº 5692/71, que alterou artigos da LDBEN nº 4024/61, indicava, em seu Artigo 19, parágrafo 2º, que “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam convenientemente educação em escolas maternas, jardins de infância ou em instituições equivalentes”, contudo, não afirmava como ocorreria a ampliação e a fiscalização desses estabelecimentos. No processo de redemocratização, por sua vez, os debates em torno da Constituição de 1988 contaram com a participação de diversos movimentos sociais, entre eles o feminista, que favoreceram a conquista da Educação Infantil como um direito da família e da criança, os quais foram garantidos na Constituição do Estado do Paraná<sup>44</sup> de 1989 e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº9394/96.

O que podemos evidenciar é que à medida que, na década de 1990 a Educação Infantil passou a ser responsabilidade da pasta da educação, iniciaram-se também as discussões de cunho político-pedagógico sobre o atendimento a criança neste período de desenvolvimento humano. Inicialmente, as práticas pedagógicas orientavam-se, mais especificamente, pelas normativas advindas do Sistema Nacional de Educação. Com a sistematização do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, já referenciado no histórico deste currículo, a pré-escola foi contemplada enquanto proposta curricular permanecendo a lacuna curricular para as demais idades.

A legislação educacional atual avançou ao colocar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, constituindo direito inalienável da criança desde o seu nascimento, fator que imputou ao Estado a responsabilidade e dever de atender, em complementação à ação da família e da sociedade. Dessa forma, todas as crianças adquiriram o direito à assistência e à educação, independente do fato de seus responsáveis participarem ou não do mercado de

---

44 O fato de, por um lado, estar sob a responsabilidade direta dos municípios a sua oferta e de, por outro, imperar as fragilidades históricas na tabulação e análise dos dados estatísticos referentes à demanda/oferta/fluxo quanto a essa etapa da escolarização, ocorreram dificuldades, nesse momento da 4ª revisão curricular, em proceder uma contextualização mais consistente referente aos dados específicos do Estado do Paraná e da própria Região Oeste, nas últimas décadas, confrontando-os com as mudanças nos dispositivos legais. Os municípios que integram esta produção curricular apresentam registros históricos diferenciados na oferta da Educação Infantil e constata-se a necessidade de a Educação Infantil, no Estado do Paraná, ser minuciosamente pesquisada para fins de que possa ser compreendida a partir dos determinantes econômicos, políticos, sociais, sua abrangência, avanços e dificuldades em relação à sua oferta

trabalho. Aquilo que era uma reivindicação sobre os direitos da mulher trabalhadora passou a ser no âmbito legal, uma conquista de todas as famílias e um direito de todas as crianças nessa faixa-etária, sem, todavia, consolidar-se no âmbito real, inclusive por questões que decorrem do próprio financiamento.

Refletir sobre a organização da Educação Infantil em seu percurso histórico, implica obrigatoriamente explicitar a concepção de criança que se assume. De modo coerente aos pressupostos que fundamentam esse currículo criança é entendida enquanto sujeito social e histórico, que se apropria dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade.

Considerando que nem todas as crianças vivem a infância é que nos respaldamos no exposto pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência - UNICEF – (2005), o qual defende que a infância é um espaço separado da vida adulta e que está relacionada à qualidade de vida desse período de existência do ser humano e que, é preciso considerar que a infância da maioria das crianças do mundo se encontra prejudicada pela pobreza. Nesse contexto, nos posicionamos por referendar a concepção de infância defendida por Kramer (2006) ao afirmar que:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder da imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira, entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam, isso é o que as caracteriza (KRAMER, 2006, p. 15).

Tornou-se, portanto, de fundamental importância refletir, problematizar e desvelar o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e suas famílias, porque esse é determinado pelas concepções de sociedade, de trabalho, de educação e de mundo que sustentam toda e qualquer ação humana. Assim, parte dos seguintes princípios:

Primeiro, o homem não surge como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que



vai sendo produzido, vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz.

Segundo, o trabalho se constitui na marca do homem, de tal forma que não dá para entendê-lo dissociado da noção de trabalho, bem como não é possível compreender o trabalho sem relacioná-lo ao homem.

Terceiro, para agir coletivamente, criou-se um sistema de signos que permitiu a troca de informações e a ação conjunta sobre o mundo. A linguagem é constituída da atividade mental. Portanto, não é apenas adquirida por nós no curso do desenvolvimento; ela constitui, transforma-nos e é mediadora de todo o processo de apropriação de mundo e de nós mesmos, acompanhando os jogos, as brincadeiras e as nossas ações ao longo da vida.

Quarto, no processo de humanização ocorre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, entre elas, sensação, percepção, atenção voluntária, memória, a linguagem, o pensamento, a imaginação, a emoção e sentimentos. Esse desenvolvimento pressupõe a internalização das operações externas, mediadas pelos instrumentos e pelos signos.

Quinto, a internalização não é uma condição dada a priori ao sujeito. Para efetivar-se, necessita de ações de intervenção em nível de mediação para que aquilo que acontece, inicialmente, no nível interpessoal, possa ocorrer, posteriormente, no nível intrapessoal.

À luz desses e dos pressupostos legais que orientam a oferta da Educação Infantil, é mister destacar que é função social desta etapa da Educação Básica tornar acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos culturais construídos pela humanidade, os quais contribuem para o seu desenvolvimento. E, para tanto referendamos o defendido por Martins (2012) quando se posiciona sobre as responsabilidades da instituição escolar: “Advogamos o princípio segundo o qual a escola, independentemente da faixa etária que atenda, cumpra a função de transmitir conhecimentos, isto é, de ensinar como locus privilegiado de socialização para além das esferas cotidianas e dos limites inerentes à cultura do senso comum” (MARTINS, 2012, p.94).



Do mesmo modo, entendemos que ao explicitar a função social da escola, os pressupostos pedagógicos referendam as concepções fundamentais que balizam a organização curricular na e da Educação Infantil. Compete-nos, no entanto, retomar com maior precisão alguns aspectos, dentre eles, as concepções de cuidar e educar que permeiam toda a Educação Básica. O cuidar e o educar são necessários porque se fazem prementes à preservação da vida humana. Nessa perspectiva, encontramos nos fundamentos legais que direcionam a organização da educação nacional elementos importantes que corroboram esse entendimento:

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos - crianças, 1740 adolescentes, jovens e adultos- com respeito e com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo (BRASIL, 2010, 1742 p.17).

Explicita ainda o que se compreende por cuidar e educar

exige cuidado: cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia de relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (BRASIL, 2010, p.18).

Considerando a indissociabilidade do cuidar e do educar, principalmente na Educação infantil, (BRASIL, 2010, p. 18). enfatiza [...] “e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentidos aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões”.

Assim, um trabalho pedagógico para a Educação Infantil, direcionado às crianças de zero a cinco anos (5 anos, 11 meses e 1755 29 dias) e inserido num projeto de transformação social, necessita incorporar as contribuições teórico-práticas das diversas ciências e áreas que auxiliem os professores a

compreender a criança no contexto atual e, conseqüentemente, que forneçam a eles clareza sobre qual concepção de infância está norteando a organização do seu trabalho pedagógico.

### **9.5.2. Concepção de Homem**

O homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem.

Para tanto trabalharemos com o objetivo de formar homens que tenham conhecimento, limites e valores familiares, educandos e docentes responsáveis, organizados, mais sensíveis e humanos, que valorizem e respeitem o ambiente e a organização escolar, os profissionais da educação: professores, funcionários e os alunos da escola.

Que sejam críticos, participativos, fundamentados, atuantes, abertos à aprendizagem, motivados e construtores de conhecimentos, envolvendo-se no processo educacional.

Queremos formar cidadãos capazes de tomar decisões, que defendam a sua própria opinião, sabendo respeitar a opinião do próximo. Que tenham potencial para o mundo do trabalho, e saibam agir observando seus direitos e deveres com o intuito de lutar por uma sociedade mais justa.

### **9.5.3. Concepção de Mundo**

O mundo é o local onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social e ambiental caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam

superadas as injustiças sociais, diferenças distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

Numa concepção freireana, para os animais,

[...] o mundo é apenas suporte (p.103). Para o homem, o mundo é sua ação, este contexto, fazendo dele um mundo da cultura e da história. Diferentemente do animal, o homem é “consciência de si” (104). A diferença entre o homem e o animal, segundo Freire (p.106), consiste em que o homem, além de produzir a si, através da sua ação sobre o mundo, cria o domínio da cultura e da história, e ele somente é, contrariamente ao animal, um ser da práxis. Embora numa leitura seletiva e breve da obra de Freire, o simples elenco dos conceitos com os quais ele aproxima o conceito de mundo nos permitem descortinar a complexidade e a profundidade dos processos históricos, culturais e pedagógico-políticos, bem como das formulações teóricas que os expressam. Freire relaciona a categoria mundo com: natureza, cultura, história, existência, consciência, trabalho, ação transformadora, palavra e práxis, conceitos através dos quais ele tenta explicitar a relação dialética: leitura de mundo – leitura da palavra, fundamento de toda a alfabetização e de toda a educação. (ANDREOLA, 2010,283)

Acreditamos que esta concepção de mundo se vincula ao cotidiano das pessoas. Assim, a leitura desse mundo reflete as lembranças e a práxis de cada pessoa. Remete para o mundo da vida, mundo vivido, imediato, particular, pequeno, limitado e simples que vai se construindo a partir da experiência com todas as coisas que cercam o sujeito. Neste sentido, a natureza, os animais, os vizinhos, a família e todos os objetos que fazem parte do contexto ganham significado peculiar e específico para as crianças. E a partir desse mundo mais imediato descortina-se o horizonte, um mundo aberto a ser descoberto através da educação.

#### **9.5.4. Concepção de Sociedade**

Nossa sociedade, marcada por práticas sociais excludentes e por uma educação tradicionalmente assentada na dominação e no controle do indivíduo, qualquer intenção de formação humana voltada para a emancipação deve tomar como objetivo uma formação cultural voltada para a "auto-reflexão crítica" (ADORNO, 1996). Deve-se pensar, assim, na possibilidade de uma formação

que leve em consideração a capacidade do indivíduo torna-se autônomo-intelectual e moral, e que seja capaz de interpretar as condições históricas culturais da sociedade em que vive de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações.

A sociedade contemporânea tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Essas transformações originaram-se nos pressupostos neoliberais e na globalização da economia que tem norteado as políticas governamentais.

Devemos ter uma sociedade que possibilite uma vida conscientemente orientada que pressupõe como ideal a oportunidade de que os seus cidadãos decidam sobre o direito de receber do fundo social, construído pela comunhão de esforços de toda a coletividade, aquilo que minimamente necessitam para reproduzir as suas condições de existência. E pressupõe também um regramento justado, através de sucessivas disputas democráticas, que formem uma vontade democrática hegemônica, baseada em valores destinados a afirmar uma tendência à igualdade e a solidariedade.

Todos os impulsos culturais, psicológicos e políticos, que incidem sobre a "práxis" dos indivíduos sociais, demonstram que a cidadania ativa, a nível local e nacional, só se realizará a partir da sua inserção num mundo que será cada vez mais um só. Uma sociedade que reconhece os direitos humanos, bem como executa os direitos e deveres da cidadania, que respeite o bem comum, e tenha senso de responsabilidade. Que admita a existência da diversidade, convivendo com elas na administração das diferenças.

Visamos uma sociedade que propicie aos seus cidadãos o acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao lazer, ao meio ambiente saudável e demais benefícios sociais, valorizando a escola como instituição mediadora desses direitos.

Uma sociedade na qual o indivíduo consiga perceber-se como um agente social, que intervém na mesma transformando-a, onde o indivíduo seja valorizado como sujeito de sua história e que se reconstrói constantemente ao longo das gerações.

Considerando o homem um ser social, ele atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e

também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade.

Partindo do pressuposto que o homem se constitui um ser histórico, faz-se necessário compreendê-lo em suas relações inerentes a natureza humana. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade.

#### **9.5.5. Concepção de Escola**

Escola é um lugar onde crianças, jovens e adultos podem ampliar os seus saberes, para praticar sua cidadania. É através da competência técnica e pedagógica dos professores, cujo desafio, independente das condições sociais, econômicas e culturais, num país marcado por profundas desigualdades sociais é a aprendizagem.

Escola espaço onde o estudante pode apaixonar-se pelo conhecimento, pelo aprender, entendendo que o conhecimento é uma produção humana que resulta do trabalho da coletividade e é historicamente construído, podendo ser revisto, enriquecido, questionado, transformado pelas múltiplas relações, ou, pelo próprio estudante, quando subsidiado com saberes que lhe permitam realizar uma leitura crítica do mundo; com a utilização efetiva de pesquisas, e da tecnologia com múltiplas linguagens.

A comunicação com a comunidade escolar, instituições de nível superior e demais instâncias educativas, para que todos possam ser estimulados a contribuir, no fortalecimento da escola pública, e na construção da cidadania de cada educando, proporcionar-lhe a interação com o conhecimento.

#### **9.5.6. Concepção de Educação**

A educação é um processo histórico harmônico do ser humano e da sociedade em evolução e que deve ser intencional, libertador (desenvolvimento social justo e ecologicamente sustentável) e produtivo.

Nesse sentido, a educação visa atingir em três objetivos:

- A apropriação de instrumentos adequados, para obter uma visão globalizada da realidade que possa orientá-lo em sua vida;

- A apropriação do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história, para suas necessidades e suas aspirações;
- A apropriação de instrumentos para análise do conhecimento acumulado, e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humanas.

Cabe ao professor, construir conhecimentos, pois são estes que dão acesso à universalidade dos significados socialmente reconhecidos como verdadeiros e aos saberes científicos, estéticos e sociais que constituem a base da identidade solidária, não excludente e produtiva. Educação é um processo lento, gradativo.

#### **9.5.7. Concepção de Cultura**

A cultura popular pode ser percebida sob várias alternativas no Brasil, pois a sua formação étnica é muito variada. Há um estoque de conhecimentos, sabedorias, tecnologias, maneiras de fazer, pensar e ver nossas relações sociais. Porém, o que existe é uma hierarquização de expressões culturais em que muitas vezes apenas uma minoria tem acesso. Faz-se necessária outra visão do processo cultural como um todo, e neste aspecto a escola deve dar o acesso a promoção, difusão e conhecimento dessa variedade.

Segundo HALL, (1997, p. 13) a identidade cultural estaria constituída por “aspectos de nossas identidades que surgem de nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacional.”

Dentro desse hibridismo cultural em que vivemos a escola tem a função de ofertar o conhecimento dessas formas culturais.

Atualmente, por amparo legal, a cultura afro e indígena são obrigatórias dentro do espaço escolar.

#### **9.5.8. Concepção de Trabalho**

Discutir os processos que ocorrem no interior da escola passa, necessariamente, por discutir a função desse espaço, a qual é alterada conforme



o período histórico e as necessidades sociais, especialmente aquelas decorrentes do nível de desenvolvimento da sociedade, isto é, como os homens produzem e consomem os bens produzidos socialmente (trabalho, ciência, tecnologia e cultura).

O processo de desenvolvimento social humano está baseado no domínio e apropriação da natureza que nos cerca, realizada por meio do trabalho. Foi pelo trabalho que os homens puderam satisfazer suas necessidades corporais (alimentação, abrigo e reprodução) e, posteriormente, avançar para a satisfação das necessidades espirituais.

A divisão social do trabalho humano favoreceu o homem como grupo social e proporcionou condições para que, como espécie, este se multiplicasse e se fortalecesse. Contudo, na relação do trabalho na perspectiva do capitalismo, a relação do homem com a natureza - de forma não naturalizada e nem tampouco neutra - não se deu somente para satisfazer as suas necessidades sociais, biológicas e cognitivas, também criou novas necessidades que se põem para além da satisfação de sua condição humana.

A categoria trabalho, portanto, deve ser compreendida como o princípio do trabalho educativo por excelência, haja vista ser por meio do trabalho que: compreendemos a função social da escola, nos mantemos vivos, produzimos a riqueza e a nossa própria existência.

Dentro desta concepção – trabalho como princípio educativo – se define o papel da escola em relação à transmissão do conhecimento. Para fins educacionais, alguns tipos de conhecimento são mais valiosos que outros, e as diferenças formam a base para a diferenciação entre conhecimento curricular ou escolar e conhecimento não-escolar. Existe algo no conhecimento escolar ou curricular que possibilita a aquisição de alguns tipos de conhecimento. Portanto, minha resposta à pergunta “Para que servem as escolas?” é: as escolas capacitam ou podem capacitar crianças e jovens a adquirirem o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho.

Com tais afirmações, não se desconsidera aquilo que o aluno pensa e a sua visão de mundo, mas destaca-se que o conhecimento empírico e espontâneo deve ser considerado como ponto de partida para o trabalho

pedagógico. É de responsabilidade da escola não permitir que o aluno permaneça no mesmo nível (compreensão e visão de mundo) de quando iniciou o processo de aprendizagem, pois a sua prática social precisa ser compreendida e reelaborada pela via do conhecimento do real.

O trabalho pedagógico deve fundamentar-se no compromisso de que a escola deve levar seus alunos para além do senso comum e chegar ao conhecimento mais elaborado sobre a realidade. Isso é garantir o acesso ao conhecimento.

Ao professor, enquanto detentor dos fundamentos do conhecimento científico, cabe o papel de mediador, ou seja, de desenvolver procedimentos adequados para viabilizar a apropriação desse conhecimento pelos alunos. A estes cabe o esforço teórico-prático dessa apropriação. O conceito de mediação relaciona-se à ideia de interação e, na prática pedagógica, a construção de significados articula as experiências do aluno e do professor, bem como os procedimentos e recursos materiais e discursivos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o processo pedagógico não deve restringir-se à organização de um ambiente estimulador, no qual o aluno tem um papel central e o professor é mero coadjuvante, nem tampouco constituir-se como um cansativo exercício discursivo e abstrato do professor para alunos apáticos. O fato de tornar as aulas mais ativas e interessantes para os alunos, não garante, por si só, uma pedagogia mais consequente. É preciso que o professor domine consistentemente os fundamentos explicativos dos objetos de conhecimento, inclusive os fundamentos da própria prática pedagógica e, apoiado neste domínio, consiga viabilizar o método e as estratégias mais pertinentes para o processo de ensino-aprendizagem e que melhor promovam a participação ativa dos alunos (KLEIN, s.d.).

Portanto, tomar o trabalho como princípio educativo implica - através do conhecimento - possibilitar a compreensão das contradições da sociedade capitalista, seus processos de exclusão e exploração das relações de trabalho e instrumentalizar o sujeito para agir de forma consciente sobre sua prática social no sentido de cumprir e fazer cumprir seus direitos.

A escola capacita ou pode capacitar crianças e jovens a adquirirem o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho.

#### **9.5.9. Concepção de Tecnologia**

As tecnologias de informação e comunicação, TIC's, encontram-se inseridas nos mais diversos cenários da atualidade, a ponto de não ser mais possível imaginar o mundo sem elas. Na educação não há como ser diferente. As TIC's vem como ferramenta de apoio ao processo de mediação entre professor e aluno, possibilitando a busca e o compartilhamento de informações bem como a produção e a sistematização do conhecimento. Aluno e professor, nesta ótica, assumem novos papéis, numa perspectiva de aprendizagem ativa e colaborativa, sendo protagonistas de todo o processo, numa interação em que o docente atua como mediador, que instrui e orienta, principalmente, no sentido de tornar o aluno crítico, capaz de selecionar e filtrar os conteúdos disponíveis na internet e a partir destes construir novos conceitos.

Neste sentido, ao se buscar inserir o uso das tecnologias na educação demonstra-se ter um novo olhar perante ela, buscando a formação de cidadãos mais autônomos, colaborativos, que produzam e compartilhem o conhecimento produzido para a melhoria da sociedade como um todo.

Assim, o uso das TIC's em sala de aula não deverá se limitar apenas ao docente fazer o uso de diferentes suportes para desenvolvimento da aula, com a mesma metodologia empregada por muito tempo. Para que seu uso seja promissor, é preciso uma mudança de postura frente a todo o processo educacional. Desta forma, a visão do professor como mediador, é daquele que desafia e instiga o aluno a levantar suas hipóteses, buscar informações, testar suas teorias, elaborar seus conceitos e compartilhá-los com os demais colegas, num processo colaborativo. Para tal, ferramentas como computadores, tablets, celulares e notebooks, entre outros dispositivos, permitem que este processo aconteça de forma interligada entre os envolvidos, possibilitando trocas e colaboração constantes.

No entanto, para que haja uma verdadeira potencialização do uso das

tecnologias educacionais, investir somente em infraestrutura, com disponibilização de equipamentos e conectividade não é o suficiente. Como afirma Rondelli, 2003:

“Dizer que inclusão digital é somente oferecer computadores seria análogo a afirmar que as salas de aula, cadeiras e quadro negro garantiriam a escolarização e o aprendizado dos alunos. Sem a inteligência profissional dos professores e sem a sabedoria de uma instituição escolar que estabelecessem diretrizes de conhecimento e trabalho nestes espaços, as salas seriam inúteis. Portanto, a oferta de computadores conectados em rede é o primeiro passo, mas não é o suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital” (RONDELLI, 2003).

Faz-se necessário que os educadores estejam capacitados para atuarem dentro desta nova forma de fazer educação. Desta forma, investir na formação docente para o uso das TIC's em sala de aula é fundamental.

Quando se fala em Tecnologia e Inovação o que primeiramente vem à mente são equipamentos, dispositivos e demais itens relacionados principalmente a infraestrutura, no entanto é importante destacar que a essência do trabalho realizado está nas pessoas, no quão rica é a interação que parte de perspectivas diferentes, diante do desejo de tornar a educação municipal cada vez melhor.

Para qualquer ação, dentro da gestão municipal, o planejamento é tarefa primordial. Neste sentido, este plano surge como um importante instrumento de planejamento a curto, médio e longo prazo apresentando um retrato atual de como a rede municipal está estruturada em termos do uso das tecnologias bem como orienta demandas e estratégias para a municipalidade no que tange à Inovação e Tecnologia.

#### **9.5.10. Concepção de Cidadania**

A cidadania refere-se a uma qualificação da condição de existência dos homens. Está declarado em leis e discursos oficiais, porém na prática escolar ainda se encontra muitas vezes em processo de submissão de muitos indivíduos.

O gozo dos direitos civis, políticos e sociais é a expressão concreta do exercício da cidadania. Assim a cidadania exige o compartilhar das mediações

existenciais, e estas assumem configurações dialeticamente articuladas e dependentes entre si.

A primeira é o compartilhar dos bens materiais. Se o contexto social não garante o poder usufruir desses elementos, ele não estará usufruindo da condição de cidadania. Assim, o trabalho é uma atividade mediadora para o homem. O compartilhar dos bens simbólicos é outra mediação para a efetivação do exercício da cidadania. Os valores culturais desenvolvidos na sociedade também desenvolvem a cidadania.

O compartilhar dos bens sociais é algo que se reproduz na cidadania, ou seja, na repartição do poder. Os homens não se relacionam automaticamente entre si por relações de igualdade; prevalece muito a relação de dominação, opressão e exploração.

A partir do exposto pode se constatar que a educação deve na sua prática efetivar estruturas para a mediação na construção da cidadania. A escola é o espaço em que o entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade e os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores se fortalecem. É através das ações pedagógicas dos educadores que a concretização da cidadania deve acontecer, mediante a humanização dos educandos.

#### **9.5.11. Concepção de Conhecimento**

Esta escola entende que o conhecimento se dá a partir das experiências do homem com seu meio: a maneira como vive, suas condições sociais em cada momento histórico. Esse processo é dinâmico, pois para resolver as suas necessidades o homem vai buscando novos conhecimentos, modificando sua visão sobre a realidade e nela interferindo.

O processo de aquisição do conhecimento é essencialmente humano e não se dá individualmente, mas nas relações sociais, gerando mudança na forma de pensar do indivíduo, que contribuirá para a mudança da sociedade.

O conhecimento escolar não pode banalizar o conhecimento científico, nem tão pouco estar sujeito somente aos interesses dos alunos, ele é sim resultado do trabalho dos homens buscando resolver suas necessidades, produzindo os conceitos que dão conta de explicar os momentos históricos, que

contribuem para a evolução do momento atual, esse sim é o objeto de trabalho do professor, que deve ter como base o conhecimento científico.

Segundo FREIRE (1982): “Conhecimento, porém, não se transfere, se cria, através da ação sobre a realidade” (p. 141). Portanto, há a necessidade de se saber o que realmente é objeto de estudo de cada área do conhecimento.

O conhecimento, portanto, é o eixo que estrutura a educação, a escola e a sociedade. Desta forma, a escola, enquanto uma das instituições responsáveis pela educação tem a função histórica de organizar, sistematizar e desenvolver as capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação, isto porque, o conhecimento é o instrumento fundamental do homem para alcançar êxito pessoal e coletivo, bem como, de compreensão e de transformação da natureza e da sociedade.

O mestre Paulo Freire propõe que a escola combata a competitividade e trabalhe pela solidariedade: “... espera-se que, dentro das escolas, a produção do conhecimento e o exercício de conhecer o conhecimento que já existe se dê não em termos competitivos, mas sim de solidariedade” (FREIRE, 1982, p. 104).

Nesta construção coletiva “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, é resultado de fatos, conceitos e generalizações, um objeto de trabalho do professor”, fundado no uso crítico da razão nos princípios éticos, nas raízes sociais e na crença verdadeira e justificada. O docente deve colaborar e intervir com o educando na decifração, na construção da representação mental do objeto em estudo, face a face em situação de aprendizagem, posto que a escola é um espaço que contém intencionalidade, metodologia e planejamento para que aconteça de maneira efetiva e imediata.

Para que haja ou exista a construção do conhecimento no sujeito, é necessário que ele queira, sinta necessidade, tenha estrutura de assimilação, certos conhecimentos anteriores relacionados aos novos, pois é a relação que se estabelece entre sujeito que conhece ou deseja conhecer e o objeto a ser conhecido ou que se dá a conhecer.

O conhecimento é estabelecido no sujeito por sua ação sobre o objeto, tanto motora quanto perceptiva ou reflexiva, já que dois sujeitos podem estar

fazendo a mesma atividade, mas com graus de interação com o objeto de estudo bastante diferente, uma vez que essa aquisição é gradativa.

Portanto, durante este processo de aquisição e interação do conhecimento é preciso que o sujeito decodifique o objeto de estudo em suas partes constituintes, indo além das aparências, aprimorando suas ações e elaborando suas próprias hipóteses.

#### **9.5.12. Concepção de Ensino-Aprendizagem**

Atualmente, considera-se a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito. A escola ou a faculdade tornaram-se locais de grande importância para a ascensão social e muitas famílias têm investido muito neste setor.

O índice de analfabetismo diminuiu consideravelmente e isto deve-se, principalmente, aos maiores investimentos feitos em educação no Brasil nos últimos anos. Os governos municipais, estaduais e federais têm dedicado uma atenção especial a esta área. Programas de bolsa educação têm tirado milhares de crianças do trabalho infantil para ingressarem nos bancos escolares. Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) também tem favorecido este avanço educacional. Tudo isto, aliado as políticas de valorização dos professores, principalmente em regiões carentes, tem resultado os dados positivos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, trouxe um grande avanço no sistema de educação de nosso país. Esta lei visa tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. A escola ganhou vida e mais significado para os estudantes.

Apesar da perspectiva de queda na evolução da taxa de analfabetismo nas últimas décadas, a meta de erradicação do analfabetismo no Brasil nos próximos dez anos exigirá políticas públicas focalizadas para um contingente



populacional mais difícil de ser atingido, dadas as suas características socioeconômicas.

A dispersão da população rural, onde o analfabetismo atingia um percentual elevado das pessoas que compõem o grupo de 50 anos ou mais de idade, representa um desafio à adoção de políticas dirigidas para atender este grupo etário. Entretanto, é necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo para grupos jovens, priorizando a faixa etária de 15 a 29 anos. Trata-se de uma diretriz inadiável, com o sentido de promover a inclusão social de segmentos que se encontram totalmente impedidos de participar autonomamente da vida democrática e do mercado de trabalho.

A Escola Municipal Dona Leopoldina, como instituição pública, gratuita e autônoma, orientará suas atividades segundo os princípios da moral, da ética, da democracia e da estética, com base na igualdade de direitos à educação de qualidade a todas as pessoas sem distinção de cor, raça, sexo, credo ou posição social, visando à promoção do ser humano e melhores condições de vida aos cidadãos, em conformidade com a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

A meta deste Projeto Político Pedagógico é construir a inclusão social respeitando as diferenças sociais, étnicas e profissionais, através da cooperação entre a equipe administrativa, pedagógica, professores, alunos, funcionários, pais e a comunidade em geral, uma escola com infra-estrutura em espaço físico adequado também aos portadores de necessidades especiais, material didático, equipamentos e recursos audiovisuais, tecnológicos e laboratoriais visando ao bom desempenho das atividades de ensino, com base nas indicações propostas no Plano Estadual de Educação e nos seguintes princípios:

- Levar o aluno a conhecer seus direitos e deveres como ser humano e cidadão;
- Atentar para as qualidades e potencialidades individuais dos educandos;
- Adquirir conhecimentos intelectuais e tecnológicos que possibilitem a continuidade dos estudos;

- Possibilitar a vivência de valores como solidariedade, cooperação, respeito, responsabilidade, organização, união, paz, amor, dignidade;
- Possibilitar a utilização dos conhecimentos adquiridos no cotidiano, na prática social do educando;
- Promover o conhecimento e a valorização do próprio corpo incentivando a adoção de hábitos saudáveis para a melhoria da qualidade de vida;
- Orientar as atividades baseadas em práticas docentes, alunos e funcionários como agentes transformadores da sociedade, interagindo, através dos conhecimentos adquiridos e a prática social, na transformação da realidade histórico-social;
- Atentar para a diversidade linguística e cultural da clientela escolar e da comunidade regional;
- Promover a permanente valorização e qualificação do corpo docente, técnico-administrativo e de apoio em geral.

Com base nestes princípios e práticas pedagógicas a escola procurará desenvolver a educação integral do educando e a transformação da sociedade na qual este está inserido.

Portanto, almeja-se uma escola de qualidade que atinja a todos, que atenda a pluralidade, a diversidade, ou seja, uma escola como elemento básico da vida social e de cultura.

Na formação cultural, tem-se o comprometimento com a cidadania e com a democracia. Tendo assim, o conhecimento como direito de todos, pois conhecimento e cidadania caminham juntos.

Aprendizagem é um processo cumulativo, ou seja, cada nova aprendizagem vai se juntar ao repertório de conhecimentos e de experiências que o indivíduo já possui vindo constituir sua bagagem cultural, modificando seu comportamento.

O caráter eminentemente pedagógico da educação no contexto escolar fundamenta-se numa perspectiva de considerar que o educando está inserido em determinado contexto social e, portanto, deve ser respeitado em sua história de vida, classe social, cultura e etnia. Nesse sentido, a escola é vista como

espaço para a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo, na qual a sua proposta pedagógica permite a permanente articulação dos conteúdos escolares com as vivências e as indagações da criança e do jovem sobre a realidade em que vivem.

Podemos considerar os processos interativos, a cooperação, o trabalho em grupo, a arte, a imaginação, a brincadeira, a mediação do professor e a construção do conhecimento em rede como eixos do trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento do educando visando à constituição do sujeito solidário, criativo, autônomo, crítico e com estruturas afetivo-cognitivas necessárias para operar sua realidade social e pessoal.

O processo de desenvolvimento, na perspectiva histórico-cultural, é compreendido como o processo por meio do qual o sujeito internaliza os modos culturalmente construídos de pensar e agir no mundo. Este processo se dá nas relações com o outro, indo do social para o individual.

Nos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, os ambientes pedagógicos são espaços que possibilitam ampliar suas experiências e se desenvolver nas diferentes dimensões humanas: afetiva, motora, cognitiva, social, imaginativa, lúdica, estética, criativa, expressiva e linguística.

As abordagens dos conteúdos não se limitam a fatos e conceitos, mas também aos procedimentos, atitudes, valores e normas que são entendidos como conteúdos imprescindíveis no mesmo nível que os fatos e conceitos.

### **9.5.13. Concepção de Avaliação**

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação:

acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico e, mais especificamente, a Proposta Pedagógica Curricular e o Plano de Trabalho Docente, documentos necessariamente fundamentados nas Diretrizes Curriculares.

Propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatarem o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

Para concretizar esse objetivo, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola.

Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência uma aprendizagem continuada. No cotidiano das aulas, isso significa que:

- \* É importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar;

- \* No Plano de Trabalho Docente, ao definir os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, já se definem os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, para que professor e alunos conheçam os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente;

- \* Os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica;

- \* Os enunciados de atividades avaliativas devem ser claros e objetivos. Uma resposta insatisfatória, em muitos casos, não revela, em princípio, que o estudante não aprendeu o conteúdo, mas simplesmente que ele não entendeu o que lhe foi perguntado. Nesta circunstância, o difícil não é desempenhar a tarefa solicitada, mas sim compreender o que se pede;

- \* Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Por exemplo, para avaliar a capacidade e a qualidade argumentativa, a realização de um debate ou a produção de um texto serão mais adequados do que uma prova objetiva;

- \* A utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros;

- \* Uma atividade avaliativa representa, tão somente, um determinado momento e não todo processo de ensino-aprendizagem;

\* A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Destaca-se, ainda, que a concepção de avaliação que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do professor. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, Conselho Escolar, equipe pedagógica, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

A LDB 9394/96 dispõe o seguinte sobre a avaliação:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

E compreende os seguintes princípios:

- \* investigativa e diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- \* contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;

- \* sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- \* abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- \* permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola. (LDB, 9394/96 Art.24).

Avaliação diagnóstica quando aplicada no início do processo que se quer avaliar, tendo, por exemplo, a função de identificar o estágio de aprendizagem ou desenvolvimento em que se encontram os alunos. Também pode ocorrer num momento durante o processo de ensino e aprendizagem quando, por exemplo, buscam-se as causas do fracasso que possa ocorrer na aprendizagem.

Avaliação formativa: emancipatória, integradora, participativa, dialógica, mediadora e democrática. Consiste no fornecimento de informações que orientarão o professor para a busca de melhoria do desempenho dos estudantes durante todo o processo ensino/aprendizagem, de modo a evitar o acúmulo de problemas. Promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola. Amplia-se o conceito de avaliação estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho. Caracteriza-se por um caráter processual, isto é, ocorre ao longo do desenvolvimento dos programas, dos projetos e dos produtos educacionais, permitindo as modificações que se fizer necessárias durante o processo. O erro do aluno é considerado uma fonte de informação essencial, cuja manifestação é importante. Os alunos exercem papel central e progredirão se compreenderem suas possibilidades e fragilidades e souberem como se relacionar com elas.

Conforme a Deliberação n.º 007/99 CEE, Capítulo I, Art. 1º, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1º - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.



§ 2º - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento promover a reformulação do currículo com a adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3º - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo.

§ 4º - A avaliação deve ser diferenciada a todos os alunos, especialmente aqueles que necessitem de um acompanhamento diferenciado de acordo com a sua necessidade, a partir de laudo médico que diagnostique suas especificidades ou avaliação psicopedagógica no contexto escolar.

§ 5º - A avaliação deve ser proporcionada ao aluno com metodologias diversificadas e aplicadas paralelamente a ação didática do professor.

Desta forma, consideramos a avaliação, como um processo de construção coletiva de caráter diagnóstico e contínuo, com o propósito de desenvolver no educando uma formação global e integradora, indispensável para o exercício da cidadania. Portanto, a avaliação deve ser transparente observando os aspectos cognitivos, afetivos e de sociabilidade do educando. Esta, além de verificar o aproveitamento escolar do educando, deve oportunizar a realimentação necessária de conteúdos, em tempo hábil, também como, verificar a eficácia ou não da proposta pedagógica desenvolvida pelo professor, pois avaliação também como termômetro da prática pedagógica do professor.

Entendendo a avaliação, como ação política, precisa estar comprometida com a qualidade social, constituindo-se como prática educativa libertadora, que combate a exclusão, o sofrimento, o preconceito e discriminação em geral. O compromisso do professor em avaliar para a promoção do aluno, portanto, propomos uma avaliação que produz vida, compartilhada, dialógica, onde professores e alunos são sujeitos co-participantes, que contribui com o processo de construção do conhecimento, que conduz o seu aperfeiçoamento contínuo, ao ensino de melhor qualidade, condenando todo tipo de violência, armadilha, que humilha, destrói e exclui.

#### **9.5.14. Concepção de Recuperação de Estudos**

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A Deliberação 07/99 do CEE do Paraná, cap. II, prevê:

Art. 10- O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente poderá obter a aprovação mediante a recuperação de estudos proporcionados, obrigatoriamente, pelo estabelecimento.

Parágrafo único

- A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

Art. 11- A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pelo qual o aluno, com aproveitamento insuficiente dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

Portanto, é compromisso da mantenedora e do estabelecimento de ensino viabilizar a recuperação de estudos, criando condições para que a mesma se torne exequível e eficiente.

Paralelamente ao processo de ensino e de aprendizagem todos os alunos, independente do resultado atingido, terão direito à recuperação de estudos. Na recuperação os conteúdos serão retomados e os encaminhamentos metodológicos modificados para, assim, assegurar a possibilidade de aprendizagem. Após a retomada o professor ofertará a todos os alunos um novo instrumento de avaliação, possibilitando, dessa forma, recuperar também a nota.

#### **9.5.15. Concepção de Educação Inclusiva e Diversidade**

Diversos autores (MANTOAN, 2006, GÓES e LAPLANE, 2007; BUENO, 2008; SILVA, 2009) discutem que a inclusão envolve todas as pessoas, com deficiência ou não, as minorias excluídas da sociedade, sejam os negros, pobres, índios, doentes mentais e outros. Desde 1948 a Declaração Universal

dos Direitos Humanos impõe os direitos iguais à educação, independentemente das características, interesses e necessidades individuais. A Declaração de Salamanca (1994) constitui-se importante documento, marco na legislação, que salienta a obrigatoriedade de a escola oferecer serviços que atenda à diversidade da população. Para Mantoan (2006, p. 23) o sistema de ensino brasileiro está aberto para poucos, na medida em que suas práticas estão focadas no homogêneo, na ideia de igualdade e normalização. E nesse sentido, não garante a todos os alunos condições para “prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação”.

Mendes (2006) retrata que a inclusão perpassa por questões políticas mais amplas como a disparidade social e reflete que não há como se pensar em inclusão num país onde a desigualdade impera. Constatamos em algumas respostas um conceito de que é preciso transformar o “anormal” em “normal”, ou possibilitar ensino para o “anormal”. Isto é, a escola busca critérios para definir a anormalidade, orientada pela vertente da homogeneidade, como se a diferença fosse o “anormal”, diferença construída pela instituição. Aparecem também os termos, portadores de necessidades especiais, portadores de deficiência ou necessidades educacionais especiais. Estes termos são discutidos por vários autores (FERREIRA E FERREIRA, 2007; KASSAR, 2007, BUENO, 2008, 2010; SILVA, 2009) porque trazem algumas conotações que merecem ser debatidas no que diz respeito ao conceito das palavras. Com relação aos educandos com necessidades educacionais especiais a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB) Nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica descreve em linhas gerais que estas pessoas são todas aquelas que possuem dificuldades para aprender (com ou sem causas orgânicas) ou para se comunicar ou superdotados.

E então, se pode concluir que foram todos colocados no mesmo grupo, as pessoas com deficiência e aqueles com dificuldades de aprendizagem. As dificuldades no processo de escolarização muitas vezes se misturam às dificuldades de “ensinagem”, não há causa orgânica identificada e em vários casos detecta-se dificuldades inerentes ao processo de escolarização, no que

diz respeito às metodologias e práticas de ensino. E nessa perspectiva, as crianças com dificuldades de aprendizagem são rotuladas às que possuem necessidades educacionais especiais. O termo portador é inadequado porque “necessidades não se portam, como objetos; necessidades são experimentadas e manifestam-se”. Como nos lembra Silva (2009, p. 144) a expressão portadores “remota a ideia de deficiência enquanto algo que se carrega e que marca o sujeito de forma pejorativa, ou ainda que a encara enquanto um fardo, um peso para a sociedade e para a pessoa que aporta, carrega”. Podemos contatar nos dados da pesquisa que há um enfoque nas deficiências, uma ênfase nos aspectos biológicos. Como nos lembra Rodrigues (2006) e Ferreira e Ferreira (2007) a formação inicial e continuada tem focalizado numa compreensão essencialmente médica, na qual a condição biológica torna-se impedimento e uma barreira para a inclusão escolar e social.

A ação pedagógica no cotidiano escolar deve respeitar todas as particularidades do estudante, pois cada um é único em suas características, que dependem de uma série de fatores dos aspectos de desenvolvimento físico e socioemocional. Apesar de suas necessidades de aprendizagem acadêmica, os estudantes nas diferentes áreas de abrangência da Educação Especial trazem conhecimentos de vida significativos, que precisam ser respeitados e valorizados. Assim, os professores, tanto os especialistas da Educação Especial, quanto os professores das disciplinas, devem acreditar na potencialidade deste estudante, estimulando a busca pelo conhecimento acadêmico, e intervindo positivamente no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e adaptativas, propondo um plano de intervenção pedagógica individualizado tanto para a sala de recursos multifuncional como para a classe comum.

Ao se referir ao termo colaboração remete-se a uma forma de trabalho em conjunto para resolver dificuldades reais, elaborar planejamentos, desenvolver mudanças, solucionar problemas, formando uma organização em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto conforme as singularidades e necessidades de aprendizagem do estudante.

O essencial desse trabalho é proporcionar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que propõem uma parceria de trabalho entre profissionais da

educação especial e profissionais da educação comum desencadeando estratégias e operacionalização do plano de ação/intervenção.

A hora-atividade é um momento que pode ser otimizado para organização de práticas para implementação do trabalho colaborativo entre professores especialistas da educação especial e professores das disciplinas.

Para que o trabalho colaborativo dos professores especialistas e das diferentes disciplinas ocorra com sucesso, é necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do estudante, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e a flexibilização curricular, a avaliação diferenciada, a organização de metodologia e estratégias pedagógicas, de forma a atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes.

#### **9.5.16. Concepção de Alfabetização e Letramento**

A linguagem nos acompanha desde o nascimento e faz parte do ser humano ao longo de sua existência. É através da linguagem que estabelecemos meios de comunicação, nos expressamos, nos afirmamos, conquistamos, avançamos, é quase uma impressão digital de cada um. Pode se dizer que cada indivíduo constrói suas adaptações dependendo de suas condições ambientais e cognitivas ao longo do tempo, mas cabe a escola dar suporte e direcionamento a estas variações linguísticas, considerando o emprego da língua em todas as disciplinas. Estimular o aluno a refletir e interpretar corretamente os sentidos da língua, o auxilia em todas as situações tanto dentro quanto fora da escola, lembrando o emprego que a escola prepara o aluno para ser um cidadão, um representante da sociedade. Portanto, Alfabetização e Letramento compromisso de todos os professores, independente da disciplina, ao longo da Educação Básica.

Hoje, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas, respondendo aos inevitáveis pelos de uma cultura grafocêntrica. Assim, enquanto a alfabetização se ocupa da

aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade (TFOUNI, 1995, p.20).

Sabemos que durante muito tempo o ensino do nosso sistema de escrita foi feito de uma maneira mecânica, repetitiva, na qual os estudantes eram levados a memorizar segmentos das palavras (letras ou sílabas) ou mesmo palavras inteiras, sem entender a lógica que relacionava as partes pronunciadas (pauta sonora) e a sequência de letras correspondente.

Entendendo que há um conjunto de conhecimentos a ser construído, temos condições de promover desafios que levem as crianças e os adolescentes a compreender que a escrita possui relação na pauta sonora. Essa é uma descoberta que nem sempre é realizada espontaneamente, razão pela qual se torna imprescindível ajudarmos os estudantes a descobrir os princípios que regem aquela relação enigmática: a relação entre as partes faladas e as partes escritas das palavras.

Há uma grande diferença, como podemos perceber, entre Alfabetização e Letramento: O primeiro termo, *alfabetização*, corresponde ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever, incluindo neste processo a compreensão do funcionamento do alfabeto, a memorização das convenções letra-som e o domínio do traçado.

Já o segundo termo, *letramento*, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Ainda segundo a professora Magda Soares (1998, p.47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não são inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”.

Atualmente, o letramento é nosso grande objetivo no trabalho de linguagem oral e escrita, o que significa que queremos que nossos alunos apropriem-se das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações que precisamos ou queremos ler ou escrever: ler e escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes

funções: para informar ou informar-se, para interagir, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimento, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse... enfim, estar preparados para ler, escrever, interpretar, extrapolar textos e fazer uso deles em práticas sociais.

#### **9.5.17. Concepção de Infância Articulado à Concepção de Ensino e Aprendizagem**

O Ensino Fundamental tem como foco principal a busca de possibilidades adequadas para recebermos as crianças de seis anos de idade nessa etapa de ensino. Para tanto, faz-se necessário discutir sobre quem são essas crianças, quais são as suas características e como essa fase da vida tem sido compreendida dentro e fora do ambiente escolar. Para superarmos o desafio da implantação de um ensino fundamental de nove anos, acreditamos que são necessárias a participação de todos e a ampliação do debate no interior de cada escola. Nesse processo, a primeira pergunta que nos inquieta e abre a possibilidade de discussão é: quem são as crianças de hoje? Como pensarmos sobre as concepções de infância que orientam as práticas escolares vigentes, e a possibilidade de mudança.

O Ensino Fundamental é uma estratégia de democratização e acesso à escola. A Lei nº 11.274, de fevereiro de 2006, assegura o direito das crianças de seis anos à educação formal obrigando as famílias a matriculá-las e o estado a oferecer o atendimento. Mas como assegurar a verdadeira efetivação desse direito? Como fazer para que essas crianças ingressantes nesse nível de ensino não engrossem futuras estatísticas negativas?

Como vimos, são muitas as questões relativas à entrada das crianças de seis anos no ensino fundamental. Não podemos fazer frente a esse momento considerando os aspectos legais que o envolvem. O direito efetivo à educação das crianças de seis anos não acontecerá somente com a promulgação da Lei nº 11.274, dependerá, principalmente, das práticas pedagógicas e de uma política da escola para a verdadeira acolhida dessa faixa etária na instituição. Que trabalho pedagógico será realizado com essas crianças? Os estudos sobre



aprendizagem e desenvolvimento realizados por Piaget e Vigotsky podem contribuir nesse sentido, assim como as pesquisas nas áreas da sociologia da infância e da história. Esses, como outros campos do saber, podem servir de suporte para a elaboração de um plano de trabalho com as crianças de seis anos. O desenvolvimento dessas crianças só ocorrerá em todas as dimensões se sua inserção na escola fizer parte de algo que vá além da criação de mais uma sala de aula e da disponibilidade de vagas. É nesse sentido que somos convidados à reflexão sobre como a infância acontece dentro e fora das escolas. Quem são as crianças e que educação pretendemos lhes oferecer?

Os desafios que envolvem esse momento são muitos. Para algumas crianças, essa será a primeira experiência escolar, então, precisamos estar preparados para criar espaços de trocas e aprendizagens significativas, onde as crianças possam, nesse primeiro ano, viver a experiência de um ensino rico em afetividade e descobertas.

Algumas crianças trazem na sua história a experiência de uma pré-escola e agora terão a oportunidade de viver novas aprendizagens, que não dever se resumir a uma repetição da pré-escola, nem na transferência dos conteúdos e do trabalho pedagógico desenvolvido na primeira série do fundamental de oito anos. As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. A nós, professores, cabe favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola.

#### **9.5.18. Concepção de Lúdico**

Muitos pesquisadores denominam o século XXI como o século da ludicidade. Vivemos em tempos em que diversão, lazer, entretenimento apresentam-se como condições muito perquiridas pela sociedade. E por tornar-se a dimensão lúdica alvo de tantas atenções e desejos, faz-se necessário e fundamental resgatarmos a sua essência.

Viver ludicamente significa uma forma de intervenção no mundo, indica que não apenas estamos inseridos no mundo, mas, sobretudo, que somos ele.

Logo, conhecimento, prática e reflexão são as nossas ferramentas para exercermos um protagonismo lúdico ativo.

NEGRINE (2000) afirma que a capacidade lúdica está diretamente relacionada a sua pré-história de vida. Acredita ser, antes de mais nada, um estado de espírito e um saber que progressivamente vai se instalando na conduta do ser devido ao seu modo de vida.

O lúdico refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação. Abrange atividades despretentiosas, descontraídas e desobrigadas de toda e qualquer espécie de intencionalidade ou vontade alheia. É livre de pressões e avaliações.

CAILLOIS (1986) afirma que o caráter gratuito presente na atividade lúdica é a característica que mais a deixa desacreditada diante da sociedade moderna. Entretanto, enfatiza que é graças a essa característica que permite que o sujeito se entregue à atividade despreocupadamente.

Assim, o jogo, a brincadeira, o lazer enquanto atividades livres, gratuitas são protótipos daquilo que representa a atividade lúdica e longe estão de se reduzirem apenas a atividades infantis.

FREINET (1998) denomina de "Práticas Lúdicas Fundamentais" não o exercício específico de alguma atividade, pois ele acredita que qualquer atividade pode ser corrompida na sua essência, dependendo do uso que se faz dela. Logo, para Freinet a dimensão lúdica é:

(...) um estado de bem-estar que é a exacerbação de nossa necessidade de viver, de subir e de perdurar ao longo do tempo. Atinge a zona superior do nosso ser e só pode ser comparada à impressão que temos por uns instantes de participar de uma ordem superior cuja potência sobre-humana nos ilumina. (FREINET, 1998, p.304)

FREINET (1998) refere que este “estado de bem-estar” jamais se restringe à circunscrição de nossa individualidade. Isto é, parte de uma espécie de exaltação íntima de nossa potência para a vida e atinge escalas sociais muito amplas, o que nos fará descobrir e exaltar novas potências íntimas em nosso ser que ocasionará novamente a expansão para o plano social, sendo assim uma vivência inesgotável da dimensão lúdica.

### 9.5.19. Concepção de Currículo

Cabe à escola democrática pública municipal, juntamente com todos os concernidos do processo educativo, potencializar o currículo escolar como uma estratégia de política cultural que tematize a realidade dos educadores educandos. Isso significa encharcar o currículo com a educação problematizadora freireana como forma de política cultural que interpenetre os diferentes saberes, conhecimentos e ciências que constituem a vida das escolas sem, no entanto, cair no reducionismo psicologizante que tem marcado as muitas e diversas práticas educativas escolares.

Deve o currículo buscar aprendizagens carregadas de uma epistemologia do cotidiano, que se dá enquanto reconstrução de saberes articulados nas diferentes culturas e nas diferentes experiências do ser humano no mundo da vida. Isso significa superar a estrutura linear e compartimentalizada das disciplinas isoladas e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência, o que, no dizer de Ferraço, significa: Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar de currículos praticados nas escolas, é necessário estudar hibridismos culturais vividos nos cotidianos.

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares revendo concepções e práticas pedagógicas, reconhecendo, valorizando e adaptando-se para atender às peculiaridades dos seus alunos, suas necessidades específicas como: surdez, cegueira, deficiência intelectual, altas habilidades ou superdotação e culturais, procurando neutralizar as diferenças e os desequilíbrios, bem como, propor avaliação coerente com o nível de evolução do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a formação permanente dos educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo

educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. Por isso entendemos o currículo como um conjunto de atividades carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa capaz de indicar os caminhos, assinalando mudanças, identificando atalhos e alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Sendo assim, o currículo deve estar relacionado ao contexto sócio-político-cultural e ser construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, objetivando a formação de um cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

Partindo de um contexto histórico e a com as mudanças previstas na LDB em relação a implantação do Ensino Fundamental de 09 anos, os educadores da região Oeste do Paraná sentiram que era hora de rediscutir um currículo, definido sob quais pressupostos seria construído o Currículo Básico para as escolas públicas municipais de cada município.

Este currículo está estruturado por disciplinas como forma de melhor explicitar cada uma delas, porém compreendemos que o saber não se desvincula da totalidade e nem deverá ser trabalhada por momentos disciplinares. O currículo precisa ser constantemente avaliado por todos que de fato assumirem o compromisso de efetivá-lo. É um espaço de diálogo e de explicitação da concepção de educação, de homem, de sociedade e de conhecimento.

Para tanto a nível nacional e estadual houve a inserção dos conteúdos de história e cultura Afro-Brasileira, nos currículos escolares.

O currículo está estruturado por disciplinas como forma de melhor explicitar cada uma delas, porém compreendemos que o saber não se desvincula da totalidade e nem deverá ser trabalhada por momentos disciplinares. O currículo precisa ser constantemente avaliado por todos os que

de fato assumirem o compromisso de efetivá-lo. É um espaço de diálogo e de explicitação da concepção de educação.

#### **9.5.20. Concepção de Formação Humana Integral**

Em pleno século XXI já não é mais possível discutir formação integral do homem, sem que se discuta educação, pois esta, hoje é vista como algo permanente, por toda a vida, um processo de aprendizado contínuo, e não mais como uma etapa: estudar, depois entrar na sociedade, no mercado de trabalho, no contexto social de forma geral.

Para que a educação aconteça da forma desejada é necessário uma série de estratégias educacionais, envolvendo escola e família, levando em consideração os princípios da criatividade, qualidade, competência e colaboração, princípios esses que permitam avançar para uma nova sociedade que configura a contemporaneidade. Essa maior integração entre escola e família, tem por finalidade principal, mostrar uma nova fase para educação que deve ser organizada em quatro pilares principais de aprendizado a serem utilizados em algum momento da vida de todo indivíduo: aprender a conhecer, ou seja, adquirir competência que facilite a compreensão; aprender a fazer, para saber como agir no meio do qual faz parte; aprender a viver junto, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e por último e não menos importante aprender a ser, via essencial que integra os três pilares anteriores.

Sabemos que são os pais que detêm as responsabilidades sobre os filhos (que podem ser chamados de alunos), pois são como “brotos”, que precisam ser regados e cuidados para crescerem fortes, é aí que os pais atuam, não somente no diálogo, ouvindo-os, aconselhando-os, mas principalmente através de gestos, da vivência: desculpando os erros dos outros; não devem ser vistas pelas crianças, como pessoas depressivas, sofredoras, ansiosas, desamparadas; ter o cuidado para não transformar a liberdade em libertinagem (liberdade excessiva); é educar com valores, dando-lhes exemplos de honestidade, controle de sentimentos e disciplina, implantar o respeito pelo próximo. É monitorando o seu próprio comportamento na presença das crianças

que a família transmite a segurança a fim de terem um futuro melhor. É possível afirmar que toda criança aprende com os exemplos que tem, ou seja, podemos avaliar parte de seu comportamento pelo ambiente familiar que está inserida.

O ser humano nasce para viver em sociedade, isto significa que ele evoluirá e chegará um momento que somente o seio da família não suprirá as suas necessidades enquanto homem, isso se dá com o afloramento dos desejos, de conquistas, de liberdade e até mesmo de entendimento de sua existência, é nesse momento que ele é despertado, a princípio ainda criança, a frequentar as escolas e conviver com outras pessoas. Pensando nisso, nessa formação humana é que dá-se o sentido verdadeiro para o modelo familiar educacional, que segundo esse modelo, faz-se uma pré-moldagem no aprendiz desde o seu nascimento e passa a ser lapidado, agora não somente pelo âmbito familiar, esse passa a sofrer influências sociais.

Nesse sentido podemos afirmar que a escola age como grande parceira e incentivadora da família, proporcionando o crescimento do indivíduo em suas relações intrapessoais. Ela o ajuda a desenvolver uma mentalidade crítica, que é capaz de dar-lhe condições de perceber o mundo e analisar as ocorrências sociais e seu contato com a natureza, além disso, ela fornecerá conteúdo acadêmico indispensável para uma formação voltada para o mercado de trabalho.

E na escola onde o indivíduo tem as primeiras experiências do que será a sua vida social, o professor passa a ser um referencial, tornando-se muitas vezes como modelo de homem. Então os educadores, assim como os pais no ambiente familiar, desempenham a função de proporcionar ao aprendiz exemplo de conduta, pois é nesse momento que o professor passa a ser figura pública, um modelo social a ser seguido. É nesse ambiente que a criança começa a crescer, e vem a puberdade, e a criança sai de casa, dando espaço agora para um adolescente, fase mais complexa, onde começam a surgir maiores responsabilidades, desafios, e a descoberta sexual, e com certeza muitas dúvidas.

É nessa parte da vida que os educadores, passam também a ser conselheiros, já que com tantas mudanças hormonais acontecendo, muitos jovens por medo ou receio, preferem tratar de muitas dessas dúvidas e desejos

com o professor do que com a família, e este profissional deve ter preparo suficiente para lidar com calma, clareza e compreensão, além de usar seu papel de líder de forma que eduque, sem intimidar. Talvez seja nessa fase de firmamento de personalidade que o professor desempenha o ápice da contribuição na formação do ser humano.

A educação é de fato um instrumento gerador de transformações e um grande processo para a formação ser humano. Esse processo educativo deve oferecer ao indivíduo habilidades para que ele desenvolva a capacidade de agir sobre o mundo e também fazer com que o mesmo compreenda a ação exercida em sociedade. Uma formação integral possibilita ao homem ser questionador, construtor de saberes, transformando-o num ser crítico e ético.

#### **9.5.21. Concepção de Gestão Escolar**

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB 9394/96).

A construção da gestão democrática implica luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto entende a gestão democrática como participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos, enfim, nos processos decisórios da escola.



Defendemos a democratização da gestão enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica, na construção de um currículo pautado na realidade local, na integração entre os agentes envolvidos na escola no apoio efetivo da comunidade à escola, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, o gestor, em parceria com o Conselho Escolar, mantém um ambiente propício aos trabalhos conjuntos, considera igualmente todos os setores, coordena os esforços de funcionários, professores e pais envolvidos no processo educacional.

Para a tomada de decisão partilhada e coletiva, a escola efetiva vários mecanismos de participação, tais como: escolha ao cargo de dirigente escolar; criação e a consolidação de órgãos colegiados na escola (APM, Conselho Escolar e Conselho de Classe); a construção coletiva e permanente do Projeto Político Pedagógico da escola; a redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres, na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão nas instituições.

#### **9.5.22. A Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental**

##### **Garantindo especificidade do atendimento das crianças de zero a seis anos de idade**

Aprendemos com Paulo Freire que educação e pedagogia dizem respeito à formação cultural – o trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema,

na produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus. Essa visão do pedagógico ajuda a pensar sobre a creche e a escola em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana.

Educação Infantil e Ensino Fundamental são frequentemente separados. Porém, do ponto de vista da criança, não há fragmentação. Os adultos e as instituições é que muitas vezes opõem educação infantil e ensino fundamental, deixando de fora o que seria capaz de articulá-los: a experiência com a cultura. Questões como alfabetizar ou não na educação infantil e como integrar Educação Infantil e Ensino Fundamental continuam atuais. Temos crianças, sempre, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Entender que as pessoas são sujeitos da história e da cultura, além de serem por elas produzidas, e considerar os milhões de estudantes brasileiros de 0 a 10 anos como crianças e não só estudantes, implica ver o pedagógico na sua dimensão cultural, como conhecimento, arte e vida, não só como algo instrucional, que visa a ensinar coisas. Essa reflexão vale par a educação infantil e o ensino fundamental.

Educação Infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na Educação Infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar, a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais.

O Ensino Fundamental, no Brasil, inclui crianças de seis anos de idade, assim os direitos sociais precisam ser assegurados e o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas

necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado acompanhado por adultos, pois ver, entender e lidar com as crianças e não apenas como estudantes. A inclusão de crianças de seis anos no Ensino Fundamental requer diálogo com a Educação Infantil - diálogo institucional e pedagógico - dentro da escola e entre as escolas, com alternativas curriculares claras.

No Brasil, temos hoje importantes documentos legais: a Constituinte de 1988, a primeira que reconhece a Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos de idade, dever de Estado e opção da família; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990), que afirma os direitos das crianças e as protege; e a Lei de Diretrizes da Bases da Educação Nacional, de 1996, que reconhece a Educação Infantil como primeira etapa educação básica. Todos esses documentos são conquistas dos movimentos sociais, movimentos de creches, movimentos dos fóruns permanentes de educação infantil. E qual tem sido a ação desses movimentos e das políticas públicas nos municípios? Como tem sido a participação das creches, pré-escolas e escolas? As conquistas formais têm se tornado ações de fato? Que impacto tais conquistas promovem no currículo? De que maneira a antecipação da escolaridade interfere nos processos de inserção social e nos modos de subjetivação de crianças, jovens e adultos? As escolas têm levado em conta essas questões na concepção e na construção dos seus currículos? Os sistemas de ensino têm se equipado para fazer frente às mudanças?

As reflexões desenvolvidas aqui se voltam para uma perspectiva da educação contemporânea, na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental, na qual o outro é visto como um eu e na qual está em pauta a solidariedade, o respeito às diferenças e o combate à indiferença e à desigualdade. Assumir a defesa da escola – uma das instituições mais estáveis num momento de absoluta instabilidade - significa assumir uma posição contra o trabalho infantil. As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em

outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna.

### **9.5.23. Articulação entre as ações do educar, cuidar e o brincar**

#### **9.5.23.1. Educar**

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Na instituição de Educação Infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o

acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, nas perspectivas de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

#### **9.5.23.2. Cuidar**

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

As atitudes e procedimentos de cuidado são influenciadas por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentar-se, proteger-se etc. As formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são também base para o desenvolvimento infantil.

A identificação dessas necessidades sentidas e expressas pelas crianças, depende também da compreensão que o adulto tem das várias formas

de comunicação que elas, em cada faixa etária possuem e desenvolvem. Prestar atenção e valorizar o choro de um bebê e responder a ele com um cuidado ou outro depende de como é interpretada a expressão de choro, e dos recursos existentes para responder a ele. É possível que alguns adultos conversem com o bebê tentando acalmá-lo, ou que peguem-no imediatamente no colo, embalando-o. Em determinados contextos socioculturais, é possível que o adulto que cuida da criança, tendo como base concepções de desenvolvimento e aprendizagem infantis, de educação e saúde, acredite que os bebês devem aprender a permanecer no berço, após serem alimentados e higienizados e, portanto, não considerem o embalo como um cuidado, mas como uma ação que pode “acostumar mal” a criança. Em outras culturas, o embalo tem uma grande importância no cuidado de bebês, tanto que existem berços próprios para embalar.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e que é cuidado.

Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada.

Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui

interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.

### **9.5.23.3. Brincar**

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta.

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto que dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

Isso significa que uma criança que, por exemplo, bate ritmicamente com os pés no chão e imagina-se cavalcando um cavalo, está orientando sua ação pelo significado da situação e por uma atitude mental e não somente pela percepção imediata dos objetos e situações.

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando.

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.



A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis tomando consciência disto e generalizando para outras situações.

Para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros e os papéis que irão assumir no interior de um determinado tema e enredo, cujos desenvolvimentos dependem unicamente da vontade de quem brinca.

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis,

situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam, brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica.

É o adulto, na figura do professor, portanto que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar.

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem.

A intervenção internacional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, conhecimentos e regras sociais.

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Nessa perspectiva não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas

aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças. Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente aqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão.

#### **9.5.24. Concepção de Gestão Democrática e seus Colegiados**

A gestão escolar, numa perspectiva democrática tem características e exigências próprias, para efetivá-la deve-se observar procedimentos que envolvam o comprometimento e a participação de todos os envolvidos. Para isso, é preciso analisar as relações entre a participação, diretrizes legais e o direito à educação; incentivar e fortalecer procedimentos de participação na comunidade escolar e local respeitando o disposto nos documentos que regem o funcionamento da unidade escolar: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e o Plano de Ação. Na gestão da escola para descentralizar as decisões que forem tomadas é preciso que haja divisão de responsabilidades.

A gestão democrática do ensino pressupõe uma maneira de atuar coletivamente, onde haja o envolvimento de todos na solução dos problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, acompanhamento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional. Oportunizar a participação com a implementação, APM, Conselho de Classe e outras atividades participativas, que hoje fortalecem a escola pública.

A gestão escolar deve ser “um instrumento, uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade do ensino” (CINFOP/UFPR, 2005), que estabelece procedimentos para organizar e utilizar os recursos necessários para colocar em prática as ações pedagógicas.

As instâncias colegiadas têm por objetivo participar das ações pedagógicas e administrativas da escola e inserem-se na gestão democrática. Sob este aspecto deve-se considerar a participação da comunidade e para tanto

o conceito de cidadania é fundamental, é através dela que o cidadão consciente se desenvolve. As instâncias colegiadas da Escola Municipal Dona Leopoldina como espaços de participação a que nos referimos são: Conselho Escolar, Conselho de Classe e APMF.

#### **9.5.25. Histórico da EJA no Brasil**

Ao longo da história do Brasil, desde a colonização portuguesa, constata-se a emergência de políticas para a educação de jovens e adultos focadas e restritas, sobretudo aos processos de alfabetização, de modo que é muito recente a conquista, o reconhecimento e a definição desta modalidade como política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

Inúmeras discussões permearam a educação de jovens e adultos, mas foi na década de 1990, quando promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, que a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio e com especificidade própria.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

As Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho, que havia se criado até então. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental à maiores de 15 anos e o Ensino Médio à maiores de 18 anos.

A educação de jovens e adultos também foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 9 de janeiro de 2001, pelo

Governo Federal. Assim, foi referendada a determinação constitucional que define como um dos objetivos do PNE a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I), tratando-se de tarefa que exige ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

O Plano estabelece que da Educação de Jovens e Adultos deve fazer parte, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries do Ensino Fundamental e reconhece a necessária produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do seu corpo docente.

Conforme afirma Álvaro Vieira Pinto:

A finalidade da educação não se limita à comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico, etc. Esta comunicação é indispensável, está claro, porém o que se intenta por meio dela é a mudança da condição humana do indivíduo que adquire o saber. Por isso, a educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim, seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que adquire o saber passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação. Tal é a razão de que todo movimento educacional tenha consequências sociais e políticas (1994, p. 49).

Ainda segundo esse autor, a educação é o processo que se refere a todos os aspectos e a duração da existência humana; assim, se justifica pensar lógica e sociologicamente a especificidade da educação de adultos (PINTO, 1994, p. 29).

Podemos compreender, ainda, a educação como processo por meio do qual se produz a semelhança e a diferença nos indivíduos:

A educação é o movimento que permite aos homens e mulheres apropriarem-se da cultura, estabelecendo com ela uma identidade, uma proximidade, que leva os indivíduos a tornarem-se 'iguais'; mas, este movimento ao ser produzido é mediado pela subjetividade, o que faz com que os homens tornem-se iguais e diferentes ao mesmo tempo. Tal condição atribui à educação uma dimensão de realização social, e outra de realização individual. A formação humana é, portanto, socialmente mediada, uma vez que o homem é fundamentalmente social e torna-se indivíduo (SILVA, 2003, p. 1).

Em nossa sociedade, a educação tem sido deixada a cargo da escola, instituição marcada pela história e, na formação social capitalista, assume as

funções próprias de preservação das relações típicas desse modo de produção.

Na escola, as intencionalidades educativas são convertidas em proposições curriculares. O currículo tem se mostrado capaz de incorporar a racionalidade dominante em nossa sociedade, estando, portanto, impregnado da lógica posta por relações de competição e adaptação dos indivíduos a razões muitas vezes determinadas pelo mercado.

A história do currículo evidencia, justamente, a proposição acima. Visto como mera questão técnica, o currículo já foi entendido como ação por meio da qual se estabeleceriam objetivos, conteúdos, técnicas instrucionais, recursos e critérios avaliativos supostamente dotados de neutralidade e objetividade.

No entanto, contemporaneamente, o campo de estudos do currículo tem mostrado que as decisões em torno do o quê e do como ensinar são marcadas por relações de poder, por visões sociais de mundo dos sujeitos que tomam essas decisões. Assim, o currículo é expressão de intenções, do tipo de homem e de sociedade que se deseja formar, isto é, não há neutralidade no processo de construção curricular.

A análise sobre a escola e o currículo tem evidenciado, portanto, que não são meros reprodutores das relações sociais e econômicas dominantes. Escola e currículo são também espaços de produção da resistência. Conforme Giroux (1983), pensar a escola criticamente implica em considerá-la entre dois pólos: o de adaptação e emancipação e, numa perspectiva que se articula com a finalidade de transformação da sociedade existente, à escola cabe oportunizar a tomada de consciência quanto às relações de poder e controle presentes nas relações sociais e nas instituições por elas produzidas, como é o caso do sistema educacional.

O aluno é sujeito do processo ensino-aprendizagem e, como tal, suas características devem ser conhecidas e respeitadas na organização do ensino, visando à qualidade de sua aprendizagem. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve, necessariamente, favorecer a inserção do aluno no cotidiano das questões sociais.

A formação escolar tem por finalidade garantir o acesso ao conhecimento científico sistematizado historicamente, de modo a favorecer a compreensão e a

intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir as manifestações culturais nacionais e universais.

Neste sentido, a educação de jovens e adultos se destina a indivíduos que, ou sequer adentraram o espaço da escola, ou foram dele excluídos, seja por razões sociais, seja por razões geradas pelo próprio sistema escolar.

Faz-se necessário compreender que o aluno da EJA mantém-se em contato com o mundo do trabalho; logo, ele deve buscar na escola o acesso aos bens produzidos pelo homem através de discussões relevantes sobre a função de seu trabalho na vida, bem como utilizar-se de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos. Assim, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná – DCE (PARANÁ, 2005, p. 28):

A educação de jovens e adultos, enquanto modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Desse modo, a função social da EJA é garantir o acesso ao conhecimento em seus diferentes contextos, articulando-o às suas especificidades. As atividades direcionadas aos alunos da EJA devem contemplar uma formação que forneça subsídios para que os alunos tornem-se críticos e ativos, agindo com responsabilidades individuais e coletivas, conseguindo assim acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais.

Nesse sentido, no decorrer do processo educativo, a escola deverá estimular nos alunos a capacidade de ler, pensar, interpretar o mundo, pois o conhecimento pode ser instrumento de transformação da sua própria realidade social. Deve-se entender o saber como tempo histórico que abarca novos conhecimentos e com este sofre modificações, sendo válido especificamente naquele recorte histórico. É nesse momento que ocorre a negação do conhecimento anterior em detrimento de novos conhecimentos.

Ao longo da história, o conhecimento é elaborado e sistematizado na forma de saber científico. Desse modo, adquire legitimidade na sociedade e



torna-se instrumento de emancipação ou de dominação. Se intencionamos uma sociedade igualitária e uma escola emancipatória, a função social da EJA está impregnada da necessidade de tornar todo conhecimento acessível a todos, independentemente de sua origem, de classe.

No que se refere à escola, o professor é transmissor e mediador do processo de apropriação e sistematização do conhecimento. Ao fazê-lo, não devem utilizar-se de instrumentos de dominação próprios de uma classe, mas permitir ao aluno compreender melhor o mundo e atuar criticamente no sentido da superação das relações de dominação.

À EJA cabe, portanto, explicitar as possibilidades de crescimento intelectual/ pessoal que tem o aluno ao apropriar-se do conhecimento científico construído ao longo da história. Este conhecimento o ajudará a relacionar-se e a interagir criticamente na sociedade em que vive.

No que diz respeito ao modo como ocorre a aprendizagem no adulto, podemos recorrer às proposições de L. S. Vygotsky, que, embora tenha voltado sua atenção à criança por ser seu objeto de estudo, os mesmos conceitos explicativos da constituição do psiquismo humano explicam as formas pelas quais o adulto interage com a sociedade e com o conhecimento.

Ainda que o tempo vivido pelos adultos seja diferente do tempo da criança, e as experiências vividas por aqueles estejam impregnadas dos saberes do cotidiano, compete à escola, tomando esse conhecimento acumulado ao longo da vida como ponto de referência permanente, contribuir para que o adulto passe, com base no conhecimento científico, a fazer uma leitura sistematizada e crítica de sua realidade. Nesse sentido, cabe ao professor portar um arcabouço de conhecimentos, com elevado grau de criticidade, considerando o compromisso que tem com a aprendizagem dos alunos.

## **X. CURRÍCULO**

### **10.1. Concepção de Currículo**

A rede municipal de educação de Quatro Pontes tem como referencial curricular o Currículo Básico para a Escola Pública Municipal, elaborado pela AMOP, tanto para a Educação Infantil como para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Especificamente para a Educação Infantil a organização dos saberes e conhecimentos em cada campo de experiências e os encaminhamentos teórico-metodológicos contemplam a organização da Educação Infantil tendo também como referência a idade de matrícula nas referidas turmas, havendo necessidade de contemplar o período de transição, responsabilidade esta que deverá ser cumprida no campo da organização das Propostas Pedagógicas Curriculares. Assim, ao proceder a leitura dos Campos de Experiências há que considerar a idade de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias e os Saberes e Conhecimentos (Conteúdos), bem como os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que integram o trabalho pedagógico, considerando sua abrangência e grau de aprofundamento.

### **10.2. Flexibilização do Currículo**

Segundo o Parecer CNE/CEB n.17/01, a escola inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do educando, favorecendo seu processo escolar.

A Escola Municipal Professor Dona Leopoldina, preocupada na efetivação da inclusão, busca efetivar a flexibilização curricular e acessibilidade. Para isso, o professor da classe comum modifique suas atividades e avaliação, tornando-as mais efetivas e adequadas às necessidades de cada educando. Diante disso, o planejamento é indispensável para esses profissionais, a fim de alcançar objetivos com um currículo comum em níveis diversificados e práticas pedagógicas diferenciadas.

Além da flexibilização curricular e práticas pedagógicas diferenciadas feitos pelo professor da turma, o discente conta com professor acompanhante (PAEE).

Os educandos com necessidades educacionais especiais serão atendidos por esta modalidade de ensino para Jovens e Adultos dentro da perspectiva da inclusão necessária e terão apoio do Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, na ajuda individual e contínua de acordo com a necessidade específica àqueles que a requeiram.

O processo pedagógico será adequado às necessidades dos educandos e corresponderá a um ensino socialmente significativo. Para tanto, extrapola a função instrumental, vindo representar a própria expectativa de democratização das oportunidades educacionais, ou seja, uma educação efetivamente para todos.

Nesse contexto, a flexibilidade de organização desse estabelecimento favorece os alunos com necessidades educacionais especiais porque abre espaço para medidas de adequação curricular, exigidas por parte destes educandos, de modo a atender seu ritmo próprio e as adaptações curriculares de que muitas vezes necessitam.

### 10.3 - Matriz Curricular

#### 10.3.1 - Matriz Curricular da Educação Infantil

Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós
Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento
Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas
Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação
Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

-Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós. -Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento. -Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas.	- PROFESSOR REGENTE
--	---------------------

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação.</li> <li>- Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós.</li> <li>-Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento.</li> <li>-Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas.</li> <li>- Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação.</li> <li>- Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.</li> </ul>	- INFORMÁTICA – 2
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós.</li> <li>-Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento.</li> <li>-Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas.</li> <li>- Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação.</li> <li>- Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.</li> </ul>	- EDUCAÇÃO FÍSICA – 3
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós.</li> <li>-Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento.</li> <li>-Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas.</li> <li>- Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação.</li> <li>- Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.</li> </ul>	- ARTE – 2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Área do conhecimento: o eu, o outro e o nós.</li> <li>-Área do conhecimento: corpo, gestos e movimento.</li> <li>-Área do conhecimento: traços, sons, cores e formas.</li> <li>- Área do conhecimento: escuta, fala, pensamento e imaginação.</li> <li>- Área do conhecimento: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.</li> </ul>	- LÍNGUA INGLESA – 1

### 10.3.2. Matriz Curricular do Ensino Fundamental

### 10.3.2.1. Matriz Curricular do Ensino Fundamental - 1º e 2º anos

BASE COMUM	Nº DE AULAS SEMANAIS
Arte	2
Ciências	2
Educação Física	2
Geografia	2
História	2
Língua Portuguesa	5
Matemática	5
Ensino Religioso	1
PARTE DIVERSIFICADA	Nº DE AULAS SEMANAIS
L.E.M Inglês	2
Informática	2
TOTAL	800 horas

### 10.3.2.2. Matriz Curricular do Ensino Fundamental – 3º, 4º e 5º anos.

BASE COMUM	Nº DE AULAS SEMANAIS
Arte	2
Ciências	2
Educação Física	2
Geografia	2
História	2
Língua Portuguesa	5
Ensino Religioso	1
Matemática	5
PARTE DIVERSIFICADA	Nº DE AULAS SEMANAIS
L.E.M Inglês	2
Informática	2
TOTAL	800 horas

### 10.3.2.3. Matriz Curricular da EJA fase I

As disciplinas de Educação Física e Arte serão trabalhadas dentro da Área de Língua Portuguesa. A Área de Estudos da Sociedade e da Natureza compreende as disciplinas de Ensino Religioso, História, Geografia e Ciências, conforme tabela abaixo:

NRE: 27 - TOLEDO		MUNICÍPIO: 2104 - QUATRO PONTES				
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 44 -Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental						
ENDEREÇO: Rua Cruz Alta, 609 – Quatro Pontes – PR – CEP: 85.940-000						
FONE: (45) 3279 8122 / (45) 99984 0440						
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura do Município de Quatro Pontes – PR						
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2019			FORMA DE IMPLANTAÇÃO: Simultânea Etapa/Período			
CURSO: 5085 – EJA FASE I – 4 ETAPAS/PERÍODOS						
CARGA HORÁRIA DO CURSO: 1.200 HORAS/RELÓGIO OU 1440 HORAS/AULA						
ÁREAS DO CONHECIMENTO	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	TOTAL HORAS/RELÓGIO	TOTAL HORAS/AULA
LÍNGUA PORTUGUESA	15 horas semanais	15 horas semanais	15 horas semanais	15 horas semanais	1.200	1.440
MATEMÁTICA						
ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA						
TOTAL GERAL	300	300	300	300	1.200	1.440
TOTAL GERAL: 1.200 HORAS/RELÓGIO OU 1.440 HORAS/AULA						

### 10.4. Proposta Pedagógica Curricular Para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A Proposta Pedagógica Curricular da Escola Municipal Dona Leopoldina encontra-se em documento a parte desse, documento elaborado pelo Departamento de Educação da AMOP com participação efetiva de

representantes da Secretaria Municipal de Educação de todos os municípios associados a ela, inclusive de Quatro Pontes, em todas as etapas de construção.

### **10.5. Proposta Pedagógica Curricular para Educação de Jovens e Adultos – Fase I**

A Proposta Pedagógica Curricular de EJA, vigente a partir de 2019, contempla cem por cento da carga horária total na forma presencial (1200h ou 1440h/a), com avaliação no processo.

A oferta do Ensino Fundamental Fase I será em 04 (quatro) Etapas de 300 horas cada, perfazendo um total de 1200 horas conforme o exigido na Deliberação nº 06/05 do CEE.

A mediação pedagógica ocorrerá de maneira interdisciplinar, não havendo nenhuma separação entre alfabetização e outras possibilidades de intermediação, que possam constituir barreiras ao desenvolvimento do educando. Este educando será matriculado ao mesmo tempo em todas as áreas do conhecimento.

#### **10.5.1. Eixos Articuladores do Currículo: Cultura, Trabalho e Tempo**

Para a realização do trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário que a escola tenha como princípios metodológicos os eixos: Cultura, Trabalho e Tempo, os quais são articuladores de todo o processo de ensino e aprendizagem e foram definidos considerando o perfil do aluno da EJA e o currículo como um processo de seleção da cultura, orientado pelo tipo de sociedade e de homem que se deseja formar. Tais eixos incorporam as proposições presentes nas Diretrizes Curriculares para a EJA, elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Nesta perspectiva, a cultura é considerada um dos principais eixos, que circunda toda a ação pedagógica, embora a ela estejam interligados os eixos trabalho e tempo. Ela é produto da atividade humana e faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade, fazendo com que este seja também um intermediário



entre a sociedade e sua própria formação.

O eixo Trabalho deve ser contemplado nas ações pedagógicas da escola, tendo em vista que é por meio dele que as pessoas desenvolvem atividades intencionais que lhe proporcionam a sobrevivência. A sociedade produz bens necessários às relações de trabalho da vida humana, e o aluno da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho, busca melhorias na qualidade de vida. Desta forma, a escola necessita assegurar, na organização de seu currículo, discussões pertinentes à função do trabalho na vida humana.

Outro eixo importante é o tempo, o qual refere-se à necessidade de valorizar os diferentes tempos de aprendizagem vividos e experienciados pelos alunos da EJA, em suas relações sociais. Conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos, o tempo escolar é compreendido em três dimensões: o tempo físico - referente ao calendário escolar, organizado em dias letivos, horas/aula, bimestres, semestres, que organizam e controlam o tempo da ação pedagógica; o tempo vivido - relativo à formação continuada e capacitação do professor, assim como às experiências sociais e escolares dos alunos; o tempo pedagógico - relacionado com a transmissão e a socialização do conhecimento e o tempo que o aluno tem para realizar as atividades e extraclasse que a escola, bem como o processo educativo exige.

No trabalho educativo, é preciso considerar os conhecimentos e experiências vividas que os alunos trazem, de forma a superar tais saberes, assegurando a aquisição do conhecimento científico sistematizado. É preciso ter como objetivo a formação de alunos “autônomos intelectual e moralmente, capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vivem, de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações” (SILVA, 2003, p. 01).

Neste sentido, a transmissão do conhecimento científico possibilitará ao aluno o desenvolvimento da criticidade e da autonomia diante da sociedade. É, portanto, um desafio selecionar quais saberes serão ensinados na escola, visto que o saber escolar é sempre um recorte, uma seleção da cultura historicamente acumulada pela humanidade. Faz-se necessário perguntar: Que porção da cultura é imprescindível transmitir aos alunos neste momento histórico? A

resposta a esta questão apontará para a seleção dos conteúdos escolares.

Os critérios de seleção precisam ser bem definidos, tendo como princípio orientador a prática social dos homens. Isso implica em considerar a importância dos saberes escolares diante da cultura acumulada historicamente ao longo dos tempos, observando as transformações que ocorreram e o que foi conservado no processo de conhecimento.

Assim, os conteúdos deverão superar o universo particular do aluno, “garantindo o acesso ao conhecimento nas suas múltiplas naturezas – política, econômica, científica, ético-social, dentre outras – contribuindo para a formação da consciência histórica e política dos educandos” (PARANÁ, 2005, p. 51).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos, a metodologia deve considerar conteúdos e práticas que contemplem:

- a relevância dos saberes escolares frente à experiência social construída historicamente;
- a articulação entre singularidade e totalidade no processo de apropriação do conhecimento experienciado na escola;
- a articulação entre teoria, prática e realidade social;
- tempo social, escolar e pedagógico;
- a relação entre o conhecimento social e escolar do educando;
- a avaliação com caráter de acompanhamento contínuo do processo ensino-aprendizagem (PARANÁ, 2005, p. 53).

Os eixos cultura, trabalho e tempo são elementos articuladores de todo o currículo da EJA e, especificamente, das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza (História, Geografia, Ciências), Arte e Educação Física. O currículo, assim organizado, aborda os encaminhamentos metodológicos como meio e não como fim do processo de ensino e aprendizagem, havendo, portanto, a flexibilidade na efetivação da prática pedagógica, considerando a relação dialética entre os sujeitos deste processo.

## **10.5.2. Conteúdos, Encaminhamentos Metodológicos e Critérios de Avaliação**

### **10.5.2.1. Língua Portuguesa**

#### **Concepção da disciplina**

A hominização, que difere o homem dos outros animais, está fundada em uma vida em sociedade organizada com base no trabalho. Nesse contexto, a linguagem não é decorrente apenas do desenvolvimento biológico, mas também de leis sócio históricas, uma vez que o homem é um ser de natureza social.

Ainda que a linguagem seja um elemento essencial na produção do homem, e certamente uma consequência do pensar, por sua natureza exclusivamente simbólica, ela está ausente dos registros paleontológicos e arqueológicos que possam precisar seu nascimento. A natureza dupla da linguagem não permite que se possa obter dela um registro fossilizado. O que ocorre diferentemente com a escrita, inventada pelo povo sumério, por volta de 3.500 a. C, na região denominada Mesopotâmia.

O impacto trazido pela escrita, a codificação em barro da linguagem oral, separou a história da pré-história. A escrita permitiu que tivéssemos contato com Aristóteles, Platão, Sócrates, Heródoto, Sófocles, entre outros pensadores e escritores do mundo antigo.

Mas, sem a linguagem, a escrita não teria razão de ser. Como os objetos e fenômenos culturais não teriam razão de ser na ausência do ser humano. Como qualquer fenômeno da cultura, a linguagem é um produto da ação humana, mas ela é também um suporte simbólico dessa ação, o que torna possível a representação tanto do mundo no qual e sobre o qual agem os seres humanos, como também a representação que o ser humano tem de sua ação e de si como sujeito dessa ação.

Desse modo, entende-se que o surgimento da linguagem se deu também por intermédio das relações de trabalho, devido à necessidade de comunicação e de interação com o outro, a qual, a princípio, era baseada nos movimentos e gestos exigidos durante o desenvolvimento da ação produtiva; passando, posteriormente, à linguagem sonora articulada.

Ampliando a compreensão sobre as relações da linguagem e de seus usos, Bakhtin (1979) afirma que a linguagem se configura como lugar de construção de relações sociais em que os falantes se tornam sujeitos. Constitui-se, ainda, como uma forma da ação sobre o outro e sobre o mundo, sendo marcada por um jogo de intenções e representações, configurando-se, portanto, como algo inacabado que se atualiza no contexto sócio histórico e ideológico.

Nessa perspectiva, Bakhtin aborda a linguagem em consonância com a materialidade da vida social; desse modo, não a separa dos sujeitos reais e concretos: aos falantes não cabe o papel de meros usuários de leis e códigos de uma língua determinada.

Tal concepção de mundo e que permeia a linguagem, compreende o homem como um ser que se constitui na e pela interação, ou seja, inserido na complexa rede de relações sociais e dialógicas.

O dialogismo concebe o discurso como atividade interacional, isto é, o discurso, permeado de vozes diversas. O discurso do eu é pautado no discurso do outro, uma vez que por mais que se possa “escolher” um discurso, o sujeito o elabora pautado nas ideias de outros sujeitos.

Afirmar que a comunicação mediada pela linguagem ocorre sempre em um contexto sócio histórico implica o reconhecimento de que a linguagem é uma parte das forças produtivas desenvolvidas pelos seres humanos no processo de transformação da realidade. O discurso não tem existência própria, pois ele é um produto da atividade social humana. Para que o indivíduo seja um ser que elabora discursos é preciso que ele seja um ser social real, objetivo, vivo e atuante.

Dessa forma, a concepção de linguagem na perspectiva dialógica, respaldada no materialismo histórico, concebe o discurso como uma manifestação, isto é, uma materialização da ideologia que, por sua vez, decorre do modo de organização dos modos de produção social.

Assim, a apropriação da linguagem escrita não é um processo de aquisição de algo que permita a expressão de um pensamento existente em si mesmo. O próprio pensamento transforma-se no processo de sua expressão pela linguagem escrita. Da mesma forma, o, sujeito, ao dialogar com o pensamento de outras pessoas registrado na forma escrita, desenvolve um

processo ativo de apropriação desse pensamento e das formas pelas quais ele é expresso. Analogamente ao que acontece com o uso de instrumentos, que transforma tanto a natureza como o próprio homem, o uso da linguagem escrita transforma o pensamento dos sujeitos que se põem em contato por intermédio dessa linguagem.

Nesta perspectiva, a linguagem entendida como instrumento por meio do qual o homem se expressa e interage com o outro, compreende o mundo e constitui-se como sujeito, adquire e produz conhecimentos, deve ser trabalhada no contexto escolar, observando-se as especificidades no trabalho com a oralidade, com a leitura, com a escrita/produção textual e com a análise linguística, considerando o processo de reestruturação de textos, mediado pelo professor.

### **Encaminhamentos metodológicos**

O trabalho com o ensino da disciplina de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos pressupõe ações pedagógicas específicas, pautadas na apropriação do conhecimento, a partir de temáticas que abordem os diversos gêneros discursivos.

Os conteúdos de Língua Portuguesa foram organizados em quatro eixos: Eixo da Produção Oral/ Interação Social, Eixo da Leitura /Recepção Textual, Eixo da Escrita/ Produção Textual, Eixo da Análise Linguística/ Reestruturação Textual, sendo os eixos Cultura, Trabalho e Tempo articuladores de todo o encaminhamento metodológico.

#### **a) Eixo da Produção Oral/Interação Social**

A linguagem oral depende de um contexto de interação, ou seja, necessita de envolvimento de interlocutores face a face.

Por ser heterogêneo, o discurso é passível de diferentes interpretações, equívocos gerados por ambiguidades e, ainda, por elipses, que são recursos linguísticos utilizados ou não de forma intencional. Seja como for, todos esperam que seu discurso seja compreendido por seus interlocutores e constroem esse discurso tendo como objetivo serem compreendidos da melhor forma possível. Na linguagem oral, as reações imediatas do interlocutor fazem com que o indivíduo modifique seu discurso procurando alcançar seus objetivos comunicacionais.

Apesar de a linguagem escrita manter com a linguagem oral relações de várias ordens, elas constituem modos linguísticos diferentes de expressão.

É preciso possibilitar ao aluno adulto o enriquecimento e o aperfeiçoamento do seu discurso, tornando-o um usuário consciente da linguagem, com habilidade para realizar adequações nas diferentes situações de uso, percebendo o grau de formalidade requerida em momentos diversos de comunicação.

### **b) Eixo da Leitura/Recepção Textual**

Ao abordar o ensino da leitura, é necessário compreender que os significados produzidos pela prática social resultam de processos de objetivação, sendo a linguagem escrita uma dessas formas de objetivação dos significados. Ao mesmo tempo, existe o processo inverso ao de objetivação, que é o de apropriação dos significados objetivamente existentes na prática social e nas formas de registro escrito dela resultantes.

É necessário que o trabalho com a leitura, mediado pelo professor, propicie a formação de um leitor que apreenda o significado/significação dos discursos, interpretando os elementos sócio históricos que o constituem.

O texto será o material verbal mais importante no trabalho do professor com o aluno, não apenas um tipo de texto, mas todos os que concretizam um determinado discurso. Esta pluralidade deverá estar presente nos diversos gêneros discursivos.

Na literatura, o leitor encontra o que não pode ou não sabe experienciar na vida real.

Por isso, o texto literário expande as fronteiras de conhecimento do leitor ao exigir-lhe a construção dos sentidos linguísticos. Como as palavras não apresentam um único sentido, ler também é escolher os sentidos mais adequados para cada palavra, conforme o contexto em que esta foi usada.

O professor deve assegurar aos alunos leituras que representem a realidade de forma mais abrangente e profunda para que ampliem seu universo cultural. Por meio de atividades de leitura, o aluno evolui da compreensão imediata à interpretação das ideias do texto, adquirindo fluência e criticidade. Ao colocar o leitor em contato com um universo que supera os limites de sua vida cotidiana, a obra literária desafia seu pensamento, provoca emoções e

sentimentos novos, conduz a níveis mais complexos de compreensão da realidade social.

É imprescindível a mediação do professor leitor, estimulando a leitura e a pesquisa, de modo a selecionar previamente textos significativos e adequados ao contexto da proposta metodológica e da unidade temática.

Considerando o processo inicial de alfabetização, o professor deve assegurar ao aluno a leitura de textos imagéticos (ilustrações sem legenda), porém, também ocorrerão momentos em que fará a leitura convencional enfatizando a fluência, o ritmo e a entonação ao ler os textos, recursos que subsidiarão o professor ao explicar a função da pontuação, um dos elementos fundamentais para a compreensão do que fora escrito. O aluno acompanhará o professor na leitura (pseudoleitura), que pode ser apontando um gênero discursivo, frases, baterias de palavras ou as letras do alfabeto.

Pensar o eixo da leitura na perspectiva de ampliação e superação do horizonte de expectativa do aluno significa formar um leitor capaz de apreciar o sentido artístico do texto literário e compreender sua importância como objeto da cultura e da história social. Tal formação ocorre num processo gradativo, que precisa ser cultivado no ambiente escolar e ora dele, a fim de despertar a prática da leitura, para que o aluno possa ter acesso à linguagem literária e ampliar sua percepção sobre a linguagem, sobre o mundo.

### **c) Eixo da Escrita/Produção Textual**

Para que o aluno se aproprie da leitura é necessário que decifre o que está escrito, sendo este um aspecto imprescindível da alfabetização. Tal processo se refere à compreensão da ideia de símbolo, considerando que não há uma relação direta entre um símbolo e as características do que este simboliza. Outro aspecto importante se refere à discriminação das formas das letras, uma vez que estas se assemelham em muitos casos, exigindo percepção para distingui-las, o mesmo ocorrendo em relação aos sons. Como as letras simbolizam os sons da fala, faz-se necessária a discriminação auditiva de diferenças importantes destas, possibilitando a opção pela letra que corretamente simbolize cada som.

O alfabeto é nosso sistema de escrita, o qual parte da representação de sons para a composição das palavras, chegando ao significado. O mesmo foi



criado pelo princípio acrotômico ou alfabético, que relaciona o nome das letras ao som que essas têm. Assim, a letra E tem o som [e]; a letra D tem o som [dê], o que na verdade ocorre em poucos casos, quando há a correspondência biunívoca.

Além disso, há que se considerar as demais relações presentes na escrita quando não há correspondência letra-som, ou seja, relações não biunívocas (uma letra representa mais de um som em uma determinada posição - relação cruzada), relações de concorrência (mais de uma letra representam um mesmo som - relação arbitrária), as quais requerem contínua e progressiva sistematização de modo que o aluno estabeleça relações, reflita, pesquise e passe ao domínio desse sistema.

Outra questão que requer a atenção do professor ao propor atividades de escrita, é a necessidade da exploração da categorização gráfica das letras que historicamente foi se modificando e ampliando, requerendo a compreensão de que uma letra é uma unidade abstrata, com forma gráfica material e com uma função – representação dos sons da linguagem oral. A categorização gráfica das letras possibilita a identificação de uma forma gráfica como sendo uma determinada letra e este controle é dado pela ortografia.

Compreendendo que o processo de alfabetização deve ocorrer a partir da exploração de gêneros textuais, não há como fixar uma trajetória linear, sistematizando a escrita por “ordem de dificuldades” ou ordem alfabética. Desse modo, ao planejar seu trabalho, o professor estabelecerá critérios a fim de trabalhar com as unidades menores da escrita (sílabas e letras), com o objetivo da apropriação do código no que diz respeito à sonorização e ortografia.

Desde o princípio da alfabetização, é essencial que sejam destacados os aspectos referentes à organização do espaço da página, que a ordem das letras na escrita no sistema alfabético ocorre nas linhas da esquerda para a direita e que a ordem das linhas é de cima para baixo. Tais noções precisam ser ensinadas, visto que são convenções que orientam a leitura e a escrita.

Na exploração das letras, há que se orientar para que o aluno, desde o princípio, exercite o seu traçado correto, visto que na sala de aula estará exposto o alfabeto com letras maiúsculas e minúsculas cursivas e de imprensa. Considerando-se o traçado mais simples da letra de forma maiúscula (caixa-

alta), o professor enfatizará a escrita a partir desta, relacionando sempre às demais formas para que progressivamente se utilize da letra cursiva.

A apropriação dos conteúdos de Língua Portuguesa e o processo de alfabetização dar-se-á da unidade maior (o gênero textual) para as unidades menores (sílabas e letras), o que significa que, ao explorar o gênero textual em sua totalidade, o professor pode e deve retirar enunciados (frases) ou palavras do texto e, de modo contextualizado, trabalhar com as famílias silábicas, por meio da sonorização. Cabe salientar que o professor deve elaborar intencionalmente e, conjuntamente com os alunos, baterias de palavras que evidenciem a família silábica trabalhada, confeccionando cartazes que apresentem o traçado das letras, bem como a categorização gráfica e escrita de palavras, nas quais apareçam as sílabas com cores destacadas.

É importante salientar que durante a leitura das palavras, sílabas, letras e do gênero textual, o professor deve enfatizar a relação grafema / fonema, ou seja, sonorizar para que essa relação seja clara e o aluno compreenda os sons que representam as letras do alfabeto. No que tange ao alfabeto, é relevante que ocorra um trabalho diário de leitura e sonorização das letras.

Para contemplar a função social da escrita, o professor precisa trabalhar com gêneros textuais diversificados, compreendendo as suas especificidades, de modo que tais produções discursivas perpassem o cotidiano dos alunos; no entanto, numa perspectiva de ampliação e superação desse conhecimento discursivo. Assim, é fundamental reconhecer que as condições necessárias para a produção textual em sala de aula são: a existência do interlocutor em potencial; acesso a materiais diversificados para leituras prévias e fundamentação teórica; tema interessante e previamente discutido; definição do gênero textual requerido e estabelecimento de objetivos. O aluno precisa saber qual a finalidade dessa produção escrita.

A produção textual deve ser considerada como ponto de partida do trabalho com a escrita. Logo, é necessário assegurar a reescrita e reflexão acerca das ideias explicitadas no texto. O professor necessita ser um leitor participativo e colaborador, percebendo que o processo de produção escrita é inacabado. Para tanto, é preciso atuar como orientador e não como interlocutor único e mero corretor de erros ortográficos, pois o aluno precisa retomar seu

texto, com o intuito de analisar e reelaborar seu discurso.

#### **d) Eixo da Análise Linguística/Reestruturação Textual**

Na prática da análise linguística, um dos aspectos fundamentais é a reestruturação dos textos produzidos pelos alunos, na qual o professor trabalhará os conteúdos relacionados às características estruturais dos diversos gêneros textuais, como também os aspectos gramaticais. Por intermédio do texto, o professor explorará a reflexão linguística: coesão e coerência textuais; linguagem verbal e não-verbal; pontuação; disposição gráfica no papel; paragrafação; acentuação; ampliação e adequação de usos e contextos sociais (vocabulário) e outros conteúdos.

É necessário reestruturar o texto, juntamente com os alunos, enfatizando um conteúdo (aspecto) por vez. Contudo, é fundamental que o professor faça uma leitura e análise antecipada do texto a ser trabalhado. Assim, ocorre o processo de reestruturação do texto, de forma coletiva ou individual, elencando conteúdo específicos da gramática normativa sobre os quais o aluno não demonstrou domínio em sua produção escrita.

Entende-se que tal encamienaminhamento precisa ser contínuo, considerando que uma mesma produção poderá ser reestruturada em mais de um momento.

Quanto ao estudo gramatical na escola, este precisa ser transformado - de um trabalho mecânico e estéril, em um processo de reflexão - que leve à melhor compreensão de fatos linguísticos encontrados no texto. Para tanto, é necessário que este seja feito por meio de uma metodologia nascida da própria natureza da língua. Não se trata de se abolirem as regras gramaticais, mas de conduzir os alunos no processo de apropriação dessas regras a partir do uso efetivo da língua escrita, seja no ato de escrever ou no ato de ler.

Os estudos na área da Linguística apontam que a língua se aprende na vivência. Aprende-se a falar no contato com a fala; aprende-se a leitura e a escrita no contato com a língua escrita. Desta forma, as aulas de Língua Portuguesa devem centrar-se no trabalho efetivo em práticas interativas com o texto. Entretanto, essa vivência deve ser vista como um processo que evolui de formas iniciais pouco intencionais e consideravelmente assistemáticas para formas cada vez mais intencionais e sistemáticas de emprego da língua.

## **Organização dos Conteúdos de Língua Portuguesa para 1ª e 2ª etapas**

### **a) ORALIDADE**

- Sequência na exposição de ideias;
- Objetividade (domínio constante e progressivo);
- Clareza na exposição de ideias;
- Articulação adequada das palavras;
- Adequação vocabular (usos e contextos sociais);
- Coerência e coesão;
- Concordância verbal e nominal;
- Ampliação vocabular;
- Argumentação;
- Narração de fatos;
- Descrição de situações, objetos, seres humanos;
- Variação linguística;
- Sentido conotativo e denotativo.

### **b) LEITURA**

- Função cognitiva e social;
- Relações de Interlocução;
- Disposição gráfica (aspectos estruturantes);
- Fluência, ritmo e entonação (domínio constante e progressivo);
- Unidade temática;
- Linguagem verbal e não verbal;
- Ideias principais (significado / sentido);
- Especificidades / características do gênero discursivo;
- Processo e contexto de produção, inferências;
- Confrontação de temáticas semelhantes em gêneros discursivos

diferentes;

- Intertextualidade;
- Síntese de ideias;
- Variação linguística;
- Sentido conotativo e denotativo.

### **c) ESCRITA – PRODUÇÃO TEXTUAL**

- Ideia de representação;
- Caracterização e categorização do sistema gráfico (símbolos alfabéticos);
  - Traçado correto das letras;
  - Estrutura textual, composição e estilo de cada gênero textual;
  - Letra maiúscula e minúscula;
  - Relação grafema / fonema;
  - Unidades fonológicas ou segmentos sonoros;
  - Relações arbitrárias, biunívocas e cruzadas;
  - Orientação (alinhamento, segmentação e pontuação);
  - Organização de parágrafos;
  - Ampliação vocabular;
  - Unidade temática;
  - Relação tema / título / texto;
  - Outros sinais de escrita: os diacríticos (hífen, acentuação, sinais gráficos e pontuação);
- Coerência e Coesão;
- Consistência argumentativa;
- Elementos de apresentação do texto (título, vocativo ou manchete, autor ou assinatura e outros);
  - Discurso direto e indireto;
  - Variação linguística;
  - Concordância verbal e nominal;
  - Regência verbal e nominal;
  - Sentido conotativo e sentido denotativo

#### **d) ANÁLISE LINGUÍSTICA – REESTRUTURAÇÃO TEXTUAL**

- Elementos referenciadores do texto: título, autor, margem, data, espaços indicativos de parágrafos e outros;
  - Coerência e Coesão;
  - Paragrafação e pontuação;
  - Ortografia e convenções da língua;
  - Função dos sinais gráficos no texto;
  - Concordância verbal e nominal;

- Regência verbal e nominal;
- Discurso direto e indireto;
- Disposição gráfica, (aspectos estruturantes dos gêneros discursivos);
- Elementos da textualidade (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade).

## **CONTEÚDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA 3ª e 4ª ETAPA**

### **a) ORALIDADE**

- Objetividade (domínio constante e progressivo);
- Clareza na exposição de ideias, fatos;
- Narração de experiências: brincadeiras, acontecimentos, eventos, filmes, entrevistas, etc.
- Consistência argumentativa;
- Ampliação e adequação do vocabulário (usos e contextos sociais);
- Estratégias de argumentação;
- Dissertação (confrontação de ideias);
- Concordância verbal e nominal;
- Regência verbal e nominal;
- Coerência e coesão (emprego de pronomes, advérbios, conjunções e outros);
- Variação linguística;
- Sentido conotativo e denotativo;
- Análise e reconhecimento das intenções no discurso do outro.

### **b) LEITURA**

- Variação linguística;
- Função cognitiva e social;
- Reconhecimento da intencionalidade no texto;
- Ideias principais e secundárias (significado e sentido);
- Intencionalidade e ideologia;
- Atribuição de sentidos articulando texto, contexto e situacionalidade;
- Linguagem verbal e não-verbal;

- Confrontação de temáticas semelhantes em gêneros discursivos diferentes;

- intertextualidade;
- Especificidade e características dos gêneros textuais;
- Síntese reflexiva de leituras;
- Atribuição de significados que extrapolem o gênero lido,

inferências;

- Sentido conotativo e denotativo;
- Linguagem referencial e simbólica;
- Unidade temática;
- Unidade estrutural (elementos coesivos);
- Sequência lógica na exposição de ideias e fatos;
- Valorização da leitura como fonte de fruição, estética e

entretenimento.

### **c) ESCRITA – PRODUÇÃO TEXTUAL**

- Função cognitiva e social;
- Organização de parágrafos, pontuação, estrutura e sentido;
- Ampliação e adequação vocabular ao gênero;
- Unidade temática e progressão temática;
- Relação tema/ título/ texto, considerando elementos da

textualidade: situacionalidade, intencionalidade, intertextualidade e informatividade;

- Outros sinais de escrita: os diacríticos (hífen, acentuação, sinais gráficos e pontuação);

- Coerência e Coesão;
- Consistência argumentativa;
- Discurso direto, indireto e indireto-livre , pontuação, estrutura e

sentidos;

- Variação linguística, norma culta e diversidade linguística;
- Concordância verbal e nominal;
- Regência verbal e nominal;
- Sentido conotativo e denotativo;
- Narração e relato;



- Adequação da estrutura e linguagem (narrativas, poemas, canções relatório, gráficos, resumos, paráfrase, fichamento, síntese e outros);
- Autoria da escrita (produz com e para o outro);
- Especificidades da linguagem padrão linguagem digital (forma, registro, interlocução, recursos gráficos, estilo, conteúdo).

#### **d) ANÁLISE LINGUÍSTICA – REESTRUTURAÇÃO TEXTUAL**

- Adequação da linguagem ao gênero, ao tema, condições contextuais e estruturais;
- Coerência (semântica, sintática, estilística, pragmática);
- Coesão (pronomes, conjunções; repetições, elementos exofóricos, endofóricos, anáfora, catáfora e outros recursos coesivos);
- Paragrafação e pontuação;
- Ortografia e convenções da língua;
- Concordância verbal e concordância nominal;
- Regência verbal e regência nominal;
- Discurso direto e indireto, estrutura, pontuação e sentidos;
- Elementos da textualidade (Intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade).

#### **Gêneros textuais e conteúdos contemplados:**

##### **a) INFORMATIVOS**

- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (referencial, direta e concisa);
- Variedade linguística padrão;
- Consistência argumentativa, persuasão (não-contradição ou evitar ambiguidades);
- Unidade temática adequada ao gênero e ao conteúdo;
- Progressão temática (reiteração, novos comentários, paráfrase, indicações de recuperação de informações pressupostas ou consideradas inferíveis pelos interlocutores);

- Linguagem verbal e não verbal (recursos gráficos visuais e sentidos);
- Categorização gráfica (tipo, forma, cor e tamanho das fontes);
- Informatividade (o discurso utilizado não deve apresentar informações muito complexas - ou zonas de alta informatividade - nem tampouco simplificadas-zonas de baixa informatividade - mas primar por um nível mediano de informações, o que possibilita melhor compreensão);
- Situacionalidade (contexto de produção, ou o modo como o leitor concebe as relações entre o texto e a situação em que foi produzido);
- Intencionalidade e aceitabilidade (interação entre autor e leitor, inferindo sobre o dito e o não-dito, quando o autor se utiliza de estratégias visando enredar o leitor);
- Intertextualidade (diálogos entre textos, discursos já produzidos);
- Coerência (relações de significação estabelecidas entre as informações contidas no texto que dependem de conhecimentos prévios dos usuários, ou seja, das inferências);
- Coesão (elementos coesivos que auxiliam na tessitura/costura do texto –componentes da superfície textual).

#### **b) PUBLICITÁRIOS**

- Linguagem conativa, direta e interpelativa;
- Linguagem verbal e não verbal (recursos gráfico-visuais e sentidos);
- Consistência argumentativa, persuasão;
- Interlocutor/consumidor (relações interlocutivas);
- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (referencial, direta e concisa);

- Situacionalidade (contexto de produção, ou o modo como o leitor concebe as relações entre o texto e a situação em que foi produzido);
- Intencionalidade e aceitabilidade (interação entre autor e leitor, inferindo sobre o dito e o não-dito, quando o autor se utiliza de estratégias visando enredar o leitor);
- Intertextualidade (diálogo entre textos, discursos já prjá produzidos, paráfrase);
- Coerência (relações de significação, significação estabelecidas entre as informações contidas no texto que dependem de conhecimentos prévios dos usuários, ou seja, das inferências, conhecimentos cotidianos);
- Elementos coesivos e de coerência;
- Elementos exofóricos (são aqueles que remetem a condições exteriores ao texto);
- Elementos de sonoridade, rimas, sons, jingles entre outros.

### **c) INSTRUCAIONAIS**

- Linguagem referencial, léxico científico, jurídico, técnico;
- Função denotativa (significado dicionarizado);
- Caráter descritivo;
- Formas verbais no modo imperativo;
- Disposição gráfica (elementos estruturantes);
- Variação linguística (padrão);
- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (referencial, direta e concisa);
- Recursos coesivos;

- Elementos exofóricos (são aqueles que remetem a condições exteriores ao texto);
- Elementos endofóricos (são aqueles que remetem aos elementos coesivos e vocábulos utilizados no interior do texto);
- Coerência (relações de significação estabelecidas entre as informações contidas no texto que dependem de conhecimentos prévios dos usuários, ou seja, das inferências);
- Intertextualidade.

#### **d) LITERÁRIOS**

- Linguagem conotativa, simbólica e polissêmica;
- Elementos estruturantes e sentidos;
- Relações de ordenação temporal, espacial de causalidade e outras;
- O vocabulário, a combinação dos tempos verbais, a ordem de apresentaçãodo conteúdo;
- A adequação dos campos semânticos;
- As estratégias das quais se vale o autor para produzir sentidos;
- Intencionalidade e aceitabilidade;
- Intertextualidade;
- Interdiscursividade;
- Paródia;
- Paráfrase;
- Ironias e outros recursos de estilo;
- Elementos de coerência e coesão;

- Particularidades da composição, estrutura e estilo de cada gênero.

#### **e) CIENTÍFICOS**

- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (referencial direta e concisa);
- Linguagem denotativa, técnica, acadêmica e científica;
- Localização do tema, argumentos, contra-argumentos, retomada ou reafirmação do tema;
- Reconhecimento das vozes de outros sujeitos que abordam sobre o mesmo tema, citação do discurso do outro;
- Reconhecimento de uma terminologia adequada ao tema;
- Elementos de coerência e de coesão;
- Elementos estruturantes e sentidos.

#### **f) FOLCLÓRICOS**

- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (poética, conotativa, simbólica, alegórica, lúdica);
- Reconhecimento de uma linguagem própria da lenda, do mito, do cançãoeiro e outros;
- Reconhecimento de uma linguagem regional, registro de uma cultura, memória e cognição;
- Elementos de coerência e de coesão.

#### **g) EPISTOLARES**

- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (denotativa, subjetividade);
- Relações de intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade, informatividade e intertextualidade;

- Identificação de expressões que revelam destinatário, grau de familiaridade de quem escreve;

- Linguagem formal ou informal, concisa e clara;
- Elementos de coesão e de coerência;
- Elementos estruturantes e sentidos.

#### **h) ELETRÔNICOS**

- Linguagem adequada ao gênero e à atividade humana (fática);
- Relações de intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade, informatividade e intertextualidade;
- Elementos de coesão e de coerência;
- Elementos estruturantes e sentidos;
- Contrastes entre a linguagem padrão e linguagem digital;
- Relações entre a atividade humana/escrita e tecnologia na sociedade contemporânea.

#### **Critérios de avaliação em Língua Portuguesa**

##### **a) ORALIDADE**

##### **1ª e 2ª ETAPAS**

- Relata fatos vivenciados numa sequência lógica de ideias;
- Expressa - se com clareza, ao argumentar;
- Utiliza a concordância verbal e nominal nas diferentes situações discursivas;
- Apropria-se gradativamente da articulação adequada das palavras, observando pronúncia, entonação, ritmo e fluência;
- Expõe ideias com sequência, clareza e objetividade, em diferentes situações e contextos;

- Reconhece o sentido conotativo e denotativo de palavras e expressões nos diversos gêneros textuais;
- Sintetiza e expõe ideias a partir de experiências do cotidiano, leituras, filmes e outros.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Narra fatos e acontecimentos com sequência lógica e emprego do uso de vocabulário adequado;
- Apresenta argumentos consistentes e coerentes ao expor suas ideias e pontos de vista;
- Realiza análises críticas com relação ao discurso do outro;
- Utiliza regência e concordância verbal e nominal nas diferentes situações discursivas;
- Expõe com clareza e objetividade as ideias, fazendo uso da linguagem padrão;
- Sintetiza e sistematiza ideias a partir de: palestras, leituras de textos, filmes e outros;
- Utiliza os elementos da narrativa (tema, personagens, relações espaço-temporais, enredo, linguagem, progressividade narrativa, entre outros);
- Aplica adequadamente no discurso, elementos coesivos e aspectos da coerência;
- Interpreta e utiliza figuras de linguagens, aprimorando o texto oral;
- Identifica nos discursos os sentidos conotativo e denotativo.

### **b) LEITURA**

#### **1ª e 2ª ETAPAS**

- Interpreta textos imagéticos, reconhecendo os aspectos visuais e não-verbais que produzem sentidos;



- Compreende a leitura como forma de apropriação do conhecimento científico e de contato com outras formas de apreender significados;
- Identifica as ideias principais e aborda os sentidos destas no texto;
- Observa a linguagem e a estrutura específica de diferentes gêneros discursivos;
- Reconhece a relação interlocutiva e contextual do discurso (quem está falando, para quem, em que contexto e situação);
- Desenvolve gradativamente a leitura de diferentes gêneros textuais;
- Identifica a unidade temática, refletindo sobre os sentidos no texto;
- Na leitura contrastiva, confronta e identifica as temáticas semelhantes presentes nos gêneros discursivos;
- Adequação de linguagem nos diferentes gêneros discursivos (variedades linguísticas);
- Compreensão do sentido denotativo e conotativo nos diferentes gêneros discursivos.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Compreende a leitura como forma de apropriação do conhecimento científico, entretenimento e busca de informações;
- Reconhece na relação interlocutiva, sentidos explícitos e implícitos no discurso (quem está falando, para quem, em que contexto e situação);
- Desenvolve gradativamente a leitura, reconhecendo as especificidades de linguagem e estrutura de diferentes gêneros textuais;
- Identifica a unidade temática, refletindo sobre os sentidos no texto;
- Identifica as ideias principais e secundárias e os princípios de organização de sentidos no texto, para manutenção da unidade temática;

- Reconhece elementos contextuais da produção do texto lido (veículo de circulação, tempo, público, autoria e outros);
- Compreende a adequação da linguagem nos diferentes gêneros discursivos (variedades linguísticas, funções da linguagem).

### **c) ESCRITA/PRODUÇÃO TEXTUAL**

#### **1ª E 2ª ETAPAS**

- Compreende a escrita como representação de ideias, como meio de apropriação do conhecimento científico e registro;
- Utiliza diferentes formas de registro, de acordo com objetivos e situação de expressão;
- Diferencia as letras do alfabeto e outros símbolos gráficos (acentos, sinais de pontuação);
- Compreende e utiliza adequadamente os aspectos pertinentes à direção da escrita (esquerda para a direita e de cima para baixo);
- Reconhece e usa gradativamente as letras caixa-alta e cursiva, maiúsculas e minúsculas;
- Utiliza gradativamente a pontuação e a acentuação nos registros de escrita;
- Compreende a relação letra/som (biunívocas, cruzadas e arbitrárias);
- Grafema / fonema;
- Reconhece e usa adequadamente o espaçamento entre as palavras no texto;
- Produz textos individuais e coletivos, observando a linguagem e a estrutura específica de diferentes gêneros discursivos, empregando os recursos linguísticos do discurso direto e indireto de forma adequada aos sentidos do texto;

- Produção de textos individuais e coletivos, observando a regência e a concordância nominal e verbal.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Reconhece, na produção de textos, a função da escrita como representação, registro, cognição, memória e interação;
- Utiliza diferentes formas de registro, de acordo com objetivos e situação de expressão;
- Domina as letras do alfabeto e outros símbolos gráficos: letras maiúsculas e minúsculas, paragrafação, pontuação e disposição gráfica de acordo com as exigências dos gêneros trabalhados;
- Compreende a relação letra/som (biunívocas, cruzadas e arbitrárias); grafema / fonema e valor posicional;
- Produz textos individuais e coletivos, observando o emprego da linguagem e da estrutura específica de diferentes gêneros discursivos, sob a orientação do professor;
- Utiliza adequadamente os elementos coesivos e da intencionalidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, garantindo a coerência e a progressividade das ideias no texto;
- Produz textos individuais e coletivos, observando a manutenção temática e relações tema/título/texto, com coerência e coesão, assegurando a consistência argumentativa;
- Emprega os recursos linguísticos do discurso direto e indireto de forma adequada aos sentidos do texto.

### **d) ANÁLISE LINGUÍSTICA / REESTRUTURAÇÃO TEXTUAL**

#### **1ª e 2ª ETAPAS**

- Revisa e reestrutura coletivamente um texto selecionado pelo professor, observando: paragrafação, uso de elementos coesivos, segmentação

de espaços em branco e pontuação, eliminando redundâncias e repetições no texto;

- Refação individual do texto com a mediação do professor, observando: ortografia, pontuação, paragrafação, acentuação, relação grafema/fonema, adequação da linguagem, progressividade, intencionalidade e situacionalidade do texto e outros elementos da estruturação da linguagem, de acordo com os gêneros discursivos estudados.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Revisão e reestruturação coletiva de um texto selecionado pelo professor, observando: paragrafação, uso de elementos coesivos, pontuação, ortografia, regência e concordância verbo nominal, clareza, intencionalidade, informatividade, situacionalidade, progressividade e intertextualidade; (um ou dois aspectos de cada vez);

- Refação individual do texto com a mediação do professor, eliminando possíveis redundâncias e repetições no texto, ortografia, pontuação, paragrafação, acentuação e outros elementos da estruturação da linguagem de acordo com os gêneros discursivos estudados.

## **10.5.2.2 - ARTE**

### **Concepção da disciplina**

Marx (1989) aponta algumas diretrizes que fundamentam uma concepção materialista de arte e o processo de humanização, entendendo a arte como um trabalho de criação humana, no qual o homem ao construir o mundo e a ser por ele construído, no embate com a natureza, obtém e produz meios para sua sobrevivência. Nesta perspectiva, o significado da criação e da apreciação artística são determinantes à superação do homem, rumo à construção de uma sociedade que melhor produza o sujeito, e que seja capaz de desenvolver toda plenitude de seu ser.

No marxismo contemporâneo há três diferentes interpretações quanto à função da arte: a arte como mercadoria, a arte como forma de conhecimento e a arte como criação. A primeira está vinculada a interesses específicos de uma classe social, uma vez que vivemos numa sociedade capitalista e dividida em

classes. A segunda, arte como forma de conhecimento, consiste em uma aproximação da realidade, sem a intenção de espelhá-la, ou seja, é uma representação, uma interpretação da realidade.

E a terceira, arte como criação, também denominada de arte como trabalho criador, e que segundo a concepção materialista de arte, busca o resgate da totalidade entre o artista e sua obra, incorporando e superando tanto a arte como ideologia quanto a arte como forma de conhecimento (VÁSQUEZ, 1978).

Na compreensão de Denardi (2005), a criação artística é uma exigência da necessidade humana de perceber e entender a representação da realidade humano-social, de expressar e objetivar significados e valores coletivos. Entender a arte como um meio do indivíduo retornar ao coletivo, quando o homem exprime a experiência daquilo que seu tempo histórico e suas condições sociais e materiais permitem, é fundamental. Por meio da arte, o homem torna-se consciente de sua existência como ser social, e nesta direção justifica-se o ensino da arte nas escolas.

A arte deve ser uma produção que busque retratar a totalidade da humanidade, com suas inerentes contradições, e de acordo com a realidade histórica e social. A arte não pode ser vista como exclusividade de uma determinada cultura, mas sim de diversas práticas sociais.

Infelizmente, segundo Denardi (2007), ainda hoje e para muitos profissionais e professores da área da arte, prevalece a ideia de dom, inspiração ou talento artístico, na qual a sensibilidade humana é imediata e espontânea, e que caracteriza a função social da arte como arte pela arte ou arte elitista.

Deste modo, o ensino da arte para alunos da EJA, precisa proporcionar instrumentos necessários para que estes se tornem sensíveis às produções artísticas. Como afirma Peixoto (2004, p. 231):

Urge humanizar os sentidos do homem e criar a sensibilidade humana correspondente a toda riqueza humana do ser humano. Para tanto, o ensino da arte na escola tem um papel primordial, pois, além da transmissão de um saber de qualidade sobre o pensamento/produção da arte, trata de criar condições para o aprimoramento dos sentidos humanos e o aguçamento da percepção, tanto para promover a humanização quanto para que a criação/produção/fruição da arte se torne possível a todos.

Entendemos a relevância da escola em promover aos alunos o acesso à educação estética, levando-os a usufruir os bens culturais produzidos e acumulados historicamente pela humanidade em seus diferentes grupos sociais. Fischer (2007) complementa que é fundamental ampliar a curiosidade inerente dos alunos, sempre famintos de experiências cada vez mais ricas com os outros e com o mundo.

Assim, a função social da arte na escola é propiciar aos alunos o saber e a apropriação do conhecimento estético por meio das linguagens artísticas presentes nas Artes Cênicas, nas Artes Visuais, na Dança e na Música.

### **Encaminhamento metodológico**

Tendo como referência os eixos norteadores: Cultura, Trabalho e Tempo, identificados nas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos, é que elaboramos os encaminhamentos metodológicos para a disciplina de Artes.

É por meio da disciplina de arte como área de conhecimento que a educação estética (humanização dos sentidos) pode ser trabalhada nas instituições escolares. Humanizar-se ou tornar-se humano e se reconhecer como tal, ocorre por meio do acesso aos bens culturais, entre eles os artísticos, que a humanidade construiu ao longo dos anos e através das relações contidas nas diferentes práticas escolares.

É também pela arte que o homem torna-se consciente de sua existência como ser social, o que lhe possibilita conhecer, identificar a si, ao mundo, natureza e a representação da realidade. Neste contexto, o aluno da EJA passa a ser integrante na produção do conhecimento, compreendendo o trabalho como um processo de criação.

Educar esteticamente consiste em ensinar o homem a ver, ouvir, movimentar, atuar, sentir e pensar, o que não ocorre de forma livre e espontânea, uma vez que demanda o conhecimento das técnicas artísticas, contempladas pelas linguagens artísticas, tais como: música, dança, artes visuais e artes cênicas. Os conteúdos artísticos (teoria) necessitam ser trabalhado por meio de vivências artísticas (prática), e a partir do método dialético, o que caracteriza a práxis artística. É importante reforçar que a arte é uma disciplina escolar que também tem a função e a necessidade de compreender o sujeito como elemento

concreto e ativo no processo do desenvolvimento histórico e social. Assim sendo, a arte não pode ser trabalhada de forma fragmentada, fora do contexto social.

A ação pedagógica do professor, em sala de aula, deverá propiciar aos alunos a práxis artística, por meio da vivência e do entendimento histórico e teórico das experiências estéticas nas linguagens artísticas trabalhadas. Ao realizar este processo, que incorpora e supera a experimentação, o aluno se apropria de técnicas para se expressar artisticamente ou para reproduzir obras, sendo necessário estar em contato com a produção artística existente.

Neste sentido, a avaliação em arte tem como ponto de partida os conhecimentos artísticos construídos historicamente pelo homem, e expressos na escola como conteúdos escolares artísticos; e como ponto de chegada a apreensão destes conteúdos pelos alunos a partir da sistematização e mediação destes pelo professor na relação processual ensino aprendizagem, constituindo-se uma relação de intersubjetividade entre aluno e professor, na qual ambos são sujeitos concretos e pertencentes a uma classe social.

### Conteúdos

#### ARTE 1ª e 2ª Etapas

ARTES VISUAIS	
ELEMENTOS FORMAIS	Forma* Cor/pigmento (primária e secundária) Linha / Volume / Textura / Plano
COMPOSIÇÃO	Figura / Simetria / Representação das formas / Formato da composição
TÉCNICAS	Bidimensional (pintura, desenho, gravura e fotografia) Tridimensional (escultura, modelagem, móbile, maquete e dobradura)
MOVIMENTO OU PERÍODO	Arte na pré- história / Arte figurativa / Arte Moderna
MÚSICA	
ELEMENTOS FORMAIS	Som*



	Altura (grave, agudo) / Intensidade (forte/fraco) / Densidade (um/muitos sons) / Timbre (voz e instrumentos) / Duração (longo e curto) / Andamento (rápido e lento) / Textura (arranjo de um ou mais sons)
COMPOSIÇÃO	Música instrumental / Música vocal (coral) / Canção / Música popular brasileira
TÉCNICAS	Jogo Dramático / Monólogo
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Música contemporânea / Sertaneja (raiz)
ARTES CÊNICAS	
ELEMENTOS FORMAIS	Representação* Texto / Cenário / Personagem / Caracterização / Sonoplastia / Iluminação
COMPOSIÇÃO	Jogo dramático Teatro indireto (fantoques, máscaras, marionetes, sombras e objetos) / Mímica
TÉCNICAS	Improvisação livre / Improvisação dirigida
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Teatro brasileiro
DANÇA	
ELEMENTOS FORMAIS	Movimento* Fluência / Espaço / Tempo / Força
COMPOSIÇÃO	Formação (fila, roda, colunas) / Estímulos sonoros (ausência ou presença)
TÉCNICAS	Improvisação livre / Improvisação dirigida / Coreografia
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Dança brasileira / Dança moderna

### ARTE – 3ª e 4ª ETAPAS

ARTES VISUAIS	
ELEMENTOS FORMAIS	Forma* Cor/pigmento (primária e secundária) Linha / Volume / Textura / Plano

COMPOSIÇÃO	Figura/fundo Simetria/assimetria Pontos de vista (frontal, e topo e perfil)
TÉCNICAS	Técnica mista (bidimensional e tridimensional). Áudio/visual (cinema, fotografias, artes gráficas, televisão e moda)
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Arte na pré-história / Arte figurativa / Arte Moderna
MÚSICA	
ELEMENTOS FORMAIS	Som* Altura (grave, agudo) / Intensidade (forte/fraco) Densidade (um/muitos sons) / Timbre (voz e instrumentos)
COMPOSIÇÃO	Formas musicais (MPB, rock, marcha, concerto, ciranda, etc.) / Música instrumental.
TÉCNICAS	Improvisação dirigida / Execução dirigida / Execução instrumental (improvisação e grafia por símbolos, grafia e onomatopaica)
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Música contemporânea / Sertaneja (raiz)
ARTES CÊNICAS	
ELEMENTOS FORMAIS	Representação* Texto / Cenário/Personagem/ Caracterização/Sonoplastia/ Iluminação
COMPOSIÇÃO	Produção de textos / Jogo Dramático/ Monólogo
TÉCNICAS	Leitura e interpretação de textos e roteiro / Monólogo
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Teatro brasileiro
DANÇA	
ELEMENTOS FORMAIS	Movimento* Fluência / Espaço / Tempo/ Força

COMPOSIÇÃO	Formação (fila, roda, colunas e variações). / Estímulos sonoros (ausência ou presença, ritmos acelerados e lentos).
TÉCNICAS	Improvisação livre / Improvisação dirigida (com ou sem materiais) / Coreografia
MOVIMENTOS OU PERÍODOS	Dança brasileira / Dança moderna

### **Critérios de avaliação**

#### **ARTE – 1ª a 4ª ETAPAS**

- Compreende a criação de diferentes trabalhos nas linguagens artísticas com significação humana e social, a partir de uma necessidade estética.
- Identifica os produtos artísticos que o sujeito construiu na prática social ao longo da história.
- Valoriza a função social do artista e seu trabalho numa perspectiva histórico-cultural.
- Reconhece e compreende os elementos formais: forma, cor (primária, secundária e terciária), linha, volume, textura, plano, forma, cor.
- Identifica os elementos sonoros e os diversos sons da realidade.
- Realiza ação dramática: interpreta histórias, improvisa, vivencia personagens, compreende o espaço cênico, os elementos sonoros e visuais (sonoplastia).
- Compreende os elementos formais da dança: movimento, fluência, espaço, tempo e força.

#### **10.5.2.3. EDUCAÇÃO FÍSICA**

##### **Concepção da disciplina**

O ensino da Educação Física tem como objeto de estudo a Cultura do Movimento Humano, que enfatiza a liberdade de expressão dos movimentos e sua construção histórica, como tradição significativa e representação ética de

possibilidades, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. O objetivo principal desta disciplina consiste em assegurar ao aluno jovem e adulto a reflexão sobre a cultura do movimento e a apropriação dos conhecimentos científicos e culturais produzidos historicamente.

O homem é seu corpo e humaniza-se na medida em que se relaciona com os outros homens. Neste sentido, faz-se necessário compreender que o movimentar-se humano não é somente uma ação biológica, mecânica ou psicológica, mas uma forma de comunicação e linguagem que mantém relações com o mundo e valoriza a condição do aluno como um ser social e agente transformador da sociedade.

O movimento humano não pode ser considerado apenas como o deslocamento de um corpo, mas de um ser que se comunica com os outros. Não é qualquer movimento, não é todo o movimento, necessita ser entendido e estudado como uma complexa estrutura social de sentidos/significados que, por sua vez, lhe é conferido pelo contexto histórico cultural.

Neste sentido, a Cultura do Movimento Humano, ou qualquer outra terminologia que autores tenham produzido para definir esta parte do conhecimento humano, é um conjunto de “[...] saberes e valores afetos ao conhecimento do homem a partir de sua corporeidade bem como da plenitude das suas expressões corporais [...]” (DITTRICH, et al), compreendendo-o como um fenômeno cultural, ou seja, o significado do movimento é dado pela cultura.

A Educação Física Escolar tem como desafio ser entendida como um componente curricular, com a mesma importância das demais disciplinas, como área do conhecimento que compreende as manifestações biológicas e culturais do homem, numa relação de dialeticidade e contradições, considerando o indivíduo em sua totalidade, visando sua formação consciente e crítica.

### **Encaminhamentos metodológicos**

O ensino da Educação Física Escolar deve ser direcionado para uma práxis centrada na reflexão, compreensão e transformação da realidade. É necessário, portanto, que esta ação seja norteada por uma concepção clara de mundo, homem, sociedade e educação que se pretende, na qual o movimento humano, como instrumento de transformação social, deve romper com a forma

mitificada de perceber e tratar o corpo como objeto operacionalizável e domesticado, relacionando-o com o rendimento e a performance voltados para o mundo do trabalho, passando então a percebê-lo como uma das dimensões responsáveis pela construção de nossa(s) identidade(s) e da possibilidade de intervenção sobre a sociedade.

Na Educação de Jovens e Adultos, a ação pedagógica deve considerar a diversidade sociocultural dos alunos. Visto que a grande maioria destes são trabalhadores, faz-se necessário que o ensino da educação física seja direcionado às particularidades desta demanda. Há que se levar em conta, no planejamento das atividades, a diferença de idade entre os alunos e seus diversos tempos de vivência, pois, na maioria das turmas, estão presentes adolescentes, jovens, adultos e idosos, inseridos no mesmo contexto. É preciso ressaltar ainda, a diversidade cultural destes alunos, que gradativamente deve ser trabalhada e valorizada, despertando o interesse e o desenvolvimento de atitudes positivas à realização das atividades propostas. É fundamental, portanto, que os eixos cultura, trabalho e tempo estejam articulando todo o trabalho pedagógico a ser realizado.

O trabalho do professor deve estar voltado a ampliar as possibilidades de participação ativa de todos os alunos nas aulas de educação física, respeitando sua individualidade e suas limitações. É preciso que o professor esteja atento às questões:

Quem são os alunos da EJA com quem trabalho? De que forma a Educação Física pode ser desenvolvida para eles? Quais são os saberes elaborados pela Educação Física Escolar que precisam estar ao alcance dos alunos? Que conhecimentos escolares são específicos da Educação Física?

Através da mediação do professor, o aluno poderá compreender o significado e as formas de execução dos movimentos, tendo por objetivo resgatar conhecimentos que suscitem estratégias /iniciativas pedagógicas de acordo com as experiências vividas. As aulas de Educação Física, através do movimento, devem abordar as diversas manifestações corporais, proporcionando atividades adequadas às capacidades e limitações, bem como dos alunos com deficiência.

Estas atividades não podem ser diferenciadas dos conteúdos propostos pela disciplina, mas devem conter adequações metodológicas, técnicas e forma

de organização que podem ser aplicadas a todos os alunos, possibilitando assim o seu desenvolvimento global, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades como também a sua autonomia.

Nesta perspectiva, a apreensão do conhecimento deve se dar através de uma metodologia intencionalmente organizada, possibilitando que o aluno seja capaz de constatar, interpretar e compreender a relação dialética existente na sociedade.

Os conteúdos da Educação Física são constituídos de práticas corporais e culturais produzidas no interior de contextos diferenciados. Os conteúdos e estratégias propostos devem proporcionar a inserção de todos os alunos no contexto da cultura de movimento, abrangendo jogos, danças e ginásticas, aumentando a complexidade no decorrer dos anos, tanto no aspecto motor como no cognitivo. Estes devem ser trabalhados de forma espiral, rompendo com a linearidade do conhecimento, sendo que serão retomados durante todo o processo educacional. Para assegurar esta intencionalidade, foram definidos como eixos norteadores da Educação Física: O JOGO, A DANÇA E A GINÁSTICA.

#### a) JOGO

O jogo é o ponto de partida para se conhecer a forma de organização social de uma cultura, sendo fundamental para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Ele tem valor social, cultural e pedagógico. O foco pedagógico principal do jogo são as regras flexíveis e a diversidade de materiais que estimulam o desenvolvimento da criatividade dos alunos.

O jogo é um elemento de mediação entre o aluno e a aprendizagem, não é uma atividade livre, pois possui uma finalidade e um resultado a ser atingido, contendo funções e normas sociais de condutas e ações do aluno no ato de jogar. É uma atividade social que permite interagir com o mundo, enfim, o jogo é uma forma significativa de se pôr em movimento.

#### b) GINÁSTICA

O termo “ginástica”, desde a sua origem, significa “a arte de exercitar o corpo nu”. Este conceito traz consigo a ideia do simples, do limpo, do livre, desprovido de maldade, do puro.

Para os antigos gregos, ginástica significava a realização de exercícios

físicos em geral (corridas, saltos, lutas, etc.). Grande parte dos exercícios que hoje praticamos e conhecemos (especialmente o atletismo e as lutas) tem sua origem com a ginástica.

Sendo esta um dos eixos da Educação Física, tem como objetivo principal possibilitar ao aluno o conhecimento do seu próprio corpo, a exploração de seus limites e a descoberta de novas possibilidades significativas.

Ginástica é o desenvolvimento, é o aperfeiçoamento da destreza, da postura, do equilíbrio, tanto das habilidades básicas, como das habilidades mais complexas, ampliando a consciência e esta consciência é indispensável para que o aluno possa, em seguida, tomar conta de seus próprios movimentos, organizá-los e percebê-los globalmente. A ginástica constitui-se de elementos como: andar, saltar, correr, equilibrar, rolar, balançar, saltitar, entre outros. E estes por sua vez, são dotados de significados/sentidos, foram construídos historicamente de ações, culturalmente elaborados e devem estar permeados em todos os períodos em níveis crescentes de complexidade.

#### c) DANÇA

A dança na escola, sendo uma manifestação cultural, pode ser considerada como linguagem que permite a transmissão de sentimentos. Desta maneira, Oliveira (2001, p.14), afirma que: “Uma das atividades físicas mais significativas para o homem antigo foi a dança”.

Utilizada como forma de exibir suas qualidades físicas e de expressar os seus sentimentos, era praticada por todos os povos, desde o paleolítico superior (60.000 a.C)”.

Na dança são determinantes as possibilidades expressivas de cada aluno. O aluno irá conhecer e compreender que seu corpo é suporte de comunicação, como também das diversas formas de executar e expressar os diferentes tipos de dança e de movimentos.

Faz-se necessário que o ensino da dança para o aluno jovem e adulto aconteça de forma lúdica e prazerosa.

Os conteúdos propostos para a dança devem favorecer a expressividade corporal, os movimentos, a criatividade, a espontaneidade e a possibilidade de formação de um ser crítico em suas formas de pensar, agir e sentir.

#### CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 1ª E 2ª Etapas



### a) DANÇA

Elementos básicos de movimentos/dança:

- Giros e deslocamentos em diferentes direções.

Expressão corporal e Ritmo

- Dança folclórica:
- Regionais e Nacionais

### b) JOGOS

Jogos motores:

- Coordenação motora ampla e fina
- Coordenação: viso-motora, óculo-manual e óculopedal
- Equilíbrio
- Lateralidade
- Lateralização
- Organização e orientação temporal
- Organização e orientação espacial
- Estruturação espaço-temporal

Jogos que envolvem a estimulação dos sentidos.

- Jogos de raciocínio lógico.
- Jogos de construção.

### c) GINÁSTICA

Ginástica formativa

- Andar
- Correr
- Pular
- Chutar
- Lançar

Ginástica com elementos

- com bola
- com arco
- com corda

## CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 3ª E 4ª Etapas

### a) DANÇA

- Expressão corporal

- Ritmo
- Dança criativa
- Dança popular
- Diversos ritmos nacionais e internacionais;

Dança folclórica

- Regionais
- Nacionais

#### b) JOGOS

- Jogos motores:
- Coordenação motora ampla e fina
- Coordenação: viso-motora, óculo-manual e óculo pedal
- Equilíbrio
- Lateralidade
- Lateralização
- Organização e orientação temporal
- Organização e orientação espacial
- Estruturação espaço-temporal

Jogos que envolvem a estimulação dos sentidos.

Jogos de raciocínio lógico.

#### c) GINÁSTICA

Ginástica rítmica

- mãos livres
- com bola
- com arco
- com corda
- com fita

Critérios de avaliação da 1ª a 4ª etapas

#### a) DANÇA:

- Estabelece relações coordenadas entre o próprio corpo em movimento e diferentes objetos;
- Executa movimentos básicos aplicando-os no contexto da dança;
- Executa diversos tipos de estruturas rítmicas;
- Estabelece relação entre o tempo e o espaço;

- Produz e reproduz regras e jogos;
- Identifica suas próprias limitações corporais e realizações diante de situações problemas;
- Produz a partir do conteúdo trabalhado outras formas de movimentar-se corporalmente;
- Interage corporalmente com os colegas dentro da prática vivenciada;
- Percebe o próprio desempenho a partir das metas estabelecidas.

b) GINÁSTICA:

- Exerce o controle do corpo;
- Utiliza as diferentes partes do corpo;
- Executa movimentos básicos aplicando-os no contexto da ginástica;
- Busca formas de resolução de problemas ginásticos e desafios corporais;
- Elabora, a partir do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar se corporalmente;
- Elabora movimentos e circuitos com os fundamentos básicos da ginástica;
- Percebe o próprio desempenho a partir das metas estabelecidas.

c) JOGO:

- Estabelece relações coordenadas entre o próprio corpo em movimento e diferentes objetos;
- Produz e reproduz regras e jogos;
- Identifica suas próprias limitações corporais e realizações diante de situações problemas;
- Resolve situações de conflito através do diálogo;
- Participa em atividades competitivas e cooperativas, respeitando as regras;
- Interage com os colegas dentro da prática vivenciada, com atitudes de respeito;
- Percebe o próprio desempenho a partir das metas estabelecidas;

- Participa da elaboração de atividades e jogos, definindo as regras básicas de execução, de modo a favorecer a participação integral do grupo.

#### 10.5.2.4. ENSINO RELIGIOSO

##### **Concepção da disciplina**

O Ensino Religioso deverá ser desenvolvido de forma interdisciplinar, constituindo uma área que privilegia os valores humanos, envolvendo discussões sobre todas as áreas do conhecimento. As questões que envolvem as crenças particulares das pessoas devem ser tratadas de maneira a não discriminá-las e/ou melindrá-las. Por esta razão o ensino religioso deve ter um caráter não confessional. Como o Ensino Religioso é um conhecimento humano-social, deve estar disponível à socialização, proporcionando maior compreensão dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso.

Assim sendo, o tratamento didático dos conteúdos realiza-se em nível de análise e de conhecimento, na pluralidade da sala de aula, salvaguardando-se a liberdade de expressão religiosa dos educandos. É preciso conhecer e respeitar as diferenças culturais e os grupos que as constituem. Como a convivência entre os grupos diferentes é marcada pelo preconceito, um dos grandes desafios da escola é tornar conhecida e valorizada a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Neste sentido, o conhecimento religioso deve ajudar o educando a elaborar significados. Esses significados constroem-se a partir das relações estabelecidas em sala de aula e nas experiências pessoais mediadas pelo ensino desenvolvido pelo professor. O papel deste é proporcionar condições de aprendizagem, com discussões interessantes, realização de trabalhos e pesquisas a partir de conhecimentos sobre as diversas crenças e suas características.

A escola é um espaço privilegiado de construção de conhecimentos, expansão da criatividade, desenvolvimento da humanização, vivência de valores universais, promoção do diálogo inter-religioso, valorização da vida e educação para a paz. Sendo assim, não pode ignorar a importância da disciplina Ensino Religioso como “parte integrante da formação básica do cidadão”. (LDB – art.33).

Através de uma metodologia que atenda a todos os aspectos ou dimensões do educando, o Ensino Religioso tem em vista o compromisso com a transformação social e histórica diante da vida e do Transcendente. E dessa forma, contribui para estabelecer novas relações do ser humano com os outros, com a natureza e com o Transcendente. Através da observação, reflexão e informação sobre o fenômeno religioso presente no contexto social do educando e no mundo, o Ensino Religioso possibilita o diálogo e o respeito na convivência com as diferenças.

O Ensino Religioso como disciplina requer um tratamento didático-pedagógico adequado, de acordo com as exigências de todo o ensino escolar.

### **Objeto de estudo**

O Ensino Religioso tem como objeto de estudo o fenômeno religioso, que compreende um conjunto de fatos, acontecimentos, manifestações e expressões, tanto de ordem material como espiritual que envolve o ser humano na sua busca e relação com o Transcendente. Essa busca e relação podem ter caráter individual comunitário.

O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura é influenciado por ela e, por sua vez, também influencia a cultura. Tal fenômeno é inerente ao ser humano e tem como pressuposto a Transcendência, a qual está na raiz de toda a produção cultural.

### **Identidade**

A Educação Religiosa como parte integrante da vida escolar é:

- Um processo de observação, reflexão e informação sobre o fenômeno religioso, a partir do contexto social e cultural do educando. É um processo interativo entre educador e educando, na busca de realização enquanto seres humanos, inseridos numa sociedade, onde devem ser reconhecidos e respeitados como cidadãos.
- Uma abertura ao diálogo inter-religioso, na perspectiva dos valores universais, comuns a todas as Tradições Religiosas, tendo por base a alteridade e o direito à liberdade de consciência e opção religiosa.

### **Linguagem**

O Ensino Religioso utiliza diferentes linguagens para o tratamento

pedagógico. Seu conteúdo deve ser traduzido de modo a facilitar a compreensão dos educandos. Superar preconceitos e discriminações requer lidar com valores como: alteridade, respeito e direito à diferença. Nesse processo, a escola por ser um espaço a confessional tem uma função importante, pois, nela convivem alunos de crenças, costumes e origens diferentes, com mentalidades e visões de mundo também diferenciadas.

A articulação de diferentes linguagens, que favorecem o trabalho pedagógico do Ensino Religioso, possuem diversas características entre elas:

- Pedagógica: adequada ao universo escolar, capaz de traduzir e codificar o conteúdo facilitando a compreensão e assimilação do conhecimento.
- Dialógica: aberta ao diálogo, de forma e atender a pluralidade e promover o compartilhar de informações.
- Questionadora: que facilite uma reflexão crítica, sem pretender ser a verdade absoluta sobre os assuntos abordados.
- Cativante: que desperte o interesse pelos temas e o entusiasmo em aprender.
- Otimista: que estimule o encantamento pela vida e a disponibilidade em construir um mundo de paz.

### **Objetivos gerais**

- Proporcionar o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto sociocultural do aluno.
- Analisar o papel das Tradições Religiosas na estruturação manutenção das diferentes culturas.
- Contribuir para a formação da cidadania e convívio social baseada na alteridade e respeito às diferenças.
- Construir por meio da observação, reflexão, informação e vivência de valores éticos o diálogo inter-religioso e conseqüentemente, superação de preconceitos.
- Promover a educação para a paz, desenvolvendo atitudes éticas que qualifiquem as relações do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

### **Sugestão Metodológica**

A metodologia do Ensino Religioso é dinâmica, permitindo a interação, o diálogo e uma postura reflexiva perante a vida e o fenômeno religioso. A abordagem interdisciplinar do conhecimento é um princípio importante para a estruturação curricular. Sendo o Ensino Religioso, uma área de conhecimento ele é focado em articulação com os demais aspectos da cidadania e com outras áreas de conhecimento.

### **Conteúdos**

#### **1ª Etapa**

##### **Alteridade:**

- Dignidade e liberdade pessoal: consciência dos valores que norteiam e edificam a vida do ser humano;
- As mídias e suas influências no comportamento humano – Jornal;
- Voluntariado;
- Valores como solidariedade, cooperação e fraternidade;

##### **Diversidade:**

- Ser humano: ser espiritual capaz de comunicar-se com o transcendente e com o sagrado;
- A oração e a meditação como mediação entre o humano e o sagrado/transcendente;

##### **Simbolismo Religioso:**

- Transcendente: significados e percepções;
- A construção da ideia do Transcendente no tempo;
- Textos sagrados e ensinamentos sobre a origem do mundo. Visões de origem semita (cristianismo, judaísmo e islamismo).

#### **2ª Etapa**

##### **Alteridade:**

- O ser humano e sua capacidade de amar e ser amado;
- As mídias e suas influências no comportamento humano;
- Ações voluntárias;
- Valores, como solidariedade, cooperação e fraternidade.

##### **Diversidade:**

- Ser humano: ser espiritual capaz de comunicar-se com o transcendente e com o sagrado;



•O canto e a dança como mediação entre o humano e o sagrado/transcendente

Simbolismo Religioso:

- Os significados do transcendente na vida humana;
- A construção da ideia do Transcendente no espaço cultural/ geográfico:

Famílias e comunidades dos estudantes;

•Textos sagrados e ensinamentos sobre a origem do mundo: Visões de origem africana.

### **3ª Etapa**

**Alteridade:**

- Valor da vida entre a concepção e a vida senil;
- As mídias e suas influências no comportamento humano – Internet;
- Ações voluntárias como espaço de manifestação cultural;
- Valores, como solidariedade, cooperação e fraternidade;

**Diversidade:**

•Ser humano: ser espiritual capaz de comunicar-se com o transcendente e com o sagrado;

•As narrativas (histórias) como mediação entre o humano e o sagrado/transcendente;

**Simbolismo Religioso:**

- Os significados do transcendente a partir da realidade dos estudantes;
- Textos sagrados e ensinamentos sobre a origem do mundo: Visões de origem indígena (ameríndia);

### **4ª Etapa**

**Alteridade:**

•Formação da sexualidade nos aspectos: biológicos, religiosos, psicológicos e sociais;

•As mídias e suas influências no comportamento humano: Novas Tecnologias;

- Ações voluntárias para além dos espaços religiosos;
- Valores, como solidariedade, cooperação e fraternidade.

**Diversidade:**

•Ser humano: ser espiritual capaz de comunicar-se com o transcendente

e com o sagrado;

- As novas tecnologias como mediação entre o humano e o sagrado/transcendente;

### **Simbolismo Religioso:**

- Textos sagrados e ensinamentos sobre a origem do mundo: Visões de origem oriental e visões contemporâneas.

## **10.5.2.5. MATEMÁTICA**

### **Concepção da disciplina**

A Matemática, como parte do conjunto de conhecimentos científicos, constitui-se como uma disciplina fundamental, indispensável na construção dos currículos escolares. Cabe então, discutir o ensino desta disciplina como parte deste currículo e o reconhecimento de sua especificidade na construção do conhecimento humano.

O conhecimento matemático é fruto da necessidade humana, que conduz à invenção e criação de um conjunto de conhecimentos científicos, construídos no âmbito das relações sociais, expressas por meio de conexões entre o homem, a sociedade e a natureza.

No trabalho matemático, um equívoco que se evidencia é o de que muitas vezes o concreto é identificado com o empírico e o abstrato desvinculado do teórico. Essa abordagem remete a uma concepção sobre a relação entre teoria e prática, visto que estas são consideradas como duas formas de comportamento do homem diante da realidade, as quais se desenvolvem no transcorrer da história humana.

A prática como condição de fundamento da teoria ou de critério de verdade não é verificada de forma direta e imediata. Isto implica em afastar a concepção empirista da prática, pois ela não pode ser adotada como critério de verdade sem uma relação teórico- prática.

Por outro lado, a teoria que ainda não tem relação com a prática poderá vir a tê-la posteriormente, como é o caso de certas teorias matemáticas que outrora não tinham campo de aplicação e que o tem hoje em atividades práticas específicas. Isto equivale a dizer que não se nega o lado prático da atividade

humana, o que se nega é o seu entendimento nos limites do prático- utilitário, é a negação ao seu caráter absoluto, mesmo quando este é apontado numa dimensão constitutiva importante da atividade humana, ainda que subordinada a outro significado.

Assim, quando se fala da prática como fundamento da teoria, deve-se levar em conta que esta muitas vezes surge para satisfazer exigências da realidade ou ainda para atender necessidades de ordem política, econômica e social. Para a matemática isso significa que,

[...] se, em última instância são as necessidades econômicas e sociais o fator que gera o desenvolvimento do conhecimento matemático e que, se é na prática de transformação da realidade social que o conhecimento matemático adquire significado, é necessário que o desenvolvimento desse conhecimento seja compreendido dentro de suas especificidades. Existem fatores específicos ao conhecimento matemático que explicam seu desenvolvimento. [...] Ver o conhecimento matemático na sua relativa autonomia não significa desvinculá-lo da prática social, significa apenas que não se pode explicar tudo a partir das necessidades sociais imediatas. Um conhecimento matemático pode ser desenvolvido a partir de um conhecimento anterior, sem que haja ligação imediata com alguma necessidade prática e nem por isso esse novo conhecimento deixa de ter aplicações práticas (DUARTE, 1987, p.9).

Desta forma, evidencia-se no atual ensino de matemática uma dicotomia entre aplicabilidade e formalidade, ou seja, entre a matemática aplicada e a matemática formal.

Esta última está fundamentada na estrutura social vigente, a qual compartilha com a dissociação entre uma matemática acadêmica e outra ligada à empiria do conhecimento.

A concepção do ensino de matemática presente neste currículo pretende explicitar a superação desta dicotomia e discutir metodologias de ensino que contribuam para favorecer a compreensão deste conhecimento pelos alunos jovens e adultos.

Ao considerar o que poderá contribuir para o processo ensino-aprendizagem desta disciplina, destacam-se alguns valores inerentes ao conhecimento matemático: intrínsecos – ligados à apreensão de pré-requisitos, como técnicas e conhecimentos necessários à continuidade do estudo dentro do próprio conhecimento matemático; utilitários–relaciona a utilização do ensino matemático para a vida cotidiana e profissional; e formativos – engloba representações relacionadas com o desenvolvimento das capacidades

intelectuais do aluno, visando a sua formação integral (RODRIGUES,1993).

A proposta de ensino aqui apresentada pretende orientar a ação pedagógica do professor para que, ao tomar conhecimento destes valores, possa criar condições para que o aluno se aproprie do conhecimento matemático para responder aos desafios da sociedade.

Assim sendo, vale ressaltar que o objetivo do ensino da matemática aqui proposto é muito mais do que aprender técnicas de utilização imediata, é também compreender significados, sensibilizar-se para resolver problemas e construir seus próprios instrumentos para solucioná-los, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender os limites das aplicações imediatas.

### **Encaminhamentos metodológicos**

O papel da instituição escolar, de acordo com a concepção histórico-cultural, é a sistematização do conhecimento científico e o do professor é transmitir e mediar o conhecimento dos conteúdos escolares.

Ao trabalhar a matemática com os jovens e adultos, o professor deve proporcionar condições básicas aos alunos para apreensão dos conceitos matemáticos, para que possam assumir atitudes de agentes de transformação da sociedade. Neste sentido, o fazer pedagógico é um ato intencional e planejado.

Ao iniciar o trabalho com os conteúdos matemáticos é preciso que estes se relacionem aos conhecimentos prévios dos alunos, adquiridos ao longo da vida, auxiliando para que as ideias e concepções espontâneas sejam superadas, de forma que o conhecimento elaborado cientificamente venha a fazer parte do repertório da escolarização destes.

O saber cotidiano que os jovens e adultos trazem ao chegar à escola abrange uma riqueza cultural que foi construída por meio das relações estabelecidas em sua vivência na família, no trabalho e em outras instâncias da sociedade. Tal saber deve ser considerado como importante ponto de partida na prática escolar, pois contempla elementos inseparáveis da vida humana, porém, somente a apropriação dos conceitos matemáticos científicos confere a superação deste saber imediato, inerente à pragmaticidade presente no cotidiano, garantindo assim a apropriação de conhecimentos necessários à vida

do sujeito participante da sociedade.

Assim, o que se quer ressaltar é que, ao se relacionar o saber do cotidiano na prática pedagógica escolar, o professor necessita ter maior conhecimento das características deste conhecimento, desde as suas origens até suas implicações mais amplas para utilizá-lo devidamente no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, é preciso estar seguro quanto aos encaminhamentos metodológicos do ensino da matemática para a Educação de Jovens e Adultos.

A seleção de conteúdos matemáticos, portanto, constitui-se em um grande desafio. É preciso identificar quais conteúdos matemáticos são socialmente relevantes para os alunos jovens e adultos.

Conceitos essenciais na construção do conhecimento matemático não devem ser suprimidos ou sintetizados sob o pretexto de que tais conceitos não fazem parte do cotidiano dos educandos. Isso seria um reducionismo, ou utilitarismo, em que a importância se limita à utilidade prática, ao pragmatismo.

Os conteúdos matemáticos neste currículo apresentam-se em quatro eixos: números, medidas, geometria e linguagem da informação, que deverão ser explorados de forma articulada entre si, e relacionados às demais áreas do conhecimento.

A disposição linear dos conteúdos no currículo leva muitos professores a entenderem que existe uma ordem necessária a ser cumprida, porém para garantir a dinamicidade dos conteúdos, estes devem estar articulados entre si e serem trabalhados no sentido horizontal e vertical, proporcionando uma noção de totalidade a ser atingida entre os quatro eixos, favorecendo com isso um ensino em espiral.

Ressalta-se que os eixos articuladores: cultura, trabalho e tempo deverão nortear todo o planejamento das ações pedagógicas no ensino da matemática. Por exemplo, ao trabalhar com o eixo das “medidas” é preciso considerar que muitos dos alunos jovens e adultos já utilizam as medidas como instrumento de trabalho (costureira, pedreiro, pintor, entre outros), e que a maioria dos alunos tem contato com o dinheiro (sistema monetário) em seu cotidiano. Neste sentido, o professor mediador deverá aproveitar para explorar tal conhecimento e ampliá-lo, com vistas à apropriação do conhecimento

científico. Os conteúdos devem ser trabalhados gradativamente até a 4ª etapa, ressaltando que conceitos vistos anteriormente devem ser retomados, não apenas como repetição do que já foi estudado, mas como forma de ampliação do campo de estudo.

### **Números e operações**

Ao trabalhar números, o professor deve ressaltar que os sistemas de numeração não foram iguais ao que conhecemos hoje. As primeiras contagens realizadas pelos homens ocorreram em diferentes lugares e épocas, com procedimentos variados. Para auxiliar a compreensão do sistema de numeração decimal é necessária a exploração de diferentes bases, por meio de situações que envolvam agrupamentos e trocas.

O trabalho com as operações deve contemplar o processo de agrupamento, trocas representação simbólica dos números no Sistema de Numeração Decimal, priorizando no seu início a construção do significado e posteriormente a formalização das operações.

A ideia presente na adição é a de juntar, cuja representação é feita através de um registro a partir de desenhos, do trabalho com o cartaz valor lugar, material dourado ou outro material, até a apresentação do algoritmo.

As ideias presentes na multiplicação são a de adição de parcelas iguais, a de área e o raciocínio combinatório. Anterior à apresentação formal da multiplicação, a palavra “vezes” deve ser trabalhada. Isto pode ser feito em diversas situações, tais como: jogos, compras, entre outras. Essas ideias devem ser registradas de diferentes maneiras e posteriormente apresenta-se o sinal da operação. Na subtração, as ideias de comparar (ideia comparativa), de completar (ideia aditiva) e de tirar (ideia subtrativa), são ideias diferentes, representadas pela mesma sentença matemática. Devem ser trabalhadas explorando simultaneamente o texto do problema ou exercício com a escrita matemática.

Na divisão, trabalha-se com a ideia repartitiva (quando se distribui o todo para um número fixo de componentes de um grupo) e subtrativa (subtrações sucessivas de uma mesma quantidade).

Para a compreensão das operações e da formação do Sistema de Numeração Decimal é importante o uso do ábaco de hastes verticais (ábaco

aberto), papel quadriculado, cartaz valor lugar, calculadora, material dourado, cédulas, moedas e outros. Estes materiais não garantem a apropriação do conhecimento, mas auxiliam na abstração de conceitos, na compreensão da composição e decomposição numérica, no trabalho com o valor posicional dos algarismos de um número, na separação em ordens e classes, na leitura, escrita e compreensão do Sistema de Numeração Decimal.

### **Medidas**

Primeiramente as unidades de medidas devem ser trabalhadas partindo das noções que os alunos já têm. Em seguida, o professor apresenta o conceito de medir, utilizando medidas arbitrárias como: partes do corpo (palmo, pé, etc.), objetos (palitos, pedaços de barbante, etc.) como unidade de medida, até a necessidade de formalização da unidade padrão. O trabalho com as medidas de tempo pode ser iniciado com a construção de calendários, estabelecendo relações entre o passado, presente e futuro. O desenvolvimento da noção de tempo é fundamental para a percepção da ordem, da sucessão dos acontecimentos e da duração dos intervalos temporais.

Quanto às medidas de valor, sugere-se que o aluno manuseie cédulas e moedas, observando que elas têm valores específicos, utilizando a composição e decomposição, equivalência e a relação com o Sistema de Numeração Decimal. Convém mencionar que o Sistema Monetário Brasileiro é decimal e o centavo representa a centésima parte do Real. As medidas de capacidade, de massa, de superfície e de volume também devem ser trabalhadas partindo das unidades de medidas arbitrárias até a unidade padrão, explorando as unidades usuais.

### **Geometria**

No estudo geométrico, faz-se necessário o trabalho com ações de observação, percepção, comparação, classificação, semelhanças, diferenças, identificação de regularidades ou não, assim como a representação e a construção de objetos, explorando as relações quantitativas e qualitativas.

Conhecer geometria implica em reconhecer-se num determinado espaço e a partir dele localizar-se no plano, por exemplo, utilizando noções espaciais posicionais como direção, sentido, lateralidade, profundidade, anterioridade, e ainda possibilitar suas representações por meio de maquetes, plantas baixas,



ampliando para a localização da sua casa, de seu bairro, de seu município, estado, país, globo terrestre.

A observação das formas geométricas tridimensionais como, por exemplo, a partir da utilização de caixas, que lembrem os sólidos, auxiliam no início da sistematização do conhecimento geométrico.

Em relação aos polígonos, deve-se explorar a classificação e as propriedades geométricas dos polígonos usuais e do círculo. Ao desenvolver atividades em sala de aula, o professor pode explorar e usar materiais tais como: geoplanos, tangrans, poliminós, caleidoscópio, mosaicos, painéis, tecelagens, dobraduras, quebra-cabeças, jogos e ilusões de ótica.

### **Linguagem da informação**

O aluno da educação de jovens e adultos tem contato diário com grande quantidade de informações e diferentes formas de apresentação de dados que se manifestam em seu cotidiano. Neste sentido, a escola lança mão da linguagem da informação, a qual contempla os conteúdos da estatística, probabilidade e raciocínio combinatório.

A estatística permite ler, organizar e interpretar informações contidas em tabelas e gráficos, buscando o desenvolvimento das capacidades de questionar, de levantar hipóteses e de estabelecer relações entre os dados apresentados.

É importante a exploração dos vários tipos de gráficos como: os pictóricos, os de barra, os de colunas, bem como os de linhas e de setores circulares, possibilitando ao aluno analisar e interpretar as informações contidas nessas formas de representação.

O professor deve considerar os diferentes tipos de informações contidas em gráficos e tabelas, via mídia televisiva e escrita, sendo necessário trabalhar com estas informações, procurando interpretar o significado delas.

A probabilidade tem por objetivo promover a compreensão dos acontecimentos do cotidiano que são de natureza aleatória, identificando os possíveis resultados desses acontecimentos. Cabe ao professor propor situações em que os alunos possam realizar experimentos.

No raciocínio combinatório, enquadra-se a possibilidade de combinar objetos, a contagem dos números, agrupados por determinadas características, como por exemplo: com três blusas e duas saias, quantas são as possibilidades

de combiná-las?

A abordagem destes conteúdos permite o desenvolvimento de capacidades de organização, interpretação e análise de dados quantitativos da realidade, e também qualitativos referentes às informações.

### **Conteúdos de Matemática**

#### **1ª e 2ª Etapa**

##### **a) NÚMEROS**

- Contagem, agrupamentos;
- Relação número e numeral;
- Leitura e escrita de numerais (unidade, dezena e centena);
- Composição e decomposição;
- Ordem crescente e decrescente;
- Pares e ímpares;
- Valor posicional dos algarismos.

##### **b) OPERAÇÕES**

###### **\* Adição:**

- ideia de juntar quantidades.

###### **\* Subtração:**

- ideia de tirar quantidade de uma quantidade maior (subtrativa);
- ideia de colocar quantidade para formar uma quantidade dada (ideia aditiva)
- ideia de comparar agrupamentos para que fiquem com a mesma quantidade (ideia comparativa).

###### **\* Multiplicação:**

- ideia de repetição de grupo com a mesma quantidade;
- raciocínio combinatório.

###### **\* Divisão:**

- ideia de repartir quantidade para que cada grupo fique com a mesma quantidade (repartitiva);
- ideia de realizar subtrações sucessivas de uma mesma quantidade (subtrativa).

Trabalhar o cálculo mental e as estimativas em todas as operações e, para isso, estimular a memorização da tabuada.

**c) MEDIDAS****\* TEMPO:**

- instrumentos de medida. Uso do relógio (hora exata e não exata);  
medida padrão: hora.

**\* VALOR:**

- identificação e uso de cédulas e moedas;
- sistema monetário vigente;
- composição e decomposição de valores;
- possibilidades.

**\* COMPRIMENTO**

- Relação de tamanho, distância, altura, comprimento, largura, espessura;

- medidas arbitrárias (pé, passo, palmo e outras);
- medida padrão: metro.

**\* MASSA:**

- medidas arbitrárias;
- medida padrão: grama

**\* CAPACIDADE:**

- medidas arbitrárias;
- medida padrão litro.

**d) GEOMETRIA**

- Semelhança e diferença entre as formas geométricas encontradas na natureza e nos objetos construídos pelo homem;
- Semelhanças e diferenças entre as formas geométricas encontradas nos objetos deste espaço;
- Classificação dos sólidos geométricos e das figuras planas;
- Semelhanças e diferenças entre sólidos geométricos e figuras planas;
- Classificação das figuras planas: quadrado, retângulo, triângulo e círculo;
- Composição e decomposição de formas geométricas;
- Planificação dos sólidos geométricos;
- Simetria.

**e) LINGUAGEM DA INFORMAÇÃO**

- Coleta e organização dos dados;
- Organização dos dados em desenhos e em quadros;
- Esboço de gráficos de barras ou colunas com uso de legendas;
- Construção de tabela simples;
- Construção de tabelas e gráficos de barras ou colunas com uso de legendas;
- Leitura e interpretação de gráficos e tabelas;
- Significado de probabilidade.

**3ª e 4ª ETAPAS****a) NÚMEROS**

- Contagens, grupamentos e trocas: formação da unidade, dezena e centena de milhar e milhão;
- Valor posicional (composição e decomposição);
- Estabelecimento de relações numéricas das relações numéricas (antecessor, sucessor, ordem crescente e decrescente, par e ímpar, igualdade e desigualdade);

**b) OPERAÇÕES**

- adição, subtração, divisão e multiplicação;
- cálculo mental;
- utilização do algoritmo.

**c) NÚMEROS RACIONAIS**

- adição e subtração de frações homogêneas e heterogêneas;
- classes de equivalência;
- números mistos.

**d) NÚMEROS DECIMAIS**

- leitura e escrita de números fracionários;
- as quatro operações.

**e) PORCENTAGEM**

- cálculo de porcentagens;

Relações entre porcentagens e números (inteiros, decimais e fracionários).  $\frac{1}{2}m = 0,5m = 50\%$ .

**OBSERVAÇÃO**

- Trabalhar cálculo mental e estimativa nas operações, estimulando a memorização da tabuada.

#### **f) MEDIDAS**

##### **VALOR:**

- relação com o Sistema de Numeração Decimal;
- Leitura e escrita de valores;
- sistema monetário brasileiro e de outros países;
- possibilidades.

##### **COMPRIMENTO:**

- medidas arbitrárias;
- medida padrão: metro;
- múltiplos e submúltiplos;
- perímetro.

##### **MASSA:**

- medidas arbitrárias;
- medida padrão: grama;
- arroba e tonelada;
- múltiplos e submúltiplos;
- medidas agrárias.

##### **VOLUME:**

- cálculo de volume;
- Medida padrão: metro cúbico -  $m^3$ ;
- múltiplos e submúltiplos;
  - relação entre as medidas de capacidade (litro) e volume ( $m^3$ ).

#### **g) GEOMETRIA**

- Classificação das figuras planas, quadrado, retângulo, triângulo, círculo, trapézio e paralelogramo;
- Classificação dos sólidos geométricos (poliedros e corpos redondos) e figuras planas (polígonos);
- Semelhanças e diferenças entre sólidos geométricos e figuras planas;
- Círculo e circunferência;
- Paralelismo e perpendicularismo;

- Ângulos: reto, agudo e obtuso;
- Simetria;
- Escala

#### **h) TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES**

- Coleta e organização dos dados;
- Organização dos dados em desenhos e em quadros;
- Esboço de gráficos de barras ou colunas com uso de legendas;
- Construção de tabela simples;
- Construção de tabelas e gráficos de barras ou colunas com uso de legendas;
- Leitura e interpretação de gráficos e tabelas, gráficos, quadros, imagens;
- Probabilidade.

#### **Critérios de avaliação**

##### **1ª E 2ª ETAPAS**

- Reconhece símbolos numéricos, estabelecendo relação com a quantidade.
- Faz contagens e registra numerais até 100;
- Compreende o valor posicional dos números;
- Percebe a regularidade em sequências diversas: cores, formas geométricas, numéricas entre outras;
- Realiza agrupamentos para facilitar a contagem;
- Utiliza o cálculo mental e a estimativa em diferentes situações;
- Realiza e registra operações de adição e subtração com unidade, dezena e centena;
- Utiliza e registra a repetição de grupos com a mesma quantidade e também o raciocínio combinatório. (Multiplicação);
- Utiliza e registra a ideia de repartir ou distribuir quantidades (divisão);
- Encontra soluções plausíveis para uma situação-problema;
- Identifica a função social do número;
- Organiza dados em tabelas;
- Faz leitura, interpreta e constrói gráficos (pictóricos, barras e

colunas);

- Expressa e utiliza adequadamente noções temporais como: dia da semana, mês e ano;
- Identifica, utiliza e registra cálculos com cédulas e moedas;
- Utiliza a linguagem matemática para comunicar, descrever e orientar-se no espaço;
- Utiliza medidas arbitrárias para realizar diferentes medições (comprimento, massa, volume, capacidade);
- Estabelece relações de semelhanças e diferenças entre sólidos geométricos e figuras planas;
- Identifica e nomeia as figuras planas: quadrado, retângulo, triângulo e círculo.

### **3ª e 4ª ETAPA**

- Lê e registra numerais, compreendendo o valor posicional dos números até milhar e milhão;
- Registra composição e decomposição de números;
- Realiza e registra operações de adição, subtração, multiplicação e divisão;
- Utiliza a estimativa e o cálculo mental em diferentes situações-problema;
- Estabelece e registra relações entre o todo e suas partes, utilizando as operações para quantificá-las;
- Estabelece e registra relações entre o todo e suas partes, a sua representação gráfica e a equivalência;
- Reconhece, utiliza e registra porcentagem em situações-problema;
- Reconhece porcentagens por meio de desenhos relacionando-as com frações;
- Reconhece as relações entre os diferentes registros de um número e faz uso desses registros (fracionários, decimais e percentuais);
- Utiliza e registra noções de probabilidade em situações-problema;
- Utiliza e registra o raciocínio combinatório em diferentes situações;
- Utiliza e registra as unidades padrão de medida, seus múltiplos e submúltiplos;



- Realiza e registra cálculo de perímetro e área em figuras como, por exemplo: quadrado, retângulo, triângulo e circunferência;
- Reconhece e constrói ângulos reto, agudo e obtuso;
- Classifica os polígonos pelo número de lados e ângulos;
- Realiza e registra cálculo de volume em cubos e paralelepípedos;
- Lê, interpreta e constrói gráficos (colunas, barras, linhas e setores);
- Estabelece diferenças entre poliedros, corpos redondos e polígonos;
- Identifica e classifica o número de faces, vértices e arestas em um sólido geométrico.

#### **10.5.2.6. ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA**

A área de Estudos da Sociedade e da Natureza compreende as disciplinas de História, Geografia e Ciências. Estas disciplinas devem ser trabalhadas em suas especificidades, porém, sem perder de vista as relações interdisciplinares, que precisam ser exploradas no trabalho com os conteúdos.

##### **10.5.2.6.1. HISTÓRIA**

###### **Concepção da disciplina**

Durante longo período, a História foi compreendida, muitas vezes, pelos historiadores, como verdade absoluta, construída a partir de diferentes intencionalidades. O ensino foi entendido como um conhecimento fechado sem uma relação entre causas e consequências. O conhecimento do passado era visto como uma simples sucessão de fatos, numa cronologia linearizada, somente na perspectiva de alguns personagens históricos.

Na década de 70, estudos a respeito das propostas curriculares para o ensino de história, nas séries iniciais, apontaram que, de forma geral, o objetivo da disciplina era ajustar o aluno ao meio, incentivando “os valores da ordem e da conservação na perspectiva do desenvolvimento” (FONSECA, 1993, p. 42).

A partir da década de 80, os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares. Simplesmente reordenar o

antigo sistema não teria sentido, pois o que se propunha era uma nova postura em relação à História. Esta nova abordagem volta-se para questões ligadas à história do cotidiano do aluno, surgindo a possibilidade de rever o formalismo da história tradicional.

Neste sentido, a concepção atual de História engloba todos os aspectos que envolvem a realidade histórica: econômicos, políticos, culturais, do cotidiano das pessoas, de gênero, entre outros, tendo assim como objeto de estudo as ações/experiências humanas vivenciadas pelos grupos sociais através dos tempos, com ênfase nas relações sociais estabelecidas na sociedade em que vivemos (capitalista), marcada por conflitos de interesses entre diferentes grupos sociais.

Para que o aluno da EJA compreenda os conflitos de interesses existentes na sociedade capitalista é necessário que a seleção de conteúdos e os encaminhamentos metodológicos conduzam-no a compreender a “forma como os homens estão, naquele momento histórico, produzindo a sua existência real” (KLEIN, 2000, p. 15) para, a partir dessa constatação, estabelecer um diálogo entre o passado e o presente.

As diversidades culturais presentes na sala de aula, tendo em vista os diferentes perfis sociais dos alunos jovens e adultos, necessitam ser consideradas pelos professores ao ensinar história, com vistas a estabelecer comparações, trabalhar com a ideia do respeito e a aceitação das diferenças existentes entre os diversos grupos sociais, identificar as diferentes concepções de sociedade, homem e educação.

Desta forma, não cabe nas aulas um trabalho voltado para a memorização de informações em torno de uma narrativa factual, com destaque para alguns personagens e a partir de uma verdade pré-estabelecida. Busca-se romper com esta perspectiva porque esses métodos que trabalham com o passado não possibilitam ao aluno identificar e compreender o movimento dos homens, ou seja, a dialética da História e, paralelamente, compreender - se como sujeito histórico, capaz de atuar conscientemente na sociedade em que vive.

### **Encaminhamentos metodológicos**

Conhecer a história enquanto ciência produzida historicamente pelos

homens é também compreender o “seu caráter enquanto conhecimento construído em um determinado tempo e em circunstâncias sociais inerentes a esse tempo” (MIRANDA e COSTA, 2002, p. 78), marcado pela intencionalidade na produção.

Desenvolver uma proposta metodológica é trabalhar com um saber a ser transmitido, com processos e metodologias da construção do saber.

No ensino de história, o conhecimento que o aluno traz consigo-senso comum, e a relação com o conhecimento transmitido na escola, deve estar em consonância com o saber científico, abrangendo o tempo e o espaço das questões sociais, possibilitando aos alunos a compreensão do contexto histórico.

E, neste aspecto, a historiografia muito tem contribuído com o processo ensino-aprendizagem, visto que a apropriação do conhecimento ocorre a partir de experiências e, deste modo, o aluno aprende a ler e a dar explicações sobre o seu mundo.

Na EJA, o ensino de História deve estar pautado nos eixos Cultura, Trabalho e Tempo, os quais articulam os conteúdos significativos dentro da pluralidade ética e cultural relacionadas ao contexto social e político no qual os sujeitos estão inseridos. Destaca-se aqui o cuidado ao selecionar os conteúdos a serem abordados em sala de aula, devendo estes possibilitarem ao aluno a compreensão dos movimentos da história por meio de categorias como: transformação/permanência e semelhanças/diferenças; não apenas no sentido de constatação, mas no sentido da problematização, condição didática fundamental para que o aluno possa compreender os processos históricos, propiciando-lhe uma compreensão da realidade social, diferente da “educação bancária”, comentada por Paulo Freire (1987), na qual o professor apresenta os conteúdos aos alunos, sem que estes apropriem-se deste saber.

Desta forma, a seleção e escolha criteriosa dos conteúdos devem possibilitar a apropriação dos conhecimentos científicos com vistas à formação do ser humano como sujeito histórico.

É importante destacar que, para a abordagem destes conteúdos, o professor propicie situações de aprendizagem, respeitando o perfil dos alunos da EJA, possibilitando um diálogo entre os conceitos apropriados ao longo da história (conhecimentos científicos) e a cultura trazida pelos alunos, levando em

consideração a sua História de vida, o ambiente cultural e a identidade do grupo social.

O estudo dos conteúdos deve ocorrer de forma abrangente no tempo e no espaço, dentro de um contexto histórico que possibilite aos alunos compreender as semelhanças e diferenças, as permanências e as rupturas ocorridas. Em outras palavras, o ensino escolar deve ir além do conhecimento cotidiano, para que o aluno possa compreender e reelaborar a compreensão da realidade que o cerca.

Assim, faz-se necessário desenvolver no aluno as características do pensamento histórico ensinando os conteúdos da História. Neste sentido, não se trata de uma preparação para aprender História, mas sim de considerar que os conceitos que o aluno vai elaborando para a disciplina se transformam no decorrer de sua escolaridade.

Neste sentido, o conceito que um adulto do primeiro período elabora em torno da categoria trabalho não será o mesmo elaborado ou a se exigir de um aluno do quarto período.

Essas mudanças no domínio do conceito não estão relacionadas com a capacidade que o aluno tem de aprender ou somente com o seu desenvolvimento cognitivo, mas relacionam-se com as experiências vividas e a possibilidade que este tem de relacionar estas experiências com os saberes que vai aprendendo na escola.

Para fins didáticos, um ensino de História desenvolvido a partir de uma visão de homem “como ser histórico que se realiza no tempo” deve ter como encaminhamento metodológico ações que levem o aluno a ir se “localizando com lucidez, no tempo e nas circunstâncias em que vive, para chegar a ser verdadeiramente homem– sujeito histórico - isto é: indivíduo capaz de criar e transformar a realidade”, na e em relação com os outros homens (NILDECOLFF, 1980, p. 7).

Esse processo deve, assim, contribuir para que o aluno aproprie-se dos conhecimentos históricos e amplie sua visão de mundo para que possa perceber-se como sujeito da História, com vistas a sua autonomia e cidadania.

### CONTEÚDOS DE HISTÓRIA – 1ª e 2ª Etapas

TEMA E SUB-TEMAS	CONTEÚDOS
<b>I – LEGISLAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Código de regras</li> <li>Estudo de Leis</li> </ul>	<b>LEIS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estatuto do Idoso</li> <li>Estatuto da Criança e do Adolescente</li> <li>Legislação Trabalhista</li> <li>Constituição Brasileira de 1988</li> </ul>
<b>II – ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS INSTITUIÇÕES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Família, escola, sindicatos, associações de moradores, associação de pais e mestres, associações religiosas, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Como e por que as instituições foram criadas pelos homens</li> <li>Importância das Instituições na sociedade</li> <li>Diferentes conceitos de família, em diferentes tempos e civilizações.</li> </ul>
<b>III – CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>História do dinheiro e sua relação com o trabalho</li> <li>O conceito de riqueza e sua relação com trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>História do dinheiro</li> <li>Como e por que o dinheiro relaciona-se com o trabalho</li> <li>A relação entre trabalho, salário e sobrevivência.</li> <li>Organização social do trabalho (comércio, indústria, agricultura, trabalho informal e formal).</li> <li>Relação entre o trabalho e o acesso aos bens produzidos pela sociedade.</li> </ul>
<b>IV – TRABALHO INFANTIL E ATIVIDADE INFANTIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mudanças históricas no conceito de trabalho e de quem trabalha (criança, mulher)</li> <li>Diferenças entre trabalho e atividade infantil</li> <li>Papel do Estado frente ao trabalho infantil</li> </ul>
<b>V- MODOS DE PRODUÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A forma de se produzir no passado e no presente</li> <li>Sociedade rural: trabalho; trabalhadores; condições de trabalho e de vida; questão sócia;</li> </ul>

	<p>êxodo rural reforma agrária, movimentos sociais, lazer e greve.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sociedade urbana: trabalho; indústria e serviços; trabalhadores; condições de trabalho e de vida; questão social: greves, movimentos migratórios; lazer</li> </ul>
--	--

### CONTEÚDOS DE HISTÓRIA – 3ª e 4ª Etapas

TEMA E SUB TEMAS	CONTEÚDOS
<b>I – ORGNIZAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO E DO ESTADO</b>	<p>As formas de organização legal no município e no Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Poder Executivo</li> <li>Poder Legislativo</li> <li>Poder judiciário</li> </ul>
<b>II – A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO ESTADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>História dos nomes das ruas, praças, monumentos históricos.</li> <li>Condições de vida dos primeiros habitantes da cidade, bem como dos que ainda hoje moram na cidade.</li> <li>Crescimento das cidades (problemas e benefícios)</li> </ul>
<b>III- MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vinda de colonizadores para a região de Quatro Pontes (Hoje, o que leva as pessoas a buscarem outros lugares para viver?)</li> </ul>
<b>IV – NOÇÕES SOBRE TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO PARANÁ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capitania, 5ª Comarca, Província e Estado;</li> </ul>
<b>V – OCUPAÇÕES ESPANHOLAS E PORTUGUESAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O relacionamento com os habitantes do lugar: as “encomendas” e as reduções.</li> </ul>
<b>VI – OUTROS GRUPOS SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outras formas de organização política: a organização social dos povos indígenas no Paraná (passado e presente).</li> <li>A disseminação e a luta dos povos</li> </ul>

	<p>indígenas no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho na sociedade indígena (quem produz, para quem produz e quem fica com a produção – passado e presente).</li> <li>• Tradições culturais</li> </ul>
<b>VII – O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumentos de Trabalho (passado e presente)</li> <li>• Diferenças entre trabalho do homem, da mulher e da criança</li> </ul>
<b>VIII – RELAÇÕES DE TRABALHO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO ESTADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos pela posse de terra (passado e presente).</li> <li>• Reforma agrária no Brasil (Plano de metas, conflitos agrários).</li> <li>• Exploração das riquezas naturais (causas e consequências).</li> <li>• Modos de distribuição da terra: escravista, feudal, primitiva, socialista, capitalista.</li> </ul>
<b>IX- AS RELAÇÕES DE TRABALHO E PODER NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ocupação e exploração do litoral paranaense.</li> <li>• Tropeirismo: o trabalho com o gado e a ocupação da região central do estado.</li> <li>• O oeste paranaense no século XVII - a relação de trabalho nas <b>obrages</b></li> <li>• A exploração da erva mate</li> <li>• A Marcha para o Oeste.</li> <li>• A lavoura cafeeira e a ocupação do norte novo norte e norte novíssimo.</li> <li>• O processo de industrialização do estado e as transformações nas relações de trabalho</li> </ul>



## **Critérios de Avaliação**

### **1ª e 2ª ETAPAS**

- Compreende que a sociedade é regida por regras elaboradas e modificadas pelos homens a partir de determinadas necessidades e intencionalidades.
  - Identifica no Estatuto do Idoso seus direitos e deveres e conhece as principais Leis Trabalhistas.
  - Conhece e compreende o papel das instituições como forma de organização social.
  - Conhece e compreende que os homens se organizam de formas diferentes e que a forma que conhecemos hoje é resultado de um processo histórico.
  - Compreende o conceito de trabalho e sua relação com as transformações do local onde vive.
  - Compreende que o acesso aos bens produzidos pela sociedade garantem a sobrevivência (habitação, vestuário, transporte, lazer, saúde, alimentação) e está vinculado diretamente às relações econômicas.
  - Compreende o que é trabalho infantil e sua existência em outros tempos e civilizações – Diferença.
  - Compreende a responsabilidade do Estado frente à exploração do trabalho infantil.
  - Compreende trabalho rural e trabalho urbano.
  - Domina o que é condição de vida nos enfoques de: moradia, saúde, educação, transporte e comunicação na sobrevivência humana.
  - Identifica alguns aspectos do êxodo rural, reforma agrária, movimentos sociais e lazer.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Conhece e compreende as atividades específicas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e as possibilidades de participação em cada um deles.
- Compreende que o crescimento das cidades é um processo social,

e entende as relações de mudança e permanência a partir da formação da cidade.

- Compreende o porquê da vinda de colonizadores para a região de Quatro Pontes.
- Compreende que a formação política é determinada pelas relações de apropriação e exploração do espaço.
- Compreende o processo de disseminação dos povos indígenas brasileiros em sua relação com a apropriação das terras, bem como sua luta para manter sua forma de viver no contexto da sociedade capitalista.
- Compreende o processo de ocupação do território paranaense e as relações de trabalho estabelecidas nesse processo.
- Estabelece relações entre as atividades econômicas e a organização social.
- Relaciona as atividades agrícolas do estado com as nacionais, identificando os processos de mecanização da agricultura e comercialização.
- Identifica as mudanças e permanências nas atividades econômicas nos diferentes períodos históricos da sociedade paranaense.

#### 10.5.2.6.2 GEOGRAFIA

##### **Concepção da disciplina**

Muitas são as concepções de Geografia que foram espaço-temporalmente elaboradas, desde a Grécia Antiga até os dias atuais. Poder-se-ia dizer que, apesar das diferenças entre elas, o ponto comum é que preocuparam-se sempre com a localização dos fenômenos na superfície terrestre. O que se transforma espaço-temporalmente é a maneira de apreender, interpretar e ler as ordenações espaciais.

Historicamente a Geografia como ciência sofreu muitas transformações em relação aos aspectos teóricos e metodológicos. Ainda em meados das primeiras décadas do século XX, o ensino de Geografia nas escolas se dava de forma tradicional, em que os livros eram organizados em forma de catálogos com atividades descritivas e enumerativas. Seu ensino, pautado na neutralidade do conhecimento, privilegiava a descrição e a memorização de listas enormes de

nomes e números descontextualizados dos elementos que compunham a paisagem.

No Brasil, segundo MORAES (1993) a partir de 1970, a Geografia passa a ser vista como forma de sobrevivência, com resquícios de um passado já deixado para trás. Tendo como pressuposto o entendimento de que nenhum saber humano é neutro, mesmo aqueles científicos e, conseqüentemente, os escolares, assume-se aqui uma concepção materialista-histórico-dialética de Geografia, fundamentada na compreensão de que os espaços são social e historicamente produzidos, o que permite (re)pensá-los conceitualmente, inaugurando a possibilidade de sua reordenação voltada a uma ordem social mais justa.

Considerando o exposto, assume-se que o objeto de estudo da Geografia é o espaço, compreendido como uma realidade relacional, composta por um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS 2006). Compõem o sistema de objetos aqueles naturais (rios, vegetação, montanhas, rochas, clima entre outros) e os produzidos pelos seres humanos (ruas, ferrovias, praças, entre outros). Por sistema de ações entende-se o conjunto de atividades humanas que, por meio de diferentes técnicas, alteram as relações Homem-Meio e, portanto, as paisagens. É nas tensões dialéticas entre o sistema de objetos e o de ações que as paisagens e os arranjos espaciais são criados e transformados.

Desse modo, compreende-se que o espaço é o resultado da relação dialética entre o sujeito e o objeto. A relação é dialética porque nesta interação nenhum dos envolvidos permanece o mesmo. Os objetos são modificados por meio da ação humana, aqui compreendida como trabalho, o que lhe confere características sociais. É no processo de interação com o objeto e de sua apropriação intelectual que o sujeito reestrutura e modifica as suas ações e até mesmo o próprio objeto. Se considerarmos o espaço como resultado de uma relação em que ambos os elementos-sujeito e objeto sofrem transformações, afirma-se que ele é dinâmico e pode revelar as marcas destas transformações a quem aprender a lê-las.

Ao entender-se que o espaço assume características de acordo com o modo de produção de cada sociedade tem-se que no contexto do capitalismo,

os homens organizam-se espacialmente a partir das relações sociais de exploração. Esta condição pode ser evidenciada pela maneira como se (re)produzem os espaços, condição fundamental para a existência deste sistema.

Considerando que os processos de produção do espaço são realizados segundo os interesses de uma sociedade, em determinado momento histórico, entende-se que o conhecimento geográfico institucionalizado sempre esteve presente na educação das classes sociais dominantes.

As apropriações destes conhecimentos, exclusivamente por estas classes, contribuíram de forma estratégica para a acumulação de riquezas, para a dominação de povos e territórios, bem como para a manutenção do poder. A posse destes conhecimentos e a capacidade para a sua produção eram e ainda são aspectos decisivos na manutenção da ordem social vigente.

Desta forma, é fundamental compreender as contradições existentes no espaço, bem como repensar o ensino de Geografia, como se constroem os conhecimentos geográficos e a serviço de quem estão tais conhecimentos.

Conforme destaca SANTOS (1996), faz-se necessário desenvolver no aluno um conhecimento do espaço, auxiliando-o na compreensão do mundo em sua dimensão sócio- espacial. E, como acrescenta MORAES (1998), para se formar um sujeito crítico é preciso estimular o aluno questionador, dando-lhe elementos para o próprio questionamento das várias explicações.

Assim, é preciso que os conhecimentos da Geografia não ocorram de forma linear e fragmentada. É imprescindível considerar que todos os elementos que compõem o espaço geográfico sejam vistos num conjunto, inter-relacionados e interdependentes, com vistas à formação de um sujeito crítico, que compreenda-se como sujeito histórico e ao mesmo tempo capaz de transformar o espaço por meio de suas ações e sabendo qual o seu papel frente aos processos.

### **Encaminhamentos metodológicos**

A ideologia educacional presente no ensino da Geografia no Brasil, que se realiza hegemonicamente, assim como nas demais disciplinas escolares, expressa as influências recíprocas entre o poder econômico e político e as instituições que lhes podem dar sustentação.

Quando houve a necessidade histórica das massas serem minimamente escolarizadas a fim de terem condições básicas para trabalhar nas indústrias, a escola, preconizada pela elite, incumbiu-se de transmitir alguns conhecimentos necessários, preparando as pessoas para as atividades que iriam desenvolver no contexto do modo de produção capitalista. Nesse processo, a Geografia enquanto disciplina escolar foi organizada a partir de interesses hegemônicos que negavam os movimentos e contradições inerentes à sociedade, aprofundando os processos de alienação e, viabilizando, desta maneira, a reprodução do espaço do e para o capital.

Atualmente, o ensino da Geografia nas escolas não se distanciou muito daquele saber institucionalizado do século XIX, visto que os conteúdos geográficos são muitas vezes apresentados de maneira compartimentalizada, o que impossibilita ao aluno estabelecer relações entre eles a fim de compreender as ordenações espaciais.

Compreender a lógica da organização das paisagens e dos seus arranjos espaciais é objetivo fundamental da ciência geográfica e da geografia escolar. Esta compreensão se constrói ao longo da Educação Básica por meio do processo denominado de alfabetização geográfica. Desta maneira, como afirma PEREIRA (2003, p. 20), “O papel fundamental da Geografia no ensino básico é o de proporcionar aos alunos os códigos que os permitam decifrar a realidade por meio da espacialidade dos fenômenos, ou seja, alfabetizar geograficamente”.

Com base no exposto, a Geografia escolar deve ter como objetivo ensinar os alunos a compreender os arranjos espaciais produzidos pelas relações Homem- Meio. Tais arranjos serão compreendidos por meio dos estudos da paisagem. Neste sentido, considera PEREIRA (2003, p. 20), que “[...] o ponto de partida para esse processo é a identificação dos elementos concretos no espaço, presentes em situações, escalas, lugares e tempos extremamente diversos”.

Portanto, é de extrema necessidade repensar os processos metodológicos, com vistas a se assegurar os objetivos propostos na disciplina de Geografia, possibilitando ao aluno da EJA meios para que possa fazer análise e refletir sobre sua condição.

O ensino das noções, conceitos e conteúdos científicos é determinante para que os alunos possam atribuir sentidos aos elementos da paisagem. É neste momento que ocorre o desvendamento de sua essência. Assim, deve-se possibilitar, por exemplo, que o aluno, ao observar determinada forma paisagística, possa refletir sobre o porquê dos elementos espaciais estarem dispostos daquela maneira e em determinados espaços e tempos.

O que deve conferir suporte ao sentido atribuído às paisagens é o entendimento de que estas vão se transformando na medida em que se altera o modo de produção e, conseqüentemente, as relações sociais que as produzem, ou seja, as relações sociais de paisagens que são, então, a forma do novo conteúdo.

Ensinar os alunos a ler o espaço é um ato político. Neste sentido, é necessário que o professor saiba para que e a quem servem as noções, os conceitos e conteúdos geográficos sistematizados que pretende ensinar. O ensino da geografia deve subsidiar o aluno a compreender as ordenações espaciais que são produzidas no contexto das relações sociais que ocorrem sob a produção de uma sociedade e, com isso, ocorre a alteração de sua égide do modo capitalista de produção. (KATUTA, 2004).

Atualmente, ensinar Geografia significa possibilitar ao aluno as condições intelectuais para a análise e a compreensão crítica das organizações espaciais, bem como para o estabelecimento de suas inter-relações. Esta aprendizagem acontecerá por meio da compreensão e apropriação dos códigos geográficos e investigação dos processos sociais, o que, por consequência, favorece ao aluno reconhecer-se como sujeito histórico e espacial.

O professor deve, a partir do diálogo com o espaço vivido e percebido, questionar sua formação e gênese sócio histórica. Necessita ainda, ensinar seus alunos responderem por quem, para quem e por quê os espaços foram construídos, bem como os desdobramentos sócio -espaciais das relações Homem-Meio no contexto dos modos de produção. É este o movimento do pensamento que garante a interação dialética entre as dimensões do vivido, do percebido e do concebido.

Cabe, portanto, ao professor, como mediador do processo ensino-aprendizagem, realizar trabalhos pedagógicos a partir do estudo dos mais

variados textos e linguagens que descrevam e analisem os vários lugares; fazer observação e análise das paisagens, realizados trabalhos de campo e fazer as representações gráficas e cartográficas necessárias, a fim de que se compreendam os arranjos espaciais. Requer, portanto, que se faça constantemente a contextualização da organização espacial. É importante destacar também que merece atenção o quadro físico no estudo dos lugares, dado que estes, na interação dialética com os grupos humanos, também influenciam na organização dos arranjos espaciais. Não se trata aqui de defender uma postura determinista, mas de efetivamente, assumir e não negar a relevância deste aspecto na dimensão geográfica dos fenômenos.

Após a realização das atividades, faz-se necessário oportunizar conversas a fim de (re) planejá-las. Para tanto, o instrumento avaliativo torna-se fundamental, sendo necessário definir o objetivo da atividade e o conteúdo a serem avaliados. Estes poderão ser realizados nos mais diferentes modos e formatos: pode-se, por exemplo, contar a história ou narrar por meio de inúmeras linguagens o que foi feito.

Para tanto, os conteúdos selecionados para o ensino de Geografia, devem ser trabalhados de forma inter-relacionada e articulada aos eixos norteadores do trabalho com a EJA: Cultura, Trabalho e Tempo, com o objetivo de romper com a fragmentação e a linearidade do conhecimento geográfico e, desta forma, possibilitar ao aluno o entendimento do processo de produção do espaço pela sociedade.

## **CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA – 1ª e 2ª ETAPAS**

### **SÉRIES UNIDADE ESCALAR**

- EU, A FAMÍLIA, A COMUNIDADE E O BAIRRO E SUAS RELAÇÕES SÓCIOESPACIAIS.

- DISTRITOS
- MUNICÍPIOS
- ESTADO
- PAÍS
- MUNDO



## **CONTEÚDOS**

### **I – O TRABALHO HUMANO E OS MODOS DE PRODUÇÃO NA COMPENSAÇÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS**

- Organização espaço/temporal das distintas sociedades e grupos sociais Família– Origem
- Identidade sócia histórica e espacial da família: sobrenome, origem sócio histórica e espacial, ascendências e descendências
- Árvore genealógica
- A identidade das pessoas nos e com os lugares

#### **Os arranjos espaço temporais do Bairro**

- Localização do Bairro no município
- Os vários modos de orientação geográfica:
- Naturais: a partir dos corpos celestes como as estrelas e a lua.
- Convencionais: instrumentos Rosa-dos-ventos, bússola. Biruta, pontos cardeais.

### **II – O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS, OS MEIOS DE PRODUÇÃO, AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS SOB ÉGIDE DO MODO ECONÔMICO DE PRODUÇÃO.**

#### **Família, Comunidade e Trabalho:**

- Caracterização dos diferentes espaços a partir dos elementos constituintes da paisagem (elementos que influenciam em seus arranjos espaciais: trabalho, relações sócioeconômicas e culturais, aspectos da vegetação, do relevo, do clima e da hidrografia);
- Normas, convenções sociais e regras de conduta em diferentes espaços, inclusive nos de circulação de veículos automotores e de pessoas.
- A (re)produção do espaço para o capital: o papel dos meios de comunicação na criação e disseminação por meio da abordagem da desigualdade sócio econômica.

- Os limites e fronteiras dos Bairros no município e as funções da divisão político administrativa do município em unidades territoriais menores: A área que o Bairro ocupa no município.

### **III – OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM, LOCALIZAÇÃO DOS FENÔMENOS NO ESPAÇO, ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA, REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E CARTOGRÁFICA DA GEOGRAFICIDADE DOS FENÔMENOS, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS POR MEIO DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA E DE OUTRAS LINGUAGENS.**

**A formação sócio histórica e espacial do bairro no município (as suas origens, as transformações espaciais e das funções econômicas as manifestações políticas e culturais).**

- Formas do relevo, equipamentos urbanos e serviço, uso do solo, características sócio econômicas e culturais dos grupos sociais que constituem o Bairro.
- As relações sócio espaciais e econômicas entre os Bairros: oferta de equipamentos urbanos e de serviços públicos (transporte coletivo, posto de saúde, telefones públicos, praças, parques, redes de água, luz e esgoto, lazer, saúde, educação, segurança, entre outros), as vias de acesso e a circulação de pessoas, informações, mercadorias, entre outros.
- As representações gráficas e cartográficas de diferentes lugares e/ou dos Bairros e distritos do município

#### **CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA -3ª e 4ª ETAPAS**

#### **EIXOS NORTEADORES – CULTURA/TRABALHO/TEMPO**

#### **SÉRIES UNIDADE ESCALAR**

**- EU, A FAMÍLIA, A COMUNIDADE E O BAIRRO E SUAS RELAÇÕES SÓCIOESPACIAIS:**

- DISTRITOS
- MUNICÍPIOS

- ESTADO
- PAÍS

## **I - O TRABALHO HUMANO E OS MODOS DE PRODUÇÃO NA COMPREENSÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS**

### **- Arranjos espaciais do Município de Quatro Pontes**

- A cartografia do Município de Quatro Pontes: divisão político, sócio econômica e cultural.
- Localização do Município de Quatro Pontes no contexto da região e do Estado do Paraná.

### **- Os arranjos espaço temporais do Estado do Paraná:**

- A cartografia do Estado do Paraná.
- Localização do Estado do Paraná na região Sul e no Brasil.
- Leitura e uso do mapa convencional para compreensão dos arranjos convencionais.

## **II – O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS, OS MEIOS DE PRODUÇÃO, AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS SOB A ÉGIDE DO MODO ECONÔMICO DE PRODUÇÃO.**

### **- Limites e fronteiras do Município de Quatro Pontes e suas funções político – administrativas:**

- A área do Município de Quatro Pontes.
- Os bairros e distritos do Município de Quatro Pontes.
- Os vários modos de orientação geográfica.

### **- Limites e fronteiras do Estado do Paraná e suas funções político administrativas:**

- A área do Estado do Paraná.
- As micro, macro e meso regiões do Estado do Paraná, com seus respectivos municípios.
- Orientação por meio de corpos celestes: as estrelas e a lua.
- Localização e orientação a partir da rosa dos ventos. A bússola, os pontos cardeais, colaterais, entre outros.
-

### **III – OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM, LOCALIZAÇÃO DOS FENÔMENOS NO ESPAÇO, ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA, REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E CARTOGRÁFICA DA GEOGRAFICIDADE DOS FENÔMENOS, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ARRANJOS ESPACIAIS POR MEIO DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA E DE OUTRAS LINGUAGENS.**

A Formação sócio histórica, espacial e cultural do Município de Quatro Pontes: formação sócio histórica e geográfica do Estado do Paraná: comunidades indígenas, processos de imigração e migração, tropeirismo, obrageiros, posseiros, migração campo – cidade:

- Os elementos que caracterizam as paisagens e os arranjos espaciais do Município de Quatro Pontes: Relevo (formas, perfil, processos de erosão); Vegetação (nativas reservas florestais, áreas de preservação permanente, parques ambientais, matas ciliares, vegetação exógena, silvicultura, áreas de reflorestamento); Clima (ar atmosférico, massas de ar, ventos, tipos de tempo, tipo climático local, estações do ano), Hidrografia (bacias e microbacias, hidrografias, aproveitamento dos rios), a localização geográfica dos problemas ambientais e sua correlação com as atividades econômicas, equipamentos urbanos e serviços, uso do solo, características sócio econômicas e culturais dos grupos sociais que constituem o município.

#### **O campo e a cidade:**

- Setor primário: agricultura, pecuária, extrativismo mineral/vegetal/animal;
- Setor secundário: indústrias;
- Setor terciário: comércio e prestação de serviços;
- Comércio exterior: importação e exportação no contexto dos blocos econômicos;
- As relações sócio espaciais, culturais e econômicas entre o Município de Quatro Pontes e municípios vizinhos: oferta de equipamentos urbanos e de serviços, as vias de acesso e a circulação de pessoas, informações, de mercadorias, áreas portuárias, entre outros;
- As representações geográficas do Município e/ou daqueles da micro e macro região: a influência dos meios de comunicação locais na

construção da identidade dos municípios (rádio, mídia impressa, televisa e digital).

### **CrITÉRIOS de Avaliação**

#### **1ª e 2ª ETAPAS**

- Identifica a ascendência e descendência familiar, e conhece suas origens sócio históricas e culturais, bem como reconhece e registra o seu nome e sobrenome.
- Compreende e representa o significado das noções espaciais topológicas.
- Utiliza geograficamente os instrumentos convencionais de orientação geográfica (Rosa-dos-ventos, bússola, biruta).
- Analisa, caracteriza e representa geograficamente diferentes espaços, identificando os elementos que o compõem (trabalho, relações sociais, econômicas e culturais, vegetação, relevo, clima e hidrografia).
- Percebe e emite parecer sobre as transformações do espaço como decorrentes das necessidades humanas (trabalho, relações sociais e econômicas).
- Conhece e faz uso de normas, convenções sociais e de condutas em diferentes espaços, (inclusive nos de circulação de veículos e de pessoas).
- Identifica diferentes meios de comunicação e faz uso de equipamentos e serviços públicos.
- Identifica a interferência dos meios de comunicação na formação sócioeconômica e cultural.
- Percebe a partir da mídia a propagação de valores orientados para o consumo.
- Localiza e representa geograficamente seu Bairro no Município de Quatro Pontes.
- Analisa com criticidade científica os diferentes espaços, estabelecendo correlações e diferenças entre eles.
- Identifica analisa e representa geograficamente os limites e fronteiras naturais e/ou políticas do Bairro, estabelecendo relações com os elementos que caracterizam as paisagens e os arranjos espaciais do Bairro. Correlaciona formas de relevo, equipamentos urbanos e serviços, uso do solo,

com análise socioeconômica e cultural.

- Estabelece relações sócio espaciais e econômicas entre os Bairros, através de: oferta de equipamentos urbanos e de serviços, vias de acesso, circulação de pessoas, informações, de mercadorias, entre outros,

### **3ª e 4ª ETAPAS**

- Identifica o Município de Quatro Pontes no contexto da região e do Estado do Paraná, a partir de representações cartográficas.

- Percebe a divisão política do Município de Quatro Pontes como forma organizacional político/ administrativa e representa através da cartografia, os diferentes espaços do Município.

- Correlaciona as formas de relevo e os elementos que constituem a paisagem a partir do uso de equipamentos urbanos e de serviços para transformações sócio espaciais e culturais do Município de Quatro Pontes.

- Analisa e representa cartograficamente a microbacia do Município de Quatro Pontes, percurso e afluentes.

- Reconhece, analisa e utiliza-se dos vários modos de orientação geográfica, naturais: a partir de estrelas e a lua; convencionais com instrumentos (rosa dos ventos, bússola, biruta), para compreensão dos arranjos espaciais.

- Analisa e relata os elementos que constituem as paisagens percebendo e estabelecendo as relações de produções em diferentes períodos históricos.

- Identifica os setores (primário, secundário e terciário) de produção, bem como as pessoas que realizam tais produções.

- Reconhece diferentes meios de comunicação no Município, com suas diferentes linguagens, fazendo análise das intencionalidades das informações veiculadas.

- Identifica, reconhece e faz uso dos diferentes meios de transporte, considerando as vias de acesso e de circulação de pessoas no Município de Quatro Pontes.

- Localiza geograficamente o Estado do Paraná na região Sul e no Brasil, reconhecendo os limites e fronteiras naturais e/ou políticos do Estado.

- Analisa, reconhece, interpreta e estabelece relações de interdependência entre o Estado do Paraná e outros estados e países identifica,

interpreta, compreende e representa os diferentes elementos que compõem os arranjos espaciais do Estado do Paraná (relevo, clima, vegetação, hidrografia,).

- Interpreta e compreende a formação do Estado do Paraná a partir dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais (indígenas, quilombolas, imigrantes, migrantes, tropeiros, obrageiros, posseiros).
- Correlaciona o uso da hidrografia com fatores socioeconômicos e culturais: geração de energia, pesca, transporte, turismo.
- Compreende o espaço do litoral paranaense como uma das origens da ocupação do Estado do Paraná, bem como a ocupação da região oeste pelos espanhóis.
- Identifica e compreende a divisão em setores da econômica paranaense, bem como as transformações no espaço da economia agrária, comercial, turística e industrial, e a divisão social do trabalho.
- Identifica, compreende e interpreta os diferentes elementos que compõem cada setor econômico (primário, secundário e terciário), bem como os meios de produção, força de trabalho e remuneração.
- Estabelece relações entre importação e exportação de produtos pelas vias aéreas, fluviais e marítimas do Paraná.
- Identifica, localiza, representa e estabelece relações entre os municípios pelo que compõem as regiões do Paraná.
- Compreende a constituição da infraestrutura urbana dos principais municípios do Estado do Paraná (vias de acesso, saneamento básico, equipamento urbanos, prestação de serviços).
- Analisa, interpreta e compreende as transformações sociais decorrentes do crescimento desordenado e pela falta de infraestrutura das grandes cidades.
- Identifica, analisa, emite parecer e estabelece relações entre as variedades culturais e a diversidade étnica da formação da população paranaense.

#### **8.5.2.6.3. CIÊNCIAS**

##### **Concepção da disciplina**



O ensino de Ciências, assim como as demais disciplinas, tem por objetivo a socialização do conhecimento científico historicamente acumulado pelos homens. Por conseguinte, explicita-se as necessidades dos homens em compreenderem-se e apropriarem-se das leis que movimentam, produzem e regem os fenômenos naturais e justificar os motivos que impulsionaram estes a apropriarem-se desses conhecimentos.

Diante destes pressupostos, faz-se necessário diferenciar a relação dos animais e do homem com a natureza. As atividades dos animais são biologicamente determinadas, definidas por processos instintivos, não planejadas, subordinadas às leis da natureza. As modificações provocadas são lentas e pequenas. Em contrapartida, as ações humanas não são somente determinadas biologicamente, mas há um processo intencional e planejado de permanentes e recíprocas transformações, submetendo ao seu domínio as forças da natureza.

Segundo Saviani (1992), apoiado em Marx, o que diferencia os homens dos demais animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, por isso, uma ação intencional.

Considerando que a construção do conhecimento científico ocorre no processo histórico, na medida em que se materializam as necessidades humanas relacionadas ao desenvolvimento dos instrumentos, reitera-se que o ensino de Ciências tem por intenção possibilitar o entendimento crítico da realidade.

No âmbito das ciências naturais, encontram-se várias divisões ou ramos e subdivisões desta como forma (s) e, ao mesmo tempo, tentativa de compreender a realidade natural. Assim, pode-se citar algumas divisões, como a Biologia (seres vivos), Química (substâncias químicas/transformações), Física (movimento da matéria e energia), Geociências (Terra), Astronomia (espaço celeste-astros), dentre outros.

O objeto de estudo do ensino de ciências aqui apresentado-Ecosistema/Biosfera relações de interdependência entre os fatores abióticos e bióticos tem sua explicitação na necessidade de se repensar a apropriação do

conhecimento científico, a partir de sua historicidade. Sendo este o objeto de estudo, define-se ecossistema como um conjunto formado pelos sistemas abióticos e bióticos que num determinado meio acarretam transformações da matéria e de energia na biosfera. Fica claro que não faz sentido uma análise dos elementos naturais dos ecossistemas de forma restrita sem que se estabeleça uma relação entre o meio natural e as reais condições da existência humana.

Assim, os conteúdos das ciências naturais devem fundamentar-se na totalidade das múltiplas relações de interdependência dos fatores abióticos e bióticos que constituem o ecossistema e das interações entre estes, objetivando, neste movimento, oportunizar aos alunos uma leitura mais clara do dinamismo dos vários elementos que constituem os sistemas: físicos, químicos e biológicos.

Desta forma, um ecossistema é definido pelas inter-relações exercidas entre os fatores abióticos: físicos (luminosidade, temperatura, ventos, umidade etc.), químicos (substâncias químicas presentes na água, no solo, no ar) e fatores bióticos (seres vivos, destacando o ser humano – sua significativa e diferenciada ação transformadora).

O entendimento do desenvolvimento da vida no Planeta Terra, como em qualquer microrregião que se analise, implica o conhecimento das relações que integram dinamicamente os fatores abióticos e bióticos. Por exemplo, um lago é um ecossistema quando considerado em sua totalidade, ou seja, um sistema (todo) formado pela água, nutrientes, pressão, vento, luz, calor e todos os seres vivos nele contidos ou que nele interferem. Não existe limite de tamanho para um ecossistema; pode-se, portanto, representá-lo por um lago, uma floresta, um terreno baldio, um jardim, uma cidade, um aquário autossuficiente ou mesmo um terrário. Mas considere-se o maior ecossistema, a Biosfera, proporcionalmente uma fina camada do planeta Terra onde há possibilidade e condições para a manutenção e reprodução de seres vivos.

A Biosfera abriga uma biodiversidade significativa, porém, ressalta-se nesta totalidade a presença do ser humano, que deve ser analisado sob duas dimensões e interações: no plano biológico e no plano social, que se processam de forma conjunta e dinâmica. No plano biológico o ser humano, como qualquer ser vivo, depende da natureza e dos recursos naturais. Por outro lado, no plano social, é por meio do trabalho que se processa a intervenção na natureza, a qual

determina transformações do ecossistema.

Transformações estas que historicamente promoveram avanços econômicos, políticos, sociais, científico - tecnológicos próprios da sociedade capitalista. Porém, o acesso a estes avanços é negado a uma grande parcela da população, dada à condição de classe. Os retrocessos, fruto das diferenças de classes, são expressos numa profunda degradação social (desemprego, fome, miséria) e ambiental (poluição ambiental, efeito estufa, redução da biodiversidade, esgotamento dos recursos naturais); tudo isso em nome da lógica do consumismo capitalista em sua corrida implacável atrás dos maiores lucros no mercado globalizado.

Busca-se um ensino de Ciências que, além da transmissão dos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade, estabeleça análise das relações destes conhecimentos com questões históricas, políticas, sociais e econômicas, tendo em vista que os elementos naturais e culturais fazem parte de um todo dinâmico. É necessária a compreensão das inter-relações existentes tanto entre os elementos que constituem o Planeta Terra e as influências externas recebidas do Universo (Sistema Biótico, Abiótico, Sol, os demais elementos do Universo), assim como da ação transformadora do homem.

Desta forma, será possível uma compreensão dos ecossistemas em uma perspectiva de totalidade.

#### **10.5.2.6.3.1 - Educação para com o Meio Ambiente**

A atual crise, com seus respectivos problemas pela degradação socioambiental é fruto da fragilidade dos valores que orientam a relação serhumano e natureza, se intensifica ao longo do tempo e de forma cada vez mais acentuada resultando na miséria, no consumismo e na exclusão social e econômica. Os valores que predominam na nossa sociedade são na realidade anti-valores. O capitalismo coloca o lucro acima de tudo e, para isso, estimula cada vez mais o consumo e a destruição do meio ambiente, seja na forma de poluição dos rios, desmatamento, emissão de gases resultantes da queima do petróleo, etc. Essa “cultura” do lucro e do consumo está levando a uma crise ambiental sem precedentes e colocando em risco o futuro da humanidade.

Para mudar os valores que dominam na nossa sociedade, é preciso questionar o processo econômico que leva a tamanha destruição e questionar o governo que estão a serviço desses interesses econômicos.

É necessário estimular um processo de reflexão e tomada de consciência. Reconhecer a importância de trabalhar por uma nova mentalidade, que produz atitudes diferentes, que eduque e modifique hábitos e valores, no sentido de buscar uma relação de harmonia com a natureza e não a sua destruição. É preciso transformar velhos paradigmas, criando uma forma mais responsável de relacionar-se com o meio ambiente.

O problema da destruição ambiental não é mais responsabilidade apenas dos países desenvolvidos. No Brasil a situação também é grave. A devastação da Amazônia segue a passos largos, inclusive nos últimos governos. Grandes usinas estão sendo construídas como a de Belo Monte, que terão enormes impactos ambientais e sociais. A Região Oeste do Paraná não está fora desse quadro geral. Aqui temos o grave problema dos defensivos agrícolas, utilizados em escala cada vez maior. O desmatamento e o assoreamento dos rios é outro problema ambiental de nossa região. A industrialização tem avançado bastante nos últimos anos no Oeste do Paraná, com frigoríficos, indústrias têxteis, laticínios e outros. Além da grande exploração a que os trabalhadores são submetidos, os impactos ambientais dessa industrialização são cada vez maiores. Os transgênicos também estão presentes nas lavouras da região.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina trabalha a conscientização dos alunos visando à mudança de atitudes em relação aos cuidados com o meio ambiente. Iniciando com o cuidado com o ambiente escolar: coleta seletiva de lixo, limpeza do pátio e sala de aula, evitar o desperdício de água e alimentos. Os cuidados com o meio ambiente precisam envolver toda a comunidade escolar e ir além do ambiente escolar, atingindo o ambiente doméstico e outros espaços da vida em sociedade. É muito importante que a escola trabalhe no sentido de questionar a atual forma de organização econômica, que é responsável pela destruição ambiental. Já que o problema ambiental é global não é possível ficar restrito a soluções locais.

### Encaminhamento metodológico

O conhecimento científico e tecnológico é o resultado da produção humana historicamente acumulada e deve ser compreendido no contexto das relações sociais. A ação pedagógica tem como objetivo principal a apropriação dos conceitos científicos, de forma elaborada, superando os conceitos espontâneos, os quais constituem a base para a formação dos conceitos científicos por meio do ensino. Estes são mediatizados pela atuação do professor e da escola, que assume um papel fundamental ao oportunizar a apropriação de tais conceitos.

A prática pedagógica para o ensino de Ciências na EJA não deve ser limitada a atividades de identificação, observação, constatação, descrição, comparação em si mesmas. Esta prática deve ser superada com metodologias que permitam ao aluno entender os fatos por meio de explicações científicas, que têm como referência os conhecimentos científicos, considerando - se os eixos articuladores do currículo: Cultura, Trabalho e Tempo. Assim, o conteúdo deve ser trabalhado partindo do todo para as partes e das partes para o seu todo, estabelecendo relações e inter-relações entre os eixos e conteúdos, considerando-se na tabela, a horizontalidade e a verticalidade dos eixos. Para tanto, o professor da EJA necessita considerar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano, considerando que estes devem ser o ponto de partida para a apropriação dos conhecimentos científicos.

Afirmamos que os pressupostos teóricos adotados para esta proposta de estudos-ciências da natureza percorrem a dinâmica evolutiva de todo o processo histórico social dos homens. Para isso, é preciso superar a concepção linear de ensino e redimensioná-la a partir das necessidades materiais destes.

A relação de conteúdos está organizada de forma a contemplar a relação pertinente entre a ação do homem na natureza, as transformações, suas causas e consequências, considerando- se aqueles relevantes e necessários para a vida dos alunos da EJA.

Portanto, os conteúdos aqui elencados, quando trabalhados no processo ensino- aprendizagem, devem ser explicitados e compreendidos no contexto das relações sociais de produção que objetivam a sua existência.

O ensino de ciências deve evitar a utilização de textos e/ou expressões

que banalizam ou infantilizam o conhecimento científico, pois o uso adequado de conceitos e termos é fundamental para a aprendizagem.

O conhecimento científico e tecnológico mais avançado deve ser trabalhado no sentido de apropriar-se dos conceitos básicos e seus desdobramentos, de forma gradativa para o entendimento das leis que regem o movimento das interações e transformações da matéria e energia no processo de produção histórica da existência.

Partindo destes pressupostos, este encaminhamento metodológico fundamenta-se em três eixos orientadores: 1- Noções sobre o Universo; 2 - Matéria e Energia-Interação e Transformação (Relações de Interdependência); 3-Meio Ambiente–Saúde e Trabalho, os quais abordam conteúdos que darão sustentação ao ensino de Ciências. Aponta-se também um eixo articulador dos demais: Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que representa a conexão da ciência com o desenvolvimento, na objetivação da produção humana enquanto satisfação das necessidades.

O objetivo almejado pelo eixo – Desenvolvimento Científico e Tecnológico- é destacar que o conhecimento relacionado ao Universo está interligado com o desenvolvimento tecnológico e que nas relações de interdependência existentes na natureza, a tecnologia se faz presente como produto da ação humana. Também no eixo Meio Ambiente - Saúde e Trabalho, o estudo das tecnologias é imprescindível.

Em síntese, o ensino de Ciências neste currículo, retrata as relações homem-homem e homem- natureza, tendo como ponto de partida e de chegada a compreensão da realidade, entendendo a natureza em sua dinâmica, e o conhecimento sobre o Universo, a Biosfera e o desenvolvimento tecnológico como produções sociais e históricas da humanidade.

### **CONTEÚDOS DE CIÊNCIAS – 1ª e 2ª ETAPAS**

#### **EIXOS NORTEADORES – CULTURA/TRABALHO/TEMPO**

#### **NOÇÕES SOBRE O UNIVERSO**

##### **SOL:**

- Fonte primária de energia:

\* luz e calor;

\* proteção de sombra.

- Movimento referencial de orientação no espaço/ Pontos Cardeais,

**ASTROS:**

- Luminosos: estrelas (sol);
- Iluminados – planetas e satélites.

**LUA**

- Satélite natural da terra;
- Movimentos;
- Fases da lua (calendário).

**PLANETA TERRA:**

- Forma e tamanho;
- Força da gravidade;
- Relação do planeta com o sol (distância, tamanho);
- Movimento de rotação – dia e noite;
- Movimento de translação – as estações do ano

**MATÉRIA E ENERGIA: INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO  
(RELAÇÕES E INTERDEPENDÊNCIA)**

**- BIOSFERA – ECOSSISTEMA: RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA  
ENTRE OS ELEMENTOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS:**

**- ÁBIOTICOS: ÁGUA. SOLO E AR:**

**ÁGUA:**

- Características/propriedades/; natural, (doce e salgada);

Água potável e tratada;

- Propriedades organolépticas: gosto, cheiro e cor.
- Solvente universal;
- Importância da água;
- Estados físicos da água;
- Ciclo da água.

**SOLO**

- Tipos do solo, características e componentes básicos;
- Habitat terrestre: plantas e animais;
- Relações entre o solo e o ar;
- Utilização do solo para satisfação das necessidades do homem.

**AR:**



- Atmosfera – condição de vida;
- Vento: aquecimento, resfriamento; pressão, peso.
- Ar e os seres vivos: fotossíntese e respiração;
- Propriedades do ar;
- Utilização do ar para satisfação das necessidades do homem.

### **SERES VIVOS: BIODIVERSIDADE E CADEIA ALIMENTAR:**

#### **BACTÉRIAS, ALGAS, FUNGOS E ANIMAIS:**

##### **HOMEM:**

- Características gerais;
- Partes externas do corpo humano;
- Órgãos de sentido e suas funções
- Ação do homem na natureza; desmatamento; queimadas e extinção de espécies.

##### **ANIMAIS E ECOSSISTEMA:**

- Características gerais e diversidade;
- Classificação: vertebrados e invertebrados;
- Cadeia e teia alimentar.

##### **VEGETAIS E ECOSSISTEMAS**

- Características gerais e diversidade;
- Órgãos de reprodução e germinação;
- Fotossíntese e respiração;
- Ciclo de vida dos vegetais.
- Diferenças entre animais e vegetais.

### **MEIO AMBIENTE – SAÚDE E TRABALHO**

#### **- O HOMEM NAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE:**

- benefícios e prejuízos do sol;
- sol como síntese de vitamina D;
- mudanças climáticas/ insolação /câncer de pele;
- aquecimento global;
- fenômenos atmosféricos (chuva, vento, relâmpagos, raios, trovões e tempestades. Chuvas ácidas);
- criação de instrumentos: ferramentas, máquinas;
- a água na produção de alimentos, na higiene pessoal, limpeza

doméstica;

- cuidados com o corpo humano (alimentação, higiene, prevenção de doenças e imunização – vacinas);
- hábitos alimentares: frutas, verduras, legumes e cereais;
- produtos industrializados: vantagens e consequências (enlatados, embutidos e outros).

#### **PREVENÇÃO DE ACIDENTES:**

- ingestão de produtos químicos;
- acidentes domésticos.

#### **PRESERVAÇÃO, POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO:**

- ar, água e solo.
- UTILIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS E MEDICAMENTOS.
- PRODUÇÃO DE LIXO, DESTINO E RECICLAGEM.

### **CONTEÚDOS DE CIÊNCIAS – 3ª e 4ª ETAPAS**

EIXOS NORTEADORES – CULTURA/TRABALHO/ TEMPO

#### **NOÇÕES SOBRE O UNIVERSO**

- PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONHECIMENTOS

ASTRONÔMICOS:

- evolução dos instrumentos de pesquisa, (luneta, telescópio,);
- teorias: (geocentrismo e heliocentrismo).

#### **DESENVOLVIMENTO DA ASTRONOMIA E DA ASTRONÁUTICA:**

- satélites artificiais, sondas, foguete, estação espacial;
- aspectos históricos de exploração espacial.

#### **UNIVERSO: COMPONENTES BÁSICOS – MATÉRIA E ENERGIA**

(CONCEITOS BÁSICOS)

- galáxias;
- constelações;
- sistema solar e seus componentes.

#### **SOL – FONTE PRIMARIA DE LUZ E CALOR:**

- composição
- tamanho
- temperatura

- produção de energia
- distância da terra
- referencial de orientação: pontos cardeais, colaterais e subcolaterais;
- espectro solar (composição da luz, irradiação ultravioleta, luz visível e infravermelho).
- desenvolvimento tecnológico (laser, materiais fluorescentes e outros).

#### **PLANETA TERRA:**

- tamanho, distância e forma;
- movimento de rotação – dia e noite;
- movimento de translação – estações do ano - solstício e equinócio;
- força gravitacional.

#### **LUA:**

- influência da lua na biosfera;
- fases da lua e movimentos.

#### **ECLIPSES SOLAR E LUNAR**

### **MATÉRIA E ENERGIA: INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO (RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA)**

#### **- BIOSFERA – ECOSSISTEMA: RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ELEMENTOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS:**

Fontes de energia e seus impactos no ambiente:

- fogo (primeira fonte dominada pelo homem);
- solar;
- nuclear;
- hidráulica;
- eólica;
- biomassa.

#### **ENERGIA ESTÁTICA:**

- produzida através do atrito. Ex: blusa de lã em contato com o corpo.

#### **ENERGIA TÉRMICA:**

- dilatação.

**ECOSSISTEMA** – condições básicas de vida.

**ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS: UNICELULARES E PLURICELULARES:**

- diferenças entre células animais e vegetais (membrana celulósica, clorofila,).
- seres vivos pluricelulares: célula - tecido – órgãos – sistemas e organismo.
- micro-organismos: bactérias, vírus, fungos, protozoários e algas; (conceitos básicos e a relação dos mesmos com o ambiente).

**INTEGRAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DO CORPO HUMANO:**

- células - tecidos – órgãos – sistemas e organismo;
- aparelho reprodutor: feminino e masculino: estrutura e funcionamento; função de perpetuação da espécie;
- sistema endócrino: estrutura e funcionamento hormonal – glândulas endócrinas – hormônios e

Funções; desenvolvimento do corpo (puberdade, gravidez, menopausa, andropausa – conceitos básicos);

- sistema neurológico: estrutura e funcionamento, sinapses e sensações;
- sistema imunológico: produção de anticorpos.
- Sistemas de: locomoção, musculação, circulação, respiração, excreção e sistema digestório (conceitos e funções).

**ORIGEM DA VIDA:** conceitos básicos

**EVOLUÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA**

**DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO:**

- informações básicas (histórico) de genoma humano, clonagem, células tronco, fertilização in vitro.

**MEIO AMBIENTE – SAÚDE, TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA**

**O HOMEM NAS RELAÇÕES COM O MEIO:**

- utilização do solo: agroindústria e agricultura familiar;
- interferência do homem na cadeia alimentar e na teia (desequilíbrios);

- o trabalho do homem: instrumentos tecnológicos: (ação do homem na natureza, desmatamento, queimadas, extinção de espécies);
- preservação ambiental, legislação ambiental;
- doenças relacionadas à água, ao ar e ao solo;
- animais vetores de doenças;
- plantas medicinais e tóxicas;
- saneamento básico: tratamento da água, do esgoto;
- uso de agrotóxicos na agricultura.

#### **MEIO AMBIENTE E TRANSFORMAÇÕES:**

- radiação solar, camada de ozônio e efeito estufa, aquecimento global;
- chuva ácida; derretimento das geleiras;
- mudanças climáticas – desmatamento (furacões, tufões, maremotos).

#### **DOENÇAS DA MODERNIDADE E AGRESSÕES DO MUNDO MODERNO:**

- cardiovasculares, respiratórias, depressão, síndrome do pânico, bulimia e anorexia, obesidade, L.E.R. e outras;
- stress;
- poluição sonora e visual;
- violência (sexual, familiar, mídia, etc.).

#### **EDUCAÇÃO SEXUAL:**

- sexualidade, comportamento, e cuidados; gravidez na adolescência;
- doenças infectocontagiosas: DST e AIDS - conceitos básicos e prevenção;
- métodos contraceptivos.

#### **PREVENÇÃO DE DOENÇAS:**

- postura e exercícios físicos;
- modificação de hábitos culturais na alimentação;
- vacinas e outros;
- plantas medicinais;
- uso de medicamentos e automedicação.

**DROGAS – PREVENÇÃO:**

- tabagismo, álcool e outras.

**ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS:**

- prazo de validade, transgeniase;
- produtos orgânicos, aditivos alimentares;

**Critérios de Avaliação****1ª e 2ª ETAPAS****NOÇÕES SOBRE O UNIVERSO**

- Faz relação entre luz, calor do sol, vida das pessoas e dos demais

seres

Vivos de forma geral, reconhecendo o sol como referência de orientação no espaço.

- Reconhece a influência dos movimentos da Terra sobre a vida no planeta.
- Identifica a lua como satélite natural da Terra, bem como suas fases durante o mês e a influência na vida dos seres vivos.
- Reconhece a influência das estações do ano na vida das pessoas, dos animais e das plantas.
- Reconhece o calendário como instrumento de medida de tempo e faz relação com os movimentos de rotação e translação do planeta Terra.

**MATÉRIA E ENERGIA: INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO (RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA)**

- Reconhece os componentes bióticos e abióticos presentes no ecossistema, percebendo as relações de interdependência entre eles.
- Identifica as características, a importância da água, onde é encontrada, como o homem a utiliza para satisfazer suas necessidades.
- Entende como ocorre o ciclo da água na natureza e os estados físicos da água, reconhecendo-a como solvente universal.
- Diferencia os tipos de solo, suas características, seus componentes básicos e as relações entre o solo, a água e o ar.
- Reconhece a importância do ar e dos seus componentes para a respiração dos seres vivos e para a fotossíntese.
- Reconhece como o homem utiliza o ar para satisfazer suas

necessidades.

- Identifica no homem suas características gerais, as partes externas corpo, os órgãos dos sentidos e suas funções.
- Diferencia e reconhece alguns animais que usamos na alimentação e no transporte, e os que transmitem doenças e oferecem perigos ao homem.
- Reconhece as partes do vegetal: raiz, caule e folha, e identifica os órgãos de reprodução: flor, fruto e semente.
- Identifica na cadeia alimentar os produtores, os consumidores e os decompositores, e as relações existentes entre eles.
- Reconhece a teia alimentar como um conjunto de cadeias inter-relacionadas.
- Classifica os animais entre animais vertebrados e invertebrados, suas características básicas e suas relações com o homem e com meio.

### **MEIO AMBIENTE- SAÚDE, TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA**

- Reconhece o sol como fonte de benefícios e malefícios para a saúde do ser humano e da vida em geral.
- Relaciona os órgãos dos sentidos, a capacidade de receber informações e distingue os tipos de informações obtidas por eles,
- Reconhece a importância de manter uma postura corporal correta para evitar problemas na coluna.
- Reconhece algumas formas de poluição e contaminação do ar, água e solo.
- Identifica cuidados básicos para prevenção de doenças infectocontagiosas.
- Reconhece as diferenças entre os alimentos naturais, industrializados e orgânicos.
- Reconhece a existência de leis ambientais e a necessidade do cumprimento destas.
- Identifica plantas medicinais e sua utilização no tratamento das doenças e fabricação de medicamentos.
- Reconhece a reciclagem como destino mais adequado para o lixo.

### **3ª e 4ª ETAPAS**

### **NOÇÕES SOBRE O UNIVERSO**



- Reconhece a astronomia como ciência que estuda os astros.
- Reconhece no processo histórico do desenvolvimento astronômico, a evolução dos instrumentos de pesquisa (luneta, telescópio, etc.), bem como a teoria geocêntrica e heliocêntrica.
- Compreende no desenvolvimento da astronomia e da Astronáutica, os impactos históricos da exploração espacial e os instrumentos tecnológicos desenvolvidos até hoje.
- Reconhece que no sistema solar há astros que têm luz própria e outros que são iluminados, identificando-os e inter-relacionando-os com o planeta Terra.
- Identifica os componentes básicos do Universo, relacionando os: galáxia, constelações, sistema solar e seus componentes.
- Identifica os movimentos de rotação, translação e relaciona com as estações do ano (Solstício e Equinócio), identificando os pontos cardeais, colaterais e subcolaterais.
- Reconhece o sol como fonte primária de luz e calor, sua composição, tamanho, temperatura, produção de energia e a distância da Terra.
- Identifica as consequências dos movimentos de rotação e translação dadas no reconhecimento dos dias e noites e as estações do ano.
- Compreende que as fases da lua e os eclipses decorrem da posição relativa da Terra, Lua e Sol.

#### **MATÉRIA E ENERGIA: INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO (RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA)**

- Reconhece os recursos naturais e sua utilização pelo homem na produção de alimentos.
- Reconhece que o corpo humano é formado por unidades celulares e que estas se agrupam de acordo com a forma e funções semelhantes e que unidas formam o tecido, estes se unem formando os órgãos e o conjunto destes formam o sistema.
- Entende que a alimentação e a respiração fornecem energia para estrutura e funcionamento de sistemas que compõem o conjunto do organismo humano.
- Entende o funcionamento do sistema digestório, desde a entrada

do alimento no organismo e seu aproveitamento pelo sangue, até a sua eliminação.

- Reconhece o sistema excretor como processo de eliminação de toxinas produzidas pelo organismo na transformação energética dos alimentos e metabolismo.
- Reconhece a importância dos nutrientes para o desenvolvimento do corpo e manutenção da vida (proteínas, carboidratos, lipídios, vitaminas, sais minerais e fibras).
- Reconhece a estrutura óssea como fundamental na sustentação do corpo humano e a importância das articulações.
- Reconhece a estrutura e o funcionamento do sistema reprodutor humano e identifica as partes principais do aparelho reprodutor masculino e feminino.
- Reconhece que o organismo possui um conjunto de defesa que inibe a ação de fungos, bactéria e vírus no processo de defesa do organismo humano.
- Entende a importância da imunização: vacinas, soros, remédios como meios produzidos pelo homem para o fortalecimento do organismo.
- Identifica o sistema endócrino, sua estrutura e funcionamento, bem como sua influência nas funções e desenvolvimento do corpo.
- Reconhece o sistema neurológico sua estrutura e funcionamento.
- Compreende os conceitos básicos da origem da vida e a evolução da espécie humana (teoria de Darwin).
- Compreende informações básicas do desenvolvimento tecnológico na reprodução dos seres vivos, nos estudos de genoma humano, clonagem, células-tronco e seus impactos na sociedade.

### **MEIO AMBIENTE– SAÚDE, TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA**

- Identifica os agentes, causas e consequências da radiação solar no ecossistema: efeito estufa, destruição da camada de ozônio, aquecimento do planeta associando- os à ação humana sobre o meio ambiente.
- Identifica os organismos relacionados à água, ar solo, que causam doenças no ser humano.
- Identifica algumas doenças sexualmente transmissíveis e formas

de prevenção.

- Reconhece os micro-organismos (fungos, bactérias e vírus) como seres vivos presentes no meio ambiente, exercendo influência na vida do ser humano.
- Reconhece as ações que resultam no empobrecimento do solo, poluição, desmatamento e extinção das espécies, ou seja, no desequilíbrio dos ecossistemas.
- Reconhece a importância do saneamento básico: coleta de lixo, tratamento de água, rede coletora e tratamento de esgoto para manter a saúde humana e a preservação do meio ambiente.
- Identifica as consequências causadas pelo uso de drogas (lícitas e ilícitas), para a saúde do ser humano.
- Compreende o desenvolvimento tecnológico como produto da ação humana: utensílios em geral, máquinas, equipamentos e outros.
- Percebe que a prática de exercícios físicos (caminhada, futebol, natação, etc.) favorece a manutenção de uma vida saudável.
- Reconhece formas adequadas (data de validade, higiene, preparo, etc.) para o consumo de alimentos.

## **XI. CONTEÚDOS SOCIOEDUCACIONAIS**

Os conteúdos de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08), Educação tributária (Decreto n. 1143/99, Portaria n. 413/02), Prevenção ao uso indevido de drogas, Sexualidade humana, Educação Ambiental (L. F. 9795/99, Decreto 4201/02), Enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente, Educação Fiscal, Educação Musical (Lei 11769/08), e Direitos das Crianças e Adolescentes (L. F. n. 11525/07), constituem os conteúdos socioeducacionais que são contemplados na Proposta Curricular. Esses conteúdos estão amparados legalmente para trabalhar com os estudantes.

A forma de conduzir os estudos a cada turma será planejada com o coletivo da comunidade escolar e os profissionais da educação, nos momentos do

planejamento e integrarão as atividades do calendário escolar. Em todas as turmas deverá constar no seu Plano de Trabalho Docente os conteúdos e atividades que serão desenvolvidas e seu respectivo registro do Livro de Registro de Classe Online (LRCO).

Cada conteúdo dos conteúdos socioeducacionais tem suas especificidades e o conjunto dos professores e equipe pedagógica decide qual será o melhor momento para o seu desenvolvimento e quais as estratégias para o estudo. Para a organização e desenvolvimento dos conteúdos será priorizada a metodologia interdisciplinar com a interação dos assuntos envolvendo as várias disciplinas afins do currículo escolar.

Dos direitos básicos garantidos pela Constituição, a educação é o mais acessível inclusive por aqueles socialmente marginalizados, o que torna o ambiente escolar importante espaço de promoção da cidadania. A escola, como espaço primário de educação formal e para além do seu papel, que é da ordem do conhecimento, tem como desafio articular e executar as políticas públicas, discutir e repensar valores culturais e permitir a desconstrução de normas rigidamente estabelecidas.

A fim de garantir que esses princípios sejam alcançados, é preciso expandir a abrangência de ações inclusivas, que possibilitem a expressão das diferenças de todas as ordens – étnicas, religiosas, de orientação afetivo-sexual, políticas, ideológicas, econômicas – e que levem o sujeito a compreendê-las como indispensáveis para sua existência plena, de direitos e de deveres, em sociedade.

Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção.

A escola tem importante função no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente. A instituição escolar, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, tem historicamente contribuído para (re)produzir e hierarquizar as diferenças. Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica e, desta forma, não contempla a inclusão da diversidade sexual, proposta na atualidade.

### 11.1. Educação Ambiental

A atual crise, com seus respectivos problemas pela degradação socioambiental é fruto da fragilidade dos valores que orientam a relação ser humano e natureza, se intensifica ao longo do tempo e de forma cada vez mais acentuada resultando na miséria, no consumismo e na exclusão social e econômica. Os valores que predominam na nossa sociedade são na realidade anti-valores. O capitalismo coloca o lucro acima de tudo e, para isso, estimula cada vez mais o consumo e a destruição do meio ambiente, seja na forma de poluição dos rios, desmatamento, emissão de gases resultantes da queima do petróleo, etc. Essa “cultura” do lucro e do consumo está levando a uma crise ambiental sem precedentes e colocando em risco o futuro da humanidade.

Para mudar os valores que dominam na nossa sociedade, é preciso questionar o processo econômico que leva a tamanha destruição e questionar o governo que estão a serviço desses interesses econômicos.

É necessário estimular um processo de reflexão e tomada de consciência. Reconhecer a importância de trabalhar por uma nova mentalidade, que produz atitudes diferentes, que eduque e modifique hábitos e valores, no sentido de buscar uma relação de harmonia com a natureza e não a sua destruição. É preciso transformar velhos paradigmas, criando uma forma mais responsável de relacionar-se com o meio ambiente.

O problema da destruição ambiental não é mais responsabilidade apenas dos países desenvolvidos. No Brasil a situação também é grave. A devastação da Amazônia segue a passos largos, inclusive nos últimos governos. Grandes usinas estão sendo construídas como a de Belo Monte, que terão enormes impactos ambientais e sociais. A Região Oeste do Paraná não está fora desse quadro geral. Aqui temos o grave problema dos defensivos agrícolas, utilizados em escala cada vez maior. O desmatamento e o assoreamento dos rios é outro problema ambiental de nossa região. A industrialização tem avançado bastante nos últimos anos no Oeste do Paraná, com frigoríficos, indústrias têxteis, laticínios e outros. Além da grande exploração a que os trabalhadores são submetidos, os impactos ambientais dessa industrialização

são cada vez maiores. Os transgênicos também estão presentes nas lavouras da região.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina trabalha-se a conscientização dos alunos visando à mudança de atitudes em relação aos cuidados com o meio ambiente. Iniciando com o cuidado com o ambiente escolar: coleta seletiva de lixo, limpeza do pátio e sala de aula, evitar o desperdício de água e alimentos. Os cuidados com o meio ambiente precisam envolver toda a comunidade escolar e ir além do ambiente escolar, atingindo o ambiente doméstico e outros espaços da vida em sociedade. É muito importante que a escola trabalhe no sentido de questionar a atual forma de organização econômica, que é responsável pela destruição ambiental. Já que o problema ambiental é global não é possível ficar restrito a soluções locais.

Em nossa escola os conteúdos de Educação Ambiental são trabalhados semanalmente com as aulas de Ciências.

## **11.2. Relações Étnico Raciais e Afro Descendência e Indígena**

As políticas educacionais atuais para realidade indígena partem dos fundamentos legais e conceituais presentes na constituição de 1988 que colocou sobre novas bases os direitos indígenas. São direitos constitucionais dos povos indígenas o reconhecimento e a garantia de seus territórios, de suas formas de organização social e de sua produção sociocultural, o ensino ministrado nas línguas indígenas e o reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem.

Dentro deste contexto temos então a interculturalidade que significa abranger a diversidade cultural do processo de ensino e aprendizagem da cultura indígena. Isto significa dizer que a escola deve dar um tratamento aos valores, saberes e conhecimentos tradicionais, às práticas sociais de cada cultura indígena e garantir assim o acesso de conhecimentos e tecnologias da sociedade nacional relevantes para o processo de interação e participação cidadã na sociedade nacional.

Com isso, as atividades curriculares indígenas devem ser significativas e contextualizadas às experiências dos educandos/as de suas comunidades. A nova escola indígena propõe ser espaço intercultural, onde se debatem e se

constroem conhecimentos e estratégias sociais sobre a situação de contato interétnico. Podem ser conceituadas ainda nesta concepção as escolas de fronteira, ou seja, espaços públicos em que situações de ensino e aprendizagem estão relacionadas às políticas identitárias e culturais de cada povo indígena. Deste modo ações de práticas pedagógicas que têm como objetivo o fortalecimento das identidades étnicas por meio da valorização e recuperação da memória indígena, com relação aos processos históricos vividos, às lutas empreendidas pela garantia do território e pela resistência às situações de dominação.

Também é importante desenvolver processos de revitalização linguística, criando itens lexicais que deem conta de novas realidades, pesquisando com seus alunos junto às pessoas mais velhas seus conhecimentos sobre sua língua materna, exercitando assim uma política linguística que fortaleça o uso e a interpretação da língua materna indígena.

Outra característica dentro da cultura indígena se relaciona aos hábitos alimentares dos mesmos, oportunizando dessa forma com que todos os alunos sendo indígenas ou não, fossem incentivados a consumir alimentos próprios da cultura indígena, além de pesquisarem seus hábitos alimentares, a forma como produzem esse alimento e todo ritual religioso de agradecimento de seus alimentos. Ainda dentro dessa interculturalidade está presente a ação dos professores junto com os professores indígenas de expressarem suas perspectivas e anseios em relação ao ensino fundamental e médio em suas escolas que atenda às demandas de formação profissional com foco na sustentabilidade ambiental e cultural em seus territórios. Abrem-se assim perspectivas de novas conexões entre saberes diferentes, formuladas a partir deste contexto de diversidade sociocultural, e de um diálogo intercultural. Esta organização pedagógica curricular vai se delineando e também se tornara um importante exercício de autonomia das escolas em conduzir seus processos educativos.

A construção da história da educação brasileira está fundamentada em moldes europeus, adotando uma política de exclusão. Os modelos que não se enquadram neste molde dessas práticas didáticas pedagógicas, tem se



manifestado de diferentes maneiras para buscar soluções para a promoção de igualdade.

A adoção de políticas afirmativas e de reconhecimento destinadas aos afrodescendentes figura entre os temas de discussão dos movimentos sociais organizados há muitos anos. Tais reivindicações têm levado o país a assumir posturas e compromissos internacionais que visam combater as desigualdades, discriminações e racismo que ainda permeiam a sociedade brasileira, historicamente construída e sobre os pilares da chamada “democracia racial”.

Através da alteração feita na LDB no que se refere ao estudo da História e Cultura Afro-brasileira e o torna obrigatório no currículo escolar do Ensino Fundamental e médio das escolas brasileiras, portanto podemos afirmar que: A intenção do legislador define em não se tratar simplesmente de excluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos.

Os conteúdos explicitados nos incisos do artigo 26 da LDB como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil, visam efetivamente valorizar e adotar a cultura afro e os indivíduos desta origem, como cidadãos formadores de nossa sociedade contemporânea.

A lei no inciso 2 do artigo 26 elenca as áreas da educação artística, literatura e história brasileira como ferramentas para trabalhar os temas afro, além de consolidar no artigo 79 alínea B – o dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra.

Os dispositivos legais impõem o respeito à diversidade cultural e racial para aqueles que relutavam em aceitar a cultura afro, no entanto, a lei por si só não poderá garantir uma prática efetiva na educação, é preciso que o conhecimento desta cultura seja ampliado e aplicado pela educação brasileira.

No que se refere à Escola Municipal Dona Leopoldina verifica-se que suas práticas pedagógicas voltam-se para a recuperação do orgulho de ser negro e da inclusão social de crianças com necessidades especiais, buscando resgatar sua história e elevar sua autoestima e reconhecendo sua existência na

constituição da sociedade brasileira como sujeitos. A escola compreende que somente com organização, força, intenção, gesto, coesão e movimento poderão transformar a lei em realidade completa.

Deve-se ressaltar que o grupo escolar procura mostrar o sofrimento dos negros durante a escravidão, porém acima desse aspecto procura-se realçar a luta legítima e a contribuição dos negros para todos os campos da cultura brasileira, no passado e no presente.

Considera-se que eles possuem história, cultura, memória e valores que devem ser considerados dentro do cotidiano da escola.

Além disso, procura-se promover o respeito diante das diversidades, não apenas considerando a cultura afro-brasileira, mas englobando todas as etnias buscando uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Compreende-se que os professores não substituirão um enfoque eurocêntrico por um africano, mas “de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira”.

Atividades promovidas pela escola:

- Trabalho com a culinária africana;
- Trabalho na área de ciências com desmistificação do negro, buscando eliminar o racismo;
- Trabalho com folclore de todas as culturas;
- Apreciação e representação da arte africana através de danças, músicas, arte visual, escultura, etc.
- Trabalho de conscientização sobre a aceitação do “diferente”.

### 11.3. Gênero e Diversidade na Escola

Diante de uma sociedade moderna e globalizada que se perfaz mediante as divergências mudanças ao longo das últimas décadas, temos um novo molde de sociedade. Consequentemente a diversidade de valores culturais, sócios, religiosos e fundamentalmente de linhas de pensamentos e ideais que norteiam a vida social e humana em um estado democrático. De fato a essência do desenvolvimento da sociedade se dá apenas pelas mudanças, mas na manutenção ao respeito a vida, em relação a qualquer violação que o auto fira.

Deste modo o conceito da homossexualidade, presente na diversidade social, atualmente e que perpassa por uma série de indagações concertivas culturalmente que negligenciam para com a liberdade do ser cidadão, em sua liberdade de expressão e de bem viver, na criação de um universo de diferenças e consequentemente preconceituoso, convergente a discriminação.

Entretanto, na busca de uma sociedade organizada e conceptiva aos direitos humanos, a orientação sob tal situação-problema, contempla pela educação das massas sociais para com a consciência humana e política e a escola vem como efetiva instituição formadora de caráter civil para a adequação da diversidade de sua própria sociedade, no qual a homossexualidade vem a ser a temática a ser tratada em prescrição e vigência do estado democrático.

Discutir a opção sexual é algo muito complexo, pois nem mesmo a ciência chegou a um consenso. Existem pesquisas, mas nenhuma comprovação.

O homossexualismo não fere a legislação, e sim a cultura e a religiosidade.

Precisamos trabalhar a diversidade no contexto total da escola. Isto quer dizer que temos que fazer um exercício de reflexão a respeito dos nossos próprios conceitos. Aqueles com os quais crescemos e aprendemos de nossos pais como certos, e que diante dos novos comportamentos nos causam revolta e estranheza.

A diversidade na escola deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, para que se contemple sempre entre os alunos a flexibilidade e o respeito às opções sexuais de todos os cidadãos, privilegiando a sociabilidade na escola e na sociedade.

Poderá ser solicitar o desenvolvimento de pesquisas, onde o aluno poderá formular conceitos e a partir deles sua formação intelectual.

Em relação ao desenvolvimento precoce da sexualidade poderemos solicitar apoio com pessoas especializadas para realização de palestra sobre o assunto com pais, e alunos.

#### 11.4. Prevenção ao Uso Indevido de Drogas

A necessidade de que ações de prevenção ao uso de drogas sejam realizadas nos diferentes âmbitos da sociedade, é uma prioridade cada vez mais debatida no mundo atual. O consumo de drogas lícitas e ilícitas estão atrelado aos problemas sociais críticos, como violência, defasagem escolar e a crescente busca por poderio econômico, gerando um círculo que estimula a busca por um poder aquisitivo rápido e fácil. Além das consequências geradas para a sociedade existem aquelas que se direcionam ao indivíduo em si, aquele que consome drogas, delas não recebe retorno considerado favorável, por atingirem sua capacidade intelectual e social.

O consumo do álcool e do cigarro, apesar de serem drogas lícitas, também está ligado a fatores preocupantes, visto que, este tipo de drogas tem certo amparo por parte da sociedade, são tão comuns e presentes no âmbito social, que são toleradas por seus constituintes. Isso tem levado a um ciclo vicioso, no qual a cada dia há mais consumidores, devido ao estímulo recebido na sociedade e mesmo no seio familiar. Essa aceitação deste tipo de drogas induz ao uso daquelas que são ilícitas, que trazem consequências desastrosas para o indivíduo.

Considerando que o problema gerado pelo elevado consumo de drogas cresce a cada dia, é necessário que sejam realizadas ações de conscientização. A escola possui papel importante na formação do cidadão, por conta disso, é uma porta aberta para a busca da prevenção e conscientização acerca do uso de drogas, que ajuda o educando a optar em favor de uma vida mais saudável.

Entretanto, existem muitas dificuldades, dúvidas e anseios por parte da escola e seus educadores, tendo por base que este problema vai além dos muros escolares. Há a necessidade de um trabalho conjunto entre escola, sociedade, poder público e família, para que se encontrem soluções flexíveis e plausíveis ao problema.

Nesse sentido, se deve buscar observar os educandos, para que se consiga obter um parâmetro do problema na escola e, a partir disso, realizar projetos e trabalhos que visem um aluno consciente, porém de forma constante, para que a problemática das drogas possa ser trabalhada de maneira mais tranquila e sensibilizadora por parte dos educadores sempre relacionando com

os conteúdos curriculares de forma a buscar diferentes práticas e conhecimentos.

Portanto, as questões relacionadas às drogas precisam ser trabalhadas pedagogicamente, envolvendo ações preventivas permanentes e integradas ao currículo e cotidiano da escola, ou seja, ser trabalhado em todo ano letivo e não apenas em determinado período ou alguma data específica. Neste sentido, há a necessidade de se inserir o assunto sobre drogas tanto lícitas, quanto ilícitas, no currículo escolar dentro das diversas disciplinas da educação básica.

A participação do educando no processo de socialização da problemática das drogas é algo que se faz necessário, tendo por base o contexto em que crianças, jovens e adultos se encontram em uma crescente marginalização das drogas e participação destas na sociedade, mesmo que essa participação ocorra de forma indesejada pela maior parte dos indivíduos. Tal consideração nos leva a realização de ações por parte de todos os professores como: debates, análises críticas de filmes e textos, levando o aluno a repensar e valorizar sua identidade, suas relações familiares e sociais sempre enfatizando e contrapondo ao uso de drogas. Tendo em conta também, que é necessária a observação dos resultados em todos os alunos, principalmente aqueles em que se observa o consumo e comercialização das drogas, ou seja, em que se observa o contato direto com drogas, com estes se deve desenvolver um trabalho mais aprofundado e, quando necessário, o encaminhamento a órgãos competentes.

A escola é apenas um elo da corrente que envolve a problemática da prevenção as drogas, ou seja, ela não consegue resolver o problema, mas deve e pode dar a sua contribuição na busca por hábitos mais saudáveis pelo educando e sociedade. Buscando sempre a união de forças entre escola, família, sociedade e poder público para que realmente ocorram resultados e estes possam ser vistos e tomados por exemplos para a continuidade do trabalho.

Pedagogicamente, a Escola Municipal Dona Leopoldina aborda esse tema através de palestras (para pais, alunos e educadores) com profissionais da área da saúde, segurança, assistência social e professores; apreciação debates de vídeos; produção de cartazes; produção e apresentações de peças teatrais, paródias e músicas.

### 11.5. Enfrentamento à Violência na Escola

O tema da violência escolar tem sido uma preocupação de diversos segmentos sociais, sendo tratados em debates nas Instituições de Ensino Superior, nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Juizados da Infância e Juventude e nos últimos anos está presente de forma recorrente na mídia.

Crianças e jovens declaram que “Violência é tudo que machuca por dentro e por fora”, “A omissão é uma violência” e apesar da maioria dizer nunca ter sofrido violência, contraditoriamente, citam episódios em que sofreram xingamentos, preconceitos, ameaças, assaltos e assédios. De forma geral, os adolescentes consideram que o Brasil é um país violento e apontam como algumas razões para isso a desigualdade social, o uso de drogas e a banalização dos episódios de violência no cotidiano.

Outra dimensão apontada é a da violência da escola: esta se apresentaria na forma da discriminação (por sexo, raça, bullying, condição social, opção sexual, padrões de beleza); no não ensinar, criando o espaço sem sentido, espaço vazio, espaço cercado, assemelhando-se a prisões. Revela-se na indiferença, na confusão entre o comportamento privado e o comportamento público. É praticada tanto por alunos entre si como entre alunos e professores. É uma dimensão institucional, pois reproduz a pobreza e a desigualdade.

Aparecem na escola, também, e é importante chamar a atenção, questões que são reflexos da violência na casa. Violência na família, maus tratos, negligência, abandono, abuso sexual, assim como disputas que refletem a violência da localidade. Detectam-se padrões de vitimização que interferem no cotidiano escolar e exigem uma atenção redobrada.

A Escola Municipal Dona Leopoldina procura desenvolver um trabalho que objetiva superar a violência com ênfase na interação escolar e comunitária. Busca, desta forma, resgatar o espaço coletivo dentre os seus, de maneira a desenvolver a consciência de limites e responsabilidades, possibilidades e crescimento em direção a uma convivência socialmente construtiva.

Em relação aos tipos de violências citados anteriormente a comunidade escolar determinou práticas pedagógicas para diminuir a violência no ambiente escolar, tais como:

- Diagnosticar o tipo de violência;
- Encaminhar a equipe pedagógica;
- Convocação dos pais ou responsáveis, quando necessário;
- Convocação dos pais e patrulha escolar;
- Buscar parceria junto ao Conselho Tutelar e demais órgãos citados anteriormente conforme a gravidade da situação;
- Procurar auxílio junto ao órgão de Assistência Social do município.

### 11.6. História do Paraná

A lei 13.381/01 torna obrigatório um novo tratamento aos estudos do Paraná, os quais deverão ser distribuídos em outras matérias, e se basearem em bibliografia especializada.

A História do Paraná é um domínio de estudos de história do Brasil, voltado para a análise os fatos históricos atinentes ao Estado do Paraná. Atualmente a proposta para desenvolvimento dos estudos sobre o Estado do Paraná, pauta-se na contextualização dos fatos históricos e da própria realidade vivenciada. Sendo assim, o resgate histórico é importante bem como os aspectos geográficos, culturais, históricos, econômicos e políticos.

Portanto, considerando a necessidade de conhecer a própria realidade, entendemos que conhecer a História do Paraná, é indispensável em todos os níveis de ensino, pois possibilitará aos alunos um melhor conhecimento da realidade onde vivem, entendendo que o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e educacional são resultados das ações do povo paranaense e, de si como partícipe desse processo. As disciplinas de História e Geografia tomam a si a responsabilidade maior de conduzir os estudos sobre o Estado do Paraná, e as demais disciplinas contribuirão neste processo, em nosso estabelecimento ainda temos o projeto Hora Cívica, que se realiza semanalmente, onde se canta o hino Nacional e do Paraná com hasteamento e



arreamento da bandeira. Aborda-se a história do Paraná, também, através de degustação de pratos típicos paranaense; apreciação de arte local e regional.

### **11.7. Música**

Segundo o que determina a lei nº 11.769, sancionada em 18 de agosto de 2008, o ano de 2012 seria a data limite para que a música constasse como conteúdo obrigatório na grade curricular de todas as instituições de Educação Básica. O objetivo de tal medida não seria o de formar músicos, mas desenvolver a criatividade, a integração dos alunos.

A trajetória da música envolvendo o círculo social explica a importância de se utilizá-la como componente curricular, em suas imensas características, tem esta como uma cultura universal onde o conteúdo, notas, cifras utilizadas em determinado país é o mesmo para todos os outros.

Não existem muitos profissionais formados em música, normalmente o professor de arte acaba assumindo esta modalidade de ensino dando ênfase cada um em sua especialidade.

Cruvinel (2003) ressalta que no contexto contemporâneo acredita-se que através do ensino de música nas escolas, os alunos poderão ter uma educação musical transformadora, onde poderão vivenciar novas experiências tanto no âmbito individual quanto no coletivo. A partir da experiência em grupo, os alunos poderão vivenciar situações e dinâmicas, interagindo e socializando com os demais colegas, contribuindo para que sua formação musical e instrumental seja mais lúdica.

### **11.8. Sexualidade Humana**

A sexualidade, como um aspecto inerente ao ser humano, acompanha o indivíduo em cada fase da vida e se manifesta sob formas multifacetadas, portanto não é possível ignorar as diversas maneiras de expressá-la por parte de crianças e adolescentes no âmbito escolar. É através de comportamentos, que muitas vezes ignoramos, reprovamos, criticamos ou repreendemos, que o

estudante expresse seus anseios, suas angústias, seus medos, suas necessidades e suas dúvidas sobre a sexualidade.

As questões relacionadas com a sexualidade são apresentadas para os alunos pensando nas situações presentes em suas realidades imediatas, na diversidade cultural e nas questões de gênero.

Ao abordarmos as questões sobre a sexualidade humana, educamos para que meninas e meninos não sofram preconceito e discriminação em relação a suas preferências sexuais. Os adolescentes estão descobrindo e redescobrando a sua sexualidade e a de quem está a sua volta, portanto, faz-se necessário auxiliá-los quanto à melhor maneira de obterem respeito com o próprio corpo e com os que participam de sua vida.

### **11.9. Direitos da Criança e do Adolescente**

O Estatuto da Criança e do Adolescente especifica que toda criança deve ser protegida de ações que prejudiquem seu desenvolvimento. As transgressões a esse direito atinge parcela significativa de crianças e adolescentes, que têm seu cotidiano permeado por diversas formas de violência nos diversos ambientes em que vivem.

A Lei nº. 11.525 de 25 de setembro de 2007 acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 a obrigatoriedade da inserção de conteúdo, no currículo do Ensino Fundamental, sobre os direitos da criança e do adolescente, tendo como diretriz o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta abordagem faz parte do trabalho pedagógico realizado na escola, de forma interdisciplinar, tendo em vista nosso entendimento de que uma educação voltada para a cidadania deve ser capaz de promover uma reflexão sobre direitos, deveres e o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. A iniciativa visa reduzir o índice de violência contra e entre as crianças e os adolescentes, já que serão abordadas questões sobre os direitos e deveres de cada um despertando neles a noção de responsabilidade por seus atos, consequências e punição, bem como orientá-los a fim de que saibam identificar quando seus direitos são violados e se protegerem de abusos.

Sendo assim, as escolas de Ensino Fundamental devem incluir o ECA, em seu currículo escolar.

#### **11.10. Educação Fiscal e Educação Tributária**

A escola é o lugar onde se constrói o conhecimento e a formação de cidadãos críticos, reflexivos, conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar da vida econômica, social e política do país, compreendendo a realidade em que se situam, bem como desenvolver habilidades e valores prementes para a sua atuação e transformação da sociedade.

A educação fiscal e tributária no contexto escolar visa despertar o cidadão para a importância dos tributos e para o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos obtidos através da tributação, tendo em vista o retorno desses recursos para o benefício da população. Podemos contemplar os conteúdos referentes à educação fiscal e tributária em todas as disciplinas nos seus diferentes aspectos: na relação do Estado com a sociedade, no contexto social, no respeito à participação dos cidadãos, conhecer a importância, finalidade e aplicação dos recursos tributários na busca de soluções para os problemas sociais.

Os docentes abordam estes temas no programa “Jovens Empreendedores primeiros passos” (em anexo).

## **XII. AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS)**

### **12.1. Avaliação na Educação Infantil**

A avaliação na Educação Infantil deve ser entendida como processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil em seus vários aspectos: físico, cognitivo, intelectual, linguístico, afetivo, moral e social, sem o objetivo de promoção ou retenção, mesmo para o acesso ao Ensino

Fundamental, e sim o acompanhamento da forma como a criança se apropria dos conhecimentos trabalhados e como constrói estratégias de aprendizagens.

A avaliação deverá ser realizada por meio da observação, da reflexão e do diálogo, tendo como objeto as diferentes atividades da criança, representado, dessa forma, pelo acompanhamento do cotidiano escolar. A avaliação tem o papel fundamental de subsidiar permanentemente o professor, na organização e reorganização das ações pedagógicas junto ao universo das crianças.

A Deliberação 02/2014 do CEE, em seus artigos 17 e 18, explicita:

Art. 17 - A avaliação na Educação Infantil tem dimensão formadora, com o acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento das crianças e da apropriação do conhecimento, como suporte para a ação educativa.

§ 1.º - A avaliação deve subsidiar permanentemente o professor e a instituição, permitindo:

I - a organização ou reorganização das ações pedagógicas junto às crianças;  
II - a observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando o acompanhamento do cotidiano escolar, sem caráter comparativo em relação às demais crianças;

III - os registros sobre o desenvolvimento das crianças de forma contínua e sistemática para proceder as intervenções pedagógicas necessárias.

§ 2.º - A avaliação do processo da aprendizagem deve ser o indicador da necessidade de intervenção pedagógica, sem caráter seletivo da criança.

§ 3.º - São vedadas avaliações seletivas que levem à retenção de crianças no ingresso ao Ensino Fundamental.

Art. 18 - As instituições que ofertam Educação Infantil manterão sob sua guarda a documentação escolar de seus alunos.

§ 1.º - O registro descritivo e a frequência escolar fazem parte da documentação escolar do aluno, a ser expedida ao término da Educação Infantil ou nos casos de transferência.

§ 2.º - Os registros descritivos elaborados durante o processo educativo devem conter pareceres sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças. (Deliberação 02/2014 CEE)

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da observação e registro de forma contínua e descritiva através de um Parecer Descritivo, semestral que possibilita o acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidade das vivências proporcionadas na escola. Na escola o processo de avaliação é realizado, tomando como referência os objetivos estabelecidos, sem objetivo de promoção ou classificação dos discentes garantindo: a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; a utilização de múltiplos registros quantitativos e qualitativos realizados por adultos e

crianças (relatórios, portfólio, fotografias, desenhos, álbuns, etc.); a continuidade dos processos de aprendizagens para meio de criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/Instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, creche/pré-escola e pré-escola/Ensino Fundamental); documentação específica que permita as famílias conhecer o trabalho da instituição, junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; não retenção da criança.

A avaliação representa um exercício de observação direta do desenvolvimento da criança na aquisição de habilidades no uso das diversas linguagens e na integração com o grupo social.

Ao findar de cada semestre, todos os docentes envolvidos da Educação Infantil, utilizarão o Parecer Descritivo como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança, que permite uma análise reflexiva em relação ao processo de aprendizagem de cada uma. Segundo Hoffmann (2000), o relatório de avaliação é o registro que historiciza o processo de construção de conhecimento e provoca o olhar reflexivo do professor sobre os desejos, interesses, conquistas, possibilidades e limites no desenvolvimento da criança, tornando-a partícipe. Nesse sentido, o relatório de acompanhamento possibilita a interação criança/professor na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos no planejamento.

Em relação aos resultados do acompanhamento da criança, é importante que os professores dialoguem permanentemente, socializando todas as informações pertinentes ao seu desenvolvimento, discutindo com a equipe de apoio, com os demais professores e com a família, sempre que necessário, independentemente dos períodos destinados às reuniões, a fim de que a tomada de decisão se efetive em tempo de encaminhar ações, objetivando a resolução dos problemas detectados. Quando há mais de um professor trabalhando com as crianças em períodos diferentes, torna-se necessário retomar os registros elaborados pelo outro professor, discutindo os pontos que geraram dúvidas ou divergências, bem como analisando os processos desenvolvidos, confrontando-os com as informações fornecidas pela família, de modo a constituir pareceres

mais completos sobre o que é o objeto de trabalho da instituição escolar, inclusive.

Em suma, os registros da avaliação na Educação Infantil da Escola Municipal Dona Leopoldina ocorrem SEMESTRALMENTE, através de PARECER DESCRITIVO que aborda todos os aspectos do desenvolvimento da criança, conforme a periodicidade escolar adotado que é semestral.

## 12.2. Avaliação no Ensino Fundamental

O Conselho Estadual de Educação do estado do Paraná deliberou no ano de 1999, através da Deliberação 007/99, Normas gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio:

Art. 1.º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1.º - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2.º - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3.º - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo.

Art. 2.º - Os critérios de avaliação, de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devem constar do Regimento Escolar, obedecida a legislação existente.

Parágrafo Único - Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular do estabelecimento de ensino.

Art. 3.º - A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

§ 1.º - A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados.

§ 2.º - O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independente do respectivo tratamento metodológico.

§ 3.º - É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Art. 4.º - A avaliação deve utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos de ensino, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art. 5.º - Na avaliação do aproveitamento escolar, deverão preponderar os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinariedade dos conteúdos Parágrafo único. Dar-se-á relevância à



atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Art. 6.º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1.º - A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino e da aprendizagem, bem como à orientação do currículo.

§ 2.º - Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomado na sua melhor forma.

§ 3.º - Os resultados obtidos durante o período letivo preponderarão sobre os da prova final, caso esta conste do regimento.

Art. 7.º - Caberá ao órgão indicado pelo Regimento Escolar o acompanhamento do processo de avaliação da série, ciclo, grau ou período, devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem.

§ 1.º - O órgão será composto, obrigatoriamente, pelos Professores, pelo Diretor e pelos profissionais de supervisão e orientação educacional.

§ 2.º - É recomendável a participação de um representante dos alunos.

§ 3.º - A individualidade do aluno e o seu domínio dos conteúdos necessários deverão ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação.

Art. 8.º - A avaliação do ensino da Educação Física e de Arte, deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno.

Parágrafo único. A aprendizagem de que trata este artigo deverá levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas.

Art. 9.º - A avaliação deverá ser registrada em documentos próprios, a fim de serem asseguradas a regularidade e a autenticidade da vida escolar do aluno.

Art. 10 - O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente poderá obter a aprovação mediante recuperação de estudos, proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

Art. 11 - A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

§ 1.º - O processo de recuperação deverá ser descrito no regimento escolar.

§ 2.º - as propostas de recuperação deverão receber das mantenedoras as condições necessárias para sua execução.

Art. 12 - O estabelecimento de ensino deverá proporcionar recuperação de estudos, preferencialmente concomitante ao período letivo, assegurando as condições pedagógicas definidas no Artigo 1.º desta Deliberação.

Parágrafo Único - Entende-se por período letivo a carga mínima anual de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado às provas finais.

Art. 13 - A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos. Parágrafo Único - A recuperação de estudos realizada durante o ano letivo será considerada para efeito de documentação escolar.

Art. 14 - A recuperação, após o encerramento do período letivo, destina-se a corrigir as deficiências que ainda persistam, apesar dos estudos de recuperação realizados durante o período letivo.



Parágrafo Único - A época da recuperação de estudos, após o período letivo regular, será prevista no calendário escolar do estabelecimento.

Art. 15 - A recuperação de estudos, após o período letivo, destina-se a alunos: a) com frequência mínima de 75% do total das horas letivas; b) com resultados de aprendizagem abaixo dos parâmetros estabelecidos pela escola.

Art. 16- Os resultados da recuperação deverão incorporar-se aos das avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar.

Parágrafo Único - A proporcionalidade ou a integração entre os resultados da avaliação e da recuperação deverá ser estabelecida no Regimento Escolar (Deliberação 007/99)

Para se ter uma avaliação de qualidade os professores precisam discutir, planejar, elaborar, relacionar propósitos comuns, criando espaço para que a aprendizagem aconteça e caminhe com o aluno no processo de novas descobertas. Considerando que a formação do cidadão deve ser garantida através da apropriação de conteúdos estruturantes, propostas nas áreas do conhecimento e em cada uma das disciplinas que são avaliados.

Porém, ressaltamos aí, que se faz necessário também que o aluno esteja comprometido com o estudo e a escola, não esperando a avaliação tradicional (avaliação de uns poucos momentos/provas) para mostrar conhecimento, e sim, se preocupar com a avaliação diária, contínua, ou seja, em todas as atividades propostas e desenvolvidas, que o professor deve fazer baseado no interesse, comprometimento, participação e capacidade de entender e compreender, fazendo o seu melhor.

Cabe, portanto ao professor:

- Definir os componentes avaliativos (quais instrumentos) na sua área ou disciplina, como, por unidade de estudo, projeto ou trimestre, conforme proposta de trabalho/plano de trabalho docente;
- Diversificar as atividades avaliativas atendendo, assim, também a diversificação de habilidades e interesses dos alunos;
- Proporcionar momentos de revisão de conteúdos antes das avaliações/provas, bem como, na devolução das mesmas e outras atividades, fazendo um Feedback/realimentação, efetuando assim reforço pedagógico necessário;
- Devolver todas as atividades avaliativas, corrigidas com as devidas observações, contemplando o resultado obtido, compreendendo os seus

acertos, erros e equívocos, em tempo hábil (é de direito do aluno receber suas avaliações, seja provas ou trabalhos), orientando que a família tome ciência do rendimento/desempenho;

- Proporcionar momentos de reflexão e análise para suas turmas;
- Informar sobre os resultados obtidos, inclusive revertidos em notas, para cada vez mais construir uma autonomia crítica na produção de novos conhecimentos;
- Ouvir e adaptar aspectos positivos das suas aulas, detectando as possíveis falhas do educador e educandos, fazendo dos “erros” momentos de crescimento, oportunizando a auto avaliação e aprendizagem, culminando com um contrato didático para o trimestre seguinte;
- Registrar com controle rigoroso valores/notas e parecer descritivo conforme o caso, para fins de acompanhamento e informação, no Livro Diário de Classe Online, bem como, as oportunidades de recuperação optadas e realizadas.

A periodicidade escolar adotada pela Escola Municipal Dona Leopoldina do 1º ao 5º ano é o TRIMESTRAL.

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental será diagnóstica, contínua, cumulativa com a apropriação do conhecimento e registrada em PARECER DESCRITIVO, abordando todos os aspectos do desenvolvimento da criança, realizado de forma TRIMESTRAL, envolvendo todas as disciplinas da Matriz Curricular – Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Os processos avaliativos não interferem na progressão do aluno, desde que haja frequência mínima de 75% do total de dias letivos.

Do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental o sistema de avaliação adotado é o TRIMESTRAL; as disciplinas da Matriz Curricular – Base Nacional Comum e Parte Diversificada são de frequência obrigatória para o aluno; com registro de nota; é objeto de reprovação; utiliza-se a média aritmética com peso 10,0(dez vírgula zero), com os seguintes instrumentos de avaliação: avaliações (provas escritas ou orais), as quais terão no total valor 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (uma) prova e 01( uma) recuperação de prova por trimestre para disciplinas com até três aulas semanais e no mínimo 02 (duas)provas e 01 (uma) recuperação de prova para disciplinas com mais de três

aulas semanais. E trabalho(s) diversificado(s): (pesquisas, exercícios, relatórios, apresentações, etc.), o(s) qual (is) terão no total valor de 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatório aplicar no mínimo 01 (um) trabalho e 01 (uma) recuperação de trabalho por trimestre para disciplinas com até três aulas semanais, e no mínimo 01(um) trabalho e 01 (uma) recuperação de trabalho para disciplinas com mais de três aulas semanais. Ao final do trimestre o educador irá somar todas as notas das avaliações/trabalhos aplicados e dividir pela quantidade dessas avaliações. Conforme quadro:

Língua Portuguesa/ Matemática (5 aulas semanais)

Avaliação 1	Avaliação 2	Recuperação Av1+ Av2	Trabalho	Recuperação Trabalho
10.0	10.0	10.0	10.0	10.0

História / Geografia / ciências / Educação física / Arte / Inglês / Informática

(Até 3 aulas semanais)

Avaliação	Recuperação da Avaliação	Trabalho	Recuperação Trabalho
10.0	10.0	10.0	10.0

É vetada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

A promoção dos alunos (a partir do 2º ano) se dará através do resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, conforme critérios e formas contratadas entre os interessados, baseada na fórmula:

$$MF = \frac{1^{\circ} \text{ trimestre} + 2^{\circ} \text{ trimestre} + 3^{\circ} \text{ trimestre}}{3} = \text{ou maior que } 6,0.$$

Considerando para efeito de promoção, todos os resultados obtidos durante o período letivo anual, bem como, apresentar frequência igual ou

superior a 75% da carga horária prevista no Calendário Escolar e amparada pela LDB, Lei n.º 9394/96.

A avaliação da aprendizagem deverá ser feita, principalmente, com base em aspectos qualitativos (desempenho em sala de aula). Os aspectos quantitativos (notas de provas) assumem um valor secundário para promoção de nível.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida, conforme a matriz curricular, sendo avaliados presencialmente ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas ou orais, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Para fins de promoção ou certificação serão utilizados vários instrumentos avaliativos adotados durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá preferencialmente na presença do professor.

Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), de acordo com a Resolução n.º 794/04 – SEED.

Paralelamente ao processo de ensino e de aprendizagem todos os alunos, independente do resultado atingido, terão direito à recuperação de estudos. Na recuperação os conteúdos serão retomados e os encaminhamentos metodológicos modificados para, assim, assegurar a possibilidade de aprendizagem.

A média final para promoção corresponderá ao somatório das notas trimestrais devendo os mesmos atingirem a nota mínima de 6,0 (seis vírgula zero).

Os resultados das avaliações e recuperações dos educandos serão registrados no Livro Diário de Classe Online, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando.

Aluno portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelas habilidades que é capaz de desenvolver.



Alunos deverão ser avaliados por diferentes instrumentos avaliativos segundo o entendimento do professor da disciplina.

A cada trimestre o docente deverá usar, no mínimo, dois instrumentos avaliativos para as disciplinas com até três aulas semanais e, no mínimo, quatro instrumentos avaliativos para as disciplinas com mais de três aulas semanais, podendo ser: provas com e sem consulta no material didático, pesquisas, dramatizações, apresentação oral, cartazes, maquetes, portfólio, desenhos, debate, relatórios, resumos, dentre outros.

O Ensino Religioso a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental, como componente curricular, é de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, não há menção de nota e não é alvo de retenção de aluno.

A Disciplina Língua Estrangeira Moderna Inglês, por sua vez, há menção de nota a partir do 2º ano, sem caráter classificatório.

I. Parecer Descritivo do 1º ano do Ensino Fundamental:

<b>PARECER DESCRITIVO</b> <b>1º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
 ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  Decreto de criação nº305/78 de 01/03/1962	Aluno (a): _____  Turma: _____ Turno: _____  Professor (a): _____  Ano: _____		
[S] Sim    [P] Parcialmente    [N] Não			
LÍNGUA PORTUGUESA			
LEITURA	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Participa dos momentos de leitura/escuta com atenção e formula perguntas.			
Compreende textos lidos pelo professor de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.			
Relaciona e compreende frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temas lidos pelo professor ou outro leitor experiente.			
Faz tentativas de leitura de textos de diferentes gêneros: poemas, cantigas, tirinhas, dentre outros apresentados pelo professor.			
Antecipa sentidos e ativa conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos pelo professor.			
ORALIDADE	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Participa das interações orais em sala de aula, argumentando, sugerindo e respeitando cada momento de fala.			
Produz intervenções orais em situações públicas: exposição oral, contação de histórias, cantigas, poemas.			
Identifica semelhanças sonoras em sílabas e em rimas.			
ESCRITA	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Reconhece e escreve o seu nome completo.			
Reconhece e nomeia as letras do alfabeto, diferenciando-as de números e outros símbolos.			
Reconhece a ordem alfabética e seus usos em diferentes gêneros.			
Faz tentativas de escrita atendendo a diferentes finalidades de acordo com a sua hipótese de escrita.			
NÚMEROS E OPERAÇÕES	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
Identifica números nos diferentes contextos e em diferentes funções: placa de carro, número de telefone, quantidade de elementos, medidas, etc.			
Elabora, compara, confronta e valida hipóteses sobre as escritas e leituras numéricas, analisando a posição e quantidade de algarismos e estabelecendo relações entre a linguagem escrita (representação simbólica)			

e oral.			
Estabelece relações de semelhança e de ordem, utilizando critérios diversificados (desenhos, algarismos) e materiais manipuláveis para classificar, seriar e ordenar coleções.			
Resolve e elabora situações problemas que envolvam os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades.			
<b>ESPAÇO E FORMA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Desenvolve noções de tamanho, de lateralidade, de localização, de direcionamento, de sentido (por exemplo: dentro, fora, vizinhança, fronteira, atrás, na frente, em cima, embaixo, à direita, à esquerda, entre e no meio).			
Identifica, nomeia e representa as formas geométricas básicas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo.			
<b>GRANDEZAS/MEDIDAS/TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Identifica e ordena unidades de tempo, usando expressões como: antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã, dentre outras.			
Compara tamanho, distância, largura, altura, comprimento, espessura e identifica: maior, menor, igual, mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, etc.			
Identifica informações relacionadas à matemática apresentadas em diferentes suportes textuais (anúncios, gráficos, tabelas, propagandas, etc.)			
<b>HISTÓRIA/GEOGRAFIA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Conhece sua história como individual inserido em sociedade, em um tempo e um espaço, numa família e em uma escola.			
Identifica e expressa através da oralidade e diferentes registros as características/condições dos grupos de convívio, atualmente e no passado.			
Identifica semelhanças e diferenças a partir dos lugares em que vive, percebendo a ação transformadora do ser humano pelo trabalho e a utilização de recursos naturais ao longo do tempo.			
Desenvolve noções de localização espacial (dentro e fora, ao lado, entre), temporal (ontem, hoje, amanhã, manhã, tarde, noite, dia/noite, semana, mês, ano) e linguagem cartográfica (orientação, escala, cores, legendas).			
<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Percebe o que os ambientes (ar, água, solo, luz e calor do sol, plantas e animais) têm em comum e suas relações de interdependência.			
Estabelece relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e necessidades vitais.			
Reconhece as partes do corpo e a importância do cuidado com a alimentação, higiene, repouso, lazer e atividade física.			
Compreende as relações entre ciência, sociedade, tecnologia e meio ambiente, utilizando informações e experimentos para construção do conhecimento sobre o universo.			
Demonstra atitudes de valorização e de respeito pelo meio ambiente nos diferentes espaços de convivência: sala de aula, escola, casa, comunidade.			
Contribui para a conservação e a manutenção do ambiente imediato em que			



vive valorizando os recursos naturais.			
<b>ARTE</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Participa das atividades que envolvem a musicalidade, artes visuais, a dança e o teatro, expressando-se de forma clara, prazerosa e espontânea.			
Reconhece e utiliza os elementos que constituem as linguagens artísticas, expressando-se de forma variada suas ideias, pensamentos e sensações, com habilidade e destreza.			
Respeita, convive e valoriza a sua produção artística, dos colegas e de artistas, em diferentes ambientes.			
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Desenvolve movimentos básicos de locomoção			
Desenvolve movimentos básicos de manipulação			
Desenvolve movimentos básicos estabilização			
Se expressa corporalmente através de atividades rítmicas e expressivas, realizando a imitação e representação de sentimentos.			
Identifica os contrastes, direções e lateralidade.			
Demonstra conhecimento sobre partes do próprio corpo, bem como no corpo do outro.			
Compreende as atividades propostas.			
Demonstra atitudes de respeito com o professor e colegas.			
Coopera com o professor e colegas durante a organização e realização das atividades			
Apresenta interesse na execução das atividades propostas.			
<b>L. E. M. Inglês</b>	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
Identifica os vocábulos referentes aos tópicos desenvolvidos em cada unidade.			
Demonstra sensibilidade, ritmo e gosto pelas atividades musicais.			
Participa ativamente das atividades lúdicas; gosta de brincar/interagir com os outros.			
	<b>1º TRIM</b>	<b>2º TRIM</b>	<b>3º TRIM</b>
<b>FALTAS</b>			
Ass. pais/responsáveis			

A Deliberação n. 07/1999 – CEE, assegura que as disciplinas de Educação Física e de Arte adotem procedimentos avaliativos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno. Dessa forma, foi elaborada,

para cada turma, a partir do Currículo Básico da AMOP, fichas específicas as quais constam critérios a serem observados e avaliados durante as aulas. Para as turmas de Infantil 4 e 5 são anexadas ao Relatório Descritivo dos alunos, para o 1º ano está inserida no Parecer Descritivo, para o 2º, 3º, 4º e 5º anos são anexadas ao Livro Registro de Classe do docente.

FICHA AVALIATIVA EDUCAÇÃO FÍSICA				
ALUNO(A):		ANO LETIVO:		
PROFESSOR(A):		TURMA / TURNO: Infantil 4		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		Legenda: S - Sim (Realiza) N - Não (Não Realiza) P - Parcial (Realiza com dificuldades)	Semestre	
			1º	2º
1	Movimentos Fundamentais	Corre		
		Salta		
		Lança		
		Recebe		
2	Coordenação:	Óculo manual		
		Óculo pedal		
3	Compreende posição, e localização e direção	Em cima/ Embaixo		
		Na frente /Atrás / Ao Lado		
		Perto/longe		
		Dentro/fora		
4	Postura Corporal – Equilíbrio	Estático		
		Dinâmico		
5	Imita e dramatiza personagens em jogos e brincadeiras			
6	Reconhece sons e reproduz ritmos diversos.			
7	Se expressa corporalmente em atividades com ritmos: dança, brincadeiras cantadas e cantigas de roda			
8	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com o Professor			
9	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com os Colegas			
<b>Observações:</b>				

FICHA AVALIATIVA EDUCAÇÃO FÍSICA				
ALUNO (A):			ANO LETIVO:	
PROFESSOR (A):			TURMA / TURNO: Infantil 5	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		Legenda: S - Sim (Realiza) N - Não (Não Realiza) P - Parcial (Realiza com dificuldades)	Semestre	
			1º	2º
1.	Movimentos Fundamentais	Corre		
		Salta		
		Lança		
		Recebe		
		Chutar		
		Quicar		
		Galopar		
		Saltitar		
2	Coordenação:	Óculo manual		
		Óculo pedal		
3	Compreende posição, localização e direção	Em cima/ Embaixo		
		Na frente /Atrás / Ao Lado		
		Perto/longe		
		Dentro/fora		
4	Postura Corporal – Equilíbrio	Estático		
		Dinâmico		
5	Imita e dramatiza personagens em jogos e brincadeiras			
6	Reconhece sons e reproduz ritmos diversos.			
7	Se expressa corporalmente em atividades com ritmos: dança, brincadeiras cantadas e cantigas de roda			
8	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com o Professor			
9	Demonstra atitudes de respeito e cooperação com os Colegas			
<b>Observações:</b>				

### 12.3. Avaliação na Educação de Jovens e Adultos

As avaliações, para fins de promoção ou conclusão, são obrigatoriamente presenciais, respeitando o ritmo do educando, sendo os resultados expressos em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Ao final da Etapa, a média mínima exigida para aprovação é de 6,0 (seis vírgula zero), (Resolução n.º 794/04 – SEED) em todas as áreas de conhecimento e frequência igual ou superior a 75% da carga horária prevista.

Em cada Etapa há 02 (dois) registros de nota, podendo haver, ao final da Etapa, retenção do educando por não atingir a média mínima (6,0), ou se tiver frequência inferior a 75% da carga horária prevista.

A média da Etapa (ME) corresponde a soma dos 02 registros (R) divididos por 02 (dois).

A fórmula de cálculo da média aritmética da Etapa é a que segue:

$$\frac{1R + 2R}{2} = ME$$

2

A oferta da recuperação de estudos dar-se-á concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, será: paralela, contínua e permanente.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas ou orais, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Para o processo avaliativo será utilizado o somatório, seguindo o pré disposto para o educandário conforme regimento escolar, com os seguintes instrumentos de avaliação: utiliza-se a média aritmética com peso 100, com os seguintes instrumentos de avaliação: avaliações (provas escritas ou orais), as quais terão no total valor 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (uma) por bimestre para disciplinas com até três aulas semanais e no mínimo 02 (duas) para disciplinas com mais de três aulas semanais. E trabalho(s) diversificado(s) (pesquisas, exercícios, relatórios, apresentações, etc.), o(s) qual (is) terão no total valor de 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo obrigatório aplicar no mínimo 01 (um) por bimestre para disciplinas com até três aulas semanais e no mínimo 02 (dois) para disciplinas com mais de três aulas

semanais. Ao final do bimestre o educador irá somar todas as notas das avaliações/trabalhos aplicados e dividir pela quantidade dessas avaliações.

É vetada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

Paralelamente ao processo de ensino e de aprendizagem todos os alunos, independente do resultado atingido, terão direito à recuperação de estudos. Na recuperação os conteúdos serão retomados e os encaminhamentos metodológicos modificados para, assim, assegurar a possibilidade de aprendizagem;

Os resultados das avaliações e recuperações dos educandos serão registrados no Livro Diário de Classe, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

O aluno com necessidades educativas especiais deverá ser avaliado não por seus limites, mas pelas habilidades que é capaz de desenvolver.

### **XIII. RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS**

Como já dito anteriormente, paralelamente ao processo de ensino e de aprendizagem todos os alunos, independente do resultado atingido, terão direito à recuperação de estudos. Na recuperação os conteúdos serão retomados e os encaminhamentos metodológicos modificados para, assim, assegurar a possibilidade de aprendizagem. Após a retomada o professor ofertará a todos os alunos um novo instrumento de avaliação, possibilitando, dessa forma, recuperar também a nota.

A recuperação também poderá ser individualizada e/ou coletiva, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos orientados pelo professor para atender aos alunos com déficit de conteúdo e/ou dificuldades de aprendizagem.

Nesta compreensão propomos que:

- Todo aluno tem direito a recuperação de conteúdos, portanto o professor deve oportunizar possibilidades a todos;

- Retomar o conteúdo modificando os encaminhamentos metodológicos para assegurar a possibilidade de aprendizagem;

- Os docentes orientarão trabalhos, pesquisas, atividades complementares com a finalidade de revisar e recuperar o conteúdo trabalhado em classe, assimilado de forma insuficiente, com apresentação oral e/ou escrita;

- Oportunizar a diversificação de instrumentos avaliativos, atendendo a diversidade de habilidades;

- Oportunizar, paralelamente às aulas, momentos de monitoria em pequenos grupos de alunos, agrupando-os com diferentes níveis e habilidades de aprendizagem;

- As retomadas de conteúdos devem acontecer sempre que o professor perceber que os objetivos não foram concretizados;

- Os momentos de retomada de conteúdos deverão ser identificados e citados para ciência do educando e família;

- Os instrumentos avaliativos de recuperação deverão ser corrigidos com as devidas observações, contemplando o resultado obtido, compreendendo os seus acertos, erros e equívocos;

- No final do trimestre, o professor deverá atribuir uma nota ao desempenho dos alunos nos diversos instrumentos e/ou momentos de recuperação de conteúdos, uma vez que a recuperação de notas é uma consequência da recuperação dos mesmos, e fazer o registro de nota no Livro Diário de Classe.

- Para cálculo da média trimestral após o registro da nota de recuperação (valendo 10,0) será usada a fórmula:

somatório das notas + recuperação = média trimestral

2

- No registro do SERE, será utilizado a média em que o aluno obteve melhor rendimento (ou somatório de notas do trimestre ou a média após a recuperação);

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de

exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito.

### 13.1 - Reforço Escolar

Durante as aulas de reforço pode-se constatar as dificuldades presentes no processo de aprendizagem dos alunos que apresentaram dificuldades no acompanhamento das aulas, e amenizá-las através de atividades diferenciadas que envolva os alunos de forma participativa, tendo se como pressuposto básico que tais dificuldades não podem ser encaradas como uma espécie de limitação, nem por professores e tão pouco pelos alunos. Ambos devem sentir-se capazes, tendo em mente que somente o ritmo de aprendizagem que é diferente e não as pessoas nela envolvidas.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, lei n.º 9.394 de 20/12/1996 – título II, art. 3º, que apresentam, entre outros, os princípios de “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e (...) IX - garantia de padrão de qualidade;” educação escolar pública de qualidade deverá ser garantida pelo Poder Público, mediante as ações governamentais do Estado e Municípios a fim de que sejam efetivados os incisos educacionais nela previstos. A fim de concretizar tal dispositivo, o Governo Federal apresenta sobre esta mesma Lei, em seu capítulo II, Art. 24, inciso V, que, mediante ao fracasso escolar do aluno, haverá “possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;” e “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar;” (BRASIL, 1996).

Com o objetivo de reforçar o aprendizado ministrado em sala de aula o Reforço beneficia alunos matriculados no Ensino Fundamental permitindo a eles o acesso a aulas extras, que são ministradas no contraturno escolar sob a orientação de um professor, concursado na rede pública municipal.

Para que o de reforço tenha um bom resultado, ele precisa ser bem estruturado e intensivo, por isso, é interessante que o horário e a duração já estejam pré-estabelecidos e acordados com a família.



A equipe pedagógica deve organizar um espaço para que as aulas de reforço aconteçam. É importante que esse local conte com a estrutura adequada para as aulas.

O ingresso do aluno na sala de reforço deve ser através de sondagem diagnóstica realizada pela professora regente e equipe pedagógica, isso indicará quais são as áreas de conhecimento em que aluno precisa ser estimulado.

O desenvolvimento individual dos alunos será registrado em portfólio e comporá também seus conceitos trimestrais. Havendo avanço dos alunos, eles poderão ser substituídos por novos alunos. As aulas de reforço se dão conforme houver necessidade e de acordo com o ritmo de aprendizagem dos alunos.

A LDB no seu artigo 12 prevê que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para recuperação dos alunos entendendo-se assim, a necessidade de viabilizar a introdução de mudanças qualitativas nas rotas de trabalho.

As atividades da Sala de Reforço desenvolvidas na Escola devem ter como finalidade o aluno e o sucesso do processo de ensino e de aprendizagem. O acompanhamento e monitoramento constante fornecem indicadores para atingir os objetivos propostos e efetivar a continuidade ou não das ações previstas.

O acompanhamento desse aluno será feito pelo professor e equipe gestora da escola.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina, o atendimento acontece a partir do 2º ano, 3º ano e 4º ano. Alunos do 1º e 5º ano serão atendidos em casos excepcionais, quando houver disponibilidade de horários.

O **reforço escolar** tem função essencial nos objetivos da educação: o ensino e a aprendizagem de qualidade. Independente do método de ensino, a aprendizagem nunca é a mesma para todos.

As dificuldades aparecem de diversas formas, seja por **fatores intrínsecos** (características afetiva e cognitivas do aluno), **extrínsecos** (metodologias adotadas e estrutura escolar), ou por falta de recursos que coloquem o conteúdo no contexto que o aluno entenda.

O professor responsável pelo apoio se apresenta como uma força extra para auxiliar no processo de aprendizagem, nos momentos em que o aluno esteja com mais dificuldade em um determinado conteúdo.

Dessa maneira, o reforço pode ser tratado como uma forma de permitir que a criança, tenha contato por mais tempo com aquele conteúdo que tenha mais dificuldade em compreender.

Outro grande benefício do apoio escolar, é que muitas vezes o aluno não aprende determinada matéria por não entender a linguagem utilizada por seu professor em sala de aula, mas se outro professor explicar o mesmo conteúdo de uma maneira diferente, utilizando outros recursos, esse aluno consegue compreender melhor e aprender o que está sendo ensinado.

Essa nova linguagem utilizada pelo professor de apoio escolar, além de diferenciada, pode conter estratégias ou dependendo do conteúdo alguns macetes/material manipulável, e esse pode ser todo o diferencial para o processo de aprendizagem do aluno.

Nesse contexto, o apoio escolar tem o propósito de romper barreiras de desigualdade de raciocínio e auxiliar o entendimento de conceitos ensinados em sala de aula, de maneira personalizada.

## **XIV – PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO ESCOLAR**

### **14.1. Classificação**

A classificação do aluno em qualquer série/ano/período/semestre/etapa/ciclo/fase/bloco do Ensino Fundamental e Médio, exceto para a 1ª série do Ensino Fundamental, independente de escolaridade anterior, prevista na alínea c, do Artigo 22, da Del. nº 09/01 - CEE, exige as medidas administrativas contidas no Artigo 23, da mesma Deliberação.

O resultado da avaliação será registrado em ata. As cópias das atas de classificação e das avaliações deverão ser arquivadas na Pasta Individual do aluno, dispensando-se o envio de cópia da ata à CDE/SEED.

A idade do aluno deverá ser compatível com a série/ano/período/semestre/etapa/fase/bloco, para a qual for declarado apto a cursar.

A classificação do aluno não vinculado a estabelecimento de ensino poderá ser realizada em qualquer época do ano, sendo que o controle da

frequência far-se-á a partir da data efetiva da matrícula, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 5º, da Del. N. 09/01 – CEE.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina a classificação é feita da seguinte forma:

- a) O aluno e a família são comunicados da classificação;
- b) É formada uma comissão de professores, equipe pedagógica, secretária e direção garantindo a presença de todas as disciplinas da Base Nacional Comum ou onde houver lacuna. Estes professores orientam o aluno sobre os conteúdos, elaboram avaliações e fazem as correções;
- c) É feita uma ata onde são determinadas as orientações pedagógicas bem como o resultado obtido;
- d) O registro no SERE é feito conforme rege a Instrução no 02/09 DAE/CDE/SEED.

#### **14.2. Reclassificação**

A Instrução nº02/09 DAE/CDE/SEED prevê que a reclassificação destina-se ao aluno com matrícula e frequência no estabelecimento de ensino, que avaliará o seu grau de desenvolvimento e experiência, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatíveis com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar. A reclassificação dar-se-á de acordo com a Proposta Pedagógica, o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino e ao disposto na Instrução Conjunta nº 20/08-SUED/SEED.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina a reclassificação é feita da seguinte forma: A escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatíveis com sua experiência e desempenho, independente do que registra o seu histórico escolar. Qualquer aluno pode participar do processo de reclassificação, desde que haja interesse por parte do aluno e da família. Pedagogicamente a reclassificação acontece também com uma comissão em que participam diretor, pedagogo, secretária e professores de todas as disciplinas envolvidas, os quais elaboram avaliações e as corrigem. Todo o

processo de reclassificação é registrado em ata, as avaliações são arquivadas na pasta do aluno e o registro no SERE segue a Instrução nº02/09 DAE/CDE/SEED.

### **14.3. Adaptação/Aproveitamento de Estudos**

O aluno poderá requerer aproveitamento de estudos realizados com êxito equivalente ao ofertado neste estabelecimento escolar, amparado pela legislação vigente, nos casos de matrícula inicial, transferência e prosseguimento de estudos.

### **14.4. Regime de Progressão Parcial**

Conforme a Instrução nº02/09 DAE/CDE/SEED e DELIBERAÇÃO N.º 09/01 CEE, a matrícula com progressão parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 03 (três) disciplinas, em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes, conforme artigo 17 da Deliberação nº 09/01-CEE.

A Escola Municipal Dona Leopoldina não oferta Progressão Parcial. Os alunos que vêm transferidos com dependência e ou adaptação são atendidos com plano especial de estudos, ou seja, o professor responsável pela série e disciplina em questão é comunicado, indica conteúdos que devem ser estudados pelos alunos, sendo definidos dias para as avaliações.

É feita uma ata em livro próprio em que o aluno e a família são comunicados como também esclarecidos sobre o processo. A Equipe Pedagógica acompanha o processo. O registro dos alunos em Dependência e ou Adaptação é feita no Livro de Registro de Classe em uma série na qual o aluno fará a Adaptação ou Dependência. Quando houver mais de 6 (seis) alunos, usar-se-á um livro novo, registrando a que se destina.

### **14.5. Classificação, Reclassificação e Aproveitamento de estudos para**

## EJA

A EJA fase I segue as orientações da Instrução N.º 13/2017 – SUED/SEED que delibera sobre procedimentos para o processo de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos, dos estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, das instituições de ensino vinculadas ao Sistema de Ensino do Paraná.

O aluno, classificado, reclassificado, recebido por transferência e/ou com comprovante de escolaridade, será matriculado conforme tabela abaixo:

Ensino Fundamental/ou Correspondente	EJA– Ensino Fundamental – Fase I
2º ano	1ª Etapa
3º ano	2ª Etapa
4º ano	3ª Etapa
5º ano	4ª Etapa

Caberá à equipe de direção:

a) cumprir os trâmites legais para realização dos processos de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos;

Caberá ao corpo docente:

a) encaminhar ao(a) pedagogo(a) o(a) estudante que demonstrar experiência e desempenho escolar compatíveis com a possibilidade de avanço por meio do processo de reclassificação;

b) elaborar e corrigir, sob a orientação do(a) pedagogo (a), os instrumentos avaliativos que possibilitem uma análise do desempenho escolar do(a) estudante, a partir da seleção de conteúdos básicos para a carga horária da(s) disciplina(s). Corrigir os instrumentos avaliativos, diagnosticando seus resultados e atribuindo-lhes valor, conforme tabela da Instrução Normativa N.º 13/2017 – SUED/SEED

Caberá à secretaria escolar:

a) lavrar em Ata todos os procedimentos que legalizam o processo de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos em conformidade com a Instrução nº 02/09-SUED/SEED, bem como os respectivos registros nos documentos escolares;

b) matricular o(a) estudante na série/etapa compatível com o resultado,

após processo de classificação, reclassificação ou aproveitamento de estudos;

c) arquivar na Pasta Individual do(a) estudante as atas e instrumentos avaliativos referentes ao processo de classificação, reclassificação ou aproveitamento de estudos.

## **XV – ATUAÇÃO DAS INSTANCIAS COLEGIADAS**

### **15.1 - Associação de Pais, Mestres e Funcionários-APMF.**

A APMF, Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental, fundada em 01/03/1962, na unidade escolar Grupo Escolar Dona Leopoldina, é uma sociedade civil sem fins lucrativos de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar, sede na Rua Cruz Alta, 609, município de Quatro Pontes, estado do Paraná, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A associação tem finalidade geral colaboradora na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público – comunidade – escola – família.

Constituem finalidades específicas da APMF, a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que a caracteriza principalmente por:

- a) Interagir junto à escola com o instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;
- b) Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
- c) Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;

- d) Cooperar na observação dos equipamentos e prédios na unidade escolar;
- e) Administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação da APMF, os recursos provenientes de convênios, doações e arrecadações da entidade.

A APMF compõe-se de:

- Diretoria
- Conselho Fiscal
- Suplentes Colaboradores

## 15.2 - Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógico, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Há um Conselho de Classe trimestral do processo de avaliação da série ou período a que pertence.

O Conselho de Classe tem, entre outras atribuições, debater e analisar durante o processo de avaliação, todos os intervenientes na aprendizagem. Aprovar ou reprovar o aluno que após a Recuperação Paralela e término do 3º trimestre se encontrar em situação limítrofe.

A presidência do Conselho de Classe está a cargo do Diretor que, em sua falta ou impedimento, será substituído pelo Supervisor de Ensino ou Orientador Educacional ou Coordenador Pedagógico.

O que se busca no Conselho de Classe é identificar o porquê do insucesso de alguns alunos, como atitudes de apatia, desinteresse, descaso, omissão e outros sintomas demonstrados durante o trimestre. É importante avaliar onde a ação do professor, ou a linha de trabalho, ou até mesmo a estrutura da escola podem estar sendo geradores dos problemas.

É neste momento que os profissionais devem avaliar seu trabalho e atuação, propondo novas ações, atitudes, roteiros e regras para o próximo



período fazendo o registro das ações e propostas indicadas, como: “contrato didático” com os alunos e para o professor, como “ação didática” incluindo no plano de aula do professor que está sendo desenvolvido.

O Conselho de Classe reúne-se ordinariamente em cada trimestre, em datas a serem definidas pela escola, e extraordinariamente, sempre que um fator relevante assim o exigir. O Conselho de Classe é realizado trimestralmente nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e semestralmente nas turmas da Educação Infantil. A partir dos relatos são lavradas atas em livro específico, em dias especificados no Calendário Escolar.

O colegiado pode reunir-se para realizar o Conselho de Classe por turma a turma ou, também, em momentos onde os docentes de todas as turmas reúnem-se para deliberar e analisar simultaneamente.

Faz-se também o pré-conselho com todas as turmas, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, onde os professores registram o crescimento dos alunos, observando sempre as necessidades individuais, buscando juntos esforços e mecanismos que melhorem o ensino-aprendizagem dos nossos alunos.

Suas atribuições são:

- Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, respondendo a consultas feitas pelo Diretor e pela Equipe Pedagógica;
- Analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que afetem o rendimento escolar;
- Propor medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na classe;
- Estabelecer planos viáveis de recuperação dos alunos, em consonância com o plano curricular do estabelecimento de ensino;
- Colaborar com a Equipe Pedagógica na elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário.

### 15.2.1. Conselho de Classe na Educação Infantil

Tem por finalidade:

- acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino e aprendizagem;
- acompanhar o desenvolvimento integral da criança, bem como a organização dos conteúdos e metodologias, propondo medidas e procedimentos para melhoria dos resultados;
- Trata-se de um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos;
- Compartilhar informações sobre a classe e sobre cada aluno a partir da utilização de múltiplos registros realizados (relatórios, fotografias, desenhos, portfólio, etc.) para embasar a tomada de decisões para melhoria do processo ensino e aprendizagem;
- Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino e aprendizagem;
- Analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e processo de avaliação que afetem o desenvolvimento integral da criança;

O Conselho de Classe será organizado a partir de três dimensões:

I. Pré Conselho de Classe, composto pela equipe gestora – direção e coordenadores pedagógicos, professores e outros membros da comunidade escolar - que se reúnem para discutir os dados, problemas e proposições;

III. Conselho de Classe, composto pela equipe gestora – direção e coordenadores pedagógicos, professores e outros membros da comunidade escolar - que se reúnem para discutir os dados, problemas e proposições levantados anteriormente;

III. Pós-Conselho, são os encaminhamentos das ações previstas no Conselho de Classe, que podem implicar em: retomada do PTD (conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação), retorno aos pais ou responsáveis, além de encaminhamentos para situações mais específicas e individuais.

### **15.2.2. Conselho de Classe nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na EJA**

Tem por finalidade:

- acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino e aprendizagem; diagnosticar resultados, analisar e interpretar dados de aprendizagem, desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o procedimento metodológico;

- Propor medidas e procedimentos para a melhoria do aproveitamento escolar, adequando planos curriculares e encaminhamentos metodológicos para obter um resultado mais positivo.

- Trata-se de um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, portanto, soberano, tem o poder de decidir sobre a aprovação ou reprovação de alunos, que após apuração dos resultados finais não atinja o mínimo estabelecido pela instituição, levando-se em consideração o desenvolvimento do aluno até então.

### **15.3 - Conselho Escolar**

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria do Estado da educação observando a constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social específica da escola. Com o objetivo de estabelecer, para o âmbito da escola, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor. O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, afim de garantir o cumprimento de sua função que é ensinar. É composto pela diretora,

supervisora, coordenadoras, um representante técnico administrativo, um representante dos pais (APMF), um representante dos professores e um representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (associação de moradores, sindicatos instituições religiosas, entre outros).

## **XVI. PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO E TRANSIÇÃO**

### **16.1. Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental**

A Educação Infantil historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, o primeiro ano do Ensino Fundamental que se encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na Educação Infantil e passa ser o aluno aprendiz por natureza no Ensino Fundamental.

A falta de articulação entre as classes do pré-escolar em Educação Infantil e primeiro ano do Ensino Fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente por que elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

A Escola Municipal Dona Leopoldina considera importante, nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela esta criando os alicerces de sua personalidade.

A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

### **16.2. Articulação do Ensino Fundamental: anos iniciais com os anos finais**

## do Ensino Fundamental

No intuito de fazer com que o aluno tenha uma transição tranquila nos anos de estudos, mantendo a motivação e o interesse no aprendizado, é preciso repensar o papel da escola nas duas pontas do processo. Isso, muitas vezes, envolve um trabalho conjunto entre unidades e redes de ensino distintas, já que, em geral, o jovem cursa os anos iniciais do Ensino Fundamental em uma instituição do município e os anos finais do Ensino Fundamental em uma estadual. A iniciativa de alguns gestores tem mostrado que ações simples são bastante eficazes para amenizar a mudança.

- Promover atividades de adaptação aos alunos egressos do 5º ano, a fim de que, no 6º ano os mesmos continuem tendo avanços em sua aprendizagem, no seu desenvolvimento pessoal e nas suas relações com a coletividade;
- Conscientizar os professores das peculiaridades desta faixa etária, da mudança de rotina, da necessidade de um olhar pedagógico diferenciado, com vistas ao maior conhecimento do aluno e à adequação metodológica;
- Permitir e viabilizar o desenvolvimento de ações voltadas a adaptação do aluno no 6º ano, com ações por parte dos professores, da equipe pedagógica e diretiva e dos pais, em conjunto com a escola municipal.

O Colégio Estadual Quatro Pontes desenvolve parceria com a Escola Municipal Dona Leopoldina no desenvolvimento deste projeto. No terceiro trimestre, os alunos do 5º ano são convidados a irem até o colégio estadual participarem de atividades de socialização com o ambiente físico e professores. Neste primeiro contato os alunos têm algumas aulas com os professores do 6º ano e, também, são informados sobre matrícula, materiais e rotina do educandário. Para deixar o momento mais lúdico são desenvolvidas atividades recreativas em conjunto com os alunos que já estudam no 6º ano.

## XVII – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE

De acordo com a Instrução 08/2015 SEED/SUED, a hora-atividade constitui-se no tempo reservado aos professores em exercício de docência para

estudo, avaliação, planejamento, participação em formação continuada, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida na instituição de ensino onde o profissional atua em horário normal das aulas a ele atribuídas.

O professor tem 8 horas atividade semanais. Nas horas atividades é responsabilidade do professor: Participar dos cursos de formação continuada; planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídio o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Plano de Trabalho Docente; participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas; planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar; discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar; analisar e planejar ações de intervenções sobre os resultados avaliativos internos e externos dos educandos, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Os professores da Escola Municipal Dona Leopoldina utilizam o livro didático, revistas, jornais, internet, Sistema Aprende Brasil, Portal Sem Fronteiras, como fonte de pesquisa para planejar suas aulas. O índice de leitura entre os professores vem aumentando, bem como o uso da internet e a participação em cursos à distância.

A hora-atividade do professor da EJA acontece de forma concentrada na escola em uma noite, sendo que nesta noite os alunos da turma ao qual o mesmo é regente são atendidos por outro professor. Este professor tem horaatividade proporcional à quantidade de horas trabalhadas com os alunos.

## **XVIII. PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE**

A relação família-escola comunidade-escola está entre os mais importantes fatores para a melhoria da aprendizagem. Estas parcerias devem basear-se na participação da família e da comunidade na vida escolar do aluno.

No decorrer do ano letivo, a Escola Municipal Professor Dona Leopoldina promove diversos momentos em que a família dos alunos e a comunidade local é convidada a participar da programação escolar e do processo educativo, uma vez que tanto a família como a comunidade local são referenciais fundamentais para a formação do educando.

A escola tem o papel de ensinar juntamente com a comunidade e formar para a cidadania e instruir o indivíduo sobre seus direitos e deveres como parte integrante da sociedade favorecendo a participação dos alunos em relações sociais. A proposição de uma instituição social deve, sem sombra de dúvida, exercer uma função educativa junto aos pais, e estas se revelam a partir de uma prática de discussões que primem por informar, aconselhar e encaminhar os mais diversos assuntos. Dessa forma, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral para o cidadão, em cumprimento com as exigências legais da sociedade.

A família é o primeiro grupo social a qual a criança pertence e é através desse convívio com a família que a criança vai desenvolver padrões de socialização, pois os pais são responsáveis em ensinar os primeiros passos a criança, e os primeiros conhecimentos e a escola da continuidade a esse processo, é por isso que a participação ativa da família é de fundamental importância.

Para acompanhar e participar o processo de ensino e de aprendizagem, a família dos alunos é comunicada através de bilhetes sobre os acontecimentos da escola como, por exemplo: atividade em contraturno e complementação de carga horária, viagens de estudos, reuniões, assembleias, dentre outros.

Quando envolve apenas alguns alunos ou é assunto específico, a família é comunicada através de bilhete nominal e/ou contato telefônico, como por exemplo: problema de saúde, baixo rendimento escolar, recuperação de estudos, indisciplina, faltas sem justificativa, descumprimento às normas da escola, etc.

No final de cada trimestre, a família de todos os alunos é convocada a receber o boletim escolar e tomar ciência do rendimento escolar do mesmo, dialogando com professores, coordenação e direção.



Ainda, a equipe realiza, eventos abertos às famílias e comunidade local, como, por exemplo: palestras, mostra de trabalhos; festa junina; ações entre amigos.

A APMF, juntamente com a equipe escolar realiza eventos locais como festa junina, ação entre amigos, etc., nos quais toda a comunidade do município é convidada a participar e prestigiar.

O Conselho Escolar, APMF, direção, coordenação e professores frequentemente realizam encontros para discutir, avaliar e planejar ações, as quais envolvem a comunidade e famílias, como, por exemplo: reforma e manutenção do espaço físico da escola, construção permanente do PPP.

A equipe docente e direção oferecem palestras com diferentes temas e profissionais aos alunos e famílias, como: ECA, participação da família na formação; violência; bullying, cyberbullying, sustentabilidade, gestão de resíduos sólidos, dentre outros temas pertinentes.

Além desses momentos formais, a escola está permanentemente aberta para receber a família dos alunos e a comunidade local.

## **XIX – PROPOSTA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL**

Conforme os documentos nacionais e internacionais que resguardam os direitos universais, a educação é um dos direitos básicos e inalienáveis de toda e qualquer pessoa. Ao contrário da integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola, a inclusão prevê sua transformação de modo a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos.

A Constituição Federal de 1981 define a inclusão social e educacional como “direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). O artigo 55 da Constituição Federal postula que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino; e no artigo 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização,

à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 dispõe sobre a proteção integral da criança e estabelece o direito à educação como prioritário e a oferta do atendimento educacional especializado pela escola como previstos na Constituição. Apresenta grande evolução conceitual quanto ao direito à diferença, à convivência comunitária e o atendimento às necessidades educacionais especiais. Esse documento assegura a todas as crianças “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus professores e o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência” (Art.35).

A inclusão educacional constitui a prática mais recente no processo de universalização da educação. Ela se caracteriza em princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana.

Segundo Sanchez (2005):

"a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social."

Dessa forma, o papel da escola consiste em favorecer que cada um, de forma livre e autônoma, reconheça nos demais a mesma esfera de direito que exige para si. Esta concepção permite concluir que o conceito de inclusão engloba também aqueles que de certa forma são excluídos da sociedade e não somente alunos com deficiências.

Sendo assim, a educação inclusiva abrange também alunos acometidos de alguma doença ou impossibilidade, alunos oriundos de populações nômades

e etnias, além dos alunos em situação de risco, entre outros.

Somente a partir da Declaração dos Direitos Humanos (1948) fica assegurado o direito à educação fundamental para todas as minorias, entre elas as pessoas com deficiência, tendo como objetivo o desenvolvimento pleno da personalidade humana. A garantia desse direito surge pela primeira vez, em nosso país, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/61 que dispôs sobre a educação de excepcionais preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei nº 5.692/71 veio garantir o tratamento especial para os alunos com deficiência e superdotação, reforçou a criação de políticas especiais, a ampliação de escolas especiais financiadas pelo poder público e a criação de classes especiais na rede pública de ensino. Paradoxalmente, o que se pode observar, no Brasil, foi a expansão e criação de escolas especiais por todo o país.

Observa-se que os dispositivos legais já apontavam para a redução dos mecanismos de exclusão, das desigualdades de oportunidades, para a ampliação de acesso e permanência de crianças com deficiência nas escolas públicas e privadas. Valoriza a convivência comunitária e a oportunidade da criança ser conhecida no seu bairro e frequentar a mesma escola com as demais crianças de sua idade.

## **XX – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Assegurada pelo modelo humanitário igualitário desenhado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), a Educação se apresenta como “direito de todos”. Um direito que deve ser promovido e incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, pautada nos princípios de igualdade de condições, liberdade de aprendizagem e ensinagem, pluralismo de ideias e concepções para o exercício pedagógico, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da Educação, gestão de ensino democrática e, por último, mais igual em importância, a garantia do padrão de qualidade (incisos I a VII) (Brasil, 2004, p. 126).

A avaliação institucional constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a avaliação institucional articula as avaliações, possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema (Oliveira et al., 2004, p. 21).

Dessa forma, a avaliação institucional torna-se um instrumento de reorientação do trabalho educativo, com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se à crescente exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

A escolha por este tema se deu em função da minha experiência profissional, pois, como pedagoga da rede municipal na cidade de Alagoinha/PB, percebo a necessidade que o coletivo escolar tem para construir instrumentos que possibilitem um acompanhamento sistemático de nosso trabalho, ou seja, não podemos esperar que avaliações externas ditem as regras a respeito de como deve ser direcionado nosso projeto educativo. Percebe-se então que avaliações em larga escala não abarcam os diferentes fatores e toda a complexidade que envolve e atinge o processo de ensino-aprendizagem.

A elaboração deste material é resultado da minha prática docente e tem como objetivo geral realizar uma reflexão sobre a gestão institucional na rede municipal de ensino na cidade de Alagoinha e como desenvolve sua gestão democrática. Essa perspectiva surgiu visando identificar os desafios a serem superados pelo coletivo escolar e, ao mesmo tempo, servir de subsídio para a tomada de decisão quanto aos rumos do trabalho educativo desenvolvido nas escolas municipais na cidade em pesquisa.

A avaliação institucional deve ser construída de forma coletiva, sendo capaz de identificar as qualidades e fragilidades das instituições e do sistema, subsidiando as políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aperfeiçoamento da gestão escolar e da educação pública ofertada.

Uma escola é uma instituição pública do ensino, melhor dizendo, de educação. Ela cumpre uma finalidade que é coletiva, social e pública e, por

consequente, tem importância para a sua comunidade escolar e para o conjunto da sociedade que a mantém. Interessa também ao sistema educacional em que está inserida – suas relações, determinações, possibilidades e limites, sua autonomia, enfim, sua forma de organizar-se e prestar o serviço público de educação a que se propõe.

Um dos pontos centrais é a preocupação com o caráter educacional da avaliação, na medida em que incorpora, além da tomada de consciência dos indivíduos sobre o seu papel e o da instituição, um constante processo de negociação, desde a decisão de iniciá-lo até sua implementação e utilização dos resultados, o que se efetiva mediante a participação coletiva e organizada de todos os interessados:

A avaliação institucional começa muito antes que esteja pronto o seu desenho, que estejam elaborados os seus instrumentos e se levarem os primeiros dados da realidade a ser avaliada. Ela principia pela decisão da instituição, não importa que no começo seja somente através de um grupo pequeno, em geral da administração superior o mais importante é que aos poucos uma parcela considerável da comunidade assuma esse empreendimento como essencial à melhoria da instituição.

Não basta apenas reconhecer as diferentes dimensões de uma instituição, é necessário também perceber até que ponto estas funções estão integradas e articuladas entre si. A avaliação institucional precisa ser um empreendimento que busque e possibilite a tomada de consciência sobre a instituição e precisa ser um processo voltado à instrumentalizar todos que tomam decisões.

## **XXI – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida - de certa forma quase instantânea -, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. Isso significa que cabe à escola possibilitar

a construção do conhecimento dos alunos, já que os livros e a internet, por exemplo, disponibilizam, sobretudo, apenas informações. A formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar os alunos na construção de conhecimentos, e não apenas no acúmulo de informações.

A formação continuada de professores tem sido entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores. Ela é realizada após a formação inicial e tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos alunos.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina, o plano tem por objetivo atender à necessidade de se estar avaliando a prática pedagógica a realimentar a prática do EDUCADOR da Ed. Infantil e Ensino Fundamental, acrescentando novas experiências à sua prática pedagógica, através da participação dos educadores em eventos (cursos, seminários, simpósios, palestras, oficinas, grupos de estudos e reuniões pedagógicas).

Os objetivos são:

- Acompanhar estudos e pesquisas realizadas na área da Educação
- Analisar os problemas relacionados à prática de ensino, visando a melhoria da qualidade do trabalho na educação das crianças;
- Oportunizar aos educadores condições de análise e realimentação da prática na educação das crianças;
- Buscar aprimoramento através da troca de experiências, estudo de textos e análise da prática do cotidiano.

Na Escola Municipal Dona Leopoldina, a formação acontece com a participação em eventos (cursos, seminários, simpósios, palestras, oficinas, entre outros), grupos de estudos, reuniões pedagógicas, entre outros.

## **XXII - PROPOSTA PEDAGÓGICA DO RECREIO INTERATIVO**

**PÚBLICO ALVO:** Discentes de todas as turmas da instituição: Infantil 4, Infantil 5, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

**PERÍODO:** Período letivo, de acordo com Calendário Escolar – homologado pelo NRE, a partir de 2019.

**PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:** Serão responsáveis em observar e/ou desenvolver atividades monitoradas no Recreio Escolar: direção, coordenação pedagógica e docentes habilitados, de acordo com Parecer CEB-MEC 02/2003, na quantidade de profissionais suficiente para observação das atitudes e comportamentos dos alunos e garantir maior segurança e a real efetivação do Recreio Interativo.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** De acordo com o Parecer CEB-MEC 02/2003, o período reservado ao recreio escolar pode ser considerado como de trabalho escolar efetivo e, como tal, integrar a carga horária mínima de 800 horas previstas na LDB para a Educação Básica, desde que atendidas as condições expostas no parecer.

Nesta perspectiva as atividades do recreio estarão incluídas no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, bem como no Plano de Trabalho Docente, e os alunos serão permanentemente observados e acompanhados durante o recreio por profissionais habilitados e as percepções, obtidas durante o período de observação das atitudes e comportamentos dos alunos sejam trabalhadas com os demais professores para contextualização em sala de aula;

**PROPOSTA DAS ATIVIDADES:** As atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola.

Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, para o cultivo da intimidade dos alunos, sendo que na liberdade de ação dos alunos que serão observados seus comportamentos, as ações, reações, e experiências, sendo estas percepções posteriormente trabalhadas com os demais professores em sala de aula;

As atividades dirigidas apresentam um grande potencial pedagógico para o processo de aprendizagem dos alunos para além do espaço da sala de aula. Nesta prerrogativa além das atividades livres, serão desenvolvidas atividades dirigidas (não obrigatórias, respeitando o direito e liberdade do aluno em optar em participar ou não das atividades sugeridas, no recreio/intervalo).



Nesta perspectiva serão propostas atividades diversificadas, como: tênis de mesa, varal de leitura, hábitos alimentares, cantigas de roda, jogos de tabuleiro, brinquedos e brincadeiras pedagógicas, entre outras, em espaços como parquinho, quadra esportiva, pátio, etc.;

**CONTROLE DE FREQUÊNCIA:** Conforme especificado no Parecer CEB-MEC 02/2003, para o controle de frequência, não há necessidade da instituição elaborar um livro de chamada específico, pois o recreio, nada mais é do que um intervalo nas atividades letivas do turno, cuja frequência e conteúdo já estão registrados no Livro Diário de Classe do professor regente da turma.

**FORMAS DE REPASSE DAS AÇÕES, REAÇÕES E COMPORTAMENTO DOS ALUNOS AO COLEGIADO:** Os profissionais que acompanharão o recreio escolar terão a seu dispor um caderno para realizar apontamentos relevantes que ocorrerem durante este período. Nos momentos de Conselho de Classe, trimestralmente, o colegiado poderá discutir e refletir sobre os fatos relatados e sugerir intervenções pedagógicas para a melhora qualitativa das relações sociais e aprendizagem dos discentes.

O repasse também poderá ser realizado em momentos como encontros pedagógicos, reuniões, hora-atividade, etc. quando assim necessário for.

## **XXIII – PROGRAMAS E PROJETOS**

### **23.1 Programa AGRINHO**

#### **Objetivo**

Levar informações sobre uma questão de saúde e segurança pessoal e ambiental.

#### **Metodologia**

O concurso é realizado todos os anos nas categorias: redação, desenho e município Agrinho. Serve a um só tempo como instrumento de avaliação e do alcance das atividades. São desenvolvidas experiências pedagógicas, um relato dos professores sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educandos.

#### **Avaliação**

O Programa Agrinho é excelente e tem melhorado a cada ano. O material que é ofertado aos alunos e aos professores são com temas atuais e muito bem elaborados, despertando a criatividade e o interesse da escola como um todo.

### **23. 2. Programa COOPERJOVEM**

É um Programa da Organização das Cooperativas Brasileiras, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo desde 2000, que integra as ações da Gerência de Promoção Social e está inserido da Diretriz de Promoção Social do Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Desenvolvido em cooperativas educacionais e escolas em todo o Brasil, por meio de atividades educativas baseadas nos princípios, valores e virtudes cooperativistas. Visa reforçar o 5º e o 7º princípios do cooperativismo adotado em todo mundo, respectivamente: Educação, Formação e Informação e o Interesse pela Comunidade, viabilizando a transformação e aprimoramento da prática educativa a partir da cultura da cooperação.

O cooperativismo é um sistema socioeconômico que tem, desde sua origem, a educação como base para seu desenvolvimento, tornando-a um dos princípios que norteiam sua prática. Assim, educar para a cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua, a participação e a democracia são compromissos das cooperativas que assumem a responsabilidade de disseminá-la.

Neste contexto, o Sescop estruturou o Programa Cooperjovem de forma a proporcionar à comunidade escolar uma reflexão sobre sua realidade que possibilite uma mudança comportamental e atitudinal pautada na educação cooperativa.

#### **Objetivo Geral**

Desenvolver e implementar uma proposta metodológica de educação baseada na relação ensino-aprendizagem, construída a partir de valores que embasam a doutrina do cooperativismo como: justiça social, solidariedade, participação, liberdade, igualdade, equidade e autonomia; direcionada aos

educadores e educandos das escolas públicas e cooperativas educacionais, nos níveis fundamental e médio.

### **Objetivos Específicos**

- Dotar as escolas públicas e cooperativas educacionais de meios para a inserção e o desenvolvimento do tema cooperativismo em seu currículo.
- Promover o intercâmbio entre escola/cooperativa, escola/escola e cooperativa/escola.
- Disseminar valores e princípios cooperativistas.
- Qualificar educadores e/ou técnicos (multiplicadores) em cooperativismo e na Metodologia do Programa para capacitarem outros educadores das escolas/cooperativas parceiras.
- Disseminar e/ou fortalecer a cultura da cooperação nas escolas e nas cooperativas educacionais.
- Desenvolver práticas pedagógicas, em escolas de ensino fundamental e médio, além das cooperativas educacionais, que estimulem e propicie uma formação voltada para o cooperativismo.
- Valorizar, capacitar, estimular os educadores do ensino fundamental e médio para que sejam os principais animadores e orientadores da proposta.
- Estimular a organização de cooperativas experimentais, pelos alunos.

### **Metodologia**

Ver, julgar, agir e partilhar é a base pedagógica do programa, que utiliza um método dinâmico, buscando a melhoria contínua do processo.

É importante ressaltar que com esta metodologia busca assegurar a mobilização, a motivação, à organização e a capacitação dos indivíduos para esse trabalho conjunto. Para isso, a capacitação dos multiplicadores – em forma de oficina, cursos, seminários – privilegia o aprender fazendo, orientado para os objetivos e resultados do Programa, mobilizando instrumentos que facilitem a tomada de decisões e a implementação das ações necessárias.

"A metodologia desta fase está desenvolvida em 03 etapas do processo de capacitação: curso de capacitação dos multiplicadores, grupos de trabalho para o planejamento do conteúdo a ser aplicado em sala de aula e oficinas de aperfeiçoamento."

### **Avaliação**

A avaliação é um processo sistemático e não apenas um resultado. Desta forma, deverá ser desenvolvida de forma continuada, utilizando-se de vários instrumentos: provas, testes, trabalhos individuais e de grupo, observações sistemáticas, trabalhos de casa, etc.

É importante ressaltar que a avaliação não deve ficar restrita ao julgamento sobre sucessos e fracassos dos alunos, pois o importante é o conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar o processo pedagógico.

Este tipo de avaliação permite ações corretivas mais frequentes e maior probabilidade de absorção e aplicabilidade do conteúdo desenvolvido em sala de aula.

### **23.3. Projeto Conhecendo o Município**

O projeto CONHECENDO O MUNICÍPIO envolve os alunos dos 3º anos e tem por objetivo compreender o espaço geográfico em que vivem, suas heranças pessoais e coletivas.

Para compreendermos o mundo onde vivemos devemos nos integrar e refletir sobre a natureza e a sociedade, para que possamos interferir de uma maneira consciente.

Para a criança saber se localizar geograficamente, deve conhecer as fronteiras geográficas, o relevo, a vegetação, a hidrografia, as características sociais, culturais do lugar em que vive, bem como entender as relações que se estabelecem com a natureza na construção do espaço geográfico do seu município.

Ao proporcionar situações concretas como visita a locais turísticos, comércio, indústria e prestação de serviços tanto na zona urbana quanto na rural, o aluno percebe que toda mudança que ocorre no espaço depende da ação do homem e da natureza que é representada por rios, árvores, relevo, clima e demais elementos. O ser humano reelabora esses elementos e os transforma através do trabalho.

Através deste projeto o aluno será instigado a olhar a realidade com “olhos históricos” e a “pensar historicamente” aprimorando com isso, o pensar no passado, com uma sensibilidade estética, social e histórica, saber que os objetos presentes nos museus, falam dos nossos antepassados assim como os monumentos, o papel da memória, das manifestações culturais para a construção da História.

Através das atividades propostas às crianças podem iniciar a elaboração de conceitos por meio da sua ação e integração com o meio, tornando-os capazes de atuar na ampliação da compreensão da cidadania, dos espaços de atuação, dos valores democráticos e dos vínculos com os grupos sociais aos quais pertencem. Todos somos sujeitos históricos, todos somos cidadãos.

#### **23.4. Projeto de Educação Alimentar e Nutricional**

##### **Introdução**

O ponto chave do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) regido pela Lei nº 11.947/2009/FNDE e Resolução nº 26/2013/FNDE, é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE considera importantes ações educativas que perpassem pelo currículo escolar e que abordem o tema alimentação e nutrição. Incentiva, ainda, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, por meio de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional.

Uma das diretrizes da Resolução nº 26 determina a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que

perpasse o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. A Resolução registra que as ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

A EAN é uma das principais estratégias para a promoção da alimentação adequada e saudável, envolvendo um conjunto de ações fundamentais para se alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo, considerando todas as fases da vida, etapas de sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar, ou seja, se refere a aspectos relacionados ao alimento e à alimentação, aos processos de produção, abastecimento e transformação até os aspectos nutricionais.

Educar no âmbito da alimentação e nutrição é a construção conjunta de processos permanentes e contínuos para aprimorar a produção, a distribuição, a seleção e o consumo de alimentos, de forma adequada, saudável e segura. Também, como uma diretriz da educação alimentar e nutricional, encontra-se a valorização de hábitos e tradições culturais de cada indivíduo e do seu grupo social de convívio, além da conscientização cidadã sobre o desperdício de alimentos e sua utilização integral.

A implementação e execução dessas ações nas escolas, beneficiam as crianças por meio de orientação adequada sobre ingestão energética e de micronutrientes, além de promoverem modificações comportamentais precocemente. Fornecer essas habilidades a crianças nas escolas estimula e aumenta o conhecimento sobre a alimentação saudável. E, portanto, a oferta de informações promove o conhecimento (desmitificando algumas crenças e tabus)

sobre alimentos e nutrição, deixando clara a importância da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

Nessa perspectiva, a escola é um espaço privilegiado para a construção e a consolidação das práticas alimentares saudáveis em crianças, pois é um ambiente no qual atividades voltadas à educação alimentar e nutricional podem apresentar grande repercussão.

Todas as ações de promoção da alimentação saudável nas escolas são realizadas com base em alguns eixos prioritários, considerando e respeitando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais e regionais. A seguir destacam-se algumas formas para a prática de EAN na escola:

- **MULTIPLICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- **PALESTRAS COM OS NUTRICIONISTAS**
- **SEMANA DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE**

Para nortear a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional aliada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no currículo escolar, apresentam-se exemplos práticos a serem inseridos nas disciplinas.

A interdisciplinaridade em relação ao tema EAN se faz presente ações específicas a serem desenvolvidas em cada disciplina junto aos alunos:

**Geografia**

- Trabalhar com os alunos as comidas típicas da região;
- Trabalhar a vocação agrícola da região;
- Solicitar aos alunos pesquisa sobre os hábitos alimentares culturais no seu estado, país ou mundo;
- Fazer feiras na escola sobre a importância de cada país na alimentação atual;
- Explorar as hortas escolares e mostrar o benefício do alimento natural;
- Realizar pesquisas em sala de aula sobre os diferentes hábitos alimentares entre os alunos nas suas residências;
- Trabalhar as Leis relacionadas à alimentação escolar e Segurança Alimentar e Nutricional em comparação com a situação de outros países.

**Ciências**



- Trabalhar a importância do colorido dos alimentos por seus componentes bioquímicos;
- Trabalhar as contaminações possíveis pelo alimento: intoxicação alimentar ou química;
- Efeitos bioquímicos dos alimentos no organismo;
- Demonstrar os malefícios no corpo causados pelos agrotóxicos e pelos corantes contidos nas guloseimas;
- Trabalhar a diferença de alimentos tratados com agrotóxicos e alimentos orgânicos;
- Trabalhar os sentidos do corpo através dos alimentos (tato, olfato e paladar);
- Trazer o conhecimento da origem dos alimentos: árvore (nos galhos ou no tronco) ou terra (sob a terra ou abaixo da terra) ou água;
- Identificar os estados físicos utilizando os alimentos: líquido, sólido e gasoso;
- Identificar micro-organismos a partir das más práticas de higiene adotadas com os alimentos.

### **História**

- Origem dos alimentos;
- Alimentos mais antigos no mundo;
- Hábitos alimentares anteriores aos anos 2000;
- Reflexão: os alimentos atuais são mais saudáveis comparados aos de anos atrás?;
- Jogo da memória (figura do alimento e o par deve conter suas características e benefícios).

### **Matemática**

- Trabalhar a porcentagem e porções com base na pirâmide dos alimentos;
- Trabalhar a importância do porcionamento da alimentação escolar;
- Trabalhar de forma prática as unidades de medida;
- Formar conceito para os alunos sobre os parâmetros de peso corporal de acordo com a faixa etária.

### **Língua Portuguesa**

- Incentivar a pesquisa que resulte em redação sobre alimentos saudáveis e econômicos;
- Trazer temas sobre segurança alimentar e nutricional para serem dissertados e apresentados em sala de aula;
- Determinar a pesquisa de leis que incentivem a alimentação saudável para dissertação;
- Dissertações sobre a relação da alimentação e agravos de doenças não transmissíveis (diabetes, hipertensão, doenças coronarianas, entre outros);
- Incentivar a criação de historinhas sobre as frutas e hortaliças;
- Introduzir a leitura infantil de livros ilustrativos sobre os alimentos.

### **Educação Física**

- Aproximar a relação alimentação e esporte;
- Trabalhar a importância da alimentação saudável e os prejuízos causados pelos anabolizantes;
- Incentivar entrega de trabalhos relacionados a pesquisas dos diferentes grupos nutricionais para que aja entendimento sobre o tema;
- Realizar projetos com os alunos sobre avaliação alimentar e nutricional.

### **Arte**

- Produção de peças teatrais que contêm a história de personagens que carreguem o nome de alimentos;
- Realizar trabalhos em grupos que demonstrem a riqueza das cores dos alimentos.

### **Atividades complementares que abordem a EAN:**

- Trabalhar o assunto com os pais e comunidade;
- Buscar palestras sobre o funcionamento da alimentação escolar para a escola;
- Realização de o peso e altura dos alunos e as patologias relacionadas aos alimentos que o aluno possui (sempre anexar laudo trazido pelos pais);
- Informar sobre a higienização da caixa d'água no âmbito escolar;

Destaca-se que todas as ações desenvolvidas têm o objetivo de incentivar hábitos saudáveis, visão social própria dos alunos e/ou comunidade

sobre os alimentos e, ainda, buscar a disponibilidade a mudanças por parte do público atendido.

### **23.5. Justiça e Cidadania também se Aprende na Escola**

Publico alvo:

Alunos dos 5º anos da Escola Municipal Dona Leopoldina de Quatro Pontes.

Objetivo

O objetivo do programa é levar esclarecimentos à população, a partir das crianças, sobre questões de cidadania e Justiça. Como as crianças e adolescentes são agentes multiplicadores de informação, o programa possibilitará a difusão de conhecimentos sobre a Justiça e cidadania aos familiares e à comunidade, além de conscientizar sobre direitos e deveres, e a forma de exercê-los.

Justificativa

O programa busca, ao mesmo tempo, contribuir para a formação de crianças como agentes multiplicadores de saberes, como, também, propiciar a almejada integração entre o Poder Judiciário e a sociedade, permitindo aos magistrados conhecer melhor a realidade social, através de uma inserção qualificada no cotidiano escolar.

Etapas do Programa

Primeira etapa do Projeto o Magistrado Dr Renato Cigerza realiza formação com os professores regentes das turmas, após os estudantes recebem cartilhas didáticas sobre a Justiça e questões que envolvem os direitos e os deveres dos cidadãos reforçadas pelos esclarecimentos dos professores. Em um segundo momento, os acadêmicos de direito visitam as escolas para promover palestras sobre os temas tratados nas cartilhas.

Na sequência, os estudantes têm a oportunidade de conhecer a sede do Fórum da Comarcas de Marechal Cândido Rondon (e, com isso, vivenciam na prática a experiência de estar no local onde ocorrem as audiências e demais atividades do Poder Judiciário).

O projeto é encerrado com uma produção cultural dos alunos. Normalmente eles elaboram redações sobre os temas trabalhados, e os primeiros colocados recebem uma premiação. Também podem ser realizadas apresentações musicais no dia de encerramento do Programa.

### **23.6. PROERD - Programa de Resistência às Drogas e à Violência**

O PROERD é um programa preventivo e estratégico, tendo como objetivo ensinar as crianças a dizerem não às drogas e à violência.

As lições foram projetadas com base na teoria da aprendizagem socioemocional, que identifica as habilidades básicas e fundamentais para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Essas habilidades vão além da questão das drogas, pois ensinam as crianças dos 5º anos da rede municipal e particular a fazerem escolhas saudáveis em todos os aspectos da vida, promovendo a prevenção primária e a orientação para tomarem decisões seguras e responsáveis.

O programa instrui a criança a controlar seus impulsos, e a pensar nos riscos e nas consequências, elevando sua autoestima, solidificando noções de cidadania e de convivência harmoniosa, além de ensinar técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos colegas.

### **23.7. PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS - SEBRAE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O conceito de educação ao longo do tempo vai se modificando em face das necessidades de uma sociedade que evolui. Tendo em vista essa dinamicidade, os projetos educacionais precisam evoluir também. Na sociedade atual busca-se cada vez mais uma formação ampla que forme alunos/cidadãos capazes de gerenciar a própria vida, enquanto estudante e mais tarde, depois de adultos, como profissionais, atuar em uma sociedade cada vez mais carente de comprometimento e ética.

No município seguimos a legislação educacional prevista pela constituição e LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e como currículo o que está

previsto pela Base Nacional Comum Curricular e pelo Currículo da AMOP (Associação dos Municípios Lindeiros do Oeste do Paraná), mas o município busca sempre inovar melhorando seus índices e resultados educacionais proporcionando uma educação mais conectada com as necessidades sociais.

Sentindo necessidade de proporcionar essa formação mais ampla que forme um aluno/cidadão, o município celebrou o Convênio de Cooperação Técnica com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná – SEBRAE. O objetivo é melhorar a qualidade do ensino oferecido às crianças matriculadas no ensino fundamental nos terceiros e quartos anos das escolas municipais.

O SEBRAE desenvolve o programa JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos que se fundamenta a partir dos quatro pilares da educação da UNESCO que trabalha um conceito de educação em que o estudante é estimulado a aprender a aprender, a trabalhar em equipe, a aprender a gerenciar conflitos e respeitar as diferenças e a desenvolver condições para agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia.

Nesse sentido a educação empreendedora do programa vem de encontro ao que o município busca para suprir essa necessidade de uma educação que leve o aluno ao autoconhecimento e ao desenvolvimento de habilidades que o tornem apto para tomada de decisões que impactam não só a própria vida como a sociedade.

## OBJETIVOS

- Melhorar a qualidade do ensino oferecido às crianças matriculadas no ensino fundamental;
- Estimular a criatividade e o pensamento crítico no estudante para traçar plano e resolver problemas;
- Oferecer capacitação ao corpo docente para atuar com a metodologia de trabalho do JEPP;
- Desenvolver o Programa JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos em turmas de terceiros e quartos anos nas escolas municipais;
- Proporcionar ao aluno experiências educacionais em que ele possa se autoconhecer e atuar em coletividade;

## AVALIAÇÃO

Depois de vivenciar os encontros do livro realiza-se como atividade final uma feira em que os alunos empreendedores colocam em prática o que aprenderam durante o ano com a criação de uma empresa através de um plano de negócios com doze passos que abrangem desde identificar a oportunidade de mercado e definir um tipo de negócio, definir os clientes e identificar os concorrentes até avaliar os resultados do negócio.

Porém há todo um percurso em que a avaliação é constante e ocorre sempre depois de cada encontro estudado em que os alunos realizam o C.A.V. (Ciclo de Atividade Presencial) em que discutem como as atividades daquele encontro se desenrolaram com o objetivo de fazer uma autoanálise e corrigir falhas no desempenho de cada um.

### 23.8 – PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS PARA A PROVA HÁBIL E BRASIL

**Público Alvo:** Discente de 4º e 5º anos da Escola Municipal Dona Leopoldina.

**Período:** Realizar-se a no período de contra turno dos alunos do início do ano letivo até o momento da realização da prova.

**Profissionais Responsáveis:** No período matutino e vespertino a Prova Hábile e Brasil fica sobre responsabilidade da professora da disciplina que tenha hora a disposição nesse período.

**Fundamentação Legal:** Parecer CNE/CEBº24/2008, aprovado em 2 de dezembro de 2008, referente a projetos de reforço escolar.

Nesta perspectiva as atividades de reforço escolar pode acontecer de diversas formas, entre elas, através de cursos preparatórios como este descrito no presente texto.

No decorrer as atividades do cursinho os alunos serão acompanhados por uma professora habilitada. Este professor terá como função aplicar os simulados, corrigi-los e planejar aulas de recuperação sobre os conteúdos que

as crianças tiveram maior dificuldade, com a finalidade de sanar as dúvidas dos alunos, para que este tenha um bom desempenho na prova Saeb como também na sala de aula.

Todas as atividades realizadas com os alunos deverão constar no plano de aula do professor responsável e estarão incluídas no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

**Proposta de atividades:** Em momento de contra turno ao horário de estudos do aluno, a equipe pedagógica disponibilizará ao professor responsável pelo projeto, simulados de questões da Saeb.

A prova Hábile e Saeb com simulados disponibilizado pela Positivo, através do sistema de Ensino Aprende Brasil.

Ao final do período de reforço da Prova Hábile aplicada a prova pela supervisora escolar para verificação do aprendizado do aluno.

Os instrumentos utilizados pelo Hábile oportunizam uma coleta significativa de informações úteis, capazes de identificar áreas cujos resultados são satisfatórios e outras que precisam ser aprimoradas.

Com intuito de comunicar esses resultados às Secretarias de Educação e escolas, a Editora disponibilizará no portal **avaliaoepositivo.com.br** o relatório diagnóstico.

Os relatórios são compostos de gráficos, tabelas e parte descritiva explicando o conteúdo do resultado. Esses relatórios traduzem as especificidades dos resultados.

## **XXIV – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

O acompanhamento do Projeto Político Pedagógico é feito pelo corpo docente da escola, pelo setor administrativo, pela diretoria da APMF, pelo Conselho Escolar e pelas esferas superiores sempre que for necessário.

## **XXV - PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA**



O plano de Ação da escola consiste em um instrumento de trabalho dinâmico que tem como intuito proporcionar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas, com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido.

A elaboração do Plano de Ação da escola também é o momento de planejar para rever a prática educativa por todo o coletivo escolar. Nesse sentido, o planejamento dos objetivos, metas, ações e resultados esperados devem ser seguidos pela equipe de gestão, no início do ano letivo, prevendo os desafios a serem enfrentados no decorrer do ano.

O Plano de Ação é de responsabilidade da gestão escolar, elaborado sempre no início do ano letivo, pela direção e equipe pedagógica com a participação da comunidade escolar. O registro físico do mesmo ficará disponível com direção.

O planejamento dos objetivos, metas, ações e resultados esperados devem ser seguidos pela equipe de gestão, no início do ano letivo, prevendo os desafios a serem enfrentados no decorrer do ano, em conformidade com o diagnóstico dos indicadores da qualidade da educação.

POLÍTICAS	DIRETRIZES	AÇÕES
<p>* Melhoria da qualidade de ensino.</p> <p>* Valorização dos profissionais da Educação</p>	<p>* Organizar a Política de Educação da Escola.</p> <p>* Integrar <i>Escola e Comunidade</i> envolvendo-os no processo organizacional.</p> <p>* Dinamizar e orientar a APMF como suporte financeiro da escola.</p> <p>* Incentivar os professores na elaboração e desenvolvimento de projetos que associem, teoria trabalhada em sala a prática.</p> <p>* Proporcionar aos pais, alunos e funcionários, informações sobre assuntos diversos.</p> <p>* Estimular a participação dos docentes em cursos de capacitação.</p> <p>* Divulgar e comentar o uso da biblioteca.</p> <p>* Articular estratégias para resgatar o valor e a dignidade do profissional da Educação.</p> <p>* Estimular o crescimento profissional.</p>	<p>* Constante alimentação e atualização do Projeto Político Pedagógico da escola.</p> <p>* Realizar reuniões/encontros trimestrais, com entrega de boletins, confraternizações, palestras envolvendo famílias dos alunos e docentes;</p> <p>* Viabilizar recursos financeiros, no que diz respeito às condições físicas e materiais da escola através de Ações entre amigos, Bingos, Festa Junina, Festival do Pastel.</p> <p>* Através de atividades – vídeos, textos, teatro, dança, músicas e jogos esportivos, viagens de estudo, palestras, participação em projetos oferecidos.</p> <p>* Realizar palestras com profissionais de diferentes áreas de atuação.</p> <p>* Capacitações oferecidas pela SMED.</p> <p>* Através de atividades alternativas visando à recuperação paralela dos alunos.</p> <p>* Ampliar o acervo bibliográfico.</p> <p>* Possibilitar o empréstimo de livros de leitura infantil aos alunos.</p> <p>* adquirir acervo bibliográfico para leitura e pesquisa do professor.</p> <p>* Tratamento com respeito, solidariedade, colaboração e ética profissional.</p> <p>* Encaminhamento de propostas de interesse da classe.</p>
POLÍTICAS	DIRETRIZES	AÇÕES
<p>* Permanência do aluno na escola.</p>	<p>* Promover a integração entre os profissionais.</p> <p>* Tornar a escola um espaço atraente e criativo, identificado com os interesses do aluno.</p> <p>* Desenvolver um processo de ensino-aprendizagem voltado para a construção do conhecimento.</p> <p>* Incentivar a parceria dos pais na cooperação/responsabilidade para o progresso na educação de seus filhos.</p>	<p>* Participação em cursos, seminários, encontros.</p> <p>* Realização de encontros, comemoração de datas especiais.</p> <p>* Reuniões internas de confraternização e reflexão.</p> <p>* Promover o bom relacionamento entre: aluno/aluno, aluno/professor, escola/comunidade.</p> <p>* Acompanhamento do processo de aprendizagem em sala e pela coordenação pedagógica.</p>

		* Uso de métodos e técnicas diversificadas, de trabalho e avaliação, de acordo com as necessidades e individualidades dos alunos. *.Reuniões para discussão das novas práticas e metodologias. * Reuniões por turmas e entrega trimestral de boletins para conversa individual com os professores. * Encontros de confraternização, exposições de trabalhos, apresentações.
POLÍTICAS	DIRETRIZES	AÇÕES
* Melhoria da sociedade no exercício da cidadania. * Ato Cívico. * Ato Religioso Ecumênico * Reuniões Pedagógicas e Entrega de Boletins. * Semana da Alimentação.	* Exercitar a prática democrática no dia-a-dia da escola em diversas situações de trabalho. * Conscientização do amor à Pátria. * Conscientização do amor a Deus. * Repassar as ações e metas a serem desenvolvidas pelos professores no andamento escolar do aluno. * Informar os pais dos avanços positivos e negativos do aluno no processo de ensino/aprendizagem. * Despertar o gosto pela fruta. * Adquirir hábitos de alimentação mais saudáveis, levando o aluno a valorizá-lo. * Conscientizar que escola é lugar de tranquilidade, harmonia.	*.Comemoração de datas cívicas e folclóricas, acompanhadas de discussão e reflexão. * Envolvimento da comunidade escolar em discussões sobre o momento político e social do país. * Ato cívico semanal. * Hasteamento da Bandeira com Hino Nacional. (manhã). * Arreamento da Bandeira com Hino Nacional. (tarde) * Cantos, Mensagens e Apresentações com os líderes religiosos do bairro Alvorada. * Elaboração de lanche saudáveis na cozinha da escola e estimular os alunos a incorporarem em seu dia a dia; * Realização de trabalhos interdisciplinares, explorando o tema. * Projeto Alimentação Saudável, Saúde.

### Plano de Ação EJA

POLÍTICAS	DIRETRIZES	AÇÕES
Melhorias no processo ensino aprendizagem	-Campanha para incentivar os alunos a retornar os estudos. -Reuniões - exposição da proposta de trabalho; -Palestras de Motivação	- Visita nas casas dos alunos que desistiram; Divulgação em rádio e jornal; - Efetuar reuniões com os alunos com exposição de proposta de trabalho, metodologia, informações gerais, análise dos resultados de ensino-aprendizagem.
Relacionamento dos alunos e profissionais da escola.	- Promover a integração entre os alunos e profissionais.	- Realização de encontros em datas especiais; - Reuniões internas de confraternização e reflexão;

		- Roda de Chimarrão e bate papo; - Jantar de Integração.
Eventos da EJA	- Jantar festivo de encerramento - Comemoração do Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Estudante e Dia do Professor.	- Envolvimento dos alunos, famílias, comunidade, professores.
Visitas e Viagens de estudos	- Viagens de Estudos (Conhecendo o Município)	- Conhecer os pontos importantes do município

## XXVI – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – PPC

PPC é o documento da instituição de ensino que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. A PPC expressa os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina/componente curricular ou área do conhecimento, elencados na Matriz Curricular, assim como os conteúdos de ensino considerados como imprescindíveis à formação e emancipação dos estudantes. Tais conteúdos são selecionados e dispostos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino, o Caderno de Expectativas de Aprendizagem e legislações vigentes.

Assim, a base para a elaboração da PPC é a Matriz Curricular, com sua parte de Base Nacional Comum e de Parte Diversificada e/ou Flexível. Quando na instituição há mais de uma Matriz Curricular, estas formam partes distintas da mesma PPC, porém articuladas pelos parâmetros gerais expressos no PPP.

São elementos da PPC do Ensino Fundamental e do Ensino Médio:

- a Matriz Curricular contemplando as disciplinas ou componentes curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada/Flexível e a indicação da etapa e modalidade de ensino e/ou a área ou fase de estudos a que se destina;
- a organização do conhecimento: apresentação dos fundamentos teórico-metodológicos, objetivos, conteúdos, avaliação e referências de cada

disciplina/componente curricular ou área do conhecimento, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais e os documentos orientadores estaduais.

Nos cursos técnicos da Educação Profissional a organização do currículo se faz por meio a elaboração de Planos de Curso e no Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal, esta elaboração se faz por meio de proposta pedagógica.

Na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria, a instituição de ensino elabora sua PPC seguindo a organização do conhecimento disciplinar, amparado pela BNCC, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelos documentos estaduais, considerando as especificidades da modalidade.

Quando a instituição de ensino ofertar Educação Integral em Tempo Integral – Turno único deve incluir as disciplinas e componentes curriculares na PPC, organizando estes conhecimentos como os demais, ou seja, apresentando os Fundamentos, objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos, avaliação, resultados esperados e referências bibliográficas, de acordo com os documentos orientadores estaduais.

As Atividades dos Programas que compõe a Educação Integral em Turno Complementar não são registradas na Matriz Curricular, no entanto, a instituição de ensino deve elaborar a Proposta Pedagógica de cada atividade de acordo com os itens indicados no Sistema de Acompanhamento das Atividades de Complementação Curricular – Celepar/Seed e inseri-las nesse sistema.

No caso da instituição ofertar Programas específicos que não alteram a matriz curricular, como o Programa de Aceleração de Estudos (PAE) e a Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA), deve ser seguida a Proposta Curricular do documento orientador específico do programa, devendo esse ser indicado no marco operacional do PPP como uma estratégia de aprimoramento da educação a que a comunidade escolar aderiu.

A proposta pedagógica curricular das disciplinas tem como estrutura:

- a) Fundamentos teórico-metodológicos, justificativa e objetivos da disciplina/ componente curricular ou área do conhecimento;
- b) Conteúdos (separados por trimestre ou semestre, conforme definido pela Instituição de Ensino no Regimento Escolar);
- c) Encaminhamentos Metodológicos;
- d) Avaliação;
- e) Referências.

Essa estrutura será organizada em um único texto, considerando:

- a) Fundamentos teórico-metodológicos, justificativa e objetivos de cada disciplina

Apresentar e justificar a importância da disciplina/componente curricular ou área do conhecimento, explicitando o objeto de estudo. Refletir sobre questões como:

Por que o conhecimento dessa disciplina é importante como saber escolar?

Como esse conhecimento contribui para a formação do educando?

Enunciar os objetivos gerais da disciplina/componente curricular ou área do conhecimento, por ano/série, que indicam os resultados esperados do trabalho conjunto do professor e dos alunos, expressos na aprendizagem.

- b) Conteúdos

Para as disciplinas, relacionar o conteúdo estruturante e os básicos. Para os componentes curriculares inerentes à Educação em Tempo Integral e para instituições com matriz organizada por áreas do conhecimento relacionar os conteúdos conforme seus documentos orientadores.

- c) Encaminhamentos Metodológicos

Explicitar de forma geral a metodologia e as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas, em coerência com o PPP, observando os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados.

- d) Avaliação

Apresentar as práticas avaliativas a serem implementadas pelo professor que permitirão acompanhar o processo de apropriação do

conhecimento pelo aluno, considerando as legislações e normas vigentes, especialmente a instrução de avaliação vigente (Sued/Seed).

Os critérios e os instrumentos de avaliação são desdobramentos apresentados somente no Plano de Trabalho Docente, pois estes devem considerar as especificidades de cada turma, o que não cabe na PPC.

#### e) Referências

Relacionar as referências bibliográficas utilizadas na elaboração da Proposta, devendo conter, no mínimo:

Diretrizes Curriculares Orientadoras da disciplina;

Documentos Orientadores;

Livro didático, quando houver;

Outras obras ou fontes consultadas.

O Projeto Político-Pedagógico norteia o trabalho educativo proposto pela instituição de ensino como um todo trazendo, no seu marco operacional, a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) a qual expressa a forma como as concepções assumidas coletivamente serão efetivadas na prática pedagógica. Tal prática se dá por meio da seleção, ordenação e avaliação dos conteúdos, definidos os conteúdos estruturantes e básicos de cada disciplina/componente que compõem o currículo.

Por sua vez, o Plano de Trabalho Docente corresponde ao planejamento da docência. Deve estar em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular e apontar o conteúdo específico (selecionado pelo professor), os objetivos, encaminhamentos metodológicos, os recursos didáticos, os instrumentos e os critérios de avaliação.

A PPC deve contemplar os Desafios Educacionais Contemporâneos que são expressões de lutas históricas e demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem tratados como parte do currículo, nos conteúdos das disciplinas que lhes são afins, articulados e contextualizados com os respectivos objetos de estudo por meio dos conteúdos específicos.



## XXIV - REFERÊNCIAS

ALVES. J. M. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto, Edição Asa, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOGO, L.V. **A organização do trabalho pedagógico**: dos pressupostos curriculares à organização dos documentos na instituição escolar, disponível em: <http://educaamop.blogspot.com/2017/07/dos-pressupostos-curriculares.html>, acesso em 02/08/18

BUENO, J. G. S. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira &Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

BRASIL.Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação**.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF**.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017. **Altera os artigos 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de**



2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014. **Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. **Inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. **Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".**

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**



\_\_\_\_\_. Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. **Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20** de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017. **Estabelece direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.301, de 10 de maio de 2006. **Incluindo, para os efeitos do disposto no § 5o do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 07, de 07 de dezembro de 2010. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 2 de 13 de setembro de 2018. **Diretrizes Operacionais complementares para a**

**matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 9 de Outubro 2018. **Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Parecer nº: 14/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação E Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer nº: 8/2012 **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação E Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação E Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Parecer n.º 03/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a**



**Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação E Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Resolução 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº: 13 de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 16 de maio 2012. **Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de educação. Parecer CNE/CEB Nº: 14/2011. **Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.**

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º: 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº: 23/2007. **Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. **Institui o Programa de Inovação Educação Conectada.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº: 11/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº: 15/2017. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**, com fundamento na Base Nacional Comum





Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. PARANÁ. **Conselho Estadual de educação**. Deliberação N.º 02/2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18.492. **Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei 17.505 - 11 de Janeiro de 2013. **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.**

\_\_\_\_\_. Deliberação nº 07/06 de 10 de novembro de 2006..**Inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica.**

\_\_\_\_\_. Parecer normativo 02/2018. **Orientação às instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná para o cumprimento do Parecer CNE/CEB Nº 2/2018.**

CANTARELLI, A.G. ***A subjetividade como intersubjetividade: a personalidade do professor e as suas relações com a prática docente*** - Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Estadual de Maringá- 2014.

CANTARELLI, A. G.; FACCI, M.G.D; CAMPOS, H.R. ***Trabalho docente e personalidade: alienação e adoecimento***. In: Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. (Org.) Facci, M.G.D e Urt S.C.- Teresina, EDUFPI, 2017.

CAILLOIS, R.**Los juegos y los hombres: la máscara y el vertigo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

CORNBLETH, C. **Para além do currículo oculto?** In: Teoria e Educação nº 5. Porto Alegre, Panonica, 1991.



DUARTE, N. **Vigotski e o “Aprender a aprender”**: Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana.- 4. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DUARTE, N. A. **Individualidade para-si: construção a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. – 4. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção polêmicas do nosso tempo: v. 55).

ELKONIN, D.B. **Enfrentando o problema dos estágios de desenvolvimento mental das crianças**. Tradução: Maria Luísa Bissoto. Educar em Revista, Curitiba, n.43, p.149-172, Editora UFPR, 2012.

FACCI, MARILDA G.D., & TULESKI, SILVANA.C.(2006). **Da apropriação da cultura ao processo de humanização: O desenvolvimento das funções psíquicas superiores**. Em *Anais do II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*. Curitiba, Brasil.

FERREIRA, M. C. C; FERREIRA, J. R. **Sobre a inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In: *Políticas e práticas da Educação Inclusiva* – 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREINET, C. **A educação do trabalho**. 1ª ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1998.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, L. C. **Organização do trabalho pedagógico**. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

FRIGOTTO, **Gaudêncio**. **Educação omnilateral**. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel. Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas, Papirus, 1994.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs.). **Políticas e práticas da Educação Inclusiva** – 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** 4. ed. – São Paulo: Cortez; Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos).

LEONTIEV, A. N. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil**. In: Vigotskii, L.S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

\_\_\_\_\_. **Las necesidades y los motivos de la actividad**. In A., A. Smirnov, A. N. Leontiev, S. L. Rubisthein & B. M. Tieplov. *Psicologia* (pp. 341-352). México: Grijalbo, 1969.

LESSA, S. & TONET, I. **Introdução à filosofia de marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, E. S. **Avaliação na escola**. São Paulo: Sobradinho 107, 2002.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. **Emancipação humana e educação: perspectivas para uma formação escolar**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 9, n. 1, p. 6-29, mar. 2018. ISSN 2178-8359. Disponível em: <<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/773>>. Acesso em: 06 agosto. 2018, às 21 horas.

LUKÁCS. G. **Estética- lapeculiaridad de lo estético**(vol4). Barcelona: Grijalbo, 1966

MARTINS, L. M. **Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano**. In: MARTINS, L.M; ABRANTES, A.A.; FACCI, M.G.D. (ORGS) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP. Marília, 2001.

MARTINS, L. M; ARCE, A. **A educação infantil e o ensino fundamental de nove anos**. In: Arce, A; Martins, L.M. Quem tem medo de ensinar na educação infantil? 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.



MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. In: Economia, Política e Filosofia. Rio de Janeiro: Melso, 1963.

\_\_\_\_\_. ***Para a crítica da economia política***. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Col. Os pensadores).

MORAES, M. C. M. de. **“A teoria tem consequências”**: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/agosto, 2009.

GADOTTI, M. **Pressuposto do Projeto Pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997

KASSAR, M. de C. M. **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular- do que e de quem se fala?** In: Políticas e práticas da Educação Inclusiva – 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

KLEIN, L.R. **O educador decreta o fim da escola**. In. Anais do I Seminário de Formação Continuada de Educadores e I Mostra de Experiências e Vivências Pedagógicas. Realizado em Cascavel, promovido pela UNIOESTE e AMOP, 09 E 10 DE Novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos para uma proposta pedagógica**. In: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br,2010b>, consultado em: 05/06/2012.

LEWIS, S. A. L. B. **A responsabilidade social da empresa como atitude positiva orientada pela lei**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/31902-37184-1-B.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2018, às 09h25. Texto

**competências.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08>> Acesso em 14 de novembro de 2018, às 08h10.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo-2 ed.**- São Paulo: Centauro 2004.

LIBÂNEO, J. C. **A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino**; educativa, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 353-387, maio/ago. 2016.

Disponível

em:[https://www.researchgate.net/publication/313941644\\_A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino](https://www.researchgate.net/publication/313941644_A_teor%C3%ADa_do_ensino_para_o_developmento_humano_e_o_planejamento_de_ensino). Acesso em 08 de agosto de 2018 às 21h15.

MACHADO, L. R. S. de. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** 2 ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARTINS. L. M.; ABRANTES. A. A.; FACCI. M. G. D, (ORG). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento a velhice. - Campinas, SP: Autores Associados, 2016. - (Coleção educação contemporânea)

MARTINS. L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARX. K. **A burguesia e a contra revolução.** São Paulo: Ensaio, 1987.

MARQUES, M. O. **Projeto Pedagógico: A marca da escola.** In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola nº 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MOURA, M. O.; ARAUJO. E. S; RIBEIRO, F. D; PANOSSIAN, M. L.; MORETTI, V. D. **A atividade orientadora de ensino como unidade entre ensino e**

**aprendizagem.** In: a

atividade pedagógica na teoria histórico-cultural/Organizado por Manoel Oriosvaldo de Moura-Brasília: Liber Livro, 2010.

MOURA. M. O; SFORNI. M. S. F; LOPES. A. R. L. V. ***A objetivação do ensino e o desenvolvimento do modo geral da aprendizagem da atividade pedagógica.*** In Educação Escolar e Pesquisa na Teoria Histórico-cultural/Manoel Oriosvaldo de Moura, (organizador). -São Paulo: Edições Loyola, 2017.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MATTOS, M. G. de. **Educação física infantil: construindo o movimento na escola.** Guarulhos, SP: Phorte Editora, 1999.

NEGRINE, A. **O lúdico no contexto da vida humana:** da primeira infância à terceira idade. In: Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. 1ª ed. Petrópolis-RS : Vozes, 2000.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo e controle social.** In: Teoria e Educação nº 5. PortoAlegre, Pannonica, 1992.

OLIVEIRA, E; ALMEIDA, J.; ARNONI, M. ***Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática.*** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

PRESTES, Zoia. ***Quando não é quase a mesma coisa-*** Traduções de Lev SemionovitchVigotski no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

REGO, T.C. VYGOTSKY: ***Uma perspectiva histórico-cultural da educação.***8 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995



RIOS, T. **Significado e pressuposto do projeto pedagógico**. In: Série Ideias. São Paulo, FDE, 1982.

RONDELLI, E. **Quatro passos para a inclusão digital**. IN: Revista I-Coletiva, 24 jun. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

SÁ, N. M. C. **O lúdico na ciranda da vida adulta**. São Leopoldo-RS, 2004. Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em educação, Unisinos.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**- 11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia**- 42. ed. -Campinas, SP: Autores Associados, 2012. -Coleção Polêmicas do nosso tempo

SFORNI, M. S. de F. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino**: contribuições da teoria da atividade. In GT: Educação Fundamental/n.13. Agência Financiadora: CAPES(online). Disponível em: [26reuniao.anped.org.br/trabalhos/martasuelidefariasforni.rtf](http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/martasuelidefariasforni.rtf) 06 de agosto de 2108 às 16h10.

SFORNI, M. S. de F. **Interação entre didática e teoria histórico-cultural**; Educação & Realidade, Porto Alegre, v.40 n.2p.375-397, abr./jun.2015. Versão On-line ISSN2175-6236. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645965>. Acesso em 15 de agosto de 2018 às 8h30min.

SILVA, J. F. da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.



SILVA, L. C. da. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva**. Universidade Federal de Uberlândia, tese de doutorado, 2009.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luis Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEIGA, I. P. A. **Escola, currículo e ensino**. In: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) **Escola Fundamental: Currículo e ensino**. Campinas, Papirus, 1991.

VIGOTSKI, L.S. Obras escogidas III: **Problemas del desarrollo de la psique**. Madri: Visor, 1984.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. 3 ed., São Paulo: Martins fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. 3. ed., São Paulo: Martins fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. Obras escogidas II: **Problema de la psicologia general**. Madri: Visor, 2001.

Documento: **PPPreformulado202219.01.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Flavio Luis Gomes de Oliveira** em 11/04/2022 11:41.

Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 24/03/2022 15:09.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/01/2022 14:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura>** com o código:  
**cd4c92786fdb975f7ecbea7dcc83a21d**.

**NÚCLEO REGIONAL DE TOLEDO**  
**SETOR DE ESTR.E FUNCIONAMENTO**

---

**Protocolo:** 18.546.745-7  
**Assunto:** PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
**Interessado:** ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA - EDUCAÇÃO  
INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
**Data:** 07/03/2022 14:49

---

**DESPACHO**

Toledo, 07 de Dezembro de 2022.

Devolvemos este protocolado para assinatura eletrônica do checklist do PPP.

Após assinatura, encaminhar novamente a este setor, em nome de VERA LUCIA ZARDO ANSOLIN, para homologação.

Vera Lucia Zardo Ansolin  
Setor de Estrutura e Funcionamento  
NRE / Toledo  
(45) 3379-7206  
Toledo - Paraná

Documento: **DESPACHO\_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em 07/03/2022 14:50.

Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 24/03/2022 15:08.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em: 07/03/2022 14:49.




Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:  
**ad3c77a572449708a5c7f4e7a07ba7cb**.

## DESPACHO

Conforme Instrução Normativa Conjunta N.º 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, considerando o item 2.6, a **Secretária Municipal de Educação do Município de Terra Roxa** realizou a análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico da **Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, mediante a **Declaração de Legalidade nº 01/2022**, de **20 de Janeiro de 2022**. Desta forma, este Núcleo de Educação considera favorável as análises realizadas, tendo em vista a observação do checklist enviado pela Instituição de Ensino. Sendo assim, encaminho o processo para emissão do Parecer de Legalidade pelo Setor Responsável.

Toledo/PR, 10 de Maio de 2022.



Flavio Luis Gomes de Oliveira  
RG: 6.924.296-0  
CPF: 035.218.039-02  
Núcleo de Cooperação Pedagógica  
com os Municípios (NCPM)  
NRE de Toledo

(assinado eletronicamente)

**Núcleo Regional de Educação de Toledo**

Documento: **DESPACHONRETOLEDOEMDLEOPOLDINA2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Flavio Luis Gomes de Oliveira** em 10/05/2022 10:02.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Flavio Luis Gomes de Oliveira** em: 10/05/2022 09:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**26c1533c0b1c18f62239e73a3a3b2781.**



**PARECER DE LEGALIDADE Nº 477/2022 SEF/NRE/TOLEDO**

**ASSUNTO:** Parecer de Legalidade do **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A **Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental** apresenta o **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pela sua Entidade Mantenedora.

O Núcleo Regional de Educação de Toledo emite o presente Parecer que resulta da verificação da **Declaração de Legalidade n.º 01/2022 emitida em 20/01/2022** pela Entidade Mantenedora da referida Instituição, situada à Rua Cruz Alta, 609 / bairro: centro, no município de **Quatro Pontes** e mantida pela **Prefeitura Municipal de Quatro Pontes**.

O presente **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9394/96, da Deliberação n.º 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação n.º 03/2018-CP/CEE/PR e da Deliberação n.º 04/2021 CP/CEE/PR – que versam sobre o Referencial Curricular do Paraná para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (adequar conforme as etapas de ensino que oferta), bem como do Parecer Normativo n.º 01/2019 e Parecer Normativo n.º 13/2021 – CP/CEE/PR. É o Parecer.

Toledo, 18 de Maio de 2022.

**JOSÉ CARLOS GUIMARÃES**  
RG 3.405.911-0 – Decreto nº 9905/2021  
**Chefe NRE Toledo**

<sup>5</sup> A Declaração de Legalidade deverá estar acompanhada da Aprovação e do Checklist. Este último é obrigatório para as Instituições de Ensino Estaduais e opcional para as Municipais e Privadas

Documento: **parecer\_de\_legalidade\_ppp\_dona\_leopoldina\_QP.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jose Carlos Pereira Guimaraes** em 18/05/2022 17:54.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em: 18/05/2022 15:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**66118288960c543c59c7a3d5d5fbe217**.

**NÚCLEO REGIONAL DE TOLEDO**  
**SETOR DE ESTR.E FUNCIONAMENTO**

---

**Protocolo:** 18.546.745-7  
**Assunto:** PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
**Interessado:** ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA - EDUCAÇÃO  
INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
**Data:** 19/05/2022 08:16

---

**DESPACHO**

Devolvemos o protocolo referente à aprovação do PPP desta instituição de ensino, com parecer de legalidade emitido pelo SEF/NRE TOO.

Solicitamos que seja inserido o ATO DE HOMOLOGAÇÃO emitido pela Entidade Mantenedora devidamente assinado.

Após inserido o documento, solicitamos encaminhar este protocolo para NRE/TOO/SEF - Vera Lucia Zardo, para continuidade dos trâmites e arquivamento.

Vera Lucia Zardo Ansolin  
Setor de Estrutura e Funcionamento  
NRE / Toledo (45) 3379-7206  
Toledo - Paraná

Documento: **DESPACHO\_3.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em 19/05/2022 08:17.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em: 19/05/2022 08:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**d6af64f21b9d02dfa29b3f1170bb5944**.



**MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 001/2022**

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Quatro Pontes, mantenedora da Escola Municipal Dona Leopoldina, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e Deliberações nº 04/2021/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 477/2022 do NRE de Toledo.

**HOMOLOGA**

Art. 1º – **O Projeto Político-Pedagógico** da ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA do município de Quatro Pontes - PR, com a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos

Art. 2º - O **Projeto Político-Pedagógico**, homologado por este **Ato de Homologação** entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022, ficando revogado as disposições em contrário.

Município de Quatro Pontes, em 19 de maio de 2022.

  
ARACELI BASSO TAUCHERT

Secretaria Municipal de Educação de Quatro Pontes

Araceli Basso Tauchert  
Secretária Mun. de  
Educação, Cultura e Esportes  
CPF 035.661.409-37

Documento: **ato\_dona\_leopoldina.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Adriana Leobet Bregoli** em 20/05/2022 08:22.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Adriana Leobet Bregoli** em: 20/05/2022 08:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**432b084e56fc5ebf402fc4246725819e.**

**NÚCLEO REGIONAL DE TOLEDO**  
**SETOR DE ESTR.E FUNCIONAMENTO**

---

**Protocolo:** 18.546.745-7  
**Assunto:** PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
**Interessado:** ESCOLA MUNICIPAL DONA LEOPOLDINA - EDUCAÇÃO  
INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
**Data:** 20/05/2022 10:09

---

**DESPACHO**

Informamos que o protocolo referente ao Projeto Político Pedagógico encontra-se arquivado.

Informamos que ele está devidamente aprovado, com parecer de legalidade emitido pelo SEF/NRE/TOO e ato de homologação emitido pela Entidade Mantenedora.

Informamos que o arquivo deve ser salvo em uma pasta segura no computador da instituição de ensino, e sempre que for modificado deve ser enviado ao núcleo mediante este protocolado.

Ainda, solicitamos que o documento assinado seja impresso e colocado a disposição de toda a comunidade escolar.

Vera Lucia Zardo Ansolin  
Setor de Estrutura e Funcionamento  
NRE / Toledo (45) 3379-7206  
Toledo - Paraná



Documento: **DESPACHO\_4.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em 20/05/2022 10:09.

Inserido ao protocolo **18.546.745-7** por: **Vera Lucia Zardo Ansolin** em: 20/05/2022 10:09.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**fa625b051d5ebe233b8bea1bf11fcc4e**.